

O DESENVOLVIMENTISMO E SEUS CRÍTICOS :

as idéias da CEPAL e de Caio Prado Jr. sobre a
internacionalização econômica nos anos 50

Renato Perim Colistete

Tese de mestrado apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP.

Orientador : Prof. Doutor
Paulo Davidoff Cruz.

Paulo Davidoff Cruz

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Campinas

1990

A Iracy e Roberto,

meus pais

"A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras."

O mundo de ponta-cabeça

Christopher Hill

Agradecimentos

Vários amigos e colegas contribuíram para as idéias e argumentos desenvolvidos nesta tese, a quem desejo manifestar minha gratidão neste momento. Inicialmente, lembro de Alberto Mendes Borges e Jorge Gouveia, que leram os primeiros esboços do projeto que resultou neste trabalho. Maria Lúcia Lamounier, sugeriu idéias e bibliografia que me influenciaram muito nas fases iniciais de redação.

Carlos Alonso B. de Oliveira arguiu, de uma forma rigorosa, muitos dos argumentos apresentados em meu exame de qualificação. Suas sugestões e críticas foram fundamentais para a forma final adquirida pelo texto. Mário Presser, por sua vez, leu parte da tese e ajudou-me com indicações bibliográficas sobre a CEPAL e empresas transnacionais.

Já Gabriel Porcille, compartilhou comigo as preocupações com a abordagem cepalina, empresas internacionais e o pensamento econômico de esquerda. Suas sugestões de bibliografia na área das multinacionais, transferência de tecnologia e desenvolvimento econômico, foram quase todas incorporadas em minhas leituras e na dissertação. Bernardo leu a parte relativa à CEPAL e acompanhou-me em leituras exploratórias (e não muito convencionais) sobre história e economia. Da parte de Beatriz L. Guimarães e Renata Cipolli, recebi uma ajuda muito grande na bibliografia dos anos 50, em uma pesquisa sobre o período que trouxe subsídios importantes para as idéias apresentadas aqui.

Ao longo de toda a elaboração da tese, tive o privilégio de participar da amizade e de intensas discussões sobre história, economia e o marxismo com algumas pessoas que se mostram sempre instigantes. Primeiro, com Ana Lúcia Lanna, que ouviu e discutiu com paciência várias incursões a temas próprios da análise histórica. Segundo, com Sérgio Silva, que acompanhou desde o início as preocupações teóricas a respeito do desenvolvimentismo cepalino, Caio Prado e a tradição

marxista. Além das leituras e observações rigorosas, suas idéias originais e honestidade intelectual influenciaram muito os argumentos apresentados neste texto.

Silvia Gomes de Moraes, por sua vez, foi a principal interlocutora de tudo que estiver escrito adiante. Desde a proposta inicial do tema até as dúvidas de um economista aventurando-se em áreas pouco exploradas, suas leituras, sugestões e o apoio incondicional foram decisivos e jamais serão por mim esquecidos.

Na condição de orientador, Paulo Davidoff teve muita paciência diante das minhas idéias quando elas ainda estavam em seus primeiros passos. Seu conhecido rigor crítico foi dosado com uma plena liberdade de discussão, algo muito valioso quando se trata de temas polêmicos.

Recebi, também, uma contribuição especial de Caio Graco que gostaria de registrar aqui. Diante de uma solicitação que fiz no Seminário sobre a obra de seu pai na Unesp de Marília, em 1988, enviou-me com extrema solicitude um texto ("Diretrizes para uma política econômica brasileira") que se tornou uma peça central nos argumentos desta tese. Acho que este é o momento mais adequado para agradecê-lo e mostrar o quanto foi importante o seu apoio naquela época.

Contei ainda com a ajuda inestimável de meu querido irmão Beto na manipulação dos arquivos do computador, algo para mim ainda tão misterioso que sem sua presença tudo ficaria muito mais difícil.

Por fim, desejo agradecer a Paulo Baltar, que contornou inúmeros problemas na reta final de preparação da tese, dando-me todo o crédito e apoio para concluí-la de uma forma tranquila; e, como não poderia deixar de ser, a Márcia e Alberto, que pela dedicação e ajuda desde a época que entrei no mestrado da Unicamp, sabem que meu agradecimento neste instante é algo muito sincero.

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	1

CAPITULO I -

CEPAL e a industrialização da América Latina: a interpretação clássica nos anos 1949-1954.....	9

1.1. A América Latina na divisão internacional do trabalho: antecedentes da análise cepalina.....	12

1.2. O diagnóstico cepalino do desenvolvimento econômico: as idéias principais.....	26

1.3. O desenvolvimentismo cepalino: política econômica e ideologia.....	43

CAPITULO II -

As idéias da CEPAL sobre o capital estrangeiro : 1949-1964.....	56

2.1. As referências históricas na análise cepalina do capital estrangeiro.....	58

2.2. As propostas a respeito do capital estrangeiro entre 1955-1964.....	77

2.3. Teoria e política da internacionalização e do desenvolvimento econômico: aspectos gerais da visão cepalina.....	96

CAPITULO III -

Caio Prado e a análise do desenvolvimento econômico brasileiro.....	105
3.1. A crítica aos "modelos ortodoxos de desenvolvimento to".....	109
3.2. A análise da economia brasileira: conceitos fundamentais.....	125
3.3. O significado da noção de "economia nacional": ambiguidade e idealização.....	149

CAPITULO IV -

Capital estrangeiro e internacionalização econômica na obra de Caio Prado.....	167
4.1. A visão sobre o imperialismo.....	173
4.2. A crítica à internacionalização econômica nos anos 50: os argumentos principais.....	192
4.3. Capital estrangeiro e industrialização: o debate dos anos 50.....	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	235
NOTAS.....	245
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	294

Introdução

As páginas a seguir dedicam-se ao estudo das idéias da CEPAL e Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica, em um período delimitado especialmente pela segunda metade dos anos 50. Como é bem conhecido, este foi um momento de notáveis mudanças materiais, sociais e culturais na sociedade brasileira. Um dos aspectos mais importantes dessa época, foi a intensa diversificação produtiva ocorrida em um intervalo de tempo relativamente curto, que teve, por sua vez, uma ampla contribuição dos investimentos e financiamentos estrangeiros. O principal foco da análise recai, assim, sobre como estas iniciativas foram tratadas nas obras dos autores estudados, em especial as inversões diretas das grandes corporações transnacionais.

Embora limitado a duas correntes teóricas, este tipo de discussão é relevante porque permite ver parte do ambiente intelectual em que se moviam os personagens da época. As características dessas idéias importam não só como aspectos da história do pensamento econômico no Brasil e na América Latina, mas também por terem sido elas que, efetivamente, inspiraram e justificaram as ações práticas de grupos de pessoas, atuando em diversas instâncias da sociedade. Portanto, a expectativa é que o discutido a seguir seja mais que um retorno curioso a teses do passado; antes disso, corresponda a um confronto de concepções e perspectivas que moldaram boa parte da nossa realidade e idéias do presente.

É bem possível que a escolha dos autores tenha causado algum tipo de estranheza ao primeiro contato com o título desta dissertação. Talvez não tanto por ter recaído sobre a CEPAL, mas porque o outro lado da polêmica foi ocupado por Caio Prado Jr., um autor marxista pouquíssimo estudado atualmente apesar de ser motivo de muitas citações e homenagens. De qualquer maneira, ambas as escolhas precisam ser justificadas, não só por causa da relativa novidade da consideração da obra de Caio Prado, mas também porque é ainda

corrente a idéia de que o capital estrangeiro ocupou um papel irrelevante na teoria cepalina.

Falando inicialmente sobre a teoria da CEPAL, as suas teses sobre o desenvolvimento econômico alcançaram uma enorme influência prática no Brasil, não só como inspiração de políticas econômicas mas também como elemento de formação intelectual que definiu muitas vezes as linhas gerais e temas em que se movia (e se move) o pensamento social no país. Nas mãos de personagens como Celso Furtado, as idéias que surgiram dos escritos pioneiros de Raúl Prebisch foram desenvolvidas e manipuladas com extrema habilidade desde o final dos anos 40.

Assim, o exame da visão cepalina sobre o capital estrangeiro explica-se antes de mais nada por sua importância estratégica na vida do país nas últimas décadas. Contudo, além desse motivo, existe um outro tão ou mais significativo. Apesar de toda a divulgação de suas teses, muito pouco foi estudado sobre a perspectiva quanto ao capital estrangeiro propriamente dita - i.e., o lugar ocupado por este tema nas proposições cepalinas acerca do desenvolvimento periférico. Esta é uma das grandes lacunas que se encontra na maior parte das análises sobre a CEPAL, o que parece ser uma razão em si suficiente para um exame mais cuidadoso desse aspecto em seus textos.

A justificativa para o estudo das posições de Caio Prado, por sua vez, exige uma argumentação um pouco mais detalhada, em especial porque seus textos têm uma circulação relativamente restrita entre os economistas. Podemos começar com uma questão de ordem geral, que se remete à forma pela qual foram interpretadas as correntes teóricas em Economia surgidas a partir dos anos 40. Uma opinião muito difundida nas avaliações do pensamento econômico no Brasil (e América Latina), foi a de que pouco teria sido obtido em termos de sofisticação e originalidade nos debates ocorridos nos anos 50. É comum, assim, a idéia de que a tradição socialista teria se

limitado à mera repetição vazia e dogmática de documentos internacionais, não assumindo um papel de destaque na discussão pública. Restariam as contribuições da economia ortodoxa-neoclássica e, em especial, os trabalhos na tradição cepalina. Esta última, com efeito, foi vista em inúmeras oportunidades como a única formulação efetivamente original e com um significado analítico digno de nota. Como resultado, o debate econômico da época ficaria circunscrito aos autores liberais e de inspiração cepalina. Embora possa parecer uma caricatura, esta é o quadro básico que pode ser depreendido de muitas avaliações sérias sobre o pensamento econômico no Brasil e na América Latina, como a de Albert Hirschman, datada de 1961. (1)

Nos últimos anos, pelo menos para o Brasil, essa imagem vem sendo reformulada por estudos rigorosos sobre o pensamento econômico da época. Com isso, um cenário mais adequado do debate nos anos do pós-guerra tornou-se possível com a leitura de trabalhos como os de Ricardo Bielschowsky e Guido Mantega, tanto devido à reavaliação da presença das idéias de esquerda como um fato relevante na conjuntura dos anos 50 como pela revisão da importância teórica - empreendida por Ricardo Bielschowsky - do pensamento liberal no Brasil. (2)

Ainda assim, por diferentes razões, estas abordagens continuaram a reproduzir a tese de que o debate econômico da década de 50 balizou-se na oposição entre "liberais" e "desenvolvimentistas". Isto ocorreria não mais pela ausência da esquerda nas discussões públicas, mas por outros motivos. Para Guido Mantega, tal fato deveu-se à integração desta corrente aos princípios desenvolvimentistas. (3) Por sua vez, para Ricardo Bielschowsky o privilégio dado a tal polarização justificou-se por terem as tradições liberal e desenvolvimentista-cepalina correspondido aos dois enfoques relevantes em termos analíticos. (4)

A discussão a ser realizada, nos capítulos 3 e 4, sobre a obra do pensador marxista Caio Prado Jr., sugere uma perspectiva razoavelmente distinta para a tradição teórica socialista e, com isso, para o próprio debate econômico dos anos 50 no país. A partir de uma abordagem original da economia e sociedade brasileiras, que veio sendo formulada desde a década de 30 - (quando da publicação de seu primeiro livro "Evolução Política do Brasil", de 1932), Caio Prado interviu sistematicamente nos debates da época, através de livros e artigos de periódicos. (5) As suas análises voltaram-se para quase todos os grandes temas que mobilizaram intelectual e politicamente a sociedade brasileira: estrutura agrária, capital estrangeiro, Balanço de Pagamentos, industrialização, papel do Estado, condições de vida dos trabalhadores, etc. Em termos analíticos, por sua vez, suas formulações alcançaram um rigor pelo menos semelhante às principais obras de autores desenvolvimentistas da época, tendo proporcionado algumas contribuições fundamentais para a reinterpretação do desenvolvimento econômico brasileiro - como é o caso, e.g., de "História Econômica do Brasil", de 1945.

Um dos aspectos mais interessantes nos escritos de Caio Prado, foi que eles mantiveram um distanciamento crítico das versões marxistas ortodoxas, cristalizadas nos documentos do PCB - ainda que permanecesse como membro do Partido. Assim, já em seus primeiros trabalhos é comum identificar uma polémica surda com as teses da esquerda oficial, como no caso das relações sociais na agricultura e do capital estrangeiro. Em boa medida, isso deveu-se ao empenho em uma investigação histórica da sociedade brasileira, que procurou reconstruir os elementos centrais de seu desenvolvimento de um ponto de vista independente e não-dogmático. Esta preocupação esteve presente inclusive nas análises do autor sobre o capital estrangeiro, tema que acabou se tornando um dos principais focos de divergência não somente com a esquerda ortodoxa, mas também com

as teses cepalinas - o que é particularmente ilustrativo para a discussão aqui realizada.

Conforme será notado nos capítulos seguintes, muitos dos argumentos e idéias de Caio Prado sobre o desenvolvimento e a internacionalização econômica estão sujeitos a restrições de diversas ordens - sérias em não poucos casos. No entanto, uma das hipóteses centrais que serão sustentadas é que seu esforço analítico deu origem a um aporte original e consistente, oferecendo um ponto de vista alternativo para o exame do desenvolvimento econômico brasileiro, tanto em relação às teses cepalinas quanto ao que esteve vinculado à esquerda oficial. Se isto for realmente verdadeiro, dificilmente a imagem esboçada antes acerca do debate econômico dos anos 50 poderia ser mantida. De todo o modo, qualquer que seja a conclusão final acerca dessas questões de fundo, só o fato delas existirem parece justificar o tratamento da obra de Caio Prado como parte relevante das discussões da época.

É possível agora dizer alguma coisa sobre o tratamento dispensado à CEPAL e Caio Prado nesta dissertação. Dois aspectos básicos foram objeto de preocupação nas análises de seus textos. Primeiro, o conjunto de hipóteses e princípios que constituíram a estrutura analítica de cada teoria. Além disso, na medida que o tema do capital estrangeiro ocupou um lugar não desprezível em ambas as concepções, o objetivo foi integrá-lo às visões e obras mais gerais dos autores envolvidos. Segundo, buscou-se indagar sempre a "perspectiva social" particular embutida nas teorias, e seus significados para a construção analítica em termos de relações que foram consideradas importantes e a concepção subjacente do processo econômico.

A orientação quanto a esses dois pontos teve como referência básica a proposta de Maurice Dobb, desenvolvida em seus estudos sobre o pensamento econômico.(5) Não houve,

contudo, acerca do segundo ponto mencionado acima, qualquer intento de uma abordagem sistemática, mas apenas o objetivo de indicar algumas possíveis influências da realidade social e política da época sobre as teorias. De qualquer maneira, esse será um aspecto decisivo para as opiniões adiantadas sobre as obras da CEPAL e Caio Prado Jr.

A respeito da organização do texto, a divisão em capítulos obedeceu sempre a idéia de um exame preliminar dos aspectos gerais das análises sobre o desenvolvimento econômico, para em seguida ser introduzido o tema do capital estrangeiro. Assim, os dois primeiros capítulos versam sobre as concepções da CEPAL seguindo esta orientação, o mesmo ocorrendo com os dois capítulos seguintes, dedicados a Caio Prado. Dentro do possível, procurou-se dar destaque às referências diretas entre autores - como, por exemplo, quando Caio Prado critica explicitamente a visão cepalina do atraso periférico. Mas como isso ocorreu em poucas oportunidades, a forma com que se conduz a análise dá-se basicamente por meio da apresentação e comparação das obras individuais.

Vale notar, deste modo, que não se propõe aqui uma análise histórica do debate econômico envolvendo as duas correntes de pensamento. Isto exigiria o resgate de toda uma atmosfera política, econômica e cultural da época, da atuação dos personagens mais importantes, das suas relações com as instituições, etc. O objetivo, na verdade, é bem mais limitado, pois consiste em uma sistematização de idéias expostas em artigos, livros e documentos, procurando estabelecer um quadro comparativo das obras estudadas.

Devido a estas características, as fontes utilizadas restringiram-se aos textos pertinentes dos autores, tendo em vista o tema e o período considerado. A título de exemplo, não se levou em conta os ensaios de filosofia de Caio Prado, assim como foram excluídas as obras cepalinas posteriores a 1964, que

apresentavam um distanciamento significativo do período em questão e começavam a mudar, de forma mais substancial, algumas das idéias clássicas contidas nos documentos pioneiros. Por outro lado, quando foi considerado útil, buscou-se ilustrar a exposição com dados de conjuntura e contribuições de outros autores. Ainda assim, isso ocupa apenas um papel acessório no desenrolar dos argumentos.

Por fim, apesar dos limites do tipo de análise aqui realizada, há inicialmente uma esperança de que ela seja útil para o esclarecimento de alguns aspectos do pensamento da CEPAL e Caio Prado Jr. nos anos 50. Uma outra expectativa, de cunho mais geral, é que o resgate destas obras contribua para uma imagem um pouco mais diversificada, que se aproxime da riqueza das idéias que caracterizou o debate econômico em um período crucial como foi a segunda metade da década de 50.

CAPITULO I - CEPAL e a industrialização na América Latina:
a interpretação clássica nos anos 1949-54

Os anos que se seguiram ao fim da 2. Guerra, corresponderam, provavelmente, ao momento de auge na elaboração das teses favoráveis à diversificação industrial na América Latina. Desde os anos 20 pelo menos, diversos autores buscaram aperfeiçoar argumentos que considerassem adequadamente as mudanças ocorridas nas economias da região. Embora as características primário-exportadoras continuassem dominando, era incontestável a emergência de um núcleo industrial dinâmico nas principais economias latino-americanas, razão pela qual disseminaram-se sérias dúvidas acerca de um destino agrário irreversível. Mesmo reconhecendo o papel que cumpriam as exportações primárias na diversificação econômica destes países, tornou-se comum sustentar que a indústria consistia, senão o único meio, pelo menos um complemento indispensável para o seu desenvolvimento futuro. (1)

Ainda assim, estas idéias somente receberiam uma formulação mais sistemática a partir do encontro de um grupo de economistas de diversas nacionalidades, em um órgão recém-criado pela ONU, em 1948 - a Comissão Econômica para a América Latina, conhecida como CEPAL. (2) Esse organismo revelou-se, com o tempo, o representante mais criativo e sofisticado das teses que preconizavam um esforço coordenado para a industrialização na América Latina, dando origem a uma concepção abrangente tanto em termos teóricos como em recomendações de políticas para o estímulo à diversificação produtiva das economias primário-exportadoras.

A medida do sucesso da abordagem cepalina pode ser dada pela receptividade de suas idéias em vários países da América Latina. (3) Sobreretudo entre empresários e "policy-makers", as idéias da CEPAL foram assimiladas como um aparato conceitual e prescritivo consistente, que apontava com clareza para um caminho de diversificação industrial que se vinha mostrando cada vez mais promissor no cenário econômico da região. Ao mesmo tempo, obtinha-se,

finalmente, uma alternativa eficiente às concepções ortodoxas que sustentavam a artificialidade da indústria fora do eixo dos países capitalistas avançados.

De fato, o ideário cepalino mostrou-se capaz de oferecer uma construção analítica que justificava, com inusitada coerência, a industrialização na América Latina. Em primeiro lugar, localizava nas características das estruturas econômicas nacionais, as causas básicas da inserção desfavorável na divisão internacional do trabalho. Assim, devido à ausência de setores industriais integrados, tornava-se impossível a internalização dos efeitos expansivos do progresso técnico, conforme havia ocorrido nas economias capitalistas avançadas. O principal resultado deste quadro aparecia nas relações de troca desiguais no mercado internacional, que perpetuavam a situação marginal dos países latino-americanos. Em segundo lugar, apontava que o único caminho capaz de levar à superação das condições restritas do desenvolvimento, seria através de um amplo processo de industrialização, que permitisse dar início a um "círculo virtuoso" de crescimento econômico. Em suma, apresentava-se um diagnóstico relativamente simples do atraso econômico e, ao mesmo tempo, sugeriam-se as formas de sua superação através de medidas ao alcance das próprias nações desfavorecidas no concerto internacional.

O objetivo desse capítulo inicial é examinar os pontos principais dessa análise sobre as características e alternativas do desenvolvimento econômico latino-americano. Esse é um passo necessário para que, na sequência, seja discutida a visão a respeito do capital estrangeiro - que, como será notado, representou um elemento estratégico para as propostas cepalinas de política econômica. A análise a seguir pretende, primeiro, expor alguns traços característicos das economias da América Latina, até os anos 40, que inspiraram as teses cepalinas - grau de inserção na economia

internacional, perfil produtivo e condições do comércio externo, basicamente. Em segundo lugar, apresenta-se, de forma sucinta, a lógica interna dos argumentos da CEPAL, enfocando as categorias, raciocínios e conclusões mais relevantes que foram desenvolvidos no período de formação das suas idéias - praticamente entre 1949-1954. Por fim, será avaliada a visão mais geral de sociedade que se pode depreender da teoria cepalina, com suas opções particulares em termos de política econômica.

1.1. A América Latina na divisão internacional do trabalho: antecedentes da análise cepalina

Em 1949, no documento que se tornaria o marco fundador do estilo de pensar da CEPAL, Raúl Prebisch iniciou sua exposição com uma vigorosa crítica à teoria ortodoxa do comércio internacional. Na medida que esta reservava para os países latino-americanos um papel secundário na divisão internacional do trabalho, restrito à produção de alimentos e matérias-primas, notava Prebisch que tal proposição teórica chocava-se frontalmente com a realidade em plena transformação daqueles países situados na periferia do sistema econômico mundial.⁽⁴⁾ Com efeito, dizia na época, "duas guerras no curso de uma geração, e uma profunda crise econômica entre estas, têm demonstrado suas possibilidades aos países da América Latina, ensinando-lhes positivamente o caminho da atividade industrial."⁽⁵⁾

O que o autor fazia era exprimir, em um tom destinado a provocar um grande impacto, o que já era constatado em boa parte da América Latina. Desde as décadas anteriores à I Guerra, certos países da região já haviam conseguido resultados razoáveis na diversificação de suas bases materiais internas, ainda que predominasse, sem sombra de dúvida, o dinamismo daquelas atividades especializadas de exportação. Sobretudo na década de 70 do século XIX em

diante, alguns países passaram a viver um período relativamente acelerado de transformações, tanto estimuladas pela demanda internacional em expansão de produtos primários - tais como petróleo no México, café no Brasil e cereais na Argentina - como também pela diferenciação do consumo interno de bens manufaturados, crescimento populacional e dotação de uma infra-estrutura moderna, esta em boa parte promovida por investimentos externos - conforme será visto no capítulo 2.(6)

Na verdade, estas transformações acompanhavam as mudanças por que passavam as economias de desenvolvimento capitalista avançado, difundidas com enorme vigor por praticamente todas as partes do mundo, até o início da I Guerra. Ainda que a base dessa expansão tenha sido a emergência de um grupo de países que de algum modo passaram não só a ameaçar a hegemonia britânica como potência industrial - França, Suíça, Escandinávia, Holanda, Itália, Bélgica, Hungria, Rússia e Japão -, mas a superar aquela dianteira mantida até meados do século XIX - como Estados Unidos e Alemanha -, um dos seus resultados foi o engolfamento de países mantidos aliçados até então e o reforço das vinculações com os que já se haviam integrado anteriormente.(7) O efeito desse reordenamento das relações internacionais foi certamente desigual para o conjunto dos países que não participavam daquele núcleo hegemônico citado anteriormente, mas pelo menos para um grupo de nações da América Latina, o impacto sobre suas exportações (e sobre sua base econômica interna) de uma quase triplicação do comércio mundial de produtos primários entre 1880 e 1913 foi significativo - não só quanto a Argentina, Brasil e México, mas também a Uruguai, Colômbia, Peru, Venezuela e Cuba.(8)

Olhando inicialmente as relações de comércio internacional, a deflagração da I Guerra, em 1914, marcaria o início de sérios problemas para as economias da América

Latina, com três efeitos que seriam sentidos ao longo dos anos seguintes e das décadas de 20 e 30(9): o primeiro, expresso por uma persistente deterioração dos termos de troca, seria um dos principais componentes do arsenal crítico montado por Prebisch contra a teoria clássica.(10) Embora viesse manifestando tal tendência desde o período 1881-1885 pelo menos, é particularmente a partir de 1913 que o declínio na relação de intercâmbio deverá ser mais acentuado.(11) O segundo efeito consistiu numa queda no coeficiente de importações do Reino Unido, simultaneamente ao peso cada vez maior na compra de produtos latino-americanos assumido pelos Estados Unidos, que possuíam uma estrutura de importações significativamente menos sensível às flutuações na renda do que a britânica.(12) Por último, haveria uma tendência, que já começaria a delinear-se neste período, relacionada com uma queda relativa da importância dos produtos primários no fluxo do comércio mundial, pari passu a uma ascendente participação de bens manufaturados.(13)

Essas primeiras alterações no intercâmbio mundial atingiram de forma generalizada os países da América Latina e compuseram o núcleo do diagnóstico capalino relativo às condições persistentemente adversas das atividades exportadoras da região. Com a crise dos anos 30, por sua vez, esta tendência de desempenho negativo foi mais acentuada. O declínio notável ocorrido em boa parte dos preços dos produtos primários no mercado internacional, agravou sobremaneira uma situação, para o conjunto da América Latina, que já se vinha deteriorando desde o início da guerra. Embora o quantum das exportações da região não tenha declinado sensivelmente ao longo dos anos 30 (-8,8% entre 1930-34 e -2,4% entre 1935-39), em virtude de políticas que procuraram aumentar o volume de exportações afim de compensar quedas nos preços, o saldo efetivo sobre a capacidade para importar foi devastador (1930-34: -31,4% e 1935-39: -12,9%). No plano dos

países, a crise foi particularmente grave para as atividades de exportação do Chile, Brasil e México, enquanto na Argentina o seu impacto foi relativamente mais tênue. (14)

Essa sequência de catástrofes, que abalou profundamente todos os aspectos das sociedades contemporâneas, foi concluída com o novo conflito mundial entre 1938-45. Ainda ao nível dos indicadores do comércio internacional, a breve recuperação observada nos termos de troca (e na capacidade para importar) da América Latina, entre 1934 e 1937, foi revertida já em 1938. Entre 1938 e 1945, os termos de intercâmbio permaneceram em média a cerca de 80% do nível alcançado em 1937, enquanto que para o índice de capacidade para importar o impacto foi ainda pior: manteve-se em média a 74% do obtido naquele ano. (15) Somado a isso, poderia ser incluída também a queda ocorrida, na II Guerra, dos coeficientes de importação dos principais parceiros comerciais da América Latina: os Estados Unidos (que tiveram uma média neste índice de 2,8% entre 1938-1945 contra 3,7% entre 1929-1936) e Reino Unido (média de 16,3% entre 1938-1945 contra 21,7% entre 1929-1936) (16).

No entanto, a influência destes acontecimentos sobre os países da região foi menos óbvia do que os dados poderiam sugerir. Isto porque os ajustes promovidos no coeficiente de importações e o aumento das receitas de exportação por parte dos próprios países da América Latina, atenuaram e, em alguns casos, compensaram o seu impacto. (17) A Argentina foi um dos casos mais bem sucedidos, na medida que simultaneamente teve incrementada sua receita de exportação em 350% para os Estados Unidos e em 105% para o Reino Unido, tomados os anos de 1938 e 1944, e reduzidas as despesas de importação com os mesmos países em 40% e 73% respectivamente. O Brasil, por sua vez, obteve resultados mais tímidos em relação aos seus dois maiores parceiros: enquanto

as receitas de exportações para os Estados Unidos cresceram 226% e para o Reino Unido 203% entre 1938-44, os gastos de importação expandiram-se 289% e caíram 57% respectivamente. Entre os três principais países da região, o México foi o menos bem sucedido neste ajustamento no comércio externo, visto que as receitas de exportações para os Estados Unidos cresceram somente 58%, enquanto as despesas de importação chegaram a 496% entre 1938 e 1944. (18)

Esse quadro de sucessivas dificuldades vividas pelos países latino-americanos no âmbito do comércio internacional, constituiu a matéria-prima para a conclusão dos economistas da CEPAL, de que a excessiva dependência das exportações de bens primários era um elemento central nos transtornos ocorridos nestas nações entre 1914 e 1945. Embora esse período não tivesse poupado qualquer nação do globo, seus efeitos haviam sido particularmente negativos sobre aquelas regiões que mantinham uma inserção marginal, periférica na divisão internacional do trabalho. (19) Por outro lado, em algum lugar entre aquelas duas datas marcantes, os economistas cepalinos passaram a identificar uma mudança qualitativa fundamental, trazida com a emergência de um novo setor dinâmico organizado em torno das atividades industriais, que mesmo sem deixar de estar ainda fortemente condicionado pelo setor exportador (fato este que responderia pelo processo de substituição de importações), adquiria um impulso próprio estimulado pelas crescentes necessidades de atendimento do mercado interno. (20)

Qualquer que seja o grau de concordância com o diagnóstico cepalino acerca das origens do processo de industrialização, o importante a reter agora é que um dos seus objetivos básicos foi descrever e explicar as profundas transformações por que passavam as economias capitalistas na América Latina. Se o mundo capitalista avançado, compreendido por alguns países da Europa, Japão e

Estados Unidos, foi arrastado pelas mudanças extraordinárias do período, o mesmo não poderia deixar de ter ocorrido com as nações da América Latina. Realmente, em 1945, alguns países da região haviam alcançado uma significativa diversificação de sua base econômica, especialmente Argentina, Brasil e México, que reuniam cerca de 63,7% (23.7%, 25.3% e 14.7% respectivamente) do total do Produto Interno Bruto da América Latina. (21)

Se este progresso material, perceptível ao final da II Guerra, for comparado com outras regiões fora do núcleo hegemônico do capitalismo internacional, a sua extensão poderá ficar ainda mais evidente. Qualquer que seja o período tomado, o conjunto da América Latina apresentou um desempenho mais significativo do que Ásia e África. Assim, se é destacado um intervalo de tempo que cubra as duas guerras e a grande crise dos anos 30, entre 1913 e 1950, o crescimento da produção industrial (manufatura e mineração) na América Latina foi de 316%, enquanto o da África foi de 109% e Ásia de 108%. (22) No que diz respeito ao Produto Interno Bruto da região, entre 1940-45, o crescimento médio alcançou 4,3% a.a. e o índice per capita 2,2% a.a. Se nos dois quinquênios seguintes (1945-50 com 5,7% e 1950-55 com 4,7%) a expansão do produto total superou aquele índice, o produto per capita em 1950-55 foi menor (2,0% a.a.), além do que o período 1955-61 apenas igualou a média de crescimento do produto total e ficou bastante aquém a respeito do índice per capita (1,4% a.a.). Isso indica aproximadamente o vigor da expansão observada num período crítico como o da II Guerra. (23)

Em termos setoriais, é possível constatar que o núcleo de atividades mais dinâmico foi a indústria manufatureira, que teve a média anual da produção passando de 58 em 1936-40 para 74 em 1941-44 (números índices com

base 1945-49=100), enquanto as atividades primárias tiveram um desempenho sensivelmente menos satisfatório, de 84 em 1936-40 para 93 em 1941-44. Isso foi responsável por uma queda na participação deste último setor na composição do produto na América Latina de 31,1% em 1936-40 para 29,7% em 1940-44, enquanto a indústria manufatureira elevou sua relação de 15,2% para 16,7% no mesmo período. (24) Um outro indicador do declínio das atividades agrícolas vis-à-vis as urbanas, foi a evolução da população rural/urbana e a economicamente ativa. Entre 1940 e 1945, a população urbana cresceu a uma taxa média anual de 3,4%, enquanto a rural chegou a somente 1,4%. Isso alterou, no curto espaço de tempo, a participação da primeira no total de 34,1% em 1940 para 36,3% em 1945, tendência que se manteria nos anos seguintes. O mesmo ocorreu com a PEA agrícola, que por ter crescido 1,4% a.a. entre 1935-45 (contra 3,0% a.a. da PEA não-agrícola), teve sua participação reduzida de 59,2% em 1936 para 55,9% em 1945 no conjunto da força de trabalho ocupada. (25)

No entanto, se a América Latina chega em 1945 tendo alcançado índices bastante significativos relacionados a uma crescente diversificação da base econômica, inclusive se comparada com outras partes do mundo "não-desenvolvido", por outro lado essa figura deve necessariamente ser relativizada se confrontada com sua participação no cenário internacional como um todo. Duas tendências no plano global do capitalismo contribuíram diretamente para este fato. Um primeiro ponto foi o reforço do movimento de concentração do capital ao nível de unidades produtivas cada vez maiores, já notável desde os anos 80 do século XIX. Sobreretudo no período entre guerras (e com destaque para a Alemanha), observou-se um forte processo de fusões de blocos de capital e racionalização produtiva. (26)

O segundo ponto, que está bastante vinculado com o anterior, são as transformações que alteraram substancialmente as bases produtivas antes da I Guerra. Os setores emergentes da indústria de material elétrico, certos produtos químicos e automobilística conviveram com indústrias datadas da chamada 2. Revolução Industrial, como aço, maquinaria, construção naval, ferrovias, entre outras. Além disso, diversas inovações tiveram lugar nos anos 30 e 40, ainda que a maior parte somente tenha sido lançada em larga escala no pós-guerra: locomotivas a diesel (1937), foguetes (1935), microscópio eletrônico (1933), radar (1935), televisão (1936), transistor (1948), nylon (1938), DDT (1942), silicones (1943), penicilina (1942), xerografia (1950), etc. (27).

O fato mais importante neste ciclo de mudanças tecnológicas foi a confirmação de uma tendência já manifesta com a expansão econômica ocorrida no início do século: a reduzida difusão das inovações para além daqueles países que concentraram as empresas líderes no lançamento comercial dos novos produtos e processos. (28) Enquanto na 1. Revolução Industrial, processos como a energia a vapor, a indústria têxtil, extração do carvão e produção de ferro, foram assimilados com relativa facilidade pelos concorrentes continentais da Inglaterra, apesar das medidas restritivas adotadas na primeira metade do século XIX por esta última afim de deter a transferência de técnicas, tanto a maior complexidade dos processos de elaboração como o controle praticado pela grande empresa capitalista tornaram aquela possibilidade algo mais difícil. (29)

Assim, neste ambiente controlado por grandes empresas e sacudido por inovações destinadas a revolucionar continuamente as bases materiais do capitalismo, ainda que necessariamente dinâmico no sentido de não criar posições hegemônicas permanentes em um único país (como mostrara exemplarmente o caso britânico no século anterior), o avanço

observado nos principais países da América Latina não superou absolutamente a fronteira que os separavam do grupo das nações avançadas que lideravam as transformações capitalistas em escala global.

Isso é válido inclusive para o período da II Guerra, no qual dois membros desse seleto núcleo - Alemanha e Japão - chegaram ao seu termo seriamente golpeados nas posições que haviam alcançado até então. Tanto os efeitos da guerra como a política de desestruturação industrial promovida temporariamente pelos Aliados, produziram sequelas devastadoras sobre estes dois países, ao ponto de, por um certo tempo, suas participações no comércio mundial e taxas de crescimento do produto industrial terem declinado sensivelmente, com a recuperação ocorrendo somente após 1948. Resultados também negativos foram observados na Holanda, França, Itália (entre outros) e relativamente menos graves na Inglaterra. (30) O maior beneficiário desse quadro foram os Estados Unidos, que se mantiveram praticamente alheios à destruição que arrasou a Europa, apresentando uma enorme expansão no estoque de bens de capital, na força de trabalho e na produtividade. Entre 1940-45, por exemplo, o emprego cresceu 10%, ocupando boa parte da população que se mantivera à margem do mercado de trabalho, enquanto a produção por trabalhador aumentou significativamente em função do alongamento do tempo de trabalho semanal de 31,7 para 45,2 horas. (31) O resultado mais notável ao término deste período de grandes convulsões foi, assim, uma hierarquia na qual os Estados Unidos emergiram com um poderio sem precedentes no século XX, situação essa que somente passaria a ser novamente contestada a partir dos anos 50 em diante, com a recuperação tendo se consolidado nas economias européias e japonesa. (32)

Tudo isso mostra que os bons resultados que caracterizaram a diversificação industrial dos países mais importantes da América Latina, entre 1914 e 1945, são bastante relativizados quando inseridos neste contexto mais amplo. Sem contar com a praticamente inexistente participação nas inovações que marcaram época - elemento, tomado como o principal indicador do desenvolvimento econômico por alguns autores -, os países que se destacaram na América Latina ainda continuaram em uma posição marginal no conjunto internacional. Assim, ainda que, em 1948, Argentina, Brasil e México já houvessem alcançado algum tipo de participação na produção mundial de aço, esta alcançava valores de pequena monta (0,1%, 0,3% e 0,2% respectivamente). Do mesmo modo, outros indicadores apontavam para o reduzido significado destes países no mundo industrializado: a produção industrial, por exemplo, destes três países tomados individualmente, não havia chegado ao índice de 0,5% do conjunto mundial. (33) Mesmo a participação inédita da América Latina no comércio mundial de 12% em 1948 (contra 7% em 1938), parece ter sido mais propriamente um fenômeno temporário, tendo em vista o declínio ocorrido nos anos seguintes, principalmente após 1950. O mesmo comportamento atingiu os três principais países da região: Argentina (com 2,6% em 1948 contra 1,6% em 1938), Brasil (com 1,9% em 1948 e 1,1% em 1938) e, em menor escala, México (com 0,85% em 1948 e 0,5% em 1938) tiveram reduzidas suas participações nos anos 50 e 60. (34)

Todas essas complexas e contraditórias questões que emergiram no pós-guerra, formaram a base para as primeiras reflexões acerca do que se chamou de "desenvolvimento latino-americano", de uma perspectiva que não negasse a industrialização em favor de uma especialização agrícola. Já nos anos 20, as primeiras tentativas foram realizadas para explicar a situação desfavorável dos países latino-americanos no plano internacional, acentuando as mudanças na produção

industrial. A obra anterior de Prebisch antes de sua chegada à CEPAL em 1948 é um dos exemplos. (35) Não é tão surpreendente, assim, que já o seu primeiro documento na instituição afirmasse que a industrialização era um fato que se estava impondo a despeito da resistência em reconhecê-lo por parte da teoria tradicional. (36)

No entanto, o mais grave, segundo Prebisch, era que, a par desta insensibilidade em face dos processos de emergência de atividades industriais na América Latina, a tese fundamental da teoria ortodoxa previa que a especialização na produção primária, atribuída aos países periféricos, deveria garantir a difusão homogênea dos resultados do progresso técnico, dada a vigência das hipóteses acerca da flexibilidade dos preços internacionais e da mobilidade da força de trabalho. (37) A perfeita mobilidade do trabalho seria necessária para evitar que a sua possível redundância na periferia deprimisse os salários e preços dos produtos primários de exportação. Na presença de obstáculos incontornáveis para a sua transferência aos países centrais, como de fato era o caso, seria natural que a população excedente pressionasse a média salarial, e, por conseguinte, os preços de exportação para baixo. Como seria possível esperar que o setor exportador perseguisse incrementos razoáveis de produtividade, fosse por mudança técnica ou mera extensão do tempo de trabalho, então a pressão da mão-de-obra aliada do mercado de trabalho deveria atuar persistentemente em favor de uma queda salarial. Nestes termos, em uma economia na qual a atividade industrial fosse apenas um mero apêndice do setor de exportação, ou que tivesse um dinamismo relativamente reduzido, o potencial de declínio dos salários deveria ser apreciável.

Essa característica atribuída à formação de preços na periferia será altamente relevante para o raciocínio cepalino. Isto porque o processo de fixação de

preços nos países centrais seria exatamente o oposto, devido a presença de uma consolidada e dinâmica base industrial. (38) No contexto dos países centrais, era suposta a capacidade dos trabalhadores e empresários de atenuarem as quedas em suas rendas, a despeito dos mecanismos de mercado. Esse fato permitiria que aqueles grupos sociais assegurassem, pelo menos parcialmente, suas participações na renda nacional. Por outro lado, os incrementos de produtividade não deveriam ser repassados integralmente aos preços, mas sim distribuídos entre os dois grupos.

Há duas premissas importantes no argumento da CEPAL: a primeira, de que as classes trabalhadoras na periferia não possuiriam um grau de coesão interna capaz de impedir ajustes nos salários, e, a segunda, de que a primazia da análise deve recair sobre o comportamento desigual dos salários no centro e na periferia - embora referências também fossem feitas ao lucro. (39) Esse último suposto é o mais problemático, na medida que não há qualquer mecanismo automático que garanta que a queda de salários seja repassada diretamente aos preços primários. Isto porque uma situação mais plausível seria a de lucros mais inelásticos à baixa do que os salários, em vista de capacidades desiguais de barganha entre classes.

Com este procedimento, a análise cepalina da deterioração dos termos de troca suprimiu as prováveis divergências de comportamento entre aquelas duas parcelas da renda, obscurecendo as questões relativas à distribuição dos efeitos de seus ajustes devido ao quadro desfavorável no comércio internacional. No que diz respeito estritamente às consequências do comportamento diferenciado das rendas no centro e periferia, essa ressalva tem menor importância diante da hipótese, estabelecida por Prebisch, de que as reações dos países avançados se dariam, de qualquer modo, no sentido de um ajuste dos estoques de importação de

primários. Assim, de "toda forma, ainda quando se conceba na periferia uma rigidez parecida a do centro, isto teria por efeito aumentar a intensidade da pressão sobre aquela. Pois ao não se comprimir o lucro periférico (...) seguiriam acumulando-se estoques de mercadorias e contraindo a produção industrial e por conseguinte a demanda de produtos primários." (40)

Não obstante, essa desconsideração dos aspectos distributivos envolvidos no desenvolvimento econômico, que foi um traço típico nos escritos clássicos da CEPAL dos anos 50, torna-se muito mais problemática em outras ocasiões. Esta é nitidamente o caso com a tese cepalina de que a industrialização seria responsável por um aumento automático do "nível de vida das massas" na periferia. A arbitrariedade dessa relação não parece justificável, na medida que um processo acelerado de crescimento industrial pode ser acompanhado por uma distribuição desfavorável, para os trabalhadores, dos ganhos de produtividade e da renda nacional - o que vai depender, entre outras coisas, da estrutura de emprego, da conjuntura dos negócios, das condições político-institucionais e do nível de organização das classes trabalhadoras de um país em particular. O ponto a ser notado é que os aspectos distributivos do desenvolvimento econômico ficaram praticamente subordinados ao objetivo máximo do crescimento acelerado. Com isto, foi possível que a CEPAL se empenhasse na defesa da industrialização tomando-a, por princípio, como um processo socialmente neutro e resultado de um desdobramento imaneente das estruturas materiais.

De todo modo, segundo os textos cepalinos, da interação entre os dois padrões básicos de comportamento de preços, resultaria que os "grandes centros industriais" absorveriam não só os aumentos de renda provenientes do incremento da produtividade local; mas, também, parcelas dos aumentos de produtividade nas atividades primário-

exportadoras, no caso de uma evolução desfavorável dos preços primários vis-à-vis os preços industriais no mercado internacional. Esse resultado iria depender de dois elementos: os níveis de produtividade no centro e na periferia e os termos de troca (preços de exportação divididos pelos preços de importação). Mesmo com a relação entre os preços de intercâmbio mantendo-se constante, supôs-se uma diferenciação da renda favorável ao centro, visto que o seu incremento de produtividade tenderia a ser mais extenso do que na periferia. No caso de observar-se uma evolução desfavorável dos termos de troca para os produtos primários, seria agregado um novo fator de diferenciação da renda beneficiando o centro, por conta agora da transferência de parcela dos incrementos de renda correspondentes ao aumento da produtividade na própria periferia. Assim é que Prebisch, no seu texto clássico, avaliando os termos de troca entre 1876-80 e 1946-47, constata um declínio neste índice de 31,3% entre um intervalo e outro e conclui que "enquanto os centros têm retido integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia têm transferido a eles parte do fruto do seu próprio progresso técnico." (41)

Para melhor descrever esse fenômeno, segundo Prebisch, seria adequado considerá-lo no interior do movimento cíclico da economia capitalista internacional. (42) Assim, os preços dos produtos primários tendem a subir relativamente mais que dos manufaturados nos momentos de expansão cíclica. Isso, que se poderia mostrar incompatível com o resultado visto acima, é compensado mais que proporcionalmente pela queda destes preços na fase de contração econômica. A resultante consistiria em uma vantagem relativa dos produtos manufaturados, precisamente pelo fato de que a queda nos lucros e salários (renda) nos países industrializados se

mostraria atenuada. Portanto, o quadro emergente da observação concreta das relações entre países centrais e periféricos, contestaria com veemência a premissa da teoria clássica relativa à difusão homogênea dos frutos do progresso técnico. A industrialização era um fenômeno que, tendo avançado na América Latina "destruindo a anterior divisão internacional do trabalho", consistiria no único meio que dispunham os países da região para captarem uma parte do progresso técnico e elevarem progressivamente o nível de vida das massas. (43) Essa foi a conclusão básica exposta no chamado "manifesto" da CEPAL a que seria aperfeiçoada e desenvolvida nos anos seguintes. A defesa teórica da industrialização, no entanto, foi além de um mero registro do fenômeno da deterioração dos termos de troca. As linhas gerais de seus argumentos devem ser vistas a seguir.

1.2. O diagnóstico cepalino do desenvolvimento econômico: as idéias principais

A constatação dos fenômenos de deterioração dos termos de troca e transferência dos frutos do progresso técnico, representou, certamente, um dos aspectos mais importantes no desenvolvimento da teoria cepalina. Entretanto, ao contrário de uma opinião convencional que localizou neste plano a base do diagnóstico da CEPAL sobre o atraso econômico periférico, o exame mais atento dos principais textos no período 1949-54 mostra uma análise mais sofisticada, que privilegiou as características estruturais domésticas e internacionais definindo a condição do subdesenvolvimento. Desta maneira, a deterioração dos termos de troca seria antes a expressão das desigualdades estruturais envolvendo os diversos países na economia internacional.

A partir do diagnóstico dos fatores que conduziam ao atraso periférico, o desenvolvimentismo cepalino

propunha a obtenção de uma estrutura industrial integrada e capaz de dar origem a um crescimento econômico auto-sustentado. Como Prebisch avaliou retrospectivamente, todo o esforço realizado pela CEPAL, esteve orientado para dar "uma justificativa teórica para a política de industrialização que já se estava seguindo (sobretudo nos maiores países da América Latina), de estimular outros países a segui-la também, e de proporcionar a todos eles uma estratégia ordenada para sua execução." (44) Assim, a política preconizada voltava-se para a consolidação de um perfil industrial moderno, capaz de gerar e internalizar o progresso técnico em um processo recorrente de diversificação produtiva. O esboço desse projeto já se havia delineado no documento de 1949, tendo sido posteriormente aperfeiçoado em outros trabalhos até 1954. Neles estão expostas a crítica ao crescimento orientado exclusivamente para a exportação de bens primários e a alternativa da diversificação produtiva. (45)

Como será visto na sequência, esta elaboração teórica favorável à industrialização concentrou-se em dois pontos básicos. Primeiro, em demonstrar que a insistência em um desenvolvimento centrado nas exportações primárias, só teria a agravar a deterioração dos termos de troca e a transferência dos frutos do progresso técnico. Segundo, pelo menos para a maioria dos países periféricos, a promoção da atividade industrial surgia como a única alternativa capaz de contrarrestar os fenômenos apontados acima e abrir caminho para um novo padrão de desenvolvimento.

Um dos pontos assinalados para demonstrar a inconveniência da excessiva dependência das exportações de primários, foi a vulnerabilidade diante das flutuações do mercado internacional a que se submeteria uma economia particular - com as consequências derivadas que reforçavam a sua condição periférica. Dado um certo coeficiente de importações, o crescimento equilibrado poderia ocorrer

desde que a renda se expandisse ao mesmo ritmo que as exportações. Ou seja, quando as importações crescessem na mesma proporção que a capacidade de pagamentos externos (em uma economia com equilíbrio entre remessas e entradas de capital). No caso de um aumento menos que proporcional das receitas de exportação em relação à renda, o único meio para que não ocorresse um desequilíbrio no Balanço de Pagamentos seria através de uma redução no coeficiente de importações. Isto somente seria obtido por duas formas possíveis: "ou se reduz permanentemente a renda até que as importações se ajustem à capacidade para importar, ou se mantém a renda substituindo importações." (46)

Na primeira formulação desta vulnerabilidade externa, atribuiu-se um peso importante ao impacto causado pela mudança do centro cíclico da Inglaterra para os Estados Unidos. Como foi comentado anteriormente, o coeficiente de importação característico dos Estados Unidos mostrou-se sensivelmente inferior ao que havia apresentado a Inglaterra, quando esta mantinha sua posição hegemônica no conjunto internacional. (47) Além disso, o novo centro cíclico indicava uma tendência histórica de declínio relativo daquele coeficiente em comparação com a renda interna. Somado à virtual evolução desfavorável dos termos de troca da periferia, este fator expunha o quanto se tornava improvável o sucesso de uma política concentrada na exportação de produtos primários. (48)

Em 1951, no entanto, passou-se a dar maior ênfase à disparidade entre as elasticidades da demanda de produtos primários e industriais, como um fenômeno que exporia mais plenamente a natureza estrutural da vulnerabilidade externa das economias orientadas para o "crescimento para fora" - e mesmo aquelas mais diversificadas que ainda dependiam excessivamente das exportações primárias. Alguns autores notaram a semelhança destas novas idéias com o exposto por

um ensaio de Hans Singer ("Distributions of gains between investing and borrowing countries") publicado em 1950, o qual destacava aquele comportamento diferenciado das demandas do centro e periferia como sendo uma das causas da distribuição desigual da renda entre ambos. (49)

De todo modo, o que passava a ser sugerido é que haviam elementos de caráter dinâmico determinando a vulnerabilidade externa da América Latina, em vista das mudanças que se iriam processando ao nível das importações do centro e da periferia. Talvez o mais importante nesta nova abordagem tenha sido que, por definitivo, ficava claro que o fenômeno da desigualdade observada no comércio internacional, segundo a concepção prebischiana, era antes de mais nada uma manifestação que possuía suas raízes nas condições internas de acumulação típicas dos países centrais e periféricos. Isto significa subordinar o que ocorria ao nível das trocas ao conjunto de especificidades das estruturas econômicas periféricas, como a sua heterogeneidade, a especialização produtiva, os baixos níveis de produtividade e o relativamente fraco impulso da acumulação produtiva daí advindo. (50)

Assim, no documento de 1951, apontou-se uma tendência de queda persistente dos bens primários na composição final das importações dos países centrais. Isto estaria relacionado, em primeiro lugar, a uma diminuição no uso de matérias-primas na elaboração de produtos manufaturados. Tal fato deveria ser explicado pela contínua mudança nas formas de produção observada nos centros, isto é, transformações técnicas que alteravam a proporção dos bens básicos no produto final, materiais sintéticos que substituiriam produtos primários, etc. Em segundo lugar, os acréscimos na produtividade e na renda per capita provocariam mudanças nos padrões de consumo, dando origem a um resultado que fora sintetizado pela chamada Lei de Engel: o crescimento da renda é acompanhado por uma diversificação no

consumo que, normalmente, deslocaria a participação de bens primários em favor de outros mais elaborados. Por último, acrescenta o texto que o aumento na produção primária no próprio centro, acompanhado por medidas protecionistas para defendê-la, conduziriam a um agravamento da concorrência internacional, afetando diretamente as exportações dos países periféricos. (51) Historicamente, portanto, devido a estes fatores, a importação de produtos primários pelo centro vinha evoluindo relativamente em menor ritmo do que a sua renda interna.

Por outro lado, em relação à demanda externa da periferia, observou-se um comportamento exatamente oposto, ou seja, de crescimento relativo superior ao da sua renda interna. Isto porque as importações dos países periféricos, além de constituírem-se basicamente de produtos industrializados, passariam a concentrar-se cada vez mais em bens de capital essenciais para sua expansão interna. Como disse Prebisch, "para aumentar sua renda real, os países periféricos necessitam importar bens de capital cuja demanda cresce pelo menos com dita renda, ao mesmo tempo que a elevação do nível de vida se manifesta em intensa demanda de importações de grande elasticidade que tendem a crescer mais que a renda." (52)

Em suma, enquanto a elasticidade-renda das importações do centro era menor que 1, o mesmo índice da periferia seria superior à unidade. Esta disparidade dinâmica da demanda entre centro e periferia, colocaria, portanto, os países periféricos diante de uma situação pouco promissora caso dependessem excessivamente de suas exportações. Assim, "se os países da América Latina, como ocorreu geralmente antes da grande crise mundial, só crescessem em virtude de suas exportações primárias, seu crescimento econômico teria um ritmo sensivelmente menor que o dos centros industriais." (53) Devido à baixa elasticidade-renda das

importações de primários nos centros industriais, mesmo que os países exportadores buscassem aumentar o quantum das exportações, o efeito provável seria uma queda proporcional dos preços de seus produtos, não tendo impacto significativo sobre as receitas e, em alguns casos, podendo até mesmo ser negativo o resultado final. (54)

Além da disparidade entre as elasticidades de importação, havia um elemento adicional que mostraria, definitivamente, que a estratégia de crescimento baseada nas exportações de primários encontraria limites intransponíveis - dada a configuração das estruturas produtivas e do comércio internacionais. Este seria o caso do efeito provocado, sobre os salários e preços de exportação, pela incorporação do progresso técnico no setor exportador. Como foi visto anteriormente, a pressão negativa sobre aquelas variáveis era atribuída à permanência de um excedente de força de trabalho, em relação à capacidade dinâmica de absorção do próprio setor exportador e das atividades alternativas. Na verdade, não era necessário nem mesmo supor a inexistência de atividades industriais para que aquele resultado depressivo sobre preços e salários fosse obtido, mas somente que aquelas não possuíssem um dinamismo suficiente para absorver a população excedente oriunda do setor primário (análise que será retomada nos anos 60, com uma certa reformulação através do conceito de "Insuficiência Dinâmica". Ver capítulo 2).

Em uma condição estrutural desse tipo, a alternativa de modernização do núcleo exportador através do progresso técnico, provavelmente levaria a diminuição da população ocupada no conjunto de suas atividades, provocando uma redução dos salários e dos preços de exportação. O resultado, naturalmente, consistiria em repor a incapacidade não só de compartilhar dos avanços de produtividade do centro, mas também de reter os próprios ganhos do avanço do progresso técnico no setor exportador. (55) De forma

resumida, os textos cepalinos empenharam-se em mostrar o quanto era inoportuno insistir em um caminho que, dadas as condições estruturais na economia internacional, somente faria repor a condição periférica vivida historicamente pela América Latina como um todo.

O ponto importante a ser notado é que a discussão proposta pelos textos clássicos da CEPAL girava, fundamentalmente, sobre as condições em que era gerado o progresso técnico e a sua distribuição em escala planetária. A persistência da deterioração dos termos de troca correspondia a causas que estavam vinculadas às peculiaridades das economias periféricas, não constituindo um fator circunstancial ou a ser investigado exclusivamente no plano do comércio. Isso foi reconhecido por Prebisch em uma auto-avaliação de sua obra, quando disse que "tratei de entender a natureza, as causas e a dinâmica desta desigualdade (da distribuição do progresso técnico) e estudei algumas de suas manifestações tais como a disparidade da elasticidade da demanda de importações entre centro e periferia e a tendência para a deterioração das condições de intercâmbio das exportações de produtos primários (...)." (56)

Em suma, o problema central era atribuído à especialização na produção de bens primários, adquirida no processo de integração dos países periféricos na divisão internacional do trabalho. (57) Com essa situação dada, além de ter sido um fenômeno espontâneo, envolvendo transformações profundas no capitalismo internacional, a alternativa de desenvolvimento da atividade industrial era concebida como a única que reunia condições potenciais para a superação do status periférico. Portanto, a elaboração teórica da CEPAL, em boa parte, consistiu em justificar e em propor uma orientação coordenada para a industrialização na periferia.

Um primeiro ponto ressaltado em favor da industrialização, está diretamente ligado à crítica ao tipo de crescimento baseado nas exportações primárias. Na medida que as atividades industriais se expandissem como um núcleo dinâmico da economia periférica, a tendência seria que contribuíssem para a absorção do excedente populacional e, com isso, reduzir as pressões sobre os salários e preços do setor exportador. O grau de sucesso acerca desse efeito positivo seria tanto maior quanto mais amplo fosse o ritmo de crescimento, a diversificação setorial e o volume de emprego associados à industrialização. Isto explica porque a emergência das atividades industriais, até o imediato pós-guerra, não foi tida como suficiente para reverter o processo de deterioração dos termos de troca e transferência dos frutos do progresso técnico. Pois o ritmo da expansão da indústria e sua difusão setorial, mantiveram-se em níveis relativamente baixos, se confrontados com o que era requerido na periferia, devido sobretudo à debilidade da base em que se sustentava.

Ainda assim, esta capacidade potencial de contrarrestar o declínio dos termos de troca e suas consequências, não esgotaria o significado da industrialização para a periferia. Isto porque o processo de crescimento industrial foi pensado como sendo o núcleo privilegiado de geração do progresso técnico. O que se entendia como "propagação universal do progresso técnico", associava-se, basicamente, ao próprio crescimento material ocorrido a partir da Revolução Industrial Inglesa e sua assimilação por alguns países daquela época em diante. (58) Deste modo, era a indústria que trazia o elemento novo, responsável pelo revolucionamento da base econômica mundial e expresso pelas inovações tecnológicas que transformavam continuamente as formas de produzir capitalistas. A sua difusão pelo mundo, segundo Prebisch,

foi um processo "lento e irregular", que somente tomou contornos mais definitivos nos países periféricos a partir das dificuldades externas vividas nestes com a I Guerra Mundial - ao que se seguiu a crise de 29 e a II Guerra. A industrialização latino-americana corresponderia, assim, a uma nova fase da expansão da técnica capitalista no processo de desenvolvimento econômico mundial, que antes se havia concentrado somente em alguns poucos países. (59) Se isto não significava que este processo na periferia deveria reproduzir as mesmas características daquelas nações avançadas (como será visto adiante), por outro lado o seu desencadeamento o teria tornado irreversível, ao ponto de minar a clássica divisão internacional do trabalho.

Em termos mais formalizados, pode-se expor a visão mencionada acima por meio de algumas noções comumente utilizadas nos textos cepalinos. Um ponto de partida pode ser tomado com a definição, sugerida por O. Rodriguez, do que seria a concepção genérica da CEPAL acerca do "desenvolvimento econômico". Assim, este se expressaria pelo "aumento do bem-estar material, normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho. Considera-se que este crescimento depende da adoção de métodos de produção indiretos cujo uso implica o aumento da dotação de capital por homem ocupado. A maior densidade do capital, por sua vez, vai sendo obtida à medida que se leva a efeito a acumulação, que é impulsionada pelo progresso técnico, necessário para garantir sua continuidade." (60) Ficam bem identificados, aqui, alguns conceitos elementares da CEPAL que serviram à defesa teórica da industrialização: o desenvolvimento econômico é associado estritamente à acumulação de capital, a qual, por sua vez, é dinamizada pelo avanço do progresso técnico. Este último é, portanto, o conceito-chave

do raciocínio, junto com o seu resultado em termos de incremento da produtividade.

Surge, daí, uma qualificação fundamental ao processo de crescimento da América Latina. Devido a debilidade do ritmo de acumulação do capital, seriam observados baixos níveis de acréscimo na renda e, por conseguinte, na poupança. Neste ponto, estaria interrompido o circuito capaz de promover a acumulação - ou o desenvolvimento econômico - de forma sustentada. O único meio para romper-se esta impasse, estaria colocado pela aceleração dos investimentos industriais em uma ampla escala, tanto em volume quanto em setores de produção diversificados. Somente assim o progresso técnico associado a estas inversões poderia levar a um incremento consistente da renda (mediante a elevação da produtividade), realimentando o processo de acumulação de capital. Caso contrário, as economias periféricas continuariam a estar submetidas a um "círculo vicioso" do atraso, com conotações estruturais: "a produtividade nestes países é muito baixa, porquanto falta capital, e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, devido a essa baixa produtividade." (61) Como será visto no capítulo 2, a lógica deste raciocínio terá importantes implicações para o papel atribuído ao capital estrangeiro, nos textos da CEPAL.

Um ponto importante surge com esta qualificação sobre o dinamismo industrial periférico. Como se viu acima, a industrialização da periferia foi interpretada pela CEPAL como um desdobramento de certo modo espontâneo da difusão internacional da técnica capitalista, iniciada com a Revolução Industrial. No entanto, sustentou-se também que se esse processo fosse deixado ao livre jogo das forças de mercado, o máximo que poderia ocorrer seria um desenvolvimento industrial restrito, condicionado pelo setor exportador e incapaz de gerar um circuito dinâmico de

crescimento. Esta seria uma particularidade do desenvolvimento econômico periférico, que exigiria uma ação coordenada do Estado para orientar e estimular adequadamente a diversificação industrial - o que será visto melhor no item 2.2. Nesse sentido, embora houvesse uma forte identificação das propostas cepalinas com a imagem dos países centrais, os textos clássicos argumentaram que a industrialização periférica estaria revestida de traços particulares que exigiam medidas não-convencionais para o estímulo do desenvolvimento econômico.

O principal motivo dessa qualificação foi atribuído ao fato de que a nova fase de propagação da técnica, que passara a incorporar também países antes marginais no contexto internacional, ocorria em meio a um ambiente já profundamente transformado em vista de suas primeiras etapas de difusão na Europa. Quanto a isto, Prebisch dizia, em 1950, que "em certo sentido, repete-se agora um processo similar ao do século XIX, quando se desenvolveram industrialmente países que hoje são grandes centros. O fenômeno, entretanto, não é idêntico, pois acontece agora em condições da economia internacional muito distintas das que prevaleceram então (...) e apresenta características peculiares que não haveriam por que ter aparecido, pelo menos de forma tão explícita, no desenvolvimento daqueles países." (62)

Os dois elementos que sintetizavam as novas condições do capitalismo internacional seriam de natureza próxima, por estarem vinculados aos ritmos historicamente desiguais de incorporação do progresso técnico entre centro e periferia. Em primeiro lugar, o desenvolvimento da "técnica produtiva" atingiu níveis bastante elevados, fruto de um longo processo de "aumento da produtividade, da renda e da poupança". Em segundo lugar, e este é o aspecto decisivo do argumento, o estágio alcançado pela técnica após

esse paulatino desenvolvimento passou a estar associado a um elevado coeficiente de capital por trabalhador - ou seja, no caso das indústrias da época, a enormes escalas de produção. (63) E sobretudo este fato que tornava a industrialização periférica essencialmente problemática, tendo em vista os baixos níveis de renda e de poupança vigentes na periferia.

O que deve ser notado é que a assimilação da técnica moderna, segundo esta formulação, correspondia a um processo basicamente quantitativo, relacionando-o aos níveis de capitalização (ou de poupança) necessários para alcançar seu estágio contemporâneo, caracterizado por uma alta relação capital-trabalho. Em outras palavras, não se fazia uma distinção qualitativa entre as opções pelas quais a difusão da tecnologia moderna poderia ser concebida na periferia - isto é, se como resultado de um processo de assimilação pelos capitais locais ou internalizada diretamente pelas grandes empresas do centro. Essas são duas alternativas básicas, do ponto de vista dos "host countries", para o acesso à tecnologias não disponíveis por estes últimos. A primeira (capacitação tecnológica das empresas nacionais) inclui várias modalidades de transferência, tais como licenças (de produtos e processos) e "joint-ventures". Comumente, associa-se o predomínio de tais formas de transferência a fatores como característica da tecnologia ("estandardizada" ou não), da indústria, poderio da empresa, condições de mercado nos "host countries", riscos de expropriação, políticas restritivas por parte de governos, entre outros. (64) Como resultado, privilegiando sobretudo o dinamismo e a diversidade das inversões industriais, a abordagem cepalina abriu margem para que as iniciativas diretas das empresas estrangeiras fossem consideradas um meio fundamental para a transferência da técnica moderna para a periferia - como será visto melhor adiante.

Além do contraste entre os níveis de poupança da periferia e a escala de capital associada à técnica moderna, existiriam, segundo Prebisch, outros elementos que indicavam a natureza da especificidade a qual se submetia a industrialização periférica. Primeiro, os patamares de renda derivados do baixo incremento da produtividade nos países da América Latina, levariam a uma demanda relativamente reduzida se comparada com as escalas de produção típicas da tecnologia contemporânea. Isto operaria como mais um fator de desestímulo à introdução de técnicas mais modernas e ao processo contínuo da acumulação de capital. (65) Segundo, haveria um desajuste entre a capacidade de consumo na periferia e a ampla diversificação dos produtos alcançada no centro. Os baixos níveis de renda, levariam a uma tensão permanente entre a propensão a consumir e as necessidades de poupança na periferia. Terceiro, haveria uma inadequação evidente dos equipamentos de capital associados à técnica moderna com os fatores de produção disponíveis na periferia. Enquanto a densidade de capital obtida nos centros industriais, após um longo processo de desenvolvimento, corresponderia às dotações relativamente reduzidas de trabalho (ou com custos elevados) e aos altos níveis de poupança ali vigentes, as economias periféricas deparavam-se com uma escassez crônica de capital e um excedente também crônico do trabalho. Segundo Prebisch, pouco poderia ser feito diante desse fato, pois "dada a índole do progresso técnico e sua irreversibilidade, os países menos desenvolvidos não têm muitas possibilidades de buscar na prática a densidade ótima que lhes corresponderia." (66)

De acordo com o raciocínio cepalino, algumas consequências importantes derivariam desta última característica. Inicialmente, ressaltou-se que a importação de equipamentos intensivos em capital levaria a um efeito de redução relativa e, em alguns casos, absoluta, da força de

trabalho empregada nos países periféricos. Ainda assim, a posição original de Prebisch a respeito desse resultado foi essencialmente realista, sobretudo por conceber que existiam poucas possibilidades significativas de adaptação das técnicas às condições periféricas, como foi visto acima. Nesse sentido, mesmo caminhando numa direção comum à análise neoclássica, ao conduzir a discussão em termos de preços relativos de fatores e funções de produção, Prebisch recusou suas implicações, na medida que supunha a "indivisibilidade dos equipamentos em que se concretiza o progresso tecnológico." (67) Nas décadas seguintes, por sua vez, a discussão prosseguiu em geral acompanhando os termos desse problema típico da teoria ortodoxa, inclusive ganhando adeptos dentro de correntes teóricas alinhadas com o pensamento crítico de esquerda. (68)

De qualquer maneira, o que importa neste instante é que a abordagem cepalina clássica foi mais pragmática. Consistiu menos em desenvolver a idéia de inadequação da tecnologia às condições periféricas, do que em buscar um complemento para a análise da especificidade a que se submetia a industrialização latino-americana - e que serviria aos propósitos de sua defesa teórica. É daí que surge a principal conclusão a partir da terceira característica mencionada acima: a de que a introdução da técnica moderna na periferia, antes de provocar um efeito expansivo em toda a economia (como era típico ocorrer nos países centrais), teria resultados muito limitados; e mais que isso, tenderia a agravar o crônico problema do desemprego, com impactos negativos nos preços de exportação e nos termos de troca.

Este efeito desfavorável deveria estar vinculado não ao desemprego tecnológico, natural que acompanharia a assimilação de técnicas mais modernas, mas sim à inexistência (ou debilidade) de um setor produtor de bens de capital na periferia, capaz de internalizar os impactos

expansivos do progresso técnico e da demanda de equipamentos de capital. Esse é um aspecto particularmente importante da análise cepalina, que identificava nesta ausência de uma estrutura industrial integrada, a causa básica do fraco ritmo do desenvolvimento econômico periférico. Nas palavras de Prebisch, o raciocínio é exposto de forma clara: "O desenvolvimento das indústrias de bens de capital tem se constituído neles (os países do centro) o mais poderoso fator de absorção (de trabalho), com o que o emprego nestas indústrias tem crescido de maneira mais intensa que nas indústrias de consumo. Mais ainda, os maiores lucros que os empresários obtêm com a redução de custo resultante daquelas inovações técnicas, empregam-se em grande parte na realização de novas inversões estimulando a demanda naquelas indústrias de bens de capital. Já temos assinalado (...) que os países menos desenvolvidos, carentes de indústrias de bens de capital, ou pelo menos incipientes, encontram-se a este respeito em situação bastante desfavorável do ponto de vista de seu desenvolvimento interno, já que os lucros resultantes daquelas reduções de custos, quando se empregam na aquisição de equipamentos de capital, tem que se transferir aos grandes centros que os produzem e estimular o emprego nestes e não em sua própria economia." (68)

A lógica deste argumento levou a uma conclusão de grande importância para o pensamento cepalino, qual seja a de que a industrialização destinada a superar as características negativas de uma economia voltada para a produção e exportação de bens primários, não poderia estar limitada à produção de artigos de consumo. (70) Neste caso, embora pudessem ser observados alguns efeitos positivos em termos de absorção do trabalho excedente, o processo de industrialização esbarraria em permanentes dificuldades oriundas da "limitada capacidade das exportações para

sustentar, na medida necessária, as importações de bens de capital." (71)

Desta maneira, a concepção cepalina percebia a industrialização como uma nova etapa da difusão internacional da técnica capitalista, mas que, devido às condições especiais vigentes na periferia, exigiria uma orientação coordenada para setores produtivos estratégicos, em especial para aquele voltado à produção de equipamentos de capital. Sem esse complemento, a diversificação industrial permaneceria inconclusa, pois sempre encontraria limites na disponibilidade de divisas provenientes das exportações - não incorporando os principais elementos responsáveis pelo progresso técnico.

Seguindo este raciocínio, o objetivo de incremento da acumulação de capital e da produtividade estaria, em primeiro lugar, relacionado diretamente ao aumento das inversões em "bens de capital eficazes", que "acrescentem imediatamente a produtividade do trabalho e desenvolvam uma margem de poupança que transformada em novas inversões, dará novos incrementos de produtividade" (72) - conforme foi visto anteriormente. Mas além disso (e ainda mais importante), seria necessário que a política industrial estivesse voltada para a internalização da produção de equipamentos nos próprios países latino-americanos, logrando uma estrutura industrial integrada. Era somente com a realização destas mudanças, que seria possível que o desenvolvimento econômico atingisse um ritmo adequado para a superação do atraso periférico. Isto explica, por sua vez, porque mesmo a crescente complexidade de algumas economias da América Latina não impediu que os conceitos de centro e periferia fossem reafirmados pelos autores da tradição cepalina. (73)

Esse diagnóstico formou a base para a visão desenvolvimentista da CEPAL, que apontava a industrialização acelerada como o único meio disponível para alcançar uma estrutura económica moderna, isto é, semelhante a dos países centrais. Além disso, as mudanças trazidas com esse processo deveriam não só alcançar um perfil industrial integrado e dinâmico, mas também transformar radicalmente as condições sociais e políticas dos países periféricos.

A vinculação automática dessas mudanças ao crescimento industrial, foi uma característica marcante no pensamento cepalino clássico dos anos 50. Embora não se encontrasse em seus escritos praticamente qualquer referência às condições sociais e políticas que envolveriam o desenvolvimento económico, era sugerido vagamente que a modernização das estruturas materiais induziria a mudanças semelhantes nas relações sociais e políticas das nações periféricas, aproximando-as ao paradigma das sociedades do centro capitalista. Em suma, as transformações preconizadas pela CEPAL possuíam uma dimensão abrangente, que envolvia a reformulação de todos os aspectos das sociedades da periferia. O seu programa de industrialização era, ao mesmo tempo, um projeto de sociedade, onde o "progresso" e o "moderno" eram associados automaticamente a um ritmo intenso de progresso técnico e diversificação industrial.

Essa construção teórica conquistou rapidamente inúmeros adeptos entre empresários e "policy makers" da América Latina, na medida que apresentava uma lógica interna consistente e capaz de indicar com clareza os caminhos para a modernização capitalista. Ao mesmo tempo, havia também um forte atrativo, para aqueles segmentos, no conteúdo dos diagnósticos e prescrições cepalinos. Primeiro, utilizava-se um aparato teórico convencional, que se era crítico ao liberalismo económico, resgatava diversas idéias do fiscalismo keynesiano do pós-guerra - o qual se havia mostrado muito

eficiente na administração do crescimento dos países centrais. Ainda mais importante, era que a teoria cepalina mantinha suas análises estritamente no interior de categorias económicas definidas de modo a constituir um espaço exclusivo e auto-suficiente da investigação. Assim, o progresso técnico, a produtividade, o investimento e a industrialização correspondiam a atributos neutros do desenvolvimento económico, que poderiam ser discutidos à parte dos seus condicionantes e significados sociais e políticos. Em segundo lugar, as recomendações de política económica contidas nos textos clássicos da CEPAL, evitaram cautelosamente medidas que pudessem representar alterações mais significativas nos perfis de concentração da propriedade, de renda e de consumo existentes.

Todos esses elementos fizeram com que a teoria da CEPAL exercesse uma forte atração entre as elites da América Latina. Na medida que a concepção cepalina clássica sobre o capital estrangeiro vinculou-se estreitamente à sua perspectiva social e política, no próximo item esta última será discutida com um pouco mais de cuidado, principalmente na forma assumida de sugestões de política económica nos anos 50.

1.3. O desenvolvimentismo cepalino : política económica e ideologia

Os anos 50 provavelmente corresponderam à "idade de ouro" da CEPAL. Com efeito, neste período observou-se uma notável difusão de suas idéias na América Latina, uma firme auto-confiança na capacidade de direccionar os rumos de suas economias e uma esperança crescente de que o sonho de uma sociedade capitalista racional e harmónica, idealizada na imagem dos países centrais, pudesse ser realizado. Sobretudo na segunda metade da década, as teses cepalinas já se haviam tornado largamente conhecidas, sendo assimiladas explicita ou implicitamente no debate económico da época. Nestes anos,

talvez seja legítimo dizer que a CEPAL foi, antes de tudo, um teoria do desenvolvimento, que reunia as aspirações de uma rápida industrialização sem o recurso a soluções mais radicais propostas por alguns setores nacionalistas e de esquerda.

Diversos indicadores elaborados pela CEPAL, mostravam que, nos anos 50, a industrialização havia alcançado níveis bastante significativos. Uma dessas evidências foi a crescente participação relativa alcançada pela indústria manufatureira, acompanhada pela queda do peso das atividades primárias. Apesar de relevante no resultado do conjunto da América Latina (passando de 18,0% em 1945-49 para 20,2%, em relação ao PIB, em 1955-60), o desempenho da indústria manufatureira poderia ter sido ainda melhor, caso se descontasse a involução observada na Argentina na década de 50 - onde, de 23,5% em 1945-49, passou a indústria manufatureira a responder por 22,7% do PIB em 1950-54 e 22,9% em 1955-61, enquanto o Brasil, e.g., apresentava essa mesma relação evoluindo de 17,3% em 1945-49, 20,7% em 1950-54 para 25,8% em 1955-61(74). Mas o que a CEPAL identificou como o mais significativo nesta expansão da atividade industrial nos 50, foi o prosseguimento da substituição de importações atingindo faixas mais complexas de produção. Além das quedas nos coeficientes de importação dos bens de consumo não-duráveis e de itens de "Construção", as reduções nestes índices quanto aos bens duráveis de consumo e máquinas e equipamentos foram interpretadas na época como sinais altamente positivos e promissores da diversificação setorial pela qual estavam passando pelo menos as principais economias da América Latina. O registro negativo ficava por conta de itens como combustíveis, matérias-primas e bens intermediários.(75)

Na verdade, já no "Estudio Económico de 1951-52", indicava-se as prováveis dificuldades no processo substitutivo, em virtude da crescente complexidade exigida na produção

interna. Na época (1953), condicionava-se o ritmo de crescimento para o restante da década, na América Latina, à possibilidade de aumentar as exportações, ao comportamento das relações de troca e à afluência de capital de empréstimo do exterior. (76) Nos anos seguintes, embora perdurassem as preocupações com a rigidez de certos itens de importação, o tom otimista foi mantido diante das possibilidades do processo substitutivo, tendo-se reafirmado ainda mais com o auge das inversões diretas estrangeiras na segunda metade da década.

Ainda que este surto dos investimentos das grandes corporações internacionais deva ser visto no capítulo 2, é importante ressaltar aqui a percepção (na época), pela CEPAL, do seu significado para as estruturas internas da América Latina: destacava-se a sua extrema capacidade (direta e indireta) de diversificação industrial, constituindo-se assim em um fator altamente positivo para as economias da região. Assim, em 1957, o "Estudio Económico de América Latina" constata que, nos anos anteriores, as inversões externas haviam tendido a concentrar-se em setores de exportação - especialmente no Peru e Venezuela. Embora estes provocassem efeitos positivos na capacidade para importar, dizia o documento, "o desenvolvimento econômico latino-americano - segundo se tem colocado manifestamente em outros estudos da Comissão - exige uma canalização das inversões na forma mais adequada para promover uma diversificação produtiva com primazia das atividades que atendam o mercado interno." (77)

Em larga medida, a orientação das inversões externas nos anos seguintes, nos principais países da América Latina, coincidiu com essa determinação de prioridade da CEPAL, tendo sido alcançados significativos avanços em termos da diversificação setorial na indústria. É só nos anos 60 (conforme será visto no capítulo 2) que as análises ganharão contornos pessimistas, mas em nenhum

momento será posto em questão o que fora alcançado nos anos 50 - antes pelo contrário, a referência ao dinamismo deste período seria decisiva para as interpretações de esgotamento do processo de substituição de importações nos anos 60, comuns entre os autores da CEPAL. (78)

O que viera acontecendo na América Latina nos anos 50 foi interpretado, assim, como um enorme avanço no sentido de criarem-se as condições internas para ser superado o status de periferia no conjunto capitalista internacional. Pelo menos nos principais países, as inversões pública e privada (tanto nacionais como estrangeiras) ocorriam em setores de infra-estrutura, bens de consumo duráveis, bens de capital e intermediários, que indicavam uma crescente internalização daquelas indústrias tidas como fundamentais pelo seu dinamismo tecnológico, juntamente com aquelas que atendiam ao consumo corrente.

Apesar das pressões notadas sobre o Balanço de Pagamentos e preços trazidas com este processo, percebia-se também que se avançava para uma estrutura industrial diversificada setorialmente, capaz de, aos poucos, permitir o incremento e absorção interna da produtividade. Nestes termos, o que estava ocorrendo na década de 50, aproximava-se bastante aos pontos fundamentais do diagnóstico e recomendações da CEPAL, elaborados nos seus trabalhos clássicos. Em especial, o que se destacava em relação às fases anteriores de crescimento industrial, era que estavam sendo internalizados estágios de relativa complexidade da indústria de bens de produção, que era, como foi visto, o componente decisivo que possibilitaria absorver o efeito expansivo oriundo do progresso técnico e da demanda de equipamentos de capital. Era com a continuidade deste processo que se poderia reverter, a médio prazo, a especialização na exportação de primários e, com isso, a histórica tendência de deterioração dos termos de intercâmbio.

Foi esta perspectiva que levou, por exemplo, a que Celso Furtado, em um artigo de 1960, interpretasse a extensão do desenvolvimento industrial para a produção de aço, petróleo e bens de capital, como tendo significado para o Brasil a conquista dos "centros de decisão", os quais anteriormente estariam localizados no exterior. Esse raciocínio permitiu que Furtado concluísse, na época, que o país possuía boas condições de superar a sua situação periférica e de obter uma estrutura econômica similar a dos países centrais. (79)

A força deste tipo de raciocínio residia não só em dar uma explicação logicamente consistente às mudanças que estavam ocorrendo na América Latina, mas também em mostrar um caminho respaldado nas economias e sociedades do núcleo hegemônico do capitalismo mundial. A referência inevitável recaía sobre a imagem das economias líderes das transformações mais extensas que haviam ocorrido na história das sociedades. E nesse sentido, a impecável lógica cepalina que constituía a defesa teórica da industrialização, ajustava-se muito apropriadamente às concepções de progresso e modernização defendidas por grupos sociais da periferia, sobretudo as classes dirigentes e camadas médias envolvidas pelos seus valores ideológicos e culturais.

Readaptada para a época, a "ocidentalização" continuou sendo, deste modo, um projeto de forte apelo social, da mesma maneira que havia sido no século XIX e início do seguinte. (80) E qual era, de acordo com esta perspectiva, a expressão mais notável do progresso de uma sociedade nos moldes modernos, senão a industrialização e o dinamismo das relações capitalistas? Só que agora a idéia do desenvolvimento vinha reforçada por resultados bem mais palpáveis (obtidos nos anos 50) do que se tinha alcançado até então, e contava com um conjunto de argumentos bastante eficiente representado pelo ideário cepalino.

O que significou para a teoria da CEPAL estar associada a uma visão particular da sociedade não é desprezível. (81) Isto pode ser dimensionado melhor ao serem examinadas as propostas cepalinas de política econômica, voltadas para superar a condição periférica. Como se viu antes, o baixo nível de poupança doméstica, resultante de um dinamismo tecnológico insuficiente, explicaria o fraco ritmo de desenvolvimento na periferia. Por esta razão, o grande problema do planejamento estratégico, seria encontrar mecanismos que incrementassem a poupança doméstica (e o investimento) a uma taxa compatível às necessidades dos países periféricos.

Duas medidas de estímulo à poupança foram descartadas logo nos primeiros trabalhos da CEPAL. Primeiro, o expediente de redução do consumo básico, por via compulsória, foi considerado inviável devido ao já deteriorado perfil de consumo popular nos países periféricos. (82) Segundo, a inflação foi desqualificada com o argumento de possuir uma eficácia transitória, levando a um desestímulo da poupança voluntária, a reações altistas pelo sistema e, por fim, a uma distribuição regressiva da renda. (83)

Restariam duas opções plausíveis. Primeiro existiria uma margem de compressão do consumo para faixas de renda mais elevadas, que desviavam divisas que poderiam ser utilizadas para a compra de manufaturados essenciais. Deste modo, seria "indispensável tomar medidas para aumentar e orientar a capitalização às expensas do consumo destes grupos, e aqui o sistema fiscal é chamado a desempenhar um papel que até agora não tem recebido importância na América Latina". (84) A outra alternativa possível seria a atração do capital estrangeiro. Este foi pensado como um dos meios fundamentais com os quais se poderia "acelerar o ritmo de crescimento" sem comprimir o consumo das massas, e, com isso,

lograr o incremento da produtividade e dos níveis de renda na economia. (85)

Estas duas alternativas, contudo, não receberam a mesma ênfase nos escritos e nas políticas preconizadas pela CEPAL. Inicialmente, a taxaço sobre as faixas de consumo de luxo foi considerada pouco promissora, devido a sua pequena importância quantitativa - segundo Prebisch - em relação à magnitude necessária para detonar o desenvolvimento acelerado. (86) Por outro lado, a participação mais intensa do Estado na alocação de recursos, decorrente de uma maior carga fiscal sobre a renda capitalista, foi encarada como problemática, dado que poderia ocorrer "em prejuízo da formação de capital" e envolver riscos de incidir sobre recursos destinados ao investimento. (87) Embora de forma vaga e imprecisa, havia uma preocupação real, por parte de Prebisch, com os significados políticos e ideológicos de medidas fiscais desta natureza, motivo que justificaria uma grande cautela quanto a intensidade de mobilização de recursos internos. (88)

Devido a esta postura diante da taxaço das rendas capitalistas, a outra alternativa (recurso ao capital estrangeiro) foi considerada fundamental para o crescimento acelerado - como será visto com algum detalhe no próximo capítulo. De uma forma geral, a estreita identidade com as perspectivas das classes burguesas na América Latina, fez com que, tanto no debate teórico como nas aplicações práticas das idéias cepalinas, as propostas de medidas fiscais mais rigorosas e de uma atuação do Estado mais abrangente não ocupassem uma posição de relevo, chegando a ser encaradas como inoportunas em momentos em que se defendeu sua adoção como meio básico de potencializar o desenvolvimento econômico nos países da região.

Um exemplo que ilustra bem esta postura da CEPAL, encontra-se no debate provocado por um artigo do economista inglês Nicholas Kaldor, por ocasião de sua breve permanência no Chile, em 1956, como consultor da instituição para assuntos relativos à política tributária nos países atrasados. (89) Nos três meses que esteve em Santiago, além das atribuições normais de consultoria, Kaldor elaborou um estudo sobre o Chile, onde buscava analisar as principais características e problemas enfrentados pela economia do país. Embora não houvesse sido encomendado pela instituição, logo o ensaio foi objeto de debate entre os economistas da CEPAL.

Uma das mais controversas idéias contidas no texto foi a de que o baixo ritmo de crescimento apresentado pela economia chilena na época, devia-se fundamentalmente à estrutura de consumo, poupança e investimento das classes burguesas do país. Segundo Kaldor, a sociedade chilena apresentava uma participação elevadíssima dos lucros na renda nacional, fato que, de acordo com as suas idéias desenvolvidas na época, deveria corresponder teoricamente a uma alta taxa de acumulação de capital. (90) No entanto, a partir das contas nacionais do Chile, Kaldor constatava que, não obstante a alta relação dos lucros na renda, a poupança apresentava-se com um percentual bastante reduzido, o que indicava uma desproporcional propensão a consumir dos capitalistas locais - fato responsável pela baixa taxa de acumulação observada, segundo o autor. (91)

Em seu argumento, mesmo com a progressiva tendência de concentração de renda no país - entre 1940 e 1954, os salários haviam passado de 28 para 21 % da renda nacional e os lucros e dividendos de 23 para 27 % -, não haveria motivos para esperar um incremento nas inversões em capital fixo, posto que a taxa de poupança privada mostrava-se reduzida. O autor indicava, por exemplo, que enquanto as

classes proprietárias na Inglaterra poupavam cerca de 48% e dispendiam 52% da sua renda após os impostos, as mesmas relações para o Chile eram de 26% e 74%, respectivamente. (92) A principal conclusão apresentada por Kaldor foi que somente seria possível obter uma taxa de investimento adequada aos propósitos do desenvolvimento econômico, se o Estado interviesse com tributos sobre as rendas capitalistas e programas de investimento público, reorientando o excedente esterilizado em consumo de luxo pelas classes proprietárias do país. (93)

Parece que o impacto dessas idéias foi imediato, causando reações contrárias em diversos segmentos da sociedade chilena, que vivia uma época de eleições presidenciais. Dentro da CEPAL, segundo Palma e Marcel, as críticas também apareceram rapidamente. Além de aspectos técnicos sobre os dados utilizados por Kaldor, o principal foco de divergência concentrou-se nas implicações políticas da proposta de taxaço do consumo capitalista. (94) Segundo Kaldor, a economia chilena gerava um excedente potencialmente capaz de tornar-se o móvel da diversificação produtiva auto-sustentada. No entanto, devido à estrutura social particular do país, que apresentava uma alta concentração da renda e elevadas taxas de consumo suntuário, o excedente potencial era esterilizado de forma improdutivo - o que respondia, em grande medida, pelo atraso econômico do país, de acordo com o autor. Isso significava, entre outras coisas, que o apelo ao capital estrangeiro correspondia a um recurso dispensável e não-essencial ao desenvolvimento econômico periférico - pelo menos enquanto fosse justificado pela reduzida poupança doméstica. (95) Essas idéias obviamente contrastavam, de modo direto, com a concepção cepalina.

Uma mudança substantiva de enfoque era sugerida por Kaldor, a respeito dos fatores disponíveis para o estímulo do

crescimento. O problema da poupança doméstica poderia ser superado internamente, o que retirava dos recursos externos o papel estratégico atribuído pela CEPAL. A capitalização necessária ao desenvolvimento dependeria, assim, de mudanças sociais e políticas favoráveis, que pudessem viabilizar uma eficiente estrutura tributária e de gastos produtivos por parte do Estado. Como resumiu Kaldor, em seu artigo de 1956, "uma impressão geral é que os obstáculos a um desenvolvimento adequado não são naturais, técnicos ou econômicos, mas essencialmente políticos". (96)

Com diferenças desta natureza, o fato é que as idéias de Kaldor não foram bem assimiladas pela CEPAL, na época. O resultado foi que a publicação do artigo, que havia sido programada para o final do ano de 1956 no Boletim da instituição, nunca chegou a acontecer. Somente em finais de 1958 é que o autor foi noticiado definitivamente da recusa de seu ensaio, sob a alegação de "sensíveis implicações políticas" que tornavam "desaconselhável a sua publicação em um documento das Nações Unidas". (97)

Como se vê, o principal ponto que estava em disputa era a forma com que se dava a mobilização de recursos para o desenvolvimento econômico, pois tanto Kaldor como a CEPAL previam que os ajustes espontâneos do mercado seriam insuficientes para obter uma estrutura produtiva dinâmica na periferia. A esse respeito, a CEPAL apresentava uma posição marcadamente cautelosa, com o que a atração do capital estrangeiro surgia como uma alternativa essencial para o desenvolvimento na América Latina. Isso tudo a despeito de outras opções de política econômica formuladas por autores que não somente influenciaram o debate sobre o "subdesenvolvimento" nos anos 50, mas que mantinham até mesmo algum tipo de ligação com a CEPAL.

Além de Kaldor, um outro autor importante que se enquadrou neste perfil foi o economista polonês Michal Kalecki, na época um funcionário do Departamento de Assuntos Econômicos da ONU. (98) Nessa condição, em 1953 Kalecki realizou uma série de palestras no México sobre o tema do "financiamento do desenvolvimento econômico", que foram publicadas logo em seguida (em 1954) na revista *El Trimestre Económico*. (99) No artigo, além de um conjunto de argumentos sobre a inflação nos países atrasados, o autor apresentou também uma visão muito pessimista acerca de uma estratégia de desenvolvimento baseada no capital estrangeiro, recomendando como alternativa uma política de taxação do consumo não-essencial e dos lucros. (100)

O interessante de ser notado aqui é que esse texto influenciou diretamente as novas idéias estruturalistas do processo inflacionário, que foram desenvolvidas pioneiramente por Osvaldo Sunkel, Juan Noyola e outros autores cepalinos. (101) Isso indica pelo menos um impacto razoável das teses formuladas por Kalecki em 1954 entre os economistas da CEPAL, em um assunto (a inflação) que se tornou uma de suas principais contribuições à teoria econômica. Não obstante, no que diz respeito especificamente ao tema das formas de mobilização de recursos e do papel do capital estrangeiro, a influência de Kalecki foi desprezível na época, persistindo a visão original de que as iniciativas internacionais deveriam ocupar uma posição destacada no desenvolvimento latino-americano.

Tudo isso parece sugerir que influenciado por uma perspectiva social particular, o desenvolvimentismo cepalino ajustou-se nos anos 50 às esperanças modernizantes das elites da América Latina, desprezando medidas que atingissem mais diretamente as estruturas de propriedade, de renda e consumo - como as sugeridas por N. Kaldor e Kalecki. A elevação do "nível de vida das massas" e a superação das estruturas sociais "arcaicas" - termos comuns

nos textos cepalinos - seriam um resultado do próprio processo dinâmico de industrialização. A prioridade analítica da CEPAL, portanto, dirigiu-se ao objetivo do desenvolvimento acelerado, entendido como um intenso processo de difusão tecnológica que culminasse com a presença de um setor de bens de capital moderno e dinâmico.

Como já foi comentado anteriormente, os textos cepalinos limitaram-se a apontar a consolidação de uma indústria de bens de capital como fator essencial na internalização dos efeitos positivos do progresso técnico, sem que propusessem priorizar a capacitação tecnológica das empresas nacionais em detrimento das transferências de técnicas mediante investimentos diretos das empresas transnacionais. Mesmo com ambas modalidades de transferência possuindo significados bem distintos, sobretudo porque o investimento direto da grande corporação estrangeira não constitui, em geral, um meio eficaz de eliminar as "assimetrias" entre países de diferentes níveis de desenvolvimento material, os textos cepalinos clássicos não fizeram referência especial a uma delas.

Assim, pelo menos nos anos 50 e início dos 60, parece ter prevalecido entre os cepalinos uma visão bastante pragmática quanto a difusão da técnica capitalista entre países e empresas da periferia. De fato, é somente a partir da segunda metade da década de 60 que o tema da capacitação tecnológica passará a ser problematizado, identificando-se as diferenças entre as alternativas de transferência de técnicas via investimento direto da empresa transnacional e o desenvolvimento da capacidade doméstica de geração de novos processos e produtos. (102) Embora autores da própria CEPAL, como Osvaldo Sunkel, tenham sugerido que desde o início a preocupação cepalina foi a de "assimilar, e não de transferir, copiar ou reproduzir o progresso técnico", dificilmente

este tipo de interpretação poderia ser referendada nos textos clássicos dos anos 1949-54. (103)

A particularidade (ou o pragmatismo) do tratamento dispensado pela CEPAL às duas questões mencionadas - capital estrangeiro e tecnologia - provavelmente contribuiu para a adequação de seu projeto de sociedade às mudanças em curso nos anos 50. A força da CEPAL veio exatamente da sua sintonia com as tendências mais gerais do capitalismo mundial e com os grupos sociais hegemônicos na periferia, que favoreciam um amplo processo de internacionalização produtiva. O "desenvolvimento nacional" corresponderia, assim, a um processo de consolidação de uma estrutura industrial dinâmica e integrada, onde as empresas e recursos externos ocupariam um lugar expressivo.

No próximo item, a visão cepalina sobre o capital estrangeiro será discutida com um pouco mais de cuidado. Primeiro, serão expostas as premissas que formaram a base da análise da CEPAL sobre a internacionalização econômica. Segundo, apresenta-se a visão geral cepalina sobre o capital estrangeiro, sua reação diante dos enormes influxos de recursos na América Latina nos anos 50, bem como as análises desenvolvidas na primeira metade dos anos 60. Por fim, discutem-se algumas implicações mais gerais da perspectiva cepalina sobre o investimento internacional.

CAPITULO II - As idéias da CEPAL sobre o capital estrangeiro:
1949-64

Como foi visto no capítulo anterior, um dos principais aspectos da nova modalidade de inserção internacional dos países da América Latina preconizada nos documentos cepalinos, consistia em obter uma estrutura industrial setorialmente integrada, onde se destacaria a consolidação de um setor produtor de bens de capital, visto como o meio privilegiado para que se internalizassem os resultados do progresso técnico. Diante dessa meta, existiria, no entanto, um obstáculo fundamental na forma de uma escassez crônica de poupança, típica das economias periféricas. Na verdade, essa escassez seria a própria manifestação do débil incremento do progresso técnico na periferia, fruto tanto do baixo ritmo da acumulação de capital como da transferência dos impulsos positivos da demanda de máquinas e equipamentos para o exterior.

Em virtude desse diagnóstico, a problemática da CEPAL passou desde o início, a estar associada à existência de um "círculo vicioso" do atraso, que teria suas raízes nos baixos níveis de investimento, produtividade e renda na periferia, bem como na debilidade da sua indústria de bens de capital. E a partir desse quadro que o capital estrangeiro deverá ser introduzido na argumentação cepalina, passando a ser visto como um dos meios mais eficientes para que fossem rompidos os limites antepostos à reprodução capitalista na periferia. Isto não quer dizer que não houvesse uma preocupação explícita com a capacitação tecnológica das empresas domésticas ou com os possíveis efeitos negativos sobre o Balanço de Pagamentos das remessas de aplicações externas. Como será visto adiante, esses pontos estiveram presentes nos documentos cepalinos ao longo dos anos 50, mas ao contrário de uma opinião bastante difundida, eles não levaram a qualquer tipo de rejeição dos investimentos diretos internacionais como um fator crucial para o desenvolvimento econômico na América Latina.

O objetivo desse capítulo é expor as principais hipóteses e raciocínios que conduziram a CEPAL a esta visão particular do capital estrangeiro, entendido como uma peça estratégica de um novo estilo de desenvolvimento a ser consolidado nos países periféricos da região. Tendo isso em vista, primeiro discutem-se alguns antecedentes da análise cepalina sobre o capital estrangeiro, a partir da maneira com que foi avaliada a participação de empresas e financiamentos externos no desenvolvimento econômico latino-americano, nas décadas anteriores a 1950. Em seguida, apresenta-se um exame mais sistemático dos argumentos teóricos que sustentaram a oportunidade das inversões internacionais. No segundo item, expõem-se as principais posições assumidas pela CEPAL na conjuntura dos anos 50 diante do enorme fluxo de capital deslocado para a América Latina, bem como a postura adotada no início dos anos 60, um período que desencadeou uma série de revisões na análise cepalina. Por fim, a título de conclusão da 1. parte, retomam-se algumas questões mais gerais associadas à visão de sociedade embutida nos textos cepalinos, que conduziu a uma perspectiva teórica particular sobre a internacionalização e o desenvolvimento econômico dos países atrasados.

2.1 - As referências históricas na análise cepalina do capital estrangeiro

A análise da CEPAL sobre o capital estrangeiro, desenvolvida em seus documentos básicos, foi claramente marcada pela experiência anterior de investimentos externos nos países periféricos. Pelo menos três características dessa experiência foram registradas com particular intensidade na memória histórica da instituição. Primeiro, é possível identificar a importância dada às persistentes dificuldades no Balanço de Pagamentos. Assim, uma situação deplorada logo no ensaio fundador do pensamento cepalino, foi a que levou às condições

de insolvência externa de países da região com a crise de 1929.(1) Isso revela um traço característico presente em boa parte das reflexões posteriores da CEPAL acerca do capital estrangeiro, pois ficará bem acentuada uma preocupação especial com as questões relativas ao equilíbrio do Balanço de Pagamentos, nos trabalhos dos anos 50 e início dos 60.

Em segundo lugar, as menções relativas ao aporte de recursos, conhecimento e habilidades associados às iniciativas dos capitais estrangeiros, ao menos parcialmente tomaram como base a experiência dos investimentos dos países centrais ocorridos no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que tiveram um papel significativo em áreas como transporte, energia, financiamento e comércio na América Latina. Foi em parte devido a isso que, na comparação entre o mercado financeiro pré-30 e os fluxos de capital orientados para a periferia no pós-guerra, Prebisch chegou a demonstrar uma grande preocupação com o que chamava de "escassez do capital que está sendo investido na América Latina". Essa perspectiva levava a duas conclusões complementares. Inicialmente, via-se na ausência de mecanismos externos eficientes de financiamento da infra-estrutura básica, um dos "obstáculos mais importantes em que tropeça(va) o desenvolvimento econômico na América Latina."(2) Além disso, as iniciativas diretas das empresas internacionais eram tidas como bastante oportunas, principalmente "naqueles casos tão frequentes em que junto com <elas> vem uma nova técnica, tanto na produção como na organização da empresa e desenvolvimento do mercado."(3)

Em terceiro lugar, a concentração dos investimentos estrangeiros em atividades vinculadas ao setor exportador, também parece ter marcado as concepções cepalinas sobre o capital internacional e o desenvolvimento latino-americano.(4) Em função disso, era comum que a reorientação das inversões privadas no sentido do mercado interno, fosse vista como um fato altamente positivo para o desenvolvimento periférico -

Mesmo quando justificado, apenas, para o objetivo restrito de enfrentar virtuais desequilíbrios no Balanço de Pagamentos. (5)

Deste modo, a experiência histórica que ligava os países da América Latina às inversões (basicamente privadas) do núcleo hegemônico capitalista interacional, serviu tanto para o reconhecimento de sua posição estratégica na diversificação material da periferia, como para a cautela com a fragilidade crônica das contas externas. Desde que a projeção internacional da economia britânica, sob o impulso da sua Revolução Industrial, atingiu também os países periféricos da América Latina em meados do século XIX, poucas possibilidades efetivas restariam a estes que não fosse o caminho do progresso e da modernização apontado pelo exemplo britânico. Na medida que a CEPAL colocava-se em uma perspectiva onde o "moderno" era uma meta estreitamente associada aos avanços do capitalismo nos centros industriais, não restava dúvida que a "colaboração internacional" - de acordo com o termo cepalino - era não só desejável mas também necessária.

Algumas destas características dos investimentos externos destacadas pela CEPAL, serão vistas brevemente a seguir. O primeiro movimento mais significativo das iniciativas estrangeiras na América Latina, concentrou-se nos anos 1860-1914. Antes disso, as inversões (basicamente britânicas) tomaram, em geral, a forma de financiamentos de dívidas de governos, através do lançamento de bônus nos principais centros financeiros da Europa - notadamente no de Londres. No entanto, as operações especulativas das instituições que lançavam estes títulos, juntamente com os problemas nas contas externas dos países latino-americanos, fizeram que, logo em 1827, as atividades de financiamento fossem desorganizadas, provocando um verdadeiro crack do mercado de títulos internacional. (6) Com a quebra do mercado de crédito nos anos 20, somente em meados do século é que os fluxos de capital para a América Latina foram retomados,

inicialmente de forma tímida, nas décadas de 60 e 70, até chegar a um novo pico nos anos 80. Esse impulso das inversões estrangeiras, a partir de meados do século XIX, em boa parte revelou ser ainda um produto da projeção britânica para áreas distantes do mundo, fruto de sua hegemonia na economia internacional. (7)

Um fato importante constatado em todo esse período, foi a baixa participação dos investimentos internacionais ingleses na indústria manufatureira. No período 1865-72, por exemplo, apenas 0,7% de seu total destinou-se a esta atividade; em outro intervalo (1909-1913), embora crescendo um pouco, a relação permaneceu baixa (4,8%) frente às áreas tradicionais de inversão como transporte (46,6%), serviços públicos (17,3%) e mineração (9,3%). (8) Na verdade, todos os principais países que mantinham negócios no exterior acompanhavam esse perfil. A França, que em 1914 respondia por 19,9% do total das inversões externas mundiais, também possuía uma baixa participação em iniciativas na indústria manufatureira, predominando as operações em ferrovias, serviços públicos, portos, títulos de governos, etc.. Do mesmo modo, a Alemanha (12,8% das inversões externas no mundo) parece ter mantido essa tendência, embora com inversões importantes para a época em áreas como equipamentos elétricos, eletroquímica e metalurgia - especialmente em países europeus. Por fim, os Estados Unidos, que elevaram sua participação nas inversões internacionais de 2,1% em 1900 para 7,8% em 1914, também tiveram seus investimentos diretos concentrados em atividades não-manufatureiras. (9)

De uma forma genérica, esse perfil tradicional das inversões estrangeiras foi rigorosamente observado na América Latina às vésperas da I Guerra Mundial. Como no caso britânico, os investimentos oriundos da França na região, que chegaram a 18,1% das suas aplicações externas totais em 1914, orientaram-se preferencialmente para operações de financiamento

a governos e projetos de infra-estrutura básica. No caso alemão, se houve investimentos razoáveis em plantas industriais em países europeus, os fluxos de capital destinados para a América Latina (que correspondiam a 15,5% de suas aplicações transnacionais, em 1914), concentraram-se na instalação de portos e serviços públicos. E no caso dos Estados Unidos, que ainda tinham os negócios de suas empresas no exterior baseados sobretudo na América Latina (47,1%), as áreas privilegiadas foram empréstimos públicos, mineração, agricultura e ferrovias. (10)

Em termos de distribuição das inversões externas na América Latina, por países de origem, fica patente que a posição britânica ainda era hegemônica em 1914. (11) Do total estimado em investimentos diretos, em 1914, cerca de 47,4% estavam associados aos empreendimentos britânicos, 18,4% aos americanos, 9,4% aos franceses e 4,2% aos alemães, enquanto 20,6% eram de outros países ou não-registrados. (12) O perfil setorial destas aplicações confirma a idéia mencionada acima de baixa participação em atividades manufatureiras. No total das inversões dos países, esta última área chega ao percentual de 7,4%, um resultado ainda assim relativamente elevado se comparado com os valores alcançados pelas inversões do Reino Unido e Estados Unidos (2,3% e 1,2%, respectivamente) - isso se deve ao alto nível de participação na indústria manufatureira assinalado pelas inversões compiladas no item "outros países e sem distribuição".

No plano dos países receptores, a Argentina constituiu-se no maior mercado das aplicações estrangeiras (42,5% do total), absorvendo 41,3% das inversões britânicas, 40,6% das francesas, 73,4% das alemãs e, por outro lado, com um baixo percentual de inversões americanas (2,9%). O Brasil posicionou-se a seguir, com 15,8% do total das inversões, tendo recebido 17% dos capitais ingleses, 55% dos franceses e apenas 3,6% dos americanos. Como terceiro mercado, vinha o México

(15,6% do total), onde estavam aplicados 17% das inversões privadas britânicas e 38,9% das americanas. O traço peculiar nesta distribuição dos "host countries", foi a baixa participação dos capitais americanos nos principais mercados (com exceção do México). Realmente, até 1914, o principal fluxo de capital que se orientava para as duas maiores economias da região (Argentina e Brasil), tinha sua origem ainda nos centros europeus. Somente após a I Guerra é que as inversões americanas iniciariam uma reorientação para aqueles mercados. (13)

A importância de serem recuperadas as linhas básicas das inversões estrangeiras em uma época tão remota como o pré-I Guerra, reside no fato de que a CEPAL parece tomar este período como uma das referências mais influentes para suas reflexões sobre o capital internacional e seu papel no desenvolvimento periférico. (14) A preocupação com a debilidade do Balanço de Pagamentos e com a especialização dos investimentos externos, serviu, primeiro, para delimitar a postura favorável a uma reorientação dos fluxos de capital para o objetivo da industrialização. Por outro lado, as experiências das inversões diretas e financiamentos para gastos em infra-estrutura básica em alguns países da América Latina, patrocinados pelos capitais europeus e americano, apontavam para o papel estratégico que jogariam na modernização da periferia os recursos, o conhecimento e as técnicas desenvolvidas no centro. Esses elementos positivos permitiam que o projeto de uma larga diversificação produtiva na periferia fosse idealizado supondo uma ampla "colaboração internacional" - isto é, uma participação estratégica do capital estrangeiro. (15)

Nos anos que se seguiram à Guerra, ocorreram algumas modificações sensíveis nos investimentos transnacionais. As principais alterações foram, de um lado, a quebra da hegemonia britânica (e europeia) na vida econômica da América Latina, e,

de outro, um papel ascendente dos investimentos em áreas não-tradicionais, notadamente na indústria manufatureira. Não obstante, a perspectiva cepalina reconheceu, neste último ponto, apenas um elemento potencial, que não havia alterado a clássica orientação das inversões externas para o setor exportador e as recorrentes dificuldades no Balanço de Pagamentos derivadas das remessas de recursos para o exterior. Quanto a este último elemento, por exemplo, a insolvência de vários países da América Latina, nos anos 30, foi vista como uma confirmação definitiva da fragilidade da região frente às nuances do mercado de inversões internacionais.(16)

Na verdade, há poucas referências nos trabalhos clássicos da CEPAL a respeito da posição histórica das iniciativas estrangeiras na economia da América Latina. E as alusões sobre as mudanças nelas observadas após a I Guerra, são ainda mais reduzidas.(17) Ainda assim, tais transformações foram de alguma relevância, inclusive para os resultados verificados a partir de então na industrialização periférica. A primeira mudança, notada acima, foi o declínio das posições do capital britânico na economia latino-americana. Entre 1913 e 1929, por exemplo, as inversões oriundas dos Estados Unidos cresceram a uma taxa bastante superior a dos investimentos ingleses na região. Assim, nos anos 20, as empresas americanas passaram a ter uma posição cada vez mais importante na economia da América Latina.(18) Na década seguinte à grande crise de 1929, as tendências manifestas até então foram temporariamente revertidas. Se for tomado o período anterior à deflagração do segundo conflito mundial, embora o estoque das inversões britânicas tenha diminuído em 6,9% (entre 1928 e 1939), os ativos de propriedade americana apresentaram um resultado ainda mais desfavorável - queda de 22,1% entre 1929 e 1940. E somente nos anos 40 que o quadro das origens das inversões externas deverá sofrer sua maior transformação: enquanto os

capitais americanos investidos em empresas cresceram notavelmente (64,9% entre 1940 e 1950), os capitais britânicos haviam chegado, em 1949, a menos da metade do estoque existente em 1939. (19)

Esse impressionante declínio dos ativos ingleses na América Latina, por outro lado, foi desigual entre os países receptores. A maior queda registrou-se exatamente no maior mercado de aplicações da Inglaterra: na Argentina (38% do total em 1939), o estoque foi reduzido em 83,8% em 1949. Os dois outros maiores receptores de inversões britânicas também tiveram reduções, mas de menor magnitude: Brasil (-34,6%) e México (-18,9%). Um dos resultados desse desempenho foi que, em 1949, a Argentina passou a responder por somente 12,4% dos ativos ingleses na América Latina, ficando abaixo de Brasil (30,4%) e México (25%). Do lado dos investimentos americanos, a distribuição entre os países também foi alterada no período. Primeiro, confirmou-se a tendência de queda das participações de Cuba (observada desde 1929) e México (observada desde o início do século XIX). Cuba, que respondia por 20,7% das inversões totais em 1940, caiu para 14,4% em 1950. Para o México, essa queda foi de 13,2% em 1940 para 9,3% em 1950. Em segundo lugar, emergiram a Venezuela (passando de 9,7% do total em 1940 para 22,3% em 1950) e Brasil (de 8,9% em 1940 para 14,5% em 1950) como os dois maiores mercados em 1950. Por fim, Argentina e Chile, que haviam apresentado uma razoável expansão nestes índices entre 1929 e 1940, tiveram reduzidas suas relações na década seguinte (14,4% em 1940 e 8% em 1950 para a Argentina e 15,3% em 1940 e 12,1% em 1950, para o Chile). (20) Na medida que as outras inversões européias também acompanharam o desempenho das britânicas, o período que se abre com a I Guerra correspondeu a um declínio irreversível do predomínio dos capitais europeus e à ascensão da hegemonia americana na América Latina. (21)

A outra mudança significativa ocorrida após 1914, relacionou-se ao perfil setorial das inversões estrangeiras. Acompanhando a crescente diversificação material dos principais países da região, a reorientação das inversões americanas para estas economias caracterizou-se pelo peso cada vez maior das aplicações nas atividades manufatureiras. Como foi comentado antes, o incremento dos fluxos de capital americanos para o exterior (inclusive América Latina) na virada do século, não foi acompanhado por uma alteração no reduzido peso dos investimentos em indústrias. A título de exemplo, em 1914, apenas 2,9% das inversões diretas dos Estados Unidos na América Latina concentravam-se em manufaturas, enquanto 72,2% estavam imobilizados em atividades primárias (18,7% em agricultura, 43,3% em mineração e 10,2% em petróleo). (22) Embora não tenha ocorrido qualquer mudança fundamental desse padrão até os anos 50, já em 1929 houve um certo incremento da proporção das aplicações destinadas à indústria manufatureira - 6,7% contra 62,5% em atividades primárias. Em 1943, o percentual envolvido com empresas manufatureiras chegava a 11,9% e, em 1950, a 17,5%. (23) Esses números, vistos numa perspectiva de tempo mais ampla, indicam que certas mudanças estavam ocorrendo, pelo menos naquelas economias mais dinâmicas da América Latina. O crescimento dos mercados, as restrições internas que estimulavam a instalação de plantas industriais na periferia, a concorrência entre blocos de capital e as políticas geralmente bastante liberais para o capital estrangeiro, são alguns fatores que poderiam explicar a importância assumida pelas inversões externas em indústrias da região.

O fato de que pouca importância tenha sido dada, nos trabalhos clássicos da CEPAL, à análise mais detida das transformações no período referido acima, não deixa de trazer suas consequências. Mesmo que até meados dos anos 50 o fluxo de inversões externas jamais tenha alcançado o vigor do período

1880-1914, sem dúvida os investimentos diretos das grandes empresas internacionais continuaram tendo um papel de certa relevância na vida econômica da região. O mais provável é que, embora reconhecendo algumas mudanças em relação ao perfil tradicional das inversões pré-1914, aquelas não foram concebidas ainda como suficientes e adequadas para as metas do desenvolvimento econômico acelerado. A partir desse raciocínio, seria muito mais razoável, para a CEPAL, ressaltar as virtuais distorções de investimentos externos em setores de exportação, pois os ganhos daí advindos dificilmente poderiam compensar as condições desfavoráveis do comércio de bens primários no mercado internacional, o que levaria a sérios problemas no Balanço de Pagamentos. (24) Ou pôr em relevo a questão ainda mais fundamental da produção interna de máquinas e equipamentos, com o que se fazia reconhecer a importância das inversões estrangeiras na transferência da técnica moderna. (25)

Esse diagnóstico ajustava-se, com perfeição, ao objetivo de reorientar prioritariamente as inversões internacionais para a diversificação produtiva na periferia. Assim, a finalidade dos investimentos externos deveria ser pensada sob as novas condições econômicas periféricas, após o impulso da "industrialização" a partir da I Guerra: "(...) indubitavelmente, a profunda transformação no processo de desenvolvimento econômico, acentuada pela crise, tem restringido sobremaneira o campo de inversões nas atividades tradicionais de exportação. Agora, as inversões estrangeiras são chamadas preferencialmente ao desenvolvimento das atividades internas. Em lugar de aumentar as exportações tendem a reduzir as importações, ainda que isto não signifique desprezar as primeiras." (26) Contudo, na sequência da citação, reafirmava-se que os fluxos de capital para a América Latina eram insuficientes para a meta do desenvolvimento econômico acelerado: "Acontece (...) que o capital estrangeiro (...) não tem respondido ainda na medida desejável a esta nova orientação

das inversões. Demonstra-o a proporção relativamente pequena que, nas escassas inversões privadas dos últimos vinte anos, tem sido destinada ao desenvolvimento industrial e demais atividades internas dos países latino-americanos".(27) Deste modo, as transformações ocorridas na orientação dos investimentos internacionais para atividades manufatureiras, notadas anteriormente, ficavam subordinadas à ênfase na necessidade de um maior aporte de inversões estrangeiras para a modernização das economias da América Latina.

De qualquer forma, independente do motivo do relativo silêncio nos trabalhos clássicos da CEPAL sobre as mudanças no perfil dos investimentos internacionais, não parece haver dúvidas quanto ao papel estratégico atribuído ao capital estrangeiro para o objetivo do desenvolvimento econômico acelerado. A constatação, feita pela CEPAL, dos baixos níveis de poupança predominantes nas economias periféricas, tornou-se o ponto de partida para que se definisse o papel das iniciativas estrangeiras na superação do estatuto periférico. Uma política de desenvolvimento econômico deveria concentrar-se em romper os limites estruturais que impediam o incremento da produtividade, da renda e da acumulação de capital de forma sustentada na periferia. E, pelo que foi visto, um dos passos cruciais nesse sentido seria a internalização dos setores dinâmicos das estruturas industriais modernas, especialmente aquele mais vinculado ao desenvolvimento e difusão do progresso técnico: a indústria de bens de capital. Dito de outra maneira, o programa de industrialização cepalino consistia, basicamente, na reprodução do perfil industrial característico dos países centrais. Ainda assim, destacava um conjunto de traços peculiares que envolviam as economias periféricas, e que deviam igualmente marcar a estratégia para alcançar a meta do desenvolvimento econômico ideal.

O primeiro princípio a ser observado, na proposta da industrialização acelerada, era que esta deveria ser

majoritariamente um produto do capital privado. Não obstante, o papel reservado ao Estado nas economias periféricas deveria ter uma conotação importante e especial. Devido ao reduzido dinamismo das atividades industriais periféricas (em relação aos níveis necessários), com suas manifestações em termos de baixa produtividade, renda e poupança, o estímulo do Estado às iniciativas privadas deveria constituir-se num ponto fundamental de uma estratégia de crescimento deliberada. Uma área inicial de atuação do Estado deveria ser a dotação de uma infra-estrutura econômica básica, capaz de servir como apoio ao desenvolvimento acelerado. No entanto, além deste campo de inversão, geralmente destinado ao setor público mesmo pelas concepções ortodoxas, os textos cepalinos previam outras áreas nas quais o Estado deveria assumir um papel destacado na periferia. Primeiro, o setor público ocuparia uma função de relevo ao promover o aumento do coeficiente de poupança interna e canalizar estes recursos, assim como os oriundos de fundos públicos externos, para setores prioritários. Segundo, essa orientação selecionada de investimentos deveria concentrar-se naqueles setores que permitissem "uma contínua substituição de importações por produção interna", para o que seria necessária uma política adequada de proteção e fomento da iniciativa privada. Terceiro, o Estado teria uma função de destaque no aporte de créditos industriais de médio e longo prazos, bem como na criação de mecanismos de acesso à técnica moderna por parte das empresas nacionais. (28)

Esse papel proeminente atribuído à iniciativa do Estado teria, em última análise, suas raízes nas condições históricas do desenvolvimento industrial latino-americano. Isto porque este último emergira em um momento no qual as escalas de capital e o nível de elaboração tecnológica, associados à técnica moderna, haviam atingido um estágio bastante elevado. Devido a este quadro transformado da economia internacional, as exigências do desenvolvimento

econômico requeriam uma participação estratégica do Estado no apoio à iniciativa privada. (29)

No entanto, como já foi comentado no capítulo I, os textos clássicos da CEPAL cuidaram de estabelecer um limite mais ou menos preciso para essa ação estatal. O princípio básico era que esta deveria resumir-se à orientação e ao estímulo das iniciativas empresariais, sem que procedesse a interferências que, segundo os textos cepalinos, pudessem criar uma atmosfera desfavorável para os investimentos privados. (30) Tanto ao nível das fontes de tributação como no plano das iniciativas públicas diretas, a orientação geral deu-se no sentido de evitar uma atuação mais abrangente do Estado. Deste modo, propostas como as de Nicholas Kaldor e Kalecki - discutidas no item 1.3 -, que previam uma pesada taxação sobre o lucro capitalista e uma ativa participação do Estado na distribuição de renda e na diversificação econômica, não coadunavam com os princípios básicos estabelecidos pela CEPAL nos textos dos anos 50. Por sua vez, este modo de conceber a ação do Estado abriu caminho para o reforço da função primordial que, segundo os documentos cepalinos, deveria ocupar o capital privado - nacional e estrangeiro - no desenvolvimento periférico.

Com efeito, desde o trabalho pioneiro de 1949, afirmava-se claramente que a industrialização periférica deveria ser pensada a partir de uma posição estreitamente associada ao capital privado. Antes de mais nada, o incentivo às empresas nacionais era concebido como uma medida prioritária para a meta do desenvolvimento econômico. Assim, seria indispensável, segundo Prebisch, "assegurar ao empresário latino-americano o fácil acesso às fontes de capital e de técnica internacionais, oferecendo-lhe desta forma oportunidades comparáveis às que possui o empresário estrangeiro." (31) Essa idéia de reforço das condições de competitividade dos capitais nacionais frente aos estrangeiros,

sobretudo em termos da escala de capital e padrão tecnológico exigidos pelo estágio contemporâneo da técnica capitalista, logo passou a ser um componente crucial do projeto econômico cepalino. (32)

Este objetivo de consolidação das posições dos capitais internos decorria, por sua vez, diretamente do diagnóstico no qual era identificado um baixo ritmo de incremento do progresso técnico (e produtividade) nas economias da América Latina. Como foi visto, o que tornava, segundo a CEPAL, essa situação altamente problemática, e de resto a própria industrialização periférica, era que o estágio alcançado pela técnica moderna vinha associado a níveis de sofisticação bastante complexos e escalas de capital igualmente amplas. A internalização da indústria de máquinas e equipamentos, pensada como o meio prioritário para superar a crônica vulnerabilidade externa e absorver o progresso técnico, encontrava exatamente nestes requisitos de capital os obstáculos mais difíceis para a superação do estatuto periférico. Frente a esse quadro, seria imprescindível o fortalecimento e a diversificação das empresas nacionais, com o apoio estratégico do Estado.

Ainda assim, segundo a CEPAL, os problemas surgidos com a magnitude dos capitais necessários e a complexidade da tecnologia moderna dificilmente poderiam ser superados pelo esforço doméstico - ainda que combinado - do Estado e empresas nacionais. Numa palavra, a distância que separava as economias periféricas das centrais, oriunda dos ritmos historicamente desiguais da geração e difusão das técnicas, tornaria inevitável o recurso sistemático às iniciativas estrangeiras.

Essa formulação da natureza estratégica do capital internacional para as perspectivas do desenvolvimento periférico, foi esboçada logo no trabalho pioneiro de 1949, sendo posteriormente reafirmada nos anos seguintes. (33) As

alternativas de capitalização, comumente lembradas quando era apontado o problema do baixo nível de poupança na periferia, especialmente a restrição ao consumo corrente e os mecanismos inflacionários, foram imediatamente desprezados nos textos cepalinos, os quais acentuavam os seus efeitos negativos sobre a demanda corrente e a própria estabilidade econômica. (34) Do mesmo modo, os recursos oriundos da capitalização a ser promovida pelo Estado, foram encarados como limitados em termos de magnitude, além de envolver um risco potencial de desestabilização do investimento privado e mesmo das condições políticas dos países periféricos - conforme foi visto no item 1.3.

Em suma, nenhuma dessas opções poderia levar a prescindir-se dos aportes de capital internacional. A ênfase neste último ficava ainda mais acentuada quando estava em questão também o virtual efeito de transferência de técnicas, pois embora fosse preconizada uma forte capacitação tecnológica para as empresas nacionais, as inversões diretas eram vistas como um meio eficiente e desejável de internalização da tecnologia moderna. Essa perspectiva tornou-se clara já no início dos anos 50, quando ao serem tratados os investimentos diretos do exterior, dizia-se que era necessário "estimular estas inversões, não só pelo capital que aportam mas também pela ajuda técnica que trazem consigo, pela propagação do 'saber fazer', de que tanto se necessita nestes países." (35)

Ainda assim, ao longo dos textos clássicos da CEPAL, duas questões ficam por merecer um cuidado especial, tanto por causa da relativa dubiedade quanto pelo caráter de certo modo polêmico a elas associado. A primeira refere-se ao tratamento muitas vezes conjuntural dado ao capital estrangeiro nos textos cepalinos - geralmente associando-o a fluxos voltados a contornar dificuldades transitórias nas contas externas. Nessa linha, não seria surpreendente que várias referências às

inversões internacionais ficassem restritas, nos textos clássicos, a preocupação mais diretamente vinculada à disponibilidade de divisas para a continuidade das importações necessárias ao processo substitutivo. (36) Embora este tema tenha, efetivamente, feito parte das preocupações dos autores cepalinos, a amplitude das funções atribuídas ao capital estrangeiro ultrapassava esta dimensão mais conjuntural pelas razões expostas acima.

A segunda questão que precisa ser mencionada, por sua ambiguidade e natureza polêmica, é a do grau de inserção previsto pela CEPAL das empresas internacionais nas economias latino-americanas. Inicialmente, é necessário notar que há pouquíssimas condições estabelecidas a respeito da atuação destas firmas, mesmo porque as referências quanto ao capital estrangeiro geralmente não tornaram precisa a delimitação entre as inversões de carteira e diretas. O que parece estar fora de dúvida é que a experiência histórica das iniciativas estrangeiras, na América Latina, foi marcante para que se definisse o que nelas deveria ser concebido como negativo (os problemas no Balanço de Pagamentos e a especialização no setor exportador) e como positivo (aporte de poupança, diversificação produtiva e transferência de técnica moderna).

Além disso, o projeto de afirmação da sociedade capitalista na periferia preconizado pela CEPAL, não deixava muitas dúvidas de que a modernização econômica não só a assimilação do perfil produtivo, mas também do próprio modelo de sociedade existente nos países hegemônicos no capitalismo internacional. Na forma concebida pela CEPAL nos anos 50, este projeto era incompatível com níveis de regulação mais amplos do Estado, que visassem reformas mais profundas nas estruturas concentradas de renda e consumo das sociedades periféricas. Isto excluía, por decorrência, a hipótese de concentrar os esforços do desenvolvimento econômico no incremento da poupança doméstica através de medidas compulsórias e na canalização de

recursos para investimentos coordenados pelo Estado, posto que tais medidas afetariam diretamente segmentos burgueses importantes, para quem se dirigia, afinal, a mensagem cepalina - como mostrou o episódio envolvendo N.Kaldor no Chile.

Uma das consequências dessa perspectiva foi que os investimentos diretos das grandes corporações passaram a ser uma das formas mais eficientes de abrir caminho para a modernização dessas sociedades. A ausência de análises mais precisas sobre as formas institucionais dos fluxos de capital estrangeiro, não impediu que a CEPAL propugnasse por uma reorientação prioritária das inversões internacionais para as "atividades internas", tomando, a certa altura, a experiência contemporânea do Canadá como um exemplo de seus efeitos positivos.(37) Desde que a reorientação das inversões contribuísse para a diversificação produtiva, transferência de formas de produzir modernas e, em última análise, para a superação dos traços estruturais da condição periférica, elas deveriam estar plenamente integradas ao projeto de industrialização cepalino. Ao mesmo tempo, a política de desenvolvimento deveria ter como prioridade o reforço das posições competitivas das empresas nacionais, por meio de sua capitalização e modernização tecnológica, sem o que as vantagens das grandes firmas transnacionais tornar-se-iam incontornáveis.(38) Como já foi comentado no capítulo 1, somente levando em conta esta característica da proposta da CEPAL é que o impressionante otimismo dos anos 50 - compartilhado pelos autores cepalinos em meio ao boom dos investimentos transnacionais na América Latina - poderia ser visto como coerente.(39)

Por seu turno, boa parte das análises sobre a obra cepalina evitou sistematicamente explorar o significado mais amplo das inversões internacionais na periferia, de acordo com a visão original da CEPAL. É muito comum que as leituras retrospectivas limitem-se a sugerir que aqueles investimentos

não teriam importância estratégica, restringindo-se a "colaboração internacional" aos recursos de instituições oficiais e ao aporte transitório da poupança externa.(40) Em virtude disso, é corrente notar uma situação de desconforto diante do otimismo manifesto pela CEPAL, nos anos 50 e início dos anos 60, com a onda de investimentos internacionais nos principais países da América Latina. A título de exemplo, este é o caso de A.A.Dadone e L.E.Di Marco, ao tentarem explicar uma suposta mudança de perspectiva nas recomendações da CEPAL a respeito da participação do investimento estrangeiro na Argentina, ao final da década de 50. Segundo estes autores, em vez da proposta de um desenvolvimento autônomo (baseado em empréstimos públicos do exterior), que teria sido formulada nos anos 50, ao final desta década a CEPAL teria passado a postular um "modelo semi-autárquico", com forte participação do capital estrangeiro.(41) Por tudo o que foi dito, porém, isto conflita diretamente com a perspectiva adotada nos textos cepalinos dos anos 50.

Mesmo correndo o risco de uma excessiva simplificação, talvez seja possível dizer que a ausência de uma análise mais cuidadosa destes pontos tenha sido um resultado de duas opiniões comuns sobre a obra cepalina que, a partir do que já foi tratado até agora, podem ser colocadas em dúvida. Primeiro, atribuiu-se à CEPAL um projeto de industrialização com requisitos que dificilmente poderiam ser encontrados em seus textos clássicos dos anos 50. Assim, é comum que uma reduzida inserção das firmas transnacionais na América Latina e o privilégio da capacitação tecnológica doméstica frente à alternativa dos investimentos diretos dessas grandes empresas, sejam considerados pontos básicos no programa cepalino.(42)

Em segundo lugar, supôs-se uma validade incontestável da problemática da CEPAL nos anos 50, que se centrava na proposta de um intenso ritmo de diversificação industrial na periferia. Isso levou a subordinar todas as complexas questões

que envolveram o desenvolvimento econômico na década de 50 a idéia-chave da industrialização-acelerada. Por entender nela um caráter "progressista", pela necessidade da "modernização" ou outro motivo alegado, é usual que as teses desenvolvimentistas cepalinas sejam reafirmadas acriticamente, assimilando a idéia da industrialização periférica como um processo socialmente neutro e definido pela lógica imanente das estruturas materiais. Esse ponto de vista pode ser percebido, e.g., na avaliação crítica da CEPAL realizada por João Manuel C. de Mello, quando se propõe a uma reformulação conceitual da problemática do desenvolvimento periférico sem abandonar a perspectiva geral assumida pela tradição cepalina - particularmente a respeito da autonomia das estruturas produtivas, da ausência de relações sociais de poder e conflito no processo de desenvolvimento econômico e, "last but not least", de um projeto de modernização dos países da periferia.(43) O que deve ser notado é que a visão desenvolvimentista da CEPAL, longe de ser neutra ou irrelevante, traz implícita nela uma série de consequências teóricas e práticas que não podem ser descartadas em uma avaliação mais cuidadosa de seu conteúdo - algumas das quais serão mencionadas no item 2.3 adiante.

No próximo tópico, serão examinadas as atitudes da CEPAL diante das mudanças nas tendências dos fluxos de capital estrangeiro nos anos 50. Na medida que contribua para esclarecer a visão cepalina deste processo, também serão discutidos os ajustes teóricos procedidos na concepção básica ao longo da primeira metade da década de 60, quando a conjuntura econômica e política dos países da América Latina alterou-se sensivelmente em relação aos anos anteriores.

2.2 - As propostas a respeito do capital estrangeiro entre 1955-1964

Independente do relativo silêncio que recai sobre esta parte da obra da CEPAL; o fato é que, no início dos anos 50, a questão dos fluxos do capital internacional (privado e público) foi encarada como um dos pontos centrais da estratégia de desenvolvimento cepalina. O ponto de vista mais comum, era que dificilmente o projeto de superação do estatuto periférico poderia ser viabilizado, prescindindo das inversões internacionais. Devido à escassez crônica de poupança identificada na periferia, e pelos seus efeitos positivos em termos de diversificação produtiva e aporte da técnica moderna, tanto os recursos de empréstimos públicos como as inversões diretas de firmas internacionais eram supostos como necessários ao desenvolvimento periférico. Nesta linha de raciocínio, em 1954, ao avaliar os fluxos de recursos que entraram na América Latina no período 1950-53, Prebisch recomendava, por um lado, o incremento dos empréstimos oficiais para a região. Essa medida era particularmente importante em virtude das inversões necessárias em infra-estrutura básica, destinadas a servirem de apoio para a continuidade do desenvolvimento econômico. (44) Por outro lado, haveria de aumentar sensivelmente o aporte das inversões privadas internacionais, visto que, nos anos iniciais da década, essa modalidade do capital estrangeiro teria ficado bastante aquém do que era entendido como conveniente para as metas da industrialização acelerada. (45)

De uma maneira geral, a opinião era que os fluxos de capital estrangeiro, deslocados para a América Latina, apresentavam magnitudes insuficientes de acordo com as projeções de crescimento econômico. Um dos indícios destacados na época que retrataria esta escassez, foi a participação relativa dos recursos externos no total das inversões de capital na América Latina entre 1950-53 (9,5% na média anual). De acordo com Prebisch, "ainda que se reconheça que o

desenvolvimento dos países latino-americanos tem que depender fundamentalmente de seus próprios recursos, elevar tal proporção pelo menos ao dobro do que foi nos últimos anos, operaria de forma muito favorável sobre o ritmo de desenvolvimento, sem afetar a validade de tal princípio." (46) O que deve ser notado é que tais projeções de crescimento dos investimentos externos davam-se em meio a uma conjuntura marcada por baixos volumes destes fluxos de capital. Esta situação, no entanto, seria alterada radicalmente logo em seguida. Em um curto espaço de tempo, os autores cepalinos passariam a trabalhar com um quadro profundamente modificado - em relação ao que vinha predominando desde o fim da II Guerra-, delimitado pelo boom nas inversões privadas diretas internacionais a partir de 1955.

Na primeira metade dos anos 50, embora os empréstimos de longo prazo tivessem apresentado um certo aumento em relação ao período 1946-50, as inversões privadas diretas mantiveram-se ainda muito próximas da magnitude registrada naquela período - com uma elevação de 1,6% somente. Os resultados totais das entradas do capital estrangeiro entre 1951-55, desta forma, não chegaram a alterar o diagnóstico da época, que constata uma persistente insuficiência dos apórtes de recursos externos para as metas do desenvolvimento periférico. No quinquênio seguinte (1956-60), o notável boom das inversões das empresas transnacionais na América Latina, revertêu inteiramente a tendência dos anos anteriores: o aumento no volume das inversões diretas foi de 164%, em relação ao período 1951-55, e no total do capital externo (inversões diretas somadas aos empréstimos a longo prazo e dotações oficiais), o acréscimo foi de 172%. (47) Do mesmo modo que havia ocorrido no século XIX até os anos 30, boa parte destas inversões externas concentrou-se nas principais economias da região, embora nos anos 50 as inversões em exploração petrolífera na Venezuela tenham alcançado níveis excepcionais.

Este último país, efetivamente, absorveu (entre 1956-60) cerca de 34,2% do total dos investimentos diretos na América Latina, sendo acompanhado pela Argentina (18,3%), Brasil (16,4%) e México (9,4%). (48)

O efeito imediato desse auge das inversões diretas (e dos capitais externos em geral) foi uma elevação bastante significativa da relação "financiamento externo/investimento líquido" da América Latina. Mesmo com este índice tendo passado de 6,1% entre 1946-49 para 9,5% entre 1950-54, a avaliação feita por Prebisch, na época, entendeu tal incremento ainda como insuficiente diante dos objetivos da industrialização acelerada. No caso, conforme foi visto acima, propôs que esse valor fosse pelo menos duplicado, sem o que as dificuldades para a dinamização do ritmo de desenvolvimento não poderiam ser contornadas. O notável auge das inversões estrangeiras, a partir de 1955, iria alterar esse quadro, na medida que a participação dos recursos externos nos investimentos domésticos líquidos chegou a 20,7%, entre 1955-61. (49) Esse resultado correspondia à proporção estipulada em 1954 por Prebisch, e de fato significava um grande impulso no ritmo de crescimento das economias latino-americanas. Em termos quantitativos, portanto, a nova conjuntura dos investimentos internacionais ajustava-se, com perfeição, às metas de estímulo ao desenvolvimento econômico preconizadas pela CEPAL.

Um outro importante resultado da nova realidade vivida na América Latina, após 1955, foi que a grande onda das inversões transnacionais confirmou uma tendência já delineada em anos anteriores: a crescente orientação para as atividades industriais. A título de comparação, enquanto era estimado que cerca de 17,5% das inversões diretas dos Estados Unidos para a América Latina, no ano de 1950, estavam envolvidos com a indústria manufatureira, em 1963 o estoque destas investimentos neste setor chegava a 24,3% do total estimado -

composição esta bastante superior no caso das inversões nos maiores países receptores. (50) Essa tendência de crescente orientação para atividades industriais por parte das inversões estrangeiras é confirmada por dados mais precisos, do ano de 1967, que contemplam o conjunto dos países com maior volume de investimento na América Latina. Assim, naquele ano, a maior participação relativa coube às aplicações na indústria manufatureira (36,1%), seguida de petróleo (24,3%), mineração (10,9%), comércio (9%) e serviços públicos (7,4%), entre outros. (51)

Tais mudanças qualitativas no perfil das inversões externas para a América Latina, por sua vez, ocorreram em meio (e como produto) a amplas transformações no cenário internacional do pós-guerra. A posição alcançada pelos Estados Unidos, na segunda metade dos anos 40, permitiu uma incontestada ascendência de suas exportações no mercado mundial e, especialmente, nos mercados europeus. Contudo, a recuperação nos países contemplados com o Plano Marshall já ao final da década logo passou a ameaçar o predomínio americano. (52) Isto se deu, principalmente, com a reação das firmas européias e japonesas à concorrência dos produtos americanos em seus mercados internos. O efeito qualitativo mais importante da competição nos mercados europeus, foi o desencadeamento de um acirrado processo de rivalidade entre empresas de diferentes nacionalidades em escala mundial. As posições prévias estabelecidas no Entre Guerras deixaram de orientar as inversões das grandes corporações, pois a desorganização provocada pelo segundo conflito mundial destruiu os vínculos e acordos que delimitavam áreas mais ou menos precisas de atuação. (53) Neste novo ambiente, a recuperação das empresas européias e japonesas, já no final dos anos 40, deu origem a um novo quadro da concorrência internacional.

A primeira expressão deste novo esquema da rivalidade imperialista, foi a alternativa do investimento direto por

parte das corporações americanas, que passou a ser a via necessária para preservar certas posições antes ocupadas simplesmente com as exportações para os mercados europeus. Um outro resultado foi que a concorrência direta na Europa provocou, por seu turno, reações de amplo alcance no comportamento e estruturas das firmas locais: sobretudo a reorganização interna e assimilação dos padrões tecnológico, financeiro e organizativo da grande empresa americana e uma acirrada disputa tanto em seus próprios mercados como a projeção (via exportações e, em certos casos, inversões diretas) para áreas externas. (54) Emergiu, assim, um padrão de rivalidade no qual as exportações passaram a ocupar, progressivamente, um papel secundário na estratégia competitiva internacional, tornando-se as inversões diretas o meio mais eficiente tanto de defesa como de captura de novos mercados. (55)

Efetivamente, a primeira reação da grande empresa européia frente a instalação das filiais americanas em seus mercados, consistiu em um deslocamento de suas atividades para as maiores economias atrasadas, inclusive para a América Latina. Isto chegou a provocar um desequilíbrio temporário na posição tradicionalmente preponderante dos Estados Unidos em algumas áreas, como no caso da indústria automobilística. (56) Em seguida, as inversões diretas européias - em especial de empresas da Inglaterra, Holanda e Suíça - passaram a ser direcionadas para o próprio mercado americano, dando origem a um padrão competitivo realmente projetado em escala mundial. (57) Um reflexo disto pode ser visto na evolução dos investimentos diretos internacionais, por países de origem, a partir de final da década de 50. Enquanto tais inversões das empresas americanas reponderam por cerca de 74,3% (média anual), nos anos de 1957-60, dos investimentos diretos totais dos principais países industriais (CEE, Japão, Canadá e Estados Unidos), essa participação foi reduzida para 68,6% na média

anual entre 1961-64. Em contrapartida, a participação dos países europeus da CEE passou de 22,8% em 1957-60 para 30,3% em 1961-64. A tendência de crescimento da participação europeia confirma-se nos resultados do final dos anos 60: chega a 42,2% daquele total entre 1967-68, enquanto as inversões americanas declinaram para 59,4% do total. (58)

Em meio a estas transformações no núcleo hegemônico capitalista, as economias atrasadas passaram a ser revalorizadas como campo privilegiado da concorrência internacional. Ainda assim, entre 1949 e 1968, a evidência é de que as inversões dos dois maiores exportadores de capital - Estados Unidos e Reino Unido - na América Latina caíram relativamente às direcionadas aos mercados europeus, em virtude da crescente rivalidade nos próprios mercados domésticos das grandes corporações. (59) Este desempenho é demonstrado mais precisamente com dados para o ano de 1967, que mostram que apenas 24,1% de total das inversões diretas no exterior, dos países com maiores aplicações internacionais, estavam envolvidos em "países em desenvolvimento" (segundo classificação das Nações Unidas) da África, Ásia, Oriente Médio e América Latina. Os dois maiores investidores nestas áreas (Estados Unidos com 50,4% e Reino Unido com 19,9% do total) apresentavam uma distribuição regional semelhante ao resultado geral: Estados Unidos com 21,9% e Reino Unido com 27,3% de suas aplicações naquelas áreas atrasadas. (60)

De qualquer modo, as economias capitalistas localizadas fora do núcleo hegemônico continuaram a ser um mercado importante para as inversões diretas da empresa internacional. Principalmente os países mais destacados das suas regiões, com níveis relativamente avançados de desenvolvimento material e amplos mercados internos, constituíram espaços privilegiados da projeção destas firmas para além de seus limites nacionais. Na América Latina (que respondia por 55,7% das inversões diretas nos "países em

desenvolvimento", em 1967), este foi o caso de países como Brasil, Argentina e México. (61) No plano interno dessas economias, as transformações promovidas por estas iniciativas externas foram bastante amplas. Em termos setoriais, os investimentos diretos concentraram-se naquelas áreas de produção de bens duráveis de consumo, máquinas e equipamentos e outros bens de produção, fato este que acompanhava o elevado dinamismo destas indústrias nos países avançados. (62) Desta forma, a notável diversificação produtiva em alguns dos principais países da região, a partir de meados dos anos 50, esteve inserida às amplas mudanças que sacudiram o mundo capitalista da época, na direção de uma economia cada vez mais interdependente e universal.

Os resultados alcançados neste período permitiram, por outro lado, que a CEPAL reafirmasse seu projeto de superar a condição periférica por meio da industrialização acelerada. Boa parte do que fora preconizado em seus documentos clássicos encontrava nesta época uma confirmação evidente. Primeiro, o volume do capital estrangeiro deslocação para a América Latina havia adquirido proporções elevadas - se comparadas aos fluxos prevalentes até então. Segundo, a modalidade predominante destes capitais era de inversões diretas em áreas particularmente importantes para a integração setorial da indústria periférica. Por fim, a substituição de importações, a transferência de técnicas por meio das grandes empresas internacionais, o dinamismo no crescimento econômico resultante, eram fatores que apontavam para um novo estágio de desenvolvimento que significaria romper com o "círculo vicioso" do atraso. A partir deste ponto de vista, a industrialização confirmava-se como um processo irreversível - pelo menos nos principais países da América Latina - e como o único meio de alcançar o perfil sugerido pelas economias centrais.

Nos anos 60, porém, a análise cepalina passou a adquirir contornos cada vez mais pessimistas, ao ponto de ser

comum indicar, na segunda metade da década, uma tendência à estagnação que seria inevitável caso não fossem efetuadas certas mudanças nas estruturas econômicas e sociais da América Latina. Mesmo assim - e este é um ponto significativo -, ainda que perspectivas desfavoráveis quanto ao dinamismo das economias da região já passassem a caracterizar os textos cepalinos de início da década, os novos aportes analíticos não levaram a modificar a percepção do papel estratégico do capital estrangeiro no desenvolvimento periférico. Na medida que possa contribuir para uma delimitação mais precisa das idéias cepalinas a respeito deste tema, sobretudo por apresentar a visão que passou a predominar após o auge das inversões diretas internacionais nos anos 50, alguns textos básicos da CEPAL do início da década seguinte deverão ser examinados adiante.

Um fato claramente percebido na leitura dos textos cepalinos de início dos anos 60, é que a perspectiva quanto ao desenvolvimento periférico passou a incorporar questões que não haviam sido tratadas (ou plenamente desenvolvidas) nos documentos clássicos de 1949-54. Em grande parte, estes novos elementos analíticos e preocupações buscaram dar uma resposta aos dados de uma conjuntura econômica distinta. A sensação comum era que os resultados obtidos na segunda metade dos anos 50 não estavam sendo repetidos - como a respeito do ritmo de atividade econômica e do fluxo do capital estrangeiro -, ao mesmo tempo que diversos problemas, que já se haviam manifestado naquela década, passavam a ser mais acentuados no início dos anos 60 - como os desequilíbrios nas contas externas e as taxas de inflação.

Efetivamente, se forem tomadas as décadas de 1950 e 1960, alguns indicadores revelam o quadro negativo que passou a influenciar a visão cepalina. Um dos indícios expressivos desta nova situação, correspondeu ao declínio nas taxas de crescimento do PIB para alguns países da América Latina. A reversão mais notável neste indicador ocorreu no Brasil, que

passou a ser um caso exemplar das dificuldades atribuídas à continuidade da substituição de importações no início da década de 60. Enquanto a média anual da expansão do PIB, neste país, foi de 5,9% entre 1955-60, no quinquênio seguinte este percentual declinou para 4,2%. O resultado foi mais desfavorável ainda quando se considera o PIB per capita: de 2,9% entre 1955-60 para 1,1% em 1960-6. Tal desempenho, contudo, poderia ter sido ainda pior, caso a expansão das atividades agrícolas (3,7% em 1955-60 e 6,9% em 1960-65) não houvesse contrabalançado a impressionante queda no ritmo de crescimento da indústria manufatureira (10,3% em 1955-60 e 4,9% em 1960-65). Ainda que não tenha assumido as proporções do caso brasileiro, pelo menos um outro país importante da região - o México - apresentou resultados desfavoráveis no crescimento do PIB no período. (63) Além deste, outros fatores contribuíram de diversas formas para caracterizar uma nova conjuntura econômica na época. Embora com efeitos diferenciados sobre os países, a queda nas inversões diretas internacionais, as crescentes dificuldades no serviço dos compromissos externos e as tensões inflacionárias influenciaram, em conjunto, a abordagem cepalina sobre o desenvolvimento periférico. (64)

No entanto, estes novos dados da conjuntura econômica não chegaram a provocar uma reorientação sensível na perspectiva confiante com que era encarada a industrialização na periferia - pelo menos na primeira metade dos anos 60. As possibilidades da industrialização periférica haviam deixado de ser algo a ser alcançado em um futuro distante, pois o amplo processo de diversificação produtiva, ocorrido nos anos 50 em alguns países, havia lançado as bases para uma estrutura industrial integrada e com perfil semelhante ao das nações hegemônicas no capitalismo internacional. Isto se refletia claramente no peso ocupado pela indústria manufatureira no produto interno da América Latina: enquanto em 1936-40 ela

respondia por 15,2% do total, sua participação havia alcançado o índice de 20,2% em 1955-60. (65) Os países que tiveram um melhor desempenho no crescimento do Pós-guerra, elevaram sensivelmente suas posições no conjunto da região. Este foi o caso principalmente do Brasil (14,1% em 1945-49 para 26,9% em 1955-61, do Produto Interno Bruto da região) e México (12,6% em 1945-49 para 14,8% em 1955-61), sendo que a Argentina apresentou um comportamento inverso, na medida que sua participação caiu de 25,5% em 1945-49 para 19,6% em 1955-61. (66)

Mas era contrastando com o conjunto econômico internacional que os avanços da periferia ficavam mais evidentes. Em diversos segmentos industriais importantes, as principais economias da América Latina passaram a ocupar algum peso na produção mundial nos anos 60. Isso ocorria, e.g., com o setor de química ("plásticos e resinas"), com a indústria automobilística e com a produção de aço, nos quais Argentina, Brasil e México passaram a figurar como membros - ainda que marginais - de um grupo relativamente pequeno com uma produção industrial significativa a nível internacional. (67) No mesmo sentido, em 1963, a produção industrial dos três principais da região passou a ocupar, individualmente, um percentual superior a 0,5% do conjunto internacional, participação que se elevaria a 1,57% para o Brasil e 1,04% para o México, caso fossem considerados somente os países capitalistas. (68)

Em vista destes resultados, a reversão das expectativas e o agravamento dos dados da conjuntura no início dos anos 60, foram assimilados pela CEPAL com grande inquietação, mas, ainda assim, não chegaram a provocar uma reorientação radical nas perspectivas favoráveis para a industrialização periférica - algo que efetivamente iria ocorrer na segunda metade da década. Por outro lado, as mudanças foram suficientes para que novas preocupações passassem a fazer parte do diagnóstico cepalino, dando margem

às primeiras objeções (pessimistas) ao "modelo da substituição de importações", que, logo em seguida, derivariam nas teses estagnacionistas sobre o desenvolvimento periférico. (69)

A primeira mudança importante, nos textos cepalinos do início da década de 60, foi o destaque que passou a ser dado aos aspectos sociais das economias periféricas. Em alguma medida, pelo menos, a visão da CEPAL assimilou a crescente polarização social e política que marcou o final dos anos 50 e início dos 60, elevando ao primeiro plano temas caros à época, tais como os relativos à estrutura agrária, desigualdade de renda, disparidade entre o "moderno" e o "arcaico". (70) O importante é que a relevância dada aos aspectos sociais não teve somente uma importância marginal para a ótica clássica cepalina. Em certo sentido, ela levou a ampliar as condições vistas como necessárias para o objetivo da industrialização acelerada.

Isto ocorreu, inicialmente, com a associação do dinamismo econômico a obstáculos que estariam localizados ao nível das estruturas sociais arcaicas da América Latina. Assim, afirmava-se, na época, que "a penetração da (...) técnica exige e traz consigo transformações radicais na forma de produzir e na estrutura da economia, que não se poderiam cumprir com eficácia sem modificar fundamentalmente a estrutura social." (71) De forma resumida, justificou-se uma importância tão grande para as condições sociais mediante a consideração de três fatores que estariam inscritos nas sociedades periféricas: a baixa mobilidade social e, com isso, a reduzida emergência de "elementos dinâmicos" e inovadores; a distribuição concentrada da renda, que debilitaria o "incentivo para a atividade econômica"; e, por fim, a propagação de estilos de consumo suntuário, que agravaria ainda mais o problema dos baixos níveis de poupança na periferia. (72)

Além da questão diretamente vinculada ao dinamismo econômico, as preocupações da CEPAL passaram, por outro lado, a incluir os riscos de uma extrema desigualdade na distribuição da renda (e da propriedade) para a estabilidade política das nações capitalistas da região. (73) As mudanças preconizadas vinham muitas vezes acompanhadas de alusões sobre ameaças à própria existência do regime de propriedade privada: "Estes são e serão anos decisivos e se requer perspectiva histórica para encará-los. Se pelo risco de desestimular momentaneamente a inversão privada fossem postergadas as reformas (...), nem por isso seria criada uma atmosfera favorável à inversão privada estrangeira. Pelo contrário, colocar-se-ia em grande perigo a própria existência da propriedade privada (...)." (74) O tom dramático desta passagem, parece inscrever-se no contexto dos amplos conflitos da época, que tornavam impossível emprestar ao projeto de desenvolvimento cepalino uma imagem neutra, que não envolvesse opções com significados e efeitos bem precisos. Nos termos do texto de 1963, postulava-se, mais claramente do que antes, que a modernização fosse vista também como uma opção política. Desta maneira, os virtuais resultados dos conflitos de classe, passaram a ser incorporados no próprio corpo da teoria cepalina - ainda que pelo motivo de terem representado, na época, uma ameaça à estabilidade das sociedades capitalistas da região.

Nestes primeiros anos da década de 60, a CEPAL adotou claramente uma postura mais arrojada a respeito das propostas sobre tributação e distribuição de renda, se for comparada com as atitudes assumidas nos anos 50. Com isso, ela ajustou-se a um tempo marcado pelo amadurecimento e radicalização das propostas de reformas, tendo sido estas assimiladas até mesmo por segmentos das elites da América Latina e órgãos internacionais como a Aliança para o Progresso. As medidas reformistas que soariam despropositadas em meados da década de

50, passaram deste modo a fazer parte do receituário cepalino. (75)

Ainda assim, estas mudanças não alteraram a perspectiva cepalina sobre o caráter progressivo da industrialização acelerada, entendida como o principal fator de superação da estrutura periférica, assim como não levou ao abandono da cautela com que tratava as questões relacionadas ao financiamento do desenvolvimento econômico. Realmente, o que parece ter ocorrido foi antes uma sensível ampliação das possibilidades teóricas e práticas já presentes nos documentos clássicos - acerca do espaço de ação fiscal, da proposta de evitar uma distribuição regressiva da renda, etc. -, condicionada por um contexto social e político acentuadamente radicalizado. Não houve, assim, uma rejeição dos princípios básicos que orientavam a análise cepalina do desenvolvimento, com sua ênfase sobre as condições de difusão do progresso técnico, debilidade da poupança e a necessidade de acelerar a taxa de investimentos através da poupança externa - como será visto um pouco melhor adiante.

A segunda mudança significativa, percebida nos textos da CEPAL na primeira metade da década de 60, foi o início de uma reflexão crítica sobre as peculiaridades da industrialização ocorrida até aquele momento. Esse balanço, inicialmente, consistiu em notar que os fatores dinâmicos associados ao processo substitutivo, estavam apresentando sinais evidentes de exaustão. Isso estaria ocorrendo pelo menos naqueles países mais importantes da América Latina, que tendo superado a etapa de substituição fácil, haviam chegado a uma fase de produção interna de certos tipos de bens de capital e intermediários que, por serem de complexa elaboração, não poderiam ser internalizados de forma espontânea sem contornar uma série de problemas vividos pela periferia. Uma das dificuldades estaria na elevada rigidez das importações, por serem estas essenciais ao nível interno de atividade econômica.

Isso tornaria, por sua vez, o crescimento econômico extremamente suscetível aos problemas nas contas externas. Uma outra dificuldade surgiria tanto porque a tecnologia para a produção interna destes bens era marcadamente mais elaborada (e de difícil acesso) como porque os mercados tendiam a ser restritos diante das escalas destes tipos de plantas industriais. (76)

Essa situação decorria, por sua parte, de fatores mais complexos que haviam marcado a própria industrialização substitutiva no pós-guerra. Nas análises retrospectivas dos anos 60, identificou-se que o crescimento econômico passado havia ocorrido, em geral, de forma descoordenada, dando origem, assim, a traços - entendidos como "falhas" ou "distorções" - que prejudicavam a eficiência e o próprio dinamismo da estrutura industrial. Em primeiro lugar, apontava-se um excessivo direcionamento para o mercado interno, preterindo uma política de estímulos de indústrias com potencial de exportação significativo. Em segundo lugar, a ausência de definição de áreas prioritárias no processo substitutivo, havia levado tanto a uma estrutura de custos elevados para os padrões internacionais como a um esforço de produção interna concentrado em bens de fácil elaboração. Em terceiro lugar, e como resultado das anteriores, a estrutura industrial que teria emergido nos anos 60 caracterizava-se por uma alta vulnerabilidade externa, pois dependia excessivamente da importação de bens essenciais (de capital e intermediários) e tinha suas exportações compostas ainda basicamente por produtos primários. (77)

Essa constatação sobre os traços assumidos pela industrialização periférica tem uma importância especial por reafirmar que a idéia cepalina do atraso econômico estava associada, sobretudo, às condições estruturais das sociedades da América Latina. Nesse sentido, ao lado do reconhecimento do grande avanço material ocorrido no pós-guerra, eram apontados

elementos que ainda deveriam ser alcançados, para que, finalmente, pudesse ser superada a condição periférica. Um desses elementos era uma plena integração setorial, sobretudo com uma indústria de bens de produção que também incluisse produtos sofisticados e complexos - de alta densidade tecnológica, enfim.(78) O outro era percebido, na verdade, como um complemento do anterior: a necessidade de crescimento das exportações industriais. Elas teriam um duplo significado para a industrialização periférica. Implicariam uma redução significativa do grau de vulnerabilidade externa, decorrente do predomínio absoluto das exportações primárias, e, ao mesmo tempo, indicariam a existência de uma estrutura industrial competitiva e capaz de impulsionar e absorver o progresso tecnológico. Para tanto, não seria adequado que os países periféricos se limitassem somente à "exportação de manufaturados simples e de tecnologia incipiente", pois "isto significaria contribuir para a perpetuação dos modos existentes de produção". Em vez disso, "as exportações de manufaturas (...) <teriam> de ser instrumento eficaz do progresso tecnológico, isto é, de transformação desses modos de produção."(79) O projeto de desenvolvimento cepalino, deste modo, somente se completaria com uma estrutura industrial setorialmente integrada e, além disso, inserida no fluxo internacional de comércio e tecnologia em condições semelhantes às ocupadas pelos países do núcleo hegemônico capitalista. Esta é uma qualificação importante da tese clássica de superação do estatuto periférico, formulada entre 1949-54.

De uma forma geral, o registro das "distorções" da industrialização ocorrida no pós-guerra e a introdução de aspectos sociais na análise, representaram um detalhamento maior dos pontos a serem observados na estratégia modernizante cepalina. Ela passava a incorporar, assim, tanto as novas condições sociais e políticas que emergiam na década de 60 como, também, as aceleradas e extensas mudanças materiais

vividas na periferia até então, especialmente nos anos 50. O tom dramático, comum nos textos da época, indicava a percepção de dificuldades e amplos conflitos, mas, ao mesmo tempo, não punha em dúvida nem o que fora alcançado até o momento - em torno das metas de ruptura com o atraso periférico -, nem o próprio projeto de "ocidentalização" estipulado nos anos 50. Nesse sentido, o diagnóstico clássico continuava a ter validade em suas linhas essenciais.

Isso era verdade, entre outras questões, a respeito da visão sobre o capital estrangeiro e seu papel no desenvolvimento periférico. A diferença - bastante significativa - era que o grande incremento nos aportes da iniciativa privada e dos financiamentos externos, preconizado no início dos anos 50, havia se efetivado de modo notável logo a seguir, reformulando definitivamente as formas de inserção do capital estrangeiro na periferia. A perspectiva da CEPAL (na época) sobre tais mudanças, era inteiramente adequada à proposta de internalizar os setores dinâmicos da produção capitalista. Na medida que as inversões diretas da grande empresa internacional (e os financiamentos externos) orientaram-se sobretudo para as "atividades internas", dando um impulso sem precedentes na diversificação produtiva pelo menos naquelas maiores economias da região - além de internalizar técnicas modernas e capacidade gerencial -, confirmou-se, assim, o papel estratégico atribuído ao capital estrangeiro no projeto de modernização da periferia, elaborado nos trabalhos clássicos.

A experiência dos investimentos das grandes corporações transnacionais aparece nos textos cepalinos dos anos 60 por meio de uma clara delimitação entre "dois tipos de capital estrangeiro: o pretérito, com os enclaves que ainda subsistem, e o novo tipo de capital que se incorpora resolutamente ao processo intensivo de industrialização." (80) As novas tendências das inversões internacionais ajustavam-se,

no fundamental, ao que era tido como mais importante para a industrialização na periferia: um enorme potencial de diversificação produtiva e de transferência da técnica moderna. Com isso, afirmava-se que a chamada "cooperação internacional" passava a estar integrada ao processo de transformações estruturais da periferia, na direção do perfil indicado pelos países centrais. (81)

Por sua vez, não somente foi mantido o raciocínio que estabelecia a essencialidade do capital externo, mas até mesmo reforçado na época. Primeiro, pelas maiores atribuições da política de desenvolvimento, que deveria contemplar, a partir de então, um conjunto de urgentes gastos sociais em áreas como habitação, educação e saúde. Assim, "frente a esta(s) exigência(s), <seria> indispensável o aporte de recursos internacionais em escala mais ampla que no passado para acelerar a taxa de crescimento." (82) Segundo, pela consideração de fatores de ordem política, que aumentariam as restrições à mobilização interna da poupança - principalmente aquela através de cortes sobre o "consumo popular". Em vista disso, "a mais resoluta política de transformações estruturais tampouco poderia avançar firmemente, sem dificuldades que comprometam o próprio regime institucional, se a cooperação internacional não adquira a amplitude e a orientação que recentes acontecimentos tornam possível esperar". (83) Além disso, as funções tradicionais atribuídas a respeito do aporte de técnicas modernas, principalmente, mantiveram-se no centro do argumento cepalino sobre o capital estrangeiro.

Em contrapartida, as preocupações quanto ao fortalecimento da empresa nacional, diante da concorrência das grandes firmas estrangeiras, também foram enfáticas. Na mesma linha de argumentação dos textos clássicos, propugnava-se a capacitação daquela tanto em termos financeiros como no acesso à tecnologia moderna. (84) Somente assim seria possível atenuar as disparidades entre ambas, contribuindo "notavelmente para a

fecunda convivência do nacional e do estrangeiro no largo campo da iniciativa privada"(85)

Do mesmo modo, retoma-se, nos textos dos anos 60, a preocupação com certos efeitos sobre o Balanço de Pagamentos dos países periféricos. O diagnóstico cepalino destacava, na época, que as exportações mantinham-se irregulares por serem ainda basicamente de produtos primários; que as importações haviam se tornado acentuadamente mais rígidas; e, por fim, que persistia a deterioração dos termos de troca entre os pólos da economia internacional. Sendo esses os dados, provavelmente o serviço do capital aplicado do exterior, tenderia a pressionar ainda mais as divisas disponíveis.(86) O peculiar desta nova situação seria que pressões simultâneas sobre o Balanço de Pagamentos tornariam o desequilíbrio externo algo mais grave do que o presenciado no período de "crescimento para fora".(87) O impasse não residiria propriamente nos serviços financeiros - e, portanto, nos fluxos de capital externo -, mas sim nas condições estruturais de desequilíbrio exterior: "no fundo, o problema não reside na impossibilidade de pagamento dos serviços - que poderiam crescer sem representar carga intolerável - mas nas dificuldades que o estrangulamento (externo) traz consigo."(88) A remuneração do capital estrangeiro, portanto, seria mais um agravante do que um problema em si.

Em função dessas dificuldades, eram sugeridas algumas medidas que serviriam para atenuar as dificuldades imediatas das contas externas. Em primeiro lugar, o alargamento dos prazos dos contratos e a consolidação das obrigações de curto-prazo.(89) Em segundo lugar, ao tratar especificamente da atuação das empresas estrangeiras no interior das economias da América Latina, propunha-se, ainda que de forma genérica, a necessidade de conter lucros e transferências excessivas, de compensar as empresas locais pela disparidade tecnológica e financeira e de estabelecer áreas preferenciais de inversão

estrangeira, notadamente em atividades de exportação industrial.(90) Esta é uma das passagens onde é possível identificar uma das mais explícitas referências à atuação do capital privado estrangeiro no setor industrial. Ainda assim, a preocupação central remetia-se ao Balanço de Pagamentos, e naquilo que dizia respeito propriamente às empresas internacionais, limitava-se a reafirmar a necessidade de proporcionar a igualdade de condições de concorrência por parte das empresas nacionais frente às estrangeiras.

No geral, persistiu o empenho em ver o capital privado externo como fator de difusão de técnicas capitalistas, e por consequência, de transformação das estruturas econômicas da América Latina. A visão modernizante, de progresso, a qual teria no capital estrangeiro uma das peças mais importantes, manteve-se como uma idéia-chave nos anos 60. Na verdade, a "colaboração internacional", a par seus resultados materiais positivos, proporcionaria, além de tudo, o fortalecimento do próprio regime de iniciativa privada. Em vista desses fatores, a industrialização não poderia ser conduzida dentro do propósito de um sistema autárquico, que rejeitasse a plena integração ao mundo capitalista internacional - querendo dizer com isso um relacionamento aberto com as iniciativas privadas estrangeiras.(91) Neste sentido, as opções da teoria cepalina do desenvolvimento eram precisas quando tomavam como referência as nações capitalistas avançadas. As consequências teóricas e práticas desta postura, no entanto, certamente não foram desprezíveis, como foi notado no capítulo 1. Alguns destes desdobramentos deverão ser vistos a seguir.

2.3 - Teoria e política da internacionalização e do desenvolvimento econômico : aspectos gerais da visão cepalina

Um dos pontos que mais sobressaem nos textos cepalinos é o intento de definir a industrialização acelerada como o meio privilegiado pelo qual seria possível alcançar o progresso e a modernização das sociedades da América Latina. Desde que as medidas de incentivo fossem tomadas de modo racional, o destino dos países da região seria o de chegar a um perfil - a respeito de sua base material interna e funções na economia internacional - que se assemelharia ao das nações que compunham o núcleo hegemônico do capitalismo. Diante deste objetivo maior, o capital estrangeiro deveria ocupar um papel de grande destaque, sobretudo por dispor de um conjunto de fatores tidos como necessários para o dinamismo e eficiência das estruturas econômicas periféricas. Do mesmo modo, o Estado deveria assumir funções mais amplas no estímulo ao desenvolvimento, cabendo a ele uma atribuição essencial de racionalizar as linhas gerais do próprio processo de crescimento econômico. Por fim, os capitais privados nacionais deveriam ser o móvel principal da modernização da periferia, assimilando o "espírito inovador" comum nos países centrais e integrando os países da região a um mundo capitalista organizado sob os princípios da interdependência econômica.

Esta foi, em linhas muito gerais, a base da proposta cepalina de desenvolvimento. Partindo das idéias mais abstratas da "modernização" e do "progresso", palavras caras aos argumentos da época, os textos clássicos (e posteriores) da CEPAL constituíram um núcleo teórico que procurava estabelecer a consolidação das sociedades latino-americanas, enquanto sociedades capitalistas, como algo absoluto e irreversível. Nisso residia boa parte da força obtida pela CEPAL nos meios governamentais e entre as elites da região, que passavam a contar com uma teoria que apontava com simplicidade

as raízes do atraso econômico e, ao mesmo tempo, indicava um caminho seguro fundado na imagem das grandes nações capitalistas avançadas. No argumento, as causas identificadas como responsáveis pela condição periférica eram atribuídas a fatores vinculados ao retardo da difusão da técnica capitalista em escala mundial. Mas se, por um lado, esta difusão estava associada a uma série de condições que marcavam a especificidade da periferia (comparativamente aos países centrais), por outro lado, a extensão da técnica capitalista para as áreas atrasadas era concebida como algo inevitável. Caberia somente uma política racional na distribuição dos recursos e definição de prioridades que contribuíssem para incrementar a eficiência e o dinamismo do sistema econômico.

Como foi sugerido no capítulo 1 (item 3), todo este raciocínio esteve condicionado por uma forma particular de ver o processo econômico, que marcou profundamente os diagnósticos e propostas cepalinas para as sociedades atrasadas. Isso pode ser constatado, inicialmente, nas políticas defendidas no início dos anos 60 para a superação do status periférico. Enquanto nos trabalhos clássicos a proposta da industrialização acelerada aparecia, mais que nunca, como algo absoluto, na década seguinte os próprios resultados do intenso crescimento dos anos 50, junto ao surgimento mais explícito de alternativas de condução da sociedade (inclusive socialistas), obrigaram a uma maior flexibilidade nos supostos analíticos e nas prescrições de política econômica. Em tal contexto, passaram a engajar-se abertamente contra outras visões - não somente ortodoxas - sobre o futuro dessas sociedades, buscando associar determinados valores - "sociedade livre", "direitos humanos" - com a própria alternativa de uma sociedade idealizada na figura das nações do núcleo hegemônico capitalista.(92) Neste momento, a visão da harmonia deu lugar ao ataque direto às posições que se anteporiam ao "progresso", à "modernização", enfim, à assimilação não só das estruturas

materiais, mas dos próprios valores, instituições e princípios de organização social dos países centrais. (93)

O quadro político e ideológico dos anos 60 não deixava, portanto, muitas opções para atitudes ambíguas a respeito das propostas para o futuro das economias da região. Pelo menos nos primeiros anos desta década, os textos de autores cepalinos passaram a empenhar-se seriamente em um embate teórico e político com outras vertentes, deixando de lado referências vagas para assumir explicitamente uma crítica ao pensamento liberal e às correntes radicais identificadas, de algum modo, com o marxismo - embora, com estas últimas, o confronto tenha ocorrido menos ao nível teórico do que no plano da política. (94)

De todo modo, o importante a ressaltar é que nestes anos críticos, a tradição cepalina assumiu de forma eloquente uma atitude bastante precisa acerca das opções quanto aos caminhos adequados de organização social e econômica das nações periféricas. A título de exemplo, isto implicou selecionar um tipo de inserção internacional para os países da América Latina, que se mantinha em plena consonância com as aspirações modernizantes das elites da região. Como avaliou retrospectivamente um dos membros mais destacados da CEPAL, percebia-se que os "países da América Latina constituíam terreno privilegiado para introduzir novas idéias nas relações internacionais. Havia que dar outra orientação à política norte-americana com respeito a esses países, valorizando na região o espírito inovador, apoiando as forças empenhadas em reformar as estruturas anacrônicas. A Aliança para o Progresso, sem lugar a dúvida, foi a iniciativa mais audaciosa de política externa saída de Washington desde o Plano Marshall. Os Estados Unidos deixavam de ser o gendarme do status quo na América Latina, o aliado tácito de todas as forças aplicadas em manter o imobilismo social, para assumir o papel de estimuladores de mudanças orientadas para a modernização e o

desenvolvimento. Com os meios formidáveis de que dispõem para agir na região, começariam prestigiando os movimentos reformistas, apresentando-os como vetores do progresso. E, apoiando financeiramente projetos estratégicos, operariam como fator catalisador para precipitar a deslocação de velhas estruturas que obstaculizavam o desenvolvimento." (95) Tal perspectiva ajustava-se, perfeitamente, à ênfase dada aos efeitos positivos e modernizantes trazidos com os investimentos internacionais.

O problema é que apesar das pretensões de neutralidade por parte da CEPAL, a opção por um determinado tipo de relacionamento com os empreendimentos estrangeiros trazia subjacente resultados práticos bastante significativos. Não se tratava de algum efeito "deformador" vinculado às empresas transnacionais, mas de questões de outra ordem. Nos anos 50, a proposta de uma industrialização acelerada com um apoio estratégico destas firmas, adotada pela CEPAL, adequava-se perfeitamente às perspectivas econômicas e políticas das classes burguesas em boa parte da periferia. Como foi visto no item 1.3, essa estratégia de crescimento permitia preservar estruturas concentradas de propriedade e renda, afastando alternativas mais radicais que previssessem uma atuação mais incisiva do Estado em políticas de tributação e investimento. Obviamente, um programa de estímulo às inversões internacionais não seria incompatível por definição com medidas reformistas de um tom radical mais acentuado. Contudo, no contexto social e político dos anos 50, parece que elas representaram alternativas opostas. É provável que um dos principais fatos responsáveis pelo sucesso da CEPAL tenha decorrido de sua cautela ao tratar destas questões, optando por uma alternativa que supunha a desconcentração da propriedade, renda e consumo antes de tudo como um efeito do desenvolvimento econômico acelerado.

Dadas estas questões, seria o caso de perguntar agora sobre o conteúdo analítico da análise cepalina a respeito das economias capitalistas atrasadas - com seus conceitos, raciocínios e temas relacionados. Duas características básicas podem ser destacadas do aparato teórico da CEPAL. Primeiro, a tendência de restringir a análise a um espaço isolado e auto-suficiente, delimitado pelas estruturas materiais e técnicas capitalistas. Segundo, a de favorecer uma concepção linear e mecânica do desenvolvimento econômico, onde as relações de poder e conflito entre grupos e classes sociais, dando origem a diferentes formas institucionais e padrões de desenvolvimento, não são tematizadas. Esses traços podem ser percebidos inicialmente na visão cepalina do capital estrangeiro.

Como foi visto, as inversões diretas e financiamentos internacionais ocuparam um lugar privilegiado em sua proposta de desenvolvimento. Na medida que o atraso periférico somente seria superado através do incremento da acumulação de capital, do progresso técnico e da produtividade, tanto devido ao aporte de poupança quanto pelos efeitos na diversificação produtiva e transferência das técnicas modernas, os investimentos internacionais seriam uma das peças básicas para a modernização da periferia nos moldes das nações avançadas. Uma das consequências desse raciocínio foi que o privilégio analítico dado ao impulso do crescimento e a internalização de técnicas, levou a abandonar qualquer referência mais precisa a respeito das formas organizativas das grandes corporações transnacionais - e o controle centralizado exercido sobre os fluxos de tecnologia e recursos financeiros. Com isso, a rivalidade dos blocos de capital apoiados por Estados nacionais, dando origem a um mundo capitalista fortemente hierarquizado, não recebeu qualquer tratamento na obra cepalina clássica. Desta forma, algumas características fundamentais do capitalismo moderno deixaram de ser assimiladas pela abordagem

pragmática da CEPAL, bem como possíveis resultados - sobre as economias capitalistas atrasadas - de uma ordem econômica global fundada no poder de grandes corporações transnacionais.

Em segundo lugar, algo também pode ser dito sobre a visão mais geral presente nos textos cepalinos a respeito das economias capitalistas da América Latina. Inicialmente, a ênfase sobre a "acumulação de capital", "produtividade" e "progresso técnico", induziu a conceber o desenvolvimento capitalista como um desdobramento imanente de suas próprias estruturas materiais. As categorias econômicas passaram a ser percebidas como elementos de natureza técnica e destacados de contextos sociais e históricos específicos, tornando as estruturas analiticamente auto-explicativas. Com isso, perdeu-se inteiramente o contexto das relações sociais que não somente sofrem, mas condicionam e impõem limites às mudanças e à conformação das economias capitalistas. (96)

Tomando estas duas questões - entre outras possíveis - a respeito da concepção teórica cepalina, é possível perceber que o ângulo particular de classe subjacente a sua teoria do desenvolvimento, impôs limites não desprezíveis para a interpretação de aspectos importantes da realidade dos países capitalistas atrasados. Isto não quer dizer que certas percepções não tenham sido relevantes, principalmente se confrontadas com a teoria econômica ortodoxa. Este é o caso, por exemplo, do registro de uma tendência histórica ao desenvolvimento desigual das economias no plano internacional. Mas, por outro lado, as variadas e complexas questões relacionadas às economias da América Latina, sofreram um tal estreitamento que foram muitas vezes reduzidas a uma lógica imanente na qual a industrialização acelerada surgiria como necessidade e meta final a ser alcançada. Na medida que a "economia" - e com isso o desenvolvimento econômico - era identificada exclusivamente às estruturas materiais e técnicas das sociedades atrasadas, a teoria cepalina não dispunha de

termos capazes de conceber a "industrialização" de outra maneira que não fosse como um processo contínuo de incremento do progresso técnico e da produtividade. Posto que as relações de poder entre classes sociais, a predominância de certas visões que condicionavam a política econômica e o significado distinto de seus resultados para os grupos sociais em conflito, entre outros temas, não faziam parte do horizonte teórico cepalino, a lógica do progresso tecnológico e das estruturas materiais adquiriu uma auto-suficiência explicativa e um sentido de inevitabilidade pouco adequados à própria realidade histórica dos países capitalistas atrasados.

Se esses problemas existem efetivamente na análise cepalina, é o caso de perguntar sobre seu alcance enquanto marco teórico. Sem dúvida, o surgimento da CEPAL, enquanto um corpo coerente de idéias e políticas destinadas a orientar a industrialização na América Latina, deu origem a uma resposta criativa tanto às questões práticas colocadas por aqueles que se preocupavam com a efetividade do desenvolvimento capitalista na região, como para as limitadas perspectivas proporcionadas pela teoria econômica ortodoxa. Nesse sentido, talvez o pensamento cepalino tenha correspondido ao esforço mais bem-sucedido de análise das condições necessárias para a industrialização capitalista retardatária e dos instrumentos disponíveis para esse objetivo. No entanto, pelo menos por duas razões é possível não considerar este motivo como suficiente para encerrar a avaliação da CEPAL enquanto marco teórico.

Primeiro, pelas próprias questões que não podem ser respondidas pela teoria cepalina, mas que são relevantes para o estudo das sociedades capitalistas atrasadas - como é o caso, e.g., do tema da internacionalização econômica. A menos que se adote a sua perspectiva modernizante - com todas as opções em torno de temas, categorias e objetivos -, dificilmente poderia ser aceito como adequado (ou pelo menos suficiente) o enfoque

restrito e parcial sobre as estruturas materiais como algo auto-explicativo - assim como as consequências teóricas e políticas derivadas desta abordagem. Levando em conta esses pontos, é provável que o modelo teórico cepalino venha a revelar-se limitado quando esteja em questão a complexidade histórica das sociedades capitalistas atrasadas.

Segundo, porque a avaliação da CEPAL enquanto marco teórico não pode desconsiderar outras correntes de pensamento, principalmente aquelas que rejeitaram o propósito de que toda a análise deveria estar condicionada pelo objetivo do progresso e do desenvolvimento capitalista acelerado. A opinião sobre a originalidade, pertinência e resultados dos estudos cepalinos não pode ficar restrita a uma confrontação unilateral com as escolas ortodoxas liberais e dominantes. Esta é uma parte da história, pois a CEPAL colocou-se, desde o início, e mais claramente nos anos sessenta, como uma alternativa teórica (e política) também diante de uma tradição socialista, que embora incipiente e, na maior parte das vezes, dogmática, deu lugar em alguns casos a uma contribuição alternativa que deve ser considerada.

Boa parte dos autores ligados a esta corrente de pensamento restringiu-se, é certo, a generalizações de reduzido poder explicativo, inspiradas que foram em textos e experiências internacionais consagrados. Mas, por outro lado, alguns foram capazes de proporcionar contribuições relevantes para a interpretação de sociedades particulares da região, partindo de um referencial alternativo e chegando a resultados essencialmente distintos daqueles da teoria cepalina.

Este foi o caso da obra de Caio Prado Jr., que deverá ser discutida parcialmente nos capítulos seguintes. Através de seus textos é possível identificar um esforço sistemático de interpretação original do capitalismo brasileiro, a partir de pensamento crítico marxista. Ao longo dos anos 50 e 60, sua

atenção estará voltada para as amplas mudanças materiais porque passava a economia brasileira, - buscando entender os traços e significados gerais de tais transformações de um ângulo bastante distinto daquele assumido pela CEPAL na época. Na verdade, as posições adotadas por Caio Prado aparecem como antagônicas às cepalinas e, em algumas ocasiões, as críticas daquela autor são dirigidas diretamente às idéias desenvolvimentistas propugnadas pela CEPAL.

O objetivo dos capítulos seguintes é o de recuperar parte do debate que foi significativo nos anos 50. Mais precisamente, a atenção estará voltada para a visão de Caio Prado sobre os investimentos das grandes corporações internacionais. Embora em alguns momentos as referências de Caio Prado à CEPAL tenham sido explícitas, a forma principal de análise continuará sendo mediante o tratamento direto das obras do autor, procurando estabelecer uma base comparativa entre as perspectivas que foram adotadas sobretudo diante do boom das inversões internacionais entre 1955-60, no Brasil.

CAPITULO III - Caio Prado e a análise do desenvolvimento
econômico brasileiro

Juntamente à rápida e ampla receptividade encontrada, nos anos 50, pelas teses cepalinas nos meios governamentais e intelectuais de alguns países da América Latina, seria natural que surgissem reações adversas por parte das correntes teóricas que vinham debatendo e (em alguns casos) influenciando nas definições das políticas econômicas nacionais. No Brasil, onde as idéias da CEPAL receberam uma das acolhidas mais favoráveis, as resistências logo foram sentidas entre a tradição ortodoxa dominante, cujo núcleo intelectual girava em torno da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Naturalmente, as críticas principais recaíram sobre a ênfase dada pela CEPAL ao planejamento econômico para o incentivo à industrialização. (1) Já entre o pensamento de esquerda, aparentemente a reação foi menos imediata, ocorrendo manifestações críticas ao longo dos anos 50 e início dos 60, entre as quais uma das mais importantes foi a de Caio Prado Jr., em seu livro "Diretrizes para uma política econômica brasileira", de 1954. (2)

Na verdade, as teses da CEPAL apareciam como mais um momento na elaboração de um conjunto de proposições favoráveis à diversificação industrial, algo que vinha ocupando boa parte do debate econômico no Brasil antes mesmo dos anos 30. Um dos maiores expoentes dessas tentativas, o empresário Roberto Simonsen, através de sua militância prática e teórica em defesa de uma política econômica especialmente voltada para a industrialização, já dava sinais de uma influência marcante na década de vinte com a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. (3) Assim, as idéias postuladas pela CEPAL vinham, de certo modo, dar uma expressão sistemática e consistente em termos teóricos às posições industrializantes que já se consolidavam no país, e que haviam sido reforçadas ainda mais no pós-guerra.

Por sua vez, certos movimentos de esquerda também haviam se envolvido desde cedo em um "projeto" de industrialização no Brasil. Embora partindo de preocupações obviamente distintas daquelas, e.g., de Roberto Simonsen, o fato é que por força de uma perspectiva que identificava a industrialização como um dos momentos mais significativos da estratégia da "revolução democrático-burguesa", parte dos setores organizados da esquerda empenhou-se, já nos anos 20, na defesa da diversificação industrial como um meio de superar o atraso econômico de uma sociedade submetida às "relações feudais" (ou "semi-feudais") e ao "domínio do imperialismo". Particularmente, o PCB deverá ser bastante marcado por esta perspectiva geral industrializante, desde mesmo os primeiros anos de sua atuação.(4)

Essa concepção geral deverá exercer também uma significativa influência sobre os trabalhos de Caio Prado Jr. Efetivamente, como será visto adiante, seu conceito de "economia nacional" (em oposição ao de "economia colonial") indicava uma estrutura econômica e social integrada, que pudesse atender de modo adequado as necessidades internas de consumo reprodutivo e pessoal do país. Um ponto importante, contudo, é que essa perspectiva industrializante desenvolveu-se simultaneamente à progressiva recusa por parte do autor - sobretudo na segunda metade dos anos 50 e início dos 60 - das teses defendidas oficialmente pelo PCB, acerca do potencial progressista da "burguesia nacional", do caráter semi-feudal das relações sociais no campo, enfim, da própria natureza da sociedade brasileira.(5) Subsidiado por pesquisas históricas individuais, que já aparecem na publicação de "Evolução política do Brasil", em 1933, Caio Prado evoluiria continuamente para uma posição crítica às análises do Partido, chegando, em meados dos anos 50, com a criação da Revista Brasiliense, a uma ruptura pública com sua orientação teórica e política junto ao movimento de esquerda.(6)

Esta postura crítica de Caio Prado nos anos 50 às teses do grupo da esquerda mais influente no país, levou-o a uma situação peculiar no debate econômico da época. Pois ao mesmo tempo em que se distanciava do PCB, assumia também uma posição acentuadamente contestatória às idéias desenvolvimentistas preconizadas tanto por membros do ISEB quanto por economistas vinculados ou influenciados pela CEPAL, os quais encontraram no governo Juscelino o espaço mais propício para a afirmação de suas teses a respeito do desenvolvimento econômico. (7) Os diversos artigos publicados na Revista Brasiliense a partir de 1955, os livros "Esboço dos fundamentos da teoria econômica" (1957) e "Diretrizes para uma política econômica brasileira" (1954), fundamentaram uma posição que era ao mesmo tempo nacionalista, ao postular a afirmação da nação através de uma economia voltada ao mercado interno e ainda (pelo menos nos anos 50) dentro dos marcos do capitalismo, e radical, por rejeitar a possibilidade de que o capital estrangeiro pudesse ter qualquer papel progressista na constituição de uma economia daquele tipo.

Na tentativa de situar a posição peculiar de Caio Prado Jr. no debate econômico dos anos 50, em especial a respeito do capital estrangeiro, algumas questões mais gerais de sua concepção sobre o desenvolvimento da economia brasileira serão vistas a seguir. Uma primeira pergunta seria a respeito das características teóricas internas da análise da economia brasileira realizada por Caio Prado. Com isso, o que se pretende, a exemplo do que foi feito no capítulo I sobre a CEPAL, é um exame das idéias centrais que estruturaram a sua investigação histórica da economia brasileira - onde noções como "economia nacional", "economia colonial" e "mercado interno" deverão ser avaliadas. Uma segunda pergunta seria destinada à sintonia - se houve alguma - da concepção teórica desenvolvida por Caio Prado à sua postura nacionalista radical nos anos 50 e 60, que o fez afastar-se tanto da esquerda

oficial como dos desenvolvimentistas de então. Por fim, tendo por base esta discussão, restaria tratar no capítulo 4 a concepção de Caio Prado sobre os investimentos diretos internacionais e seu papel no interior da economia brasileira. O objetivo, neste caso, é ver de que modo a sua análise do capital estrangeiro integra-se à explicação mais geral das características da economia brasileira e estabelecer uma base de comparação com a abordagem cépalina.

3.1 - A crítica aos "modelos ortodoxos de desenvolvimento"

Um dos traços marcantes na análise da economia brasileira realizada por Caio Prado, residiu na ênfase sobre as especificidades que a distinguiriam diante das experiências capitalistas de outros países. Boa parte de seus estudos dedicou-se a identificar os padrões particulares das relações de classe e estruturas produtivas que se haviam desenvolvido no país desde mesmo a época colonial - motivo porque o seu livro "Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia", de 1942, é estratégico em sua bibliografia.(8) A abordagem desses elementos baseou-se numa perspectiva essencialmente histórica e de longo prazo, que era, segundo Caio Prado, o meio mais eficiente de explicitar os traços fundamentais de sua evolução.(9)

Tal ênfase no desenvolvimento histórico da economia brasileira, levou-o a uma postura acentuadamente crítica em relação aos modelos teóricos de desenvolvimento derivados da economia neoclássica e keynesiana. Segundo Caio Prado, o "desenvolvimento e o crescimento constituem tema essencialmente histórico, e ao contrário do tratamento que lhe vem sendo dado pelos economistas (...), não pode ser incluído em modelos analíticos de alto nível de abstração, e deve ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado."(10) Assim, a abordagem adequada do desenvolvimento capitalista não se deveria cingir a

exemplos históricos destinados a ilustrar modelos econômicos abstratos. O que estava em questão era o próprio conteúdo das abstrações e categorias teóricas com as quais se pretendia explicar as características centrais do desenvolvimento econômico. O exame apropriado deste processo deveria tomar, como ponto de partida, exatamente as mudanças históricas qualitativas nos elementos principais que estruturavam uma determinada organização social e econômica - com todas as suas especificidades contempladas frente a outras sociedades da mesma natureza básica ou não. (11)

Essa perspectiva orientou-se para a própria noção de "subdesenvolvimento", que traria subjacente pelo menos em algumas versões a idéia de uma progressão linear e homogênea, em direção aos exemplos dos países do núcleo hegemônico capitalista. Nesta construção, o priorizado não seriam os elementos distintivos que conferiam a especificidade histórica de certas sociedades, com relações básicas capitalistas, frente a outras. Com efeito, de acordo com Caio Prado, a partir dessa noção, "os países da atualidade se distribuiriam por diferentes níveis de desenvolvimento, que se escalonam numa trajetória econômica que todos acompanham ou devem acompanhar, embora em ritmo diferente e até mesmo negativo; mas que é sempre qualitativamente o mesmo, de natureza e caráter igual, consistindo naquilo que se entende mais ou menos ambigualmente por (progresso econômico)". (12) Alternativamente, seria preciso considerar que embora boa parte dos países atrasados tivesse como "denominador comum" o fato de serem capitalistas, eles (ou grupo deles) possuíam diferenças qualitativas - entre si e em relação aos do núcleo hegemônico - que os dariam "feição própria e exclusiva" dentro do conjunto do capitalismo internacional. (13)

A crítica de Caio Prado às "teorias do desenvolvimento" recaiu com particular peso sobre o modelo de

"take-off" de Walt Rostow e, com menor acento, sobre as idéias da CEPAL. (14) O autor tomou os trabalhos de Rostow como o exemplo mais acabado das construções teóricas que buscaram tratar as questões relativas ao desenvolvimento econômico a partir de um enfoque exclusivo sobre o volume das inversões. Segundo Caio Prado, tais formulações passaram a ser difundidas com o sucesso das teses apresentadas por Keynes - em sua Teoria Geral (1936) - acerca da demanda efetiva e das flutuações dos investimentos. A partir dessa obra, boa parte do que se escreveu sobre a natureza da economia capitalista passou a concentrar-se no caráter volátil das inversões e seus efeitos sobre o nível de emprego e renda. (15) Com o fim da II Guerra, esse tipo de abordagem do dinamismo capitalista foi estendido também para as análises e políticas destinadas aos países atrasados, com o que "as inversões e suas vicissitudes serão colocadas em posição central na matéria". (16) Assim, o atraso capitalista deverá ser associado ao volume dos investimentos normalmente baixo existente nos países considerados "subdesenvolvidos".

Com efeito, no modelo de Rostow, segundo Caio Prado, o ponto de partida da investigação consistiria em tipificar as economias atrasadas como "sociedades tradicionais", onde predominariam baixos níveis de renda, poupança e investimentos, e que "compreenderia(m) genericamente todas as formas econômico-sociais que precederam o capitalismo industrial". A natureza desta "sociedade tradicional" seria associada, fundamentalmente, à ausência de inversões produtivas e progresso técnico adequados à sustentação do crescimento econômico. A alteração desse quadro "tradicional" só poderia ser lograda com o impulso (o "take-off") promovido pelo incremento dos investimentos, produtividade e renda, num processo cumulativo e auto-alimentado. Assim, "a teoria ortodoxa do desenvolvimento parte de uma situação estática, uma

abstrata 'sociedade tradicional', semelhante em toda a parte (...), que num momento dado, começa a se transformar por força de fatos estranhos e exteriores à sua dinâmica própria, sejam o avanço científico e as conquistas tecnológicas, sejam idéias e esperanças de progresso econômico, ou a intervenção de uma nova classe de indivíduos. Confluindo tudo para o desencadeamento de um processo auto-impulsionado de acumulação capitalista e inversões progressivas que condicionam o desenvolvimento". (17)

O problema, para Caio Prado, é que tal construção pouco teria a dizer sobre os fatores que responderiam pelo atraso econômico ou pela sua superação num processo auto-impulsionado de crescimento. Pois "nem Rostow, nem os demais que o acompanham na sua maneira de interpretar o desenvolvimento explicam ou procuram explicar, no contexto histórico que estão considerando, o porque da ocorrência de todos esses acontecimentos geradores e estimuladores do processo cumulativo das inversões e do consequente desenvolvimento." Com isso, "esta maneira de considerar as coisas torna esse desenvolvimento inexplicável a não ser pela intervenção de fatores estranhos e exteriores ao processo analisado." (18) Em contraste a isso, uma abordagem que visasse a exploração dos fatores vinculados ao desenvolvimento econômico deveria basear-se em uma perspectiva histórica das "circunstâncias gerais da produção e da atividade econômica, e em especial as relações de produção verificadas." (19) Tal perspectiva deveria ser essencialmente histórica no sentido de excluir modelos abstratos que homogenizam diferenças e traços específicos nesses elementos básicos - condições sociais de produção e relações de classe - que "conformam as sociedades investigadas." (20)

Embora esta crítica a Rostow seja datada de final dos anos 60, pelo menos desde os anos 50 Caio Prado já havia

manifestado uma atitude acentuadamente pessimista com os modelos de inspiração keynesiana - ou neoclássica - para a análise dos países atrasados. O exemplo mais importante dessa postura foi a crítica à então recente "teoria do desenvolvimento" da CEPAL, que serviu como o principal interlocutor dos argumentos desenvolvidos em seu livro de 1954 - "Diretrizes para uma política econômica brasileira" ("Diretrizes").

A principal ressalva levantada por Caio Prado aos economistas cepalinos voltava-se para a abordagem histórica "insuficiente" - de acordo com suas palavras - que estes procediam da realidade dos países latino-americanos. No máximo, as referências históricas da CEPAL limitavam-se a considerar a situação periférica como resultante de um processo que estaria inscrito no próprio passado das nações latino-americanas. (21) Isso fazia com que o recuo no tempo realizado pelas análises cepalinas fosse apenas um procedimento formal, na medida que elas também terminavam por homogenizar parte do conjunto de traços particulares que davam forma às sociedades periféricas - sobretudo aquelas vinculados às relações de classe e às condições sociais de produção dos países atrasados.

Uma evidência da inadequada abordagem da CEPAL sobre os países atrasados estaria na sua própria definição de "periferia", que foi associada especialmente ao baixo nível de difusão da técnica moderna nas estruturas dos países classificados sob este conceito. Isto indicava, de acordo com Caio Prado, um estreitamento fatal na perspectiva da análise teórica, restringindo-a a uma caracterização não mais que formal - o retardo da difusão da técnica moderna -, que seria incapaz de sugerir uma explicação das múltiplas razões que definiam aquela particularidade frente a outros países no plano do capitalismo internacional. Como decorrência, toda a matéria do "desenvolvimento econômico" ficaria delimitada pelas

possibilidades e condições que cercavam a propagação do progresso tecnológico na periferia, conduzindo a uma abordagem basicamente quantitativa, centrada nas magnitudes do investimento, setores de produção estratégicos e incremento tecnológico. Caio Prado chega a citar, em seu livro, uma afirmação bastante ilustrativa de Prebisch acerca da posição cepalina quanto ao desenvolvimento econômico periférico, onde este último é visto como constituindo a última etapa da propagação internacional da técnica capitalista. (22)

A partir dessa formulação do desenvolvimento econômico feita pela CEPAL, seria concluído "logicamente, embora simplistamente como faz a generalidade dos teóricos do desenvolvimento, que o problema dos países 'subdesenvolvidos' consiste apenas em estimular aquela 'propagação' que está na ordem do 'desenvolvimento orgânico da economia mundial', e procurar os meios para chegar a isso a fim de elevar a produtividade daqueles países e de sua população ao nível da técnica moderna". (23) O problema, para Caio Prado, era que esse tipo de abordagem não permitia explicar as causas e os elementos principais envolvidos no "atraso econômico", ao mesmo tempo que sugeria uma trajetória unilinear do desenvolvimento capitalista.

Assim, em sua crítica geral à insuficiência da abordagem histórica da CEPAL, Caio Prado fazia uma primeira objeção ao fato de limitar-se o problema do desenvolvimento econômico dos países atrasados a fatores basicamente técnicos. A realidade destas países era contrastada com as nações do núcleo hegemônico capitalista, de onde se deduziam os principais elementos aos quais se atribuíam a responsabilidade do crescimento econômico acelerado - investimentos, produtividade, renda. Em função disso, o desenvolvimento capitalista das "nações periféricas" como um "simples efeito de uma difusão da

técnica moderna" significava deixar inexplicado todo o conjunto de fatores históricos, localizados ao nível das condições materiais e sociais dos países examinados, que teriam moldado o perfil de uma economia "periférica" ou "subdesenvolvida".(24) Com isso, a CEPAL adotava a mesma perspectiva geral dos "modelos abstratos de desenvolvimento", que suprimiam especialmente as características e a variabilidade histórica das relações sociais e as condições sociais de produção dos países atrasados, dando origem a uma concepção do desenvolvimento capitalista como um processo tecnologicamente determinado.

Além da abordagem histórica insuficiente da CEPAL, a segunda objeção era que este diagnóstico supunha o que Caio Prado chamou de "unicidade do desenvolvimento", ou seja, a linearidade do desenvolvimento capitalista; tomado como o percurso natural dos países periféricos numa fase avançada da difusão da técnica capitalista a nível mundial.(25) O "atraso periférico" seria considerado como um estágio dentro de uma escala que representaria os diversos níveis possíveis de modernização capitalista. Na medida que fossem removidos os obstáculos para a difusão da técnica moderna na periferia, os seus países teriam condições de alcançar enfim o pleno desenvolvimento, o qual teria sua imagem mais acabada nas nações do núcleo hegemônico capitalista.

De acordo com Caio Prado, essa formulação desconsiderava as diferenças históricas entre as sociedades capitalistas atrasadas e, deste modo, a impossibilidade de todas essas realidades serem reduzidas a uma abstração onde o "desenvolvimento" seria uma condição inerente a qualquer estrutura econômica que adotasse métodos modernos (capitalistas) de produção. Além do forte condicionamento ideológico desta visão - que Caio Prado diz ser fundamental, mas não o analisa (26) -, que consistia na identificação do desenvolvimento capitalista com o

desenvolvimento econômico em geral, havia também o fato de que, para Caio Prado, o puro incremento de novas técnicas tenderia menos a transformar as estruturas econômicas dos países do que reforçar as características do "atraso" econômico. (27)

Na verdade, a crítica de Caio Prado à CEPAL não ultrapassou este plano mais geral, relacionado à concepção entendida como limitada dos fatores que definiam o "atraso periférico". Resumidamente, Caio Prado dedicou-se a sustentar a idéia de que, embora buscando estabelecer as condições específicas que cercavam o desenvolvimento capitalista periférico, os economistas cepalinos permaneceram basicamente no interior dos marcos teóricos da Economia Política. Por essa razão, sua abordagem dos países latino-americanos teria ficado restrita à constatação das diferenças materiais em relação aos países do centro, destacando sobretudo o baixo grau de difusão da técnica capitalista como a causa determinante da condição periférica. Deste modo, a crítica de Caio Prado não foi acompanhada normalmente por uma discussão de questões levantadas pela CEPAL, tais como a deterioração dos termos de troca, a ausência de um núcleo industrial capaz de internalizar o progresso técnico na periferia, entre outras. As manifestações de Caio Prado sobre tais assuntos foram esparsas e genéricas. Pelo menos deste ponto de vista, seria possível dizer que a crítica de Caio Prado Jr. à CEPAL foi insuficiente, por restringir-se à contestação do quadro teórico geral cepalino e as conclusões práticas daí derivadas. De qualquer maneira, esse confronto teórico mais geral é útil para marcar a diferença entre ambas abordagens sobre o desenvolvimento capitalista nos países atrasados.

Por outro lado, a crítica de Caio Prado aos "modelos abstratos de desenvolvimento", contribui para delimitar um pouco melhor o ponto de partida de sua análise histórica da economia brasileira. Um exemplo disso, é que para ela o exame

das causas do baixo dinamismo tecnológico vigente em países como o Brasil só poderia iniciar-se pela consideração do desenvolvimento histórico das condições sociais, institucionais e estruturas de produção específicas - elementos estes suprimidos dos modelos teóricos do desenvolvimento. Isso significava que as categorias econômicas não deveriam ser abstraídas dos contextos sociais e históricos dos quais faziam parte. Aquele procedimento teria suas raízes na Economia Política, "onde as relações econômicas se isolam do contexto humano a que pertencem; e mais ainda, fraccionam-se em categorias separadas e estanques que depois se reúnem, mas exteriormente apenas, por esquemas teóricos e sobrepostos aos fatos." (28) A sua recusa, portanto, aos "modelos abstratos de desenvolvimento" apoiava-se na crítica da Economia Política realizada por Marx, a partir da qual sustentava que o desenvolvimento econômico não poderia ser examinado supondo uma ruptura entre as estruturas materiais e o conjunto das relações sociais consideradas historicamente.

Chega-se com isso a um ponto importante e controverso da análise histórica de Caio Prado: o papel efetivo atribuído aos conflitos e dinâmica das classes em seus trabalhos sobre a economia brasileira. Essa é uma questão particularmente significativa na avaliação da sua obra dentro da tradição marxista. Um auxílio neste sentido pode ser dado pela sugestão de Rodney Hilton de que as explicações históricas marxistas poderiam - de modo simplificado - ser pensadas a partir de duas posições básicas. A primeira privilegiaria o enfoque das transformações ao nível das forças produtivas, promovidas sobretudo pelas mudanças tecnológicas associadas à natureza progressiva do capitalismo enquanto modo de produção. As relações sociais são levadas em conta nesta concepção, embora recebam uma importância no mínimo secundária diante do movimento das estruturas econômicas capitalistas - mais ajustando-se a elas do que as moldando. Um segundo tipo

básico das explicações marxistas, volta-se para a afirmação do papel fundamental que ocuparia as relações de classe na determinação dos padrões de desenvolvimento material do capitalismo. Neste enfoque, as transformações no plano das forças produtivas seriam pensadas não somente pelas mudanças tecnológicas mas também a, partir do que aconteceria ao nível das relações conflituais de dominação e resistência entre classe sociais antagônicas. (29) Em que pese o caráter simplificado desta classificação, ela é útil para ressaltar pelo menos um aspecto importante nas análises marxistas modernas, relacionado aos fatores primários destacados para a explicação da dinâmica histórica, isto é, as relações que condicionam de modo mais fundamental o desenvolvimento econômico de longo prazo.

Retornando a Caio Prado, é possível notar, inicialmente, que pelo menos em alguns dos seus trabalhos os conflitos de classe ocupam um lugar importante na explicação do movimento histórico no Brasil. Esse é o caso, e.g., de seu primeiro livro, "Evolução política do Brasil" (1933). (30) Neste trabalho, Caio Prado analisa o processo de emancipação política da antiga Colônia a partir dos amplos conflitos entre as principais classes da época, numa sequência de avanços e recuos protagonizados pelos grupos sociais subalternos, que ameaçava a própria ordem estabelecida em 1822. Segundo Caio Prado, esse processo de grande agitação social provocado pela irrupção das classes populares na cena pública, somente seria controlado por volta de 1837, às custas da sua "sujeição completa por leis e instituições opressivas". (31) O importante aqui é constatar que o confronto das classes da antiga colônia é tomado como o eixo central das mudanças políticas que vão ocorrendo naquela sociedade, desde a ruptura com o estatuto colonial até a consolidação das "classes abastadas", enquanto classe hegemônica da nova nação.

A partir desse livro, os trabalhos subsequentes de Caio Prado continuarão dedicando uma atenção especial às relações sociais; no entanto, essa continuidade será acompanhada por um deslocamento da análise para um enfoque muito mais voltado a indicar como um certo tipo de organização social da produção, com as relações sociais correspondentes, definia o perfil básico da sociedade brasileira. Essa mudança de abordagem está representada sobretudo em seu segundo livro, a "Formação do Brasil contemporâneo" (1942) - daqui em diante FBC -, dedicado a uma espécie de tipologia da economia e sociedade brasileiras no início do século XIX. (32) O que se sugere é que, talvez com a exceção parcial dos artigos sobre a "questão agrária" e o livro "A revolução brasileira" de 1966, o papel dos conflitos de classe no condicionamento das mudanças ao longo da história brasileira, além de não ter recebido um tratamento mais sistemático, também não foi objeto da mesma ênfase em seus trabalhos seguintes. (33)

Esse fato é de suma importância para uma avaliação dos estudos de Caio Prado sobre o desenvolvimento histórico da economia brasileira. Em termos gerais, se for tomado o conjunto de sua obra dedicada mais diretamente à história econômica, a importância das relações sociais é indiscutível na definição das especificidades de seu desenvolvimento. (34) Assim, e.g., as relações de produção e a estrutura produtiva particulares que se consolidam no período colonial, segundo Caio Prado, iriam formar a base para a evolução futura da sociedade brasileira, dando certos traços marcantes para a constituição do seu mercado interno, para as relações com os países hegemônicos do capitalismo internacional, para o mercado de trabalho e para a própria natureza das classes sociais do país. Nesse sentido, o estudo realizado por Caio Prado de um país capitalista atrasado específico, como o Brasil, contrasta frontalmente com

os "modelos abstratos de desenvolvimento" criticados por ela. É uma das razões disso é que as relações de classe não são vistas como um elemento irrelevante ou meramente ajustável à lógica inexorável das estruturas materiais capitalistas.

Não obstante, ainda que os condicionamentos das estruturas sociais e econômicas sejam considerados fundamentais na explicação do atraso econômico no Brasil, essa análise não foi conduzida de modo a deixar claro o papel atribuído à dinâmica das classes nas mudanças econômicas ao longo do tempo. Mais precisamente - e seguindo Robert Brenner neste ponto -, as mudanças estruturais e os padrões de desenvolvimento econômico não foram abordados a partir do condicionamento das relações conflituais entre as classes antagônicas - relações de exploração e resistência, onde a dimensão política é fundamental. (35)

Isso fica bem demonstrado no seu livro mais importante sobre a economia brasileira - "História econômica do Brasil" (chamado daqui em diante de HEB). Há toda uma atenção especial dedicada às relações de trabalho vinculadas às atividades econômicas predominantes, às condições do mercado de trabalho na agricultura e na indústria nascente, às transformações e persistências nas relações sociais na agricultura, entre outros temas. Mas, por outro lado, o próprio desenvolvimento econômico não é examinado tendo por base a evolução particular (e no tempo) das condições de dominação estatal e não-estatal das classes hegemônicas, das modalidades de exploração do excedente dos produtores diretos, da resistência e acomodação das classes expropriadas, fatos esses capazes de condicionar certas linhas de desenvolvimento material entre outras possíveis. Enfim, não há a busca de um tratamento mais sistemático daquilo que E.P. Thompson chamou de "alquimia social", que estaria por detrás das transformações nas estruturas econômicas observadas no curso da história. (36)

Nos termos da classificação sugerida por Rodney Hilton, portanto, os trabalhos de Caio Prado provavelmente ficariam situados em uma posição ambígua, pois se não há realmente uma análise sistemática da dinâmica das classes moldando as transformações econômicas, por outro lado estas últimas também não são vistas exclusivamente como um resultado inexorável da difusão do progresso técnico ou outro fator interno à própria estrutura produtiva. Possivelmente esta é uma das razões que inspiraram as críticas que variam em sua obra o predomínio dos "fatores externos", o economicismo e até mesmo que sua concepção do capitalismo brasileiro seria a de um *sui generis* "capitalismo sem acumulação". (37)

Por sua vez, a própria maneira peculiar com que a ação das classes sociais aparece no trabalho de Caio Prado, pode estar na origem dessa ambiguidade quanto ao papel das relações de classe na explicação histórica. Este é um ponto relevante e pouco explorado nas avaliações correntes de sua obra. Ao estudar as classes sociais no início do século XIX, Caio Prado conduz toda sua argumentação no sentido de sustentar os efeitos "deformadores", "desagregadores" e "amorais" provocados pelo regime escravista no Brasil. De acordo com o autor, o "que resultará daí não poderia deixar de ser este aglomerado incoerente e desconexo, mal amalgamado e repousando em bases precárias que é a sociedade colonial brasileira. Certas consequências serão mais salientes: assim o baixo teor moral nela reinante, que se verifica entre outros sintomas na relaxação geral dos costumes, assinalada e deplorada por todos os observadores contemporâneos, nacionais e estrangeiros. Bem como o baixo nível e ineficiência do trabalho e da produção, entregues como estavam a pretos boçais e índios apáticos. O ritmo retardado da economia colonial tem aí uma de suas principais causas" (38)

Esse tipo de diagnóstico se voltará especialmente contra as classes subalternas - os escravos e as camadas sociais intermediárias. Estas últimas, por exemplo, vistas por Caio Prado como uma "subcategoria" resultante da escravidão, seriam formadas por grupos sociais "embrutecidos e moralmente degradados", compostos por descendentes de índios e negros forros; "agregados" dos engenhos e, por fim, a "última parte, a mais degradada, incômoda e nociva": "a dos desocupados permanentes", a "casta numerosa dos vadios". (39) Sobre essa camada intermediária, que compunha parte significativa da sociedade colonial - segundo Caio Prado -, "não se pode nem ao menos falar em 'estrutura' social, porque é a instabilidade e incoerência que a caracterizam, tendendo em todos os casos para estas formas extremas de desagregação social, tão salientes e características da vida brasileira (...): a vadiagem e a caboclicização." (40)

Essas opiniões eram justificadas, por Caio Prado, como uma simples constatação dos efeitos implacáveis do regime escravista. Porém, talvez fosse mais plausível vê-las como manifestações condicionadas pelas visões da época em que a obra foi escrita e por uma perspectiva elitista diante das formas culturais, atitudes de resistência e acomodação e modos de vida estabelecidos pelas classes populares. É bastante comum, neste sentido, inclusive em contextos históricos muito distintos, que as atitudes próprias destas classes sejam vistas a partir de critérios retirados de padrões da cultura burguesa e dos métodos de racionalização capitalista do trabalho humano. (41) Esse parece ser o caso da perspectiva adotada por Caio Prado, ao considerar a "indolência" e a "vadiagem", o "baixo teor moral", o "desenfreado sensualismo" de escravos e grupos sociais intermediários, como um dos principais obstáculos a uma verdadeira homogeneidade nacional e, com isso, ao próprio desenvolvimento econômico. (42)

Essa percepção particular sobre as classes populares representa uma das limitações mais graves da análise de Caio Prado sobre a sociedade brasileira. Acompanhando esta perspectiva, toda uma tradição de estudo das classes populares - escravos, índios, mulatos e brancos pobres - desenvolveu (e vem desenvolvendo) uma argumentação a partir da idéia da "anomia" crônica desses grupos sociais majoritários, incapazes que seriam de estabelecer qualquer tipo de relação de sociabilidade (trabalho, familiar, social e política) mais duradoura e efetiva. Por efeito sobretudo da escravidão, todo o conjunto das classes subalternas estaria submetido, na origem, a um processo de deformação material, cultural, intelectual e moral que impossibilitaria qualquer ação construtiva e eficaz, dando lugar a uma massa - segundo Caio Prado - desqualificada e informe, que marcaria profundamente a própria natureza das classes populares do final do século XIX em diante. (43)

Um dos efeitos desta concepção é que se estabelece uma visão radicalmente depreciativa e ambigua a respeito daquelas classes enquanto sujeito do processo histórico, pois se elas fazem sentir sua presença na sociedade brasileira, o fazem de modo "ineficiente", "estéril" e "inconsequente" devido a sua condição objetiva anômica. Com isso se reduz os movimentos coletivos oriundos das classes populares a manifestações irracionais e inorgânicas, que refletiriam suas condições materiais, culturais e morais. Um dos problemas dessa visão das classes subalternas é que ela tende a atenuar sensivelmente o papel da sua ação na história, levando a que, no extremo, as próprias mudanças históricas sejam vistas como produto das opções e estratégias exclusivas das classes dirigentes, ou até mesmo de uma lógica inexorável ditada pela evolução das estruturas materiais. (44) O que pode ser sugerido, enfim, é que esta maneira de perceber as classes populares, presente na obra de Caio Prado, pode ter

limitado a possibilidade de uma análise sistemática da história brasileira a partir da dinâmica das classes.

Antes de passar ao próximo item, é importante ainda indicar pelo menos duas conclusões relacionadas com sua proposta de uma abordagem histórica do desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, mesmo que não tenha realizado um exame sistemático das relações de classe condicionando as mudanças econômicas ao longo do tempo, e com todos os problemas que sua visão das classes subalternas apresenta, parece correto reconhecer que os estudos de Caio Prado indicam uma tentativa de proceder a uma análise onde a dimensão das relações entre as classes sociais antagônicas não fosse eliminada da explicação histórica. Ainda que ambigua e problemática, tal orientação parece ter sido suficiente para resistir a uma abordagem centrada (ou exclusivamente centrada) na lógica das estruturas materiais, onde as relações de classe fossem apenas ajustadas continuamente ao movimento das forças produtivas - procedimento comum entre os "modelos teóricos do desenvolvimento", entre eles a CEPAL.

Em segundo lugar, aquela orientação também foi suficiente para evitar uma perspectiva que atribuísse aos chamados "fatores externos" - mercado mundial, imperialismo ou outra categoria - as causas básicas da dinâmica social e econômica brasileira. Ainda que Caio Prado tenha dado grande importância ao fato da economia brasileira estar inserida no conjunto do "capitalismo comercial" e, posteriormente, do "capitalismo trustificado" - segundo suas noções -, o que ocorria ao nível das relações sociais e condições de produção era percebido como o plano determinante e privilegiado da análise. (45)

Esses pontos foram destacados porque são essenciais para delimitar, com maior precisão, as idéias gerais de Caio Prado Jr. sobre o desenvolvimento da economia brasileira.

Isso é particularmente útil no confronto de seus resultados analíticos com as conclusões da CEPAL, sobretudo no que diz respeito às diferentes posições sobre o capital estrangeiro nos anos 50, como será visto no capítulo 4. A seguir, serão recuperadas as principais idéias e noções com que Caio Prado apoiou a sua análise histórica da economia brasileira.

3.2 - A análise da economia brasileira : conceitos fundamentais

Um dos aspectos mais notáveis da obra de Caio Prado foi, sem dúvida, a sua rejeição aos modelos explicativos que dominavam as opiniões de marxistas sobre a realidade brasileira. A este respeito, seus estudos destacaram-se pela preocupação extrema de captar as especificidades da formação social brasileira, recusando interpretações consagradas e esquemáticas. Por sua vez, boa parte da análise histórica realizada pelo autor, apoiou-se na adoção de duas categorias teóricas fundamentais: a "economia colonial" e a "economia nacional". (46) Desenvolvidas mais sistematicamente na FBC, estas noções remetiam-se a certos traços que se inscreviam na estrutura social e econômica do país, sendo utilizadas em obras posteriores para examinar a própria evolução da sociedade brasileira ao longo dos séculos XIX e XX.

A idéia de uma "economia nacional" foi entendida como representando as seguintes características básicas: primeiro, uma base industrial setorialmente diversificada; segundo, uma estrutura agrária desconcentrada e produzindo uma ampla gama de produtos; e, terceiro, um mercado interno consolidado, que indicasse tanto a existência de um potencial de consumo elevado quanto a integração de camadas sociais majoritárias no mercado. Segundo Caio Prado, portanto, a alternativa a uma "economia colonial" - expressa por uma estrutura produtiva voltada basicamente para o exterior

e com relações de propriedade extremamente desiguais - consistiria fundamentalmente numa estrutura social e economicamente integrada, centrada nos impulsos do seu próprio mercado interno. Assim, todo o argumento exposto na HEB, e.g., girará em torno de um processo contraditório que, de um lado, apontaria mudanças na direção de uma "economia nacional" e, por outro lado, persistências que mantinham as características da economia brasileira enquanto uma "economia colonial".

Acompanhando o avanço da industrialização brasileira desde o final do século XIX, Caio Prado identificará neste processo uma demonstração cabal das transformações que se estavam operando na "velha ordem colonial" - segundo suas palavras. Essa perspectiva foi exaustivamente exposta na HEB, sugerindo, inclusive, que a crise dos anos 30 teria aberto uma fase de mudanças que levaria à liquidação do sistema tradicional. Ainda assim, os elementos positivos assinalados pela diversificação industrial - entre outros fatores - foram compreendidos como um fenômeno limitado, o que circunscrevia a própria industrialização emergente aos padrões de uma economia de tipo colonial. Pela sua precária integração setorial, o predomínio da indústria de bens de consumo, a fragilidade diante das oscilações no Balanço de Pagamentos, a impossibilidade de um crescimento auto-sustentado, enfim, todo um conjunto de fatos que indicavam - segundo Caio Prado - que o processo de diversificação industrial ocorrido mantinha-se dentro dos marcos da antiga ordem econômica. Esse diagnóstico foi reafirmado em trabalhos posteriores, que tinham em perspectiva sobretudo as mudanças econômicas ocorridas no pós-II Guerra. Com efeito, em livros como "Esboço dos fundamentos da teoria econômica" (chamado daqui em diante de EFTE) e "A revolução brasileira" (ARB), Caio Prado passou a sustentar a tese de que a ampla industrialização ocorrida no

após-1945 não havia conduzido a uma superação do "estatuto colonial" da economia brasileira, mas antes o teria reforçado.

Deste modo, ao contrário da opinião relativamente otimista presente na HEB, acerca do potencial dissolvente da velha ordem colonial exercido pela industrialização, nestas últimas obras a visão predominante mostrou-se de algum modo mais crítica. De qualquer maneira, como será sustentado adiante, o que parece ter havido foi antes a incorporação de novos fatos da realidade econômica brasileira do que uma alteração de arcabouço teórico inicial. Fundamentalmente, a "economia nacional" continuou a ser identificada a uma estrutura econômica e social integrada, obedecendo a impulsos internos. O que teria ficado demonstrado com a industrialização do pós-guerra, era que as características que definiam a "condição colonial" de um país podiam ser não somente mantidas mas até reforçadas dentro de uma estrutura econômica com peso significativo do setor industrial. Este foi, de forma resumida, o raciocínio que sustentou a análise histórica da economia brasileira realizada por Caio Prado e que o levou a assumir uma posição peculiar no debate econômico dos anos 50. Ao mesmo tempo, o argumento mostra as bases teóricas que serviram à articulação de uma perspectiva nacionalista, explicitada sobretudo ao longo de seus artigos na Revista Brasiliense - que serão avaliados no capítulo 4, item 3.

O ponto de partida para o exame da economia brasileira nos séculos XIX e XX, realizado em especial na HEB, encontra-se certamente no estudo sobre as estruturas econômicas, institucionais e sociais da Colônia. Na FBC, Caio Prado havia sugerido que o "sentido da evolução brasileira" estaria fortemente condicionado pelo "caráter inicial da colonização", o qual, por sua vez, tomaria "o aspecto de uma vasta empresa comercial (...), destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em

proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma de suas resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos." (47) Para Caio Prado, portanto, as condições econômicas e sociais que estruturavam a sociedade brasileira até o início do século XIX, quando a independência política foi lograda, teriam marcado profundamente a sua evolução nas décadas seguintes.

O principal fator que explicaria essa influência marcante do período colonial estaria localizado na organização social da produção típica da época. Era a "grande unidade produtora" nas atividades agrícolas, extrativas e de mineração, com suas relações sociais subjacentes, que teria sido o elemento-chave que daria forma à sociedade colonial. (48) O primeiro ponto que deveria ser notado é que a grande unidade produtora voltava-se invariavelmente para o abastecimento do mercado exterior. Assim, nas principais atividades agrícolas, extrativas e de mineração existentes na Colônia, o objetivo das exportações predominava como o principal motivo da produção. O segundo ponto a ser observado, seria a existência de um sistema de exploração do trabalho em larga escala, fundado em especial na figura do trabalho escravo, mas que também incluía direta ou indiretamente todo um conjunto de homens livres não-proprietários. Em consequência, ao fundarem-se as relações de propriedade sobre a "grande unidade produtora", o resultado direto seria uma "concentração extrema da riqueza" na sociedade colonial. (49)

Essas duas dimensões - produção voltada para o exterior e relações de propriedade acentuadamente desiguais - é que definiriam uma organização econômica de tipo colonial, que deixaria marcas profundas mesmo após a independência política. A primeira característica marcaria

intensamente a economia brasileira por condicioná-la às flutuações imprevistas ocorridas ao nível do mercado internacional. Assim, o desempenho desta sociedade não ficaria submetido a fatores determinados internamente, dando origem a um desenvolvimento irregular, instável e, o que era mais importante para Caio Prado, não dirigido a partir de uma base nacional - isto é, das "necessidades próprias do país", numa expressão bastante utilizada pelo autor. A segunda característica também continuaria moldando a economia brasileira, especialmente pelo fato de que a grande exploração havia mantido suas bases intactas mesmo com a abolição do trabalho escravo.

Essas referências teóricas serão utilizadas sistematicamente para a análise da evolução da economia brasileira no curso do século XIX e no seguinte. E a partir deste marco teórico, por exemplo, que Caio Prado avalia o grande impulso econômico promovido pela expansão da lavoura cafeeira a partir de meados do século passado.(50) Em primeiro lugar, as exportações crescentes do produto permitiram superar as dificuldades nas contas externas vividas nas primeiras décadas do século e passaram a ser registrados superávits nas transações comerciais. Em segundo lugar, foram retomados os fluxos de capital do exterior (britânicos especialmente), contribuindo para a diversificação da infra-estrutura produtiva e de serviços. Em terceiro lugar, houve uma significativa expansão das atividades manufatureiras, comerciais e de serviços que levou a uma diversificação sem precedentes na base material do país até então. Como resultado, a "segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira (...). Expandem-se então largamente as forças produtivas brasileiras, ditando-se o seu horizonte; e remodela-se a vida material no Brasil."(51)

Dando sequência a esta primeira expansão, o dinamismo das atividades cafeeiras nas primeiras décadas do novo século deverá ser ainda maior que o observado no momento precedente. Tanto as condições internacionais de demanda do produto-chave de exportação, quanto a situação interna favorável proporcionada pela resolução do problema da mão-de-obra, entre outros fatores assinalados, teriam contribuído de modo excepcional para o apogeu da economia brasileira. (52) Ao mesmo tempo, juntamente ao auge deste sistema, é neste período que ficaria mais evidente a debilidade em que se apoiava a evolução econômica do país. As crises recorrentes oriundas da saturação do mercado internacional do café, segundo Caio Prado, iriam questionar profundamente a própria natureza da base produtiva herdada em essência da época colonial. (53)

Efetivamente, a expansão ocorrida submetia-se, de acordo com o autor, a contradições fundamentais. Isso era atribuído essencialmente ao fato de que a organização da economia brasileira mantinha-se ainda dentro dos parâmetros de uma "economia colonial". O indicio mais evidente disso consistia na persistência da "grande unidade produtora" agrícola enquanto núcleo mais dinâmico da vida econômica do país. Assim, a grande lavoura cafeeira, que era o principal responsável da prosperidade burguesa do período, assentava-se basicamente nas mesmas características de épocas passadas. De um lado, baseava-se numa exploração em larga escala fundada no trabalho escravo e, posteriormente, no trabalho livre - mas que não levava a alterações no regime de propriedade anterior. De outro, boa parte da produção voltava-se para o atendimento do mercado internacional.

A consequência disso, de acordo com Caio Prado, era que a expansão proporcionada por tal base produtiva encerrava-se em um círculo vicioso. Pois na medida que fortalecia o núcleo exportador, reforçava as distorções

que provocava na estrutura material do país: primeiro, mantinha o ritmo da economia condicionado à conjuntura instável de um produto exclusivo no mercado internacional; segundo, limitava as possibilidades de expansão da indústria manufatureira interna, visto que o mercado consumidor doméstico era extremamente reduzido, devido às "condições sociais e econômicas da grande massa da população brasileira." Um dos resultados mais relevantes desse quadro, por sua vez, era a situação particular que caracterizava as contas externas do país sob uma economia desse tipo. Assim, "funcionando sua produção sobretudo e quase exclusivamente para a exportação, fazem-se necessárias (...) grandes importações, dos gêneros indispensáveis ao consumo do país e manutenção da população." (54) A contrapartida disso era um fluxo de pagamentos externos, que somado à remuneração de investimentos estrangeiros e serviços da dívida pública, atuaria como um fator permanente de desequilíbrio do Balanço de Pagamentos. Esse quadro de instabilidade demonstraria todo o seu vigor especialmente com o início das sucessivas crises de superprodução do café, já na primeira década do século XX. As recorrentes crises de liquidez comprometeriam gravemente, deste modo, o funcionamento de uma economia moldada pelas atividades de exportação de produtos primários. (55)

Com essa construção, Caio Prado localizava nas contas externas de um país determinado, o principal efeito da instabilidade a que se submetia a produção de uma economia de tipo colonial. O mais interessante, contudo, é que o autor, já em 1945, identificava consequências semelhantes às analisadas posteriormente por Prebisch em seu texto seminal de 1949. Efetivamente, de acordo com Caio Prado, a par dos problemas causados, "tal desequilíbrio será fecundo, pois contribuirá para uma tendência à diferenciação e

multiplicação das atividades econômicas e produtivas do país a fim de livrá-lo da dependência excessiva em que ficara do exterior, e reestabelecer o equilíbrio rompido. E assim, enquanto de um lado vemos que se restringem cada vez mais aquelas atividades, centralizando-se a economia brasileira na produção de um pequeno número de gêneros exportáveis, desabrocha em oposição uma evolução em sentido contrário, para tirar daqueles gêneros a exclusividade que gozavam." (56)

Esse processo de diversificação ocorreria, segundo Caio Prado, com maior peso na área da indústria manufatureira: o "progresso <destas> atividades estará direta e imediatamente ligado às circunstâncias derivadas do desequilíbrio crônico das finanças externas do país. E assim do íntimo das contradições inerentes ao sistema econômico do país que brotam as forças que com o tempo o vão transformando." (57) Embora este fator não fosse considerado como o único elemento explicativo do "apogeu do sistema" no início do século XX, pois Caio Prado assinalava a importância decisiva da formação de um mercado de trabalho livre, difusão da técnica moderna, o afluxo de capitais internacionais, expansão do comércio internacional, etc., as condições críticas do Balanço de Pagamentos foram vistas atuando no sentido da diversificação material da economia brasileira. (58) Portanto, demonstrando uma certa semelhança com a análise de Prebisch que seria elaborada posteriormente, Caio Prado localizava nas contas externas de uma economia de tipo colonial tanto uma expressão da sua debilidade como um dos principais estímulos à diversificação da sua base produtiva.

Ao longo das sucessivas crises do Balanço de Pagamentos nas primeiras décadas do século XX, ficava patente, segundo Caio Prado, a incapacidade do "antigo sistema produtivo" proporcionar um crescimento sustentado da economia brasileira. Por outro lado, como produto exatamente destas contradições do "sistema colonial",

surgiam novos elementos que apontavam para uma estrutura diferente, dentro dos quais um dos mais importantes seria a indústria manufatureira. Assim, "tais formas representam os primeiros passos de uma economia propriamente nacional, voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população que o habita; uma organização destinada a mobilizar e coordenar os recursos e o trabalho do país em função precípua da existência dos indivíduos e da comunidade nela enquadrada; e não servir antes interesses estrangeiros." (59) Na ótica de Caio Prado, a industrialização - bem como a diversificação agrícola -, significaria a própria antítese do "antigo sistema produtivo", que apontaria para uma economia integrada setorialmente e com condições de um crescimento auto-sustentado a partir de seu próprio mercado interno.

A análise realizada por Caio Prado Jr. da diversificação industrial do final do século em diante, mostra com clareza que esse processo era visto como um dos momentos mais representativos da afirmação de um "setor nacional da economia brasileira", em oposição à estrutura produtiva voltada para a exportação. Apesar de todas as dificuldades atribuídas à ausência de uma infra-estrutura adequada; flutuação das políticas tarifária e cambial e, sobretudo, a precariedade do mercado interno, a industrialização ocorrida até os anos 20 será interpretada como uma tendência clara em direção a uma "economia nacional". (60)

Uma expressão dessa tendência seria a ampliação do mercado doméstico de consumo. Em primeiro lugar, concorreria para isso, "o crescimento da população e elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades", provocado tanto pela abolição do trabalho escravo como pela imigração de trabalhadores europeus. Em segundo lugar, "o progresso técnico dos transportes e das

comunicações". Por fim, "o progresso industrial em geral, que tornará acessível às grandes massas consumidoras os mais variados artigos (...)". A demonstração mais acabada deste último fenômeno ocorreria com o exame da pauta de importações do país: "apesar do crescimento da população e de uma nítida elevação do seu padrão de vida, a tendência é para o declínio e mesmo desaparecimento da importação de vários itens que nela ocupavam posição de destaque; assim os gêneros alimentares e várias manufaturas de uso corrente". (61)

Um outro fator que demonstraria as transformações ocorridas no "sistema produtivo tradicional" seria o desenvolvimento da pequena propriedade agrária. O principal responsável por este processo teria sido o grande afluxo imigrante verificado desde o final do século XIX. Somado a isso, segundo Caio Prado, as crises sucessivas do café levaram a uma sistemática desintegração da grande lavoura, dando origem ao parcelamento das antigas propriedades. O significado maior desses fenômenos é que questionariam os fundamentos da grande unidade produtiva, a qual servia como principal sustentáculo da organização colonial da economia brasileira. Com a proliferação da pequena propriedade, em suma, "como antítese que é da grande, seu progresso, difícil, lento, mas seguro, representa um golpe profundo desferido na estrutura agrária tradicional do país." (62)

Todos estes elementos que indicavam as transformações no interior da antiga ordem, no entanto, ainda se circunscreviam às formas de uma economia de tipo colonial. Talvez o mais expressivo indicio estivesse no processo de diversificação das atividades manufatureiras. A industrialização ocorrida sob o efeito das recorrentes crises externas, entre outros fatores, era vista possuindo ainda uma base precária, pois mostrava-se incapaz de dar origem a uma diversificação setorial que abrangesse a chamada "indústria de base". Nesse sentido, a debilidade dessa

industrialização era imputada a três fatores: primeiro, ao fato de estar condicionada ao desempenho do comércio externo e das contas do Balanço de Pagamentos. (63) Segundo, por ocorrer sem qualquer critério, a respeito de setores prioritários, dando lugar a uma estrutura produtiva desequilibrada, centrada substancialmente na produção de manufaturados leves de consumo. (64) Por fim, por ver-se limitada pelas dimensões restritas do mercado consumidor, por força das baixas condições de vida das classes subalternas, em especial. (65) Não obstante estes limites, as mudanças ocorridas demonstravam a natureza contraditória pela qual se desenvolvia a economia brasileira.

Para Caio Prado, isso ficaria ainda mais evidente com a crise dos anos 30, que atingira profundamente a base exportadora da economia brasileira. De acordo com o autor, esse momento crítico teria um duplo significado: o de ter mostrado de forma definitiva que a economia cafeeira tornara-se incapaz de continuar sendo o principal móvel da "prosperidade e do desenvolvimento do país"; e de exemplificar a capacidade de diversificação produtiva que apontava para a subversão da "condição colonial". Assim, diante dos fatos que atingiram a economia do país nos anos 30, para Caio Prado não restaria outra alternativa senão "refazer-se sobre outras bases, deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional: um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades da população. Romper definitivamente com seu longo passado colonial, e tornar-se função da própria comunidade brasileira e não de interesses e necessidades alheias." (66)

Mesmo afirmando que esse processo de transformação da antiga ordem econômica era resultante da sua própria dinâmica contraditória, Caio Prado postulava que sua realização

Definitiva somente poderia ser concretizada com a ação política organizada afim de superar as resistências associadas à antiga estrutura. Por isso, a "transformação que se processa na economia brasileira exige para completar-se e chegar a bom termo um programa político de reformas e a consciência clara do rumo que ela deverá tomar. As condições de maturidade para isto já existem; mas a evolução política do Brasil retarda muito sobre a econômica <sic>"(67) Não obstante, na HEB pelo menos, prevaleceu uma posição algo otimista sobre as possibilidades de superação daqueles entraves políticos ou de outra ordem. As resistências deste tipo foram percebidas como transitórias, e a defesa da industrialização consistia em um dos meios mais adequados para consolidar uma sociedade homogênea e organicamente articulada.

Nessa linha de argumentação, Caio Prado via na ampliação das atividades do Estado na economia um fator que abria "grandes possibilidades para a execução de um amplo programa de reestruturação econômica".(68) Até então (1945), estas possibilidades não haviam sido aproveitadas, predominando antes uma orientação da política econômica voltada a "atender conjunturas e situações momentâneas e particulares", dando, com isso, um conteúdo essencialmente conservador à atuação do Estado.(69)

Caio Prado se referia certamente às limitações impostas à regulamentação estatal das atividades econômicas. O conteúdo "conservador" dessa regulamentação seria demonstrado pela sua natureza não-sistemática e limitada, impedindo que fossem superados os vários fatores que, segundo o autor, ainda mantinham a economia brasileira com traços de um sistema de tipo colonial. Um exemplo era a difusão das atividades manufatureiras que havia ocorrido até o momento, que no geral não obedeceu a "uma política deliberada e racionalmente protecionista que ao mesmo tempo fomentasse e orientasse o desenvolvimento do país."(70) Apesar de todas essas

resistências, porém, o tom otimista foi mantido, e a conclusão da HEB (1. edição) confirma tal perspectiva: "(...) projetando para o futuro um período suficientemente longo em que se anulem as intercorrências do momento, e em que persista apenas a linha fundamental e geral da evolução, não resta dúvida que o Brasil emergirá dela um outro país, uma nação livre definitivamente de seu longo passado colonial, e com uma estrutura econômica aparelhada para atender efetivamente às necessidades da sua quase meia de centena de milhões de habitantes." (71)

Nos trabalhos das décadas de 50 e 60, Caio Prado apresentará uma posição mais crítica a respeito das condições políticas de ruptura com aquilo que chamava de sistema tradicional. Ainda assim, a sua concepção sobre os fatores que respondiam pelo atraso capitalista do país não só foi mantida, mas também recebeu uma elaboração mais sistematizada. O fato mais relevante que passou a ser incorporado nas análises destes anos foi a emergência da industrialização no pós-guerra como algo inquestionável. Na verdade, a estrutura industrial passou a preencher a posição antes ocupada pela grande lavoura em suas explicações sobre a natureza colonial da economia brasileira. Ao contrário do que as avaliações correntes sustentaram, o diagnóstico de Caio Prado sobre a economia brasileira no pós-guerra não subestimou este processo de diversificação industrial, assim como não tinha deixado de perceber as transformações materiais ocorridas até os anos 30. (72) Do mesmo modo que em trabalhos anteriores, Caio Prado continuou considerando a industrialização dentro dos quadros de uma economia de tipo colonial, o que imprimiria uma série de características ao seu desenvolvimento. Para ele, então, o largo crescimento industrial observado nos anos 50 e 60 não teria sido capaz de alterar em profundidade a base daquela estrutura tradicional, havendo antes uma reformulação sensivelmente mais complexa da antiga ordem econômica. (73)

Esse ponto de vista pode ser captado no livro ARB (1966), quando constata a evidência da industrialização bastante avançada do país nos anos 60: "Diversificouse a produção do país, e essa diversificação o subtraiu do exclusivismo de algumas atividades voltadas para produtos primários de exportação. Estimulou-se, em especial, e em escala já hoje apreciável, a industrialização. E com isso o Brasil deixou de ser um simples fornecedor de gêneros alimentares e matérias-primas demandados pelos mercados internacionais". (74) Esse processo de diversificação produtiva, por sua vez, daria sustentação ao crescimento de um mercado interno que superaria os acanhados limites do passado. Assim, "outras atividades de relativo vulto, e que pesam apreciavelmente na vida econômica brasileira, se orientam para dentro do país e para a satisfação das necessidades de sua população. Numa palavra, o mercado interno, antes inexpressivo e contando muito pouco como fator propulsor das atividades econômicas brasileiras, já se emparelha nesse sentido ao externo, e começa mesmo a ultrapassá-lo em importância e significação." (75)

Mas, da mesma forma com que havia conduzido a análise na HEB, Caio Prado sustentava que essas transformações não haviam superado os traços de uma economia de tipo colonial. (76) O primeiro fator que indicava tal situação, segundo Caio Prado, seria a permanência da grande exploração agrícola enquanto núcleo básico da estrutura agrária do país, apoiada que era em relações de propriedade extremamente desiguais. Mesmo com a emergência de relações capitalistas de produção na agropecuária, as pretéritas condições de exclusão e exploração dos produtores diretos ainda se mantinham como traço elementar da estrutura social e produtiva no campo. Deste modo, "no que respeita à estrutura econômica interna, o sistema colonial ainda se conserva, particularmente no concernente à economia agrária,

por acentuados remanescentes que marcam as relações de trabalho e se revelam sobretudo nos baixos níveis e padrões da população trabalhadora rural." (77)

A segunda evidência de que a economia brasileira mantinha fortes resquícios de um sistema colonial, segundo Caio Prado, seria dada pela "função exportadora (que) conservava de fato a sua primazia" no desenvolvimento capitalista do país. Esse condicionante não seria mais expresso pela instabilidade de um produto exclusivo de exportação como anteriormente, mas por novos elementos que reformulavam esse quadro. Um deles seria a necessidade recorrente de atender a remuneração das grandes empresas internacionais que atuavam no país, bem como o serviço financeiro de empréstimos e aplicações em geral. O outro elemento importante seria a subordinação das linhas de desenvolvimento econômico às orientações daqueles grupos internacionais. Segundo Caio Prado, "efetivamente, o nosso desenvolvimento econômico, enquadrado no sistema imperialista (...) se pautará necessariamente pelos interesses dos trustes aqui instalados que se farão (...) o elemento principal e fator decisivo de nossa economia. São os trustes que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento, para eles naturalmente determinados pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar." (78) Em suma, com a gravitação cada vez mais intensa da grande empresa internacional na economia brasileira, Caio Prado identificara uma mudança significativa nas condições de seu desenvolvimento corrente.

Com a formulação deste último ponto, o autor veio a reafirmar a importância que havia atribuído, na HEB, à instabilidade no Balanço de Pagamentos. As condições críticas vividas nas contas externas, continuarão a ser entendidas como uma das manifestações mais significativas das contradições que cercavam uma economia de tipo colonial.

Bizia Caio Prado a este respeito que: "das contradições que no passado solapavam a economia brasileira, passamos a outras de natureza diferente, mas nem por isso menos graves. Essas contradições se manifestam sobretudo, e agudamente, como vimos, na permanência, e até no agravamento da tendência ao desequilíbrio de nossas contas externas, embora apresentando-se agora sob novas formas, e implicando diretamente a ação imperialista. São as nossas relações financeiras com o sistema internacional do capitalismo - e nisso se distingue nossa situação atual do passado - que comandam o mecanismo das contas externas do país. Não são mais unicamente as vicissitudes da exportação brasileira, como ocorria anteriormente, que determinam o estado daquelas contas. E sim sobretudo e decisivamente, os fluxos de capitais controlados do exterior e que sob diversas formas (inversões, financiamentos, amortizações, rendimentos, etc.) se fazem num e noutro sentido em função dos interesses da finança internacional." (79)

Caio Prado localizava, assim, na ampla diversificação industrial ocorrida e no papel ocupado pela grande empresa internacional neste processo, dois dos elementos principais que alteravam o quadro prevalecente até os anos 40 na economia brasileira. Esse diagnóstico, por sua vez, já havia recebido uma versão sistematizada em 1957, no livro EFTE. Neste trabalho, pouco conhecido e citado, o autor irá elaborar de maneira mais formalizada a sua concepção sobre as mudanças trazidas com a industrialização do pós-guerra, o papel estratégico dos investimentos diretos das empresas transnacionais, as novas condições de instabilidade do Balanço de Pagamentos, entre outros temas. Como será visto no capítulo 4 (item 2), destaca-se neste livro a tentativa de integrar as novas condições dos investimentos internacionais, dadas pelas iniciativas diretas da grande corporação transnacional, com as possibilidades de uma

industrialização equilibrada, isto é, como base para uma "economia nacional". O importante, neste momento, é ver a maneira com a qual Caio Prado integrou as mudanças materiais do pós-guerra com a sua opinião de que as características de uma economia de tipo colonial tinham sido reforçadas com esse processo de industrialização acelerada.

O seu argumento parte das condições de pagamento externo permitidas pela disponibilidade de divisas de um país atrasado. Esses pagamentos estariam condicionados fundamentalmente pelo saldo comercial das exportações. De acordo com Caio Prado, "quaisquer pagamentos internacionais, inclusive o serviço dos capitais estrangeiros aplicados em tais países", teriam de ser realizados a partir das disponibilidades de divisas, determinadas especialmente pelo saldo da Balança Comercial. Desse quadro, seriam deduzidas duas conclusões: primeiro, que o "vulto das inversões <internacionais> dependentes como elas são da possibilidade de sua remuneração, é assim função direta daqueles saldos comerciais." (80) Segundo, como o saldo comercial varia inversamente com as importações do país, e sendo estas últimas essenciais "não somente à satisfação de suas necessidades de consumo final, como ainda do seu aparelhamento tecnológico", Caio Prado concluía que os "saldos e as inversões <internacionais> serão assim função inversa do padrão de vida dos países subdesenvolvidos e do seu desenvolvimento econômico." (81) Note-se que nesta explicação, o autor exclui temporariamente as condições proporcionadas pelo afluxo sistemático de capitais externos, que daria uma certa autonomia às importações frente às divisas geradas com as exportações. Caio Prado, porém, e como será percebido no capítulo seguinte, verá esta alternativa como tendo poucas possibilidades de sustentação em um prazo mais longo, com o que se retornaria à limitação básica das exportações.

O importante nessa condição determinada pela Balança Comercial, de acordo com o autor, é que uma economia fundada nesse limite somente poderia ter um crescimento razoavelmente equilibrado "se as inversões estrangeiras nos países subdesenvolvidos se aplicarem, direta ou indiretamente, em atividades de produção para a exportação", pois as "inversões determinam, por si próprias, a possibilidade dessa remuneração porque promovem um aumento das exportações e, portanto, maiores saldos comerciais." (82) Enquanto tal padrão de desenvolvimento teria sido observado em épocas passadas nos países atrasados, em alguns deles pelo menos - e especificamente no caso do Brasil - as mudanças trazidas com a industrialização haviam alterado substancialmente esse quadro. Isso ocorreria, em parte, pela expansão do mercado interno desses países, que acompanharia a sua própria diversificação material. Em outras palavras, "na medida do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, e como condição e ao mesmo tempo efeito desse desenvolvimento, expande-se neles o mercado interno, tendendo o eixo das atividades econômicas, dantes concentradas exclusivamente na produção para a exportação, a se deslocar para aquele mercado interno." (83)

Essa nova situação vivida pelos países capitalistas atrasados levaria provavelmente a um desequilíbrio crônico nas contas externas. Pois, de um lado, "o crescimento do mercado interno dos países subdesenvolvidos estimulará as importações, em prejuízo dos saldos comerciais e, portanto, da capacidade de fazer frente ao serviço financeiro dos capitais estrangeiros". Por outro lado, "prejudicará as exportações, com efeito semelhante sobre o balanço de contas, pois desviará esforços e recursos para a produção de artigos de consumo interno." (86) Esse quadro configuraria, assim, uma situação crônica de instabilidade da Balança Comercial.

Do mesmo modo, as contas de capital apresentariam também uma tendência a um desequilíbrio acentuado, posto que não haveria, possivelmente, correspondência entre as aplicações externas (de carteira e de risco) e a sua remuneração sob distintas modalidades. As razões deste fato, segundo Caio Prado, estariam ligadas à natureza das inversões diretas internacionais nos marcos do capitalismo trustificado - o que será fundamental nos argumentos do autor. Mas neste momento, basta assinalar as condições críticas, ao nível do Balanço de Pagamentos, que emergiriam com as transformações materiais promovidas pela industrialização de alguns países atrasados. (85) Com efeito, segundo o autor, a "exportação, a importação, o serviço financeiro do capital estrangeiro e as novas inversões desse capital - elementos esses que compõem o essencial das contas externas dos países subdesenvolvidos - não se relacionam entre si de maneira a variarem em função um dos outros, assegurando um nivelamento, ou pelo menos, uma tendência ao nivelamento dos itens respectivamente do deve e do haver. Trata-se de elementos desconectados entre si e ligados a circunstâncias próprias (...)" (86)

Por outro lado, ainda assim ficaria a pergunta sobre o motivo pelo qual a industrialização do pós-guerra não teria levado à superação da antiga ordem econômica. Em outras palavras, por qual razão, segundo Caio Prado, o estado do Balanço de Pagamentos, por exemplo, continuou jogando um papel decisivo na instabilidade econômica do país, a despeito da diversificação produtiva que levou à eliminação da exclusividade de uns poucos produtos primários de exportação? Resumidamente, a resposta dada pelo autor atribuiu tal situação ao fato de que o desenvolvimento industrial continuou (como antes) sem uma orientação mais sistemática no sentido de consolidar plenamente uma "indústria de base". Isso ocorreu devido a dois fatores

principais. Primeiro, a própria ausência de uma política do Estado voltada a integrar setores básicos da reprodução econômica capitalista, especialmente as áreas de bens de capital e intermediários. Segundo, e como resultado do anterior, a dependência da industrialização tanto de fatos contingentes, geralmente determinados pelas dificuldades nas contas externas, quanto da estratégia da grande empresa internacional. Essa última era particularmente importante pelo papel assumido na liderança das transformações industriais da economia brasileira, como produto da ampla transnacionalização das grandes corporações, em especial nos anos 50.

O argumento de Caio Prado a este respeito parte de uma construção particular, que sustentava que a "formação e acumulação de capital" e a "inversão de capital" estavam peculiarmente separadas nos países capitalistas atrasados. A acumulação capitalista era entendida como o potencial de investimento gerado pela extração da mais-valia, incrementada mais sistematicamente pelo progresso tecnológico que elevava a produtividade do trabalho. A inversão capitalista, por sua vez, seria a realização daquele potencial de gasto na produção de bens de consumo e bens de produção, fundamentalmente. A integração desses dois momentos é que permitiria "o processo fundamental através do que se desenvolve e progride a economia capitalista." (87) Nos "países pioneiros da industrialização", diz Caio Prado, "as atividades produtivas se dividiram (...) em dois ramos (...)", dedicados à produção de bens de consumo e bens de produção. Já nos países capitalistas atrasados, a situação seria distinta, pois "uma vez que não sendo eles produtores em escala apreciável de bens de produção - e isso constitui uma de suas características essenciais - a acumulação capitalista (...) forma um poder aquisitivo e alimenta um mercado para o qual não há produção interna." (88)

Devido a esta situação peculiar, diversas consequências atuavam sobre uma economia submetida a tal ruptura entre "acumulação" e "inversão de capital". Em primeiro lugar, o potencial de gasto capitalista não é canalizado para o país, mas sim para a importação de bens de produção e consumo final do exterior. Em segundo lugar, a ausência de um setor de bens de produção faz com que as inversões capitalistas dependam da disponibilidade das divisas em moeda internacional - determinadas pela exportação ou por aplicações internacionais. Em terceiro lugar, a importância crescente que exerceria as inversões das grandes empresas internacionais para a dinamização de uma economia deste tipo, as quais obedeceriam a critérios definidos geralmente ao nível de suas matrizes. (89) O resultado mais significativo deste quadro originado pela debilidade e falta de integração da estrutura industrial, seria que uma economia com estas características estaria profundamente subordinada à dinâmica do capitalismo internacional. Além do próprio condicionamento exercido pelas contas externas, tal fato seria evidenciado pela dependência da oferta de bens de produção; da demanda de produtos exportáveis; da entrada contínua de novos capitais e, por fim, da atuação e estratégia dos próprios "trustes imperialistas" - na denominação de Caio Prado.

Portanto, na opinião do autor, a industrialização acelerada vivida no pós-guerra, não havia logrado superar a debilidade e ausência de complementação dos setores industriais, o que já era notado como problemático na HEB. Com isso, era reposto um problema crônico de uma economia colonial: a descontinuidade entre a "produção" e o "consumo", pois esta terminava, em parcelas significativas, sendo atendido no mercado externo. (90) Tendo se concentrado em linhas de produção associadas a produtos de mais simples elaboração, e não tendo contado com a intervenção estatal

organizada para contornar tal perfil, o desenvolvimento capitalista no Brasil havia reforçado certos traços que o mantinham dentro dos padrões de uma economia de tipo colonial. A forma renovada com que isto aparecia nos anos 50 e 60, segundo Caio Prado, correspondia a uma economia já fortemente industrializada, mas que tinha ainda seu horizonte de acumulação substancialmente condicionado pela instabilidade crônica no Balanço de Pagamentos e pela estratégia particular da grande empresa internacional. (91)

A opinião de Caio Prado era que um padrão de desenvolvimento com tais características não levaria à afirmação de uma "economia nacional" (92). Em termos estritamente econômicos, como notado acima, isso significava uma estrutura material, e particularmente da indústria, não integrada, e ainda sujeita aos crônicos desequilíbrios nas contas externas. Dificilmente, segundo o autor, estes traços poderiam ser superados pela atuação da grande empresa internacional, pois esta obedecia a uma orientação geral basicamente definida por administrações centralizadas nas matrizes, voltadas para critérios exclusivos de lucratividade, manutenção e extensão do poder de mercado e de suas posições em certas economias particulares. Por outro lado, em termos da situação das classes subalternas, do mesmo modo Caio Prado sustentava que esse padrão de desenvolvimento afastava-se daquilo sugerido por uma "economia nacionalmente integrada". Pois tanto a manutenção da grande propriedade agrária era perfeitamente compatível com esse tipo de desenvolvimento, quanto a expansão do mercado interno observada dava-se por meio de um perfil de consumo extremamente seletivo, voltado para bens de consumo de luxo.

Em termos conclusivos, é possível dizer que a análise de Caio Prado correspondeu a uma tentativa de examinar certos aspectos ao nível das condições de produção e relações sociais que teriam condicionado o desenvolvimento

econômico capitalista no Brasil. Ao contrário dos "modelos abstratos" criticados por ele, a sua abordagem enfocou tais dimensões como sendo fundamentais para definir as especificidades daquele desenvolvimento. Resumidamente, sustentou que as relações sociais e as condições de produção herdadas da colônia influenciaram a evolução futura da sociedade brasileira, dando certos traços marcantes para o mercado interno, para as relações com os países do núcleo hegemônico internacional, para a diversificação produtiva posterior e para a própria natureza das classes sociais do país. Ao mesmo tempo, sustentava que essas características e tendências somente poderiam ser compreendidas a partir de uma abordagem histórica. Com isso, Caio Prado afastou-se substancialmente das explicações ortodoxas neoclássicas, rejeitando versões que conceberiam o desenvolvimento capitalista como um processo tecnologicamente determinado.

É óbvio, no entanto, que os resultados analíticos dos trabalhos de Caio Prado não podem ser avaliados a partir deste marco geral. Ao nível da investigação histórica existem diversos problemas em suas obras - como foi notado no caso da imagem elaborada sobre as classes populares -, e a confrontação dos seus resultados empíricos e opiniões acerca destes fatos é um processo necessariamente aberto. Por outro lado, o que é possível examinar aqui são alguns aspectos da concepção do autor sobre o desenvolvimento econômico associados ao marco geral indicado acima.

Sobre este ponto, pelo que foi discutido no item 3.1, destaca-se a forma pela qual o autor analisou a evolução econômica do país. Com efeito, se há em suas obras mais diretamente voltadas à história econômica, uma ênfase no papel condicionante das relações sociais e estruturas produtivas coloniais sobre as características do desenvolvimento, por outro lado não se examina as forças sociais envolvidas nas mudanças econômicas mais

significativas. Particularmente, o desenvolvimento econômico não foi analisado a partir dos resultados dos antagonismos de classe, dando origem a certos desdobramentos em termos de distribuição de renda, modos de controle social, composição e orientação do Estado, formulação das políticas econômicas, enfim, dos seus diversos resultados que condicionam certos padrões específicos de desenvolvimento. Em função disso, as transformações econômicas muitas vezes foram percebidas como um produto de certo modo natural e linear do desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Com isso se perdeu de vista os conflitos e as relações de poder estabelecidas entre classes, que viabilizaram determinadas linhas de desenvolvimento econômico entre outras possíveis.

Independente de questões deste tipo, contudo, o diagnóstico elaborado por Caio Prado foi capaz de oferecer uma explicação logicamente coerente para o funcionamento e natureza da economia brasileira. Mais importante ainda, estabeleceu uma concepção a partir de termos que se contrapunham aos supostos e resultados da CEPAL. O que está em questão neste instante é menos a capacidade explicativa de ambos do que a elaboração de uma alternativa teórica capaz de apresentar uma explicação convincente para o desenvolvimento econômico brasileiro. Como foi visto nos capítulos 1 e 2, a CEPAL alcançou um grande sucesso ao apontar com clareza os fatores que explicariam a condição periférica e as medidas para superá-la, dentro de um aparato teórico convencional e sem supor mudanças radicais nos países envolvidos. Em relação a este ponto, os estudos de Caio Prado não lograram obviamente repercussão tão ampla, restringindo-se antes a círculos bem mais modestos. Não obstante, seus ensaios constituíram uma alternativa não-desenvolvimentista, apoiada por um raciocínio lógico também consistente, que permitia uma

explicação dos fenômenos mais importantes da economia brasileira.

Esse raciocínio formou a base das posições nacionalistas radicais do autor nos anos 50, bem como de boa parte dos que se agrupavam na Revista Brasiliense. Essa postura é particularmente relevante a respeito do debate envolvendo o capital estrangeiro ocorrido na época. A posição radical assumida pela Revista diante do boom das inversões internacionais a partir de 1955, será fundamentalmente apoiada nas teses de Caio Prado sobre a economia brasileira. Antes de passar para a concepção do autor sobre o tema específico do capital estrangeiro, no entanto, é necessário delinear rapidamente o significado - tanto teórico como prático - dado à noção de "economia nacional". Em boa parte, esta categoria resume a concepção de sociedade que inspirou Caio Prado em sua análise crítica do desenvolvimento histórico da economia brasileira.

3.3 - O significado da noção de "economia nacional": ambiguidade e idealização

O diagnóstico da economia brasileira apresentado por Caio Prado anteriormente, mostra alguns pontos de contato com as teses cepalinas expostas no capítulo 1. Isso ocorre principalmente na identificação comum de que a estrutura industrial não-integrada representava um fato definidor da especificidade do desenvolvimento de países como o Brasil. Tanto para a CEPAL como para Caio Prado, a ausência da produção de máquinas e equipamentos e bens intermediários, imprimia um certo condicionamento especial para a acumulação capitalista em tais países. Para a CEPAL, sobretudo, esse era o ponto mais significativo que explicava a condição periférica, pois a indústria de bens de capital seria o núcleo privilegiado de geração e difusão do progresso técnico e do crescimento auto-sustentado. Em

Vista disso, a implantação deste setor significaria a própria conquista dos "centros de decisão" e superação do estatuto periférico. Já para Caio Prado, se essa era uma condição importante para o estabelecimento de uma "economia nacional", outros aspectos deveriam ser igualmente observados, sem os quais tal objetivo não seria logrado.

Com efeito, a análise de Caio Prado levou em conta outros elementos que não receberam prioridade analítica nos estudos cepalinos. Um deles foi a ênfase nas relações sociais de produção, que tiveram uma formulação peculiar por parte do autor. Assim, as relações de propriedade extremamente desiguais foram entendidas como um traço típico da "economia colonial". Embora as "condições de vida" da população tenham feito parte das preocupações dos cepalinos (principalmente nos anos 60), na obra de Caio Prado as relações sociais foram integradas como um componente essencial na definição das características do capitalismo brasileiro.

Um outro ponto é que o capital estrangeiro foi visto pela CEPAL como estratégico para suprir a deficiência de poupança e debilidade tecnológica dos países atrasados. A posição de Caio Prado, como será examinado melhor no próximo capítulo, sustentava que as inversões internacionais não poderiam ser entendidas como uma dotação de capital qualquer, privilegiando o poder da grande empresa, sua direção centralizada e sua capacidade de intervenção em estruturas econômicas particulares. Assim, ao mesmo tempo que os seus efeitos de diversificação produtiva seriam enormes, acreditava também que o condicionamento do ritmo e padrões de desenvolvimento às estratégias das grandes empresas transnacionais não levaria à plena integração setorial vista como necessária, além de não permitir a orientação do desenvolvimento econômico por objetivos que não fossem aqueles dos grandes negócios.

Essas diferenças, no entanto, não ocultam o fato de que a análise histórica de Caio Prado foi fortemente influenciada por uma perspectiva que tinha na industrialização um dos elementos definidores de uma "economia nacionalmente integrada". Uma industrialização acompanhada, é certo, de requisitos mais amplos que os vislumbrados pela CEPAL, pois teria de ser equilibrada setorialmente, seguida pela diversificação e desconcentração da grande lavoura e pela ampliação sustentada do mercado interno. Mas, de qualquer modo, a não-observância desses pontos provavelmente mostraria que a economia brasileira estava longe de uma adequada "integração nacional".

Isso sugere que Caio Prado foi sensivelmente influenciado por um ponto de vista que tomava o desenvolvimento industrial como uma das principais metas de curto e longo prazos para superar o atraso econômico capitalista - posição esta comum em vários partidos de esquerda nos anos 30, 40 e 50. (93) Um reflexo desta orientação foi o uso sistemático das noções "economia colonial" e "economia nacional", que se remetiam a estruturas onde a presença de uma indústria integrada (ou não) seria fundamental para suas definições. O que deve ser arguido é que provavelmente tal perspectiva trouxe consequências não desprezíveis para sua análise teórica.

O ponto mais importante que pode ser notado é que a noção de "economia nacional" sugere uma idéia de desenvolvimento econômico capitalista normal, geralmente definido a partir das experiências dos países do núcleo hegemônico capitalista. A referência básica volta-se ao caráter dinâmico e auto-sustentado do crescimento naqueles países, o qual teria ocorrido devido a conjugação adequada entre estrutura produtiva (industrial e agrícola) e os mercados (inter-setoriais e consumo corrente). Somado a isso, supõe-se,

também, a integração do conjunto da população em relações mercantis de assalariamento e de consumo no mercado. (94)

Entre as características mais importantes do desenvolvimento capitalista concebido como normal, destaca-se inicialmente as condições do processo de industrialização. Em primeiro lugar, como já assinalado anteriormente, a presença de um setor de bens de produção capaz de internalizar os efeitos de encadeamento das inversões produtivas, dando origem a um "ciclo de produção" harmônico, ainda que periodicamente submetido a crises. Resumidamente, de acordo com Caio Prado, "o fator com que contou o desenvolvimento capitalista no século XIX e que o provocou, foi a mecanização das atividades produtivas (a chamada Revolução Industrial) donde decorre, por uma série de ações e reações em cadeia, uma sucessão de fatos que reciprocamente se condicionam, provocam e estimulam, resultando afinal no desenvolvimento econômico." (95) Em segundo lugar, e como decorrência do anterior, a geração de um processo recorrente de mudança tecnológica e transformações produtivas, impulsionando a acumulação capitalista para além de seu crescimento extensivo. (96) Em terceiro lugar, e também como resultado do primeiro ponto, a expansão de um mercado interno, relacionado tanto ao consumo pessoal quanto ao consumo produtivo, i.e., de bens de capital e intermediários. Este ponto era visto por Caio Prado como de suma importância, pois, segundo ele, somente a integração das estruturas de oferta produtiva e consumo em geral poderia internalizar os efeitos dinâmicos do desenvolvimento capitalista em um processo auto-sustentado. (97)

Um outro componente de um desenvolvimento capitalista normal estaria relacionado à estrutura agrária - especialmente quanto ao perfil da propriedade e à produção agrícola. Primeiro, a diversificação da base produtiva da agricultura era vista como fundamental, deixando de ser

concentrada em alguns produtos de exportação para incorporar um leque de bens que fossem destinados ao mercado interno. (98) A contrapartida disso, deveria ser uma estrutura de propriedade mais desconcentrada e com relações de assalariamento que permitissem a elevação do padrão de vida rural, possibilitando que amplos setores da população se integrassem no mercado consumidor. (99)

Por fim, o último elemento que indicaria um capitalismo integrado seria um elevado padrão material dos trabalhadores e da população em geral de uma determinada sociedade. Essa condição possibilitaria e, ao mesmo tempo, exigiria que a estrutura produtiva estivesse fortemente vinculada aos padrões de consumo interno. (100) Para Caio Prado, portanto, a presença de grandes contingentes marginalizados da população e "vegetando em níveis e padrões incompatíveis muitas vezes com a própria condição humana", era uma manifestação evidente de que o desenvolvimento capitalista brasileiro não seguia os padrões convencionais. Com efeito, a "extrema pobreza da massa da população brasileira, seus baixos padrões de vida", seriam definidos pelas "distorções fundamentais de economias como a nossa em confronto com os padrões das áreas economicamente desenvolvidas, isto é, na altura da civilização de nossos dias". (101)

Desta forma, o conceito de uma "economia nacional" remete-se diretamente a critérios gerais baseados nos países do núcleo hegemônico capitalista. Uma primeira observação que pode ser feita sobre esses critérios abstratos é que eles tendem a levar a uma idealização do desenvolvimento histórico do capitalismo. Isso ocorre sobretudo em relação ao terceiro item assinalado acima, o qual associa a acumulação capitalista a uma necessária (ou, pelo menos, virtual) elevação dos padrões materiais de vida dos produtores diretos. A partir dessa idéia, o raciocínio é conduzido de forma a sugerir que o "bem-estar das massas" corresponde a um

resultado, de certo modo natural, de um desenvolvimento econômico integrado. No entanto, isso contrasta diretamente com as experiências capitalistas dos países hegemônicos, nos quais a industrialização foi normalmente acompanhada por um processo catastrófico de exploração econômica e política, de destruição de valores tradicionais e submissão de amplas margens da população a condições tão sub-humanas e - para alguns - condenáveis, quanto as observadas em situações semelhantes em países como o Brasil. O que é insustentável neste critério é a suposição, mesmo que eventualmente implícita, de que a industrialização tenha sido um processo harmônico e não-violento em experiências capitalistas anteriores, dissimulando que o "processo de industrialização precisa impor o sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível". (102)

Uma segunda observação consiste em notar que ao serem confrontados aqueles critérios abstratos à realidade dos países capitalistas atrasados, há a tendência de encerrar especificidades e diferenças em seu desenvolvimento histórico como "deformações", "distorções" ou "anomalias" - em relação a um desenvolvimento capitalista tido como normal. Assim, mesmo que Celso Prado tenha concebido diversos elementos que se inscrevem na estrutura econômica e social brasileira como sendo traços específicos, por outro lado, persistiu sempre em sua análise uma tendência de atribuir a eles uma qualificação de "distorção" que deveria ser superada para alcançar o "real"/"verdadeiro" desenvolvimento e progresso econômico e social. Nesse sentido, o próprio conceito de "economia colonial" é utilizado para reunir certas características que impediriam um genuíno desenvolvimento da sociedade brasileira.

Este ponto de vista não pode ser considerado, no entanto, uma atitude excepcional frente à realidade dos

países capitalistas atrasados. Na verdade, critérios dessa natureza passaram a ser disseminados na literatura marxista a partir dos anos 50. O autor mais importante que iniciou toda uma tradição de análise do subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva semelhante foi Paul Baran, em seu livro intitulado "A economia política do desenvolvimento", de 1957. A tese básica sustentada pelo autor era que o desenvolvimento econômico do capitalismo nos países que emergiram tardiamente no cenário internacional, "foi desviado de seu curso normal, deformado e mutilado, a fim de se adaptar aos objetivos do imperialismo ocidental." (103)

O meio pelo qual essa deformação teria ocorrido seria a transferência do excedente econômico gerado nestes países para as nações centrais, bem como a esterilização interna deste excedente em aplicações não-produtivas. (104) Apesar dos vários elementos sugestivos apresentados no livro, tais como a preocupação com as classes sociais nos países subdesenvolvidos e a crítica às concepções modernizantes do desenvolvimento, o que parece ter ficado mais caracterizado como contribuição básica de Baran foi exatamente a idéia de que o desenvolvimento capitalista dos países atrasados sofreria uma deformação inevitável devido à ação do imperialismo, mediante a transferência do excedente para os países centrais. (105)

Por sua vez, um dos autores que mais divulgou a tese da transferência do excedente econômico como causa do atraso capitalista foi André Gunder Frank, que dedicou seus primeiros estudos sobre esta questão à América Latina. Para este autor, reformulando sensivelmente as teses originais de Paul Baran, o subdesenvolvimento era uma contrapartida necessária do desenvolvimento na "metrópole", a qual se beneficiaria da absorção do excedente econômico dos países "satélites". Mas do mesmo modo que Baran, Frank postulava que o desenvolvimento econômico e social de países como os da América Latina seria

distorcido pela inserção na divisão internacional do trabalho enquanto "satélites". (106)

Posteriormente, em meados dos anos 70, a tese da transferência do excedente econômico como causa do atraso econômico recebeu uma versão mais ampla e sofisticada nos trabalhos de Immanuel Wallerstein. Para este autor, a emergência de algumas nações da Europa (centro), já no século XV, com uma dianteira econômica em relação às áreas da Europa Mediterrânea (semi-periferia) e oriental (periferia), bem como frente a outras partes do mundo, permitiu que aquelas nações ampliassem sua superioridade mediante a extração do excedente econômico destas últimas regiões. Ao mesmo tempo que esse processo de exploração da periferia retardou o seu desenvolvimento material, condicionando-o a manter uma posição subordinada enquanto exportadora de produtos primários, estimulou fortemente a expansão do pequeno grupo de países centrais, fenômeno que se estenderia até a atualidade. (107) Wallerstein parte explicitamente da tese de Frank sobre o "desenvolvimento do subdesenvolvimento", postulando do mesmo modo que o sistema econômico mundial dispôs-se de forma a impossibilitar (no caso dos "países periféricos") ou distorcer e limitar (nos "países semi-periféricos") o desenvolvimento econômico capitalista. (108)

O que interessa ressaltar aqui é que todas estas concepções mencionadas compartilham da idéia de que o desenvolvimento capitalista dos países atrasados sofreria, por algum motivo, uma distorção fundamental - entre os citados acima, por força de uma inserção subordinada nos marcos do capitalismo mundial. Embora seja óbvio que estes últimos autores não possam ser associados à obra de Caio Prado Jr. - talvez com a exceção parcial de A. G. Frank (109) -, o fato de que tenham alcançado uma enorme influência internacional, mostra que a concepção de um desenvolvimento "anômalo" das nações subdesenvolvidas encontrou um ambiente extremamente

favorável entre os marxistas, pelo menos nos anos 60 e 70. Tanto a obra de Caio Prado como a destes autores citados, contrapunham a realidade histórica dos países atrasados a um suposto desenvolvimento capitalista normal, que não poderia ser alcançado dentro dos marcos das relações tradicionais do conjunto capitalista. De modo semelhante, estes autores - incluindo Caio Prado - associaram desde as manifestações de uma estrutura econômica desigual e desequilibrada, até a marginalidade e miséria social à impossibilidade de um desenvolvimento "genuíno" na periferia do sistema, o qual somente poderia ser obtido via reformas estruturais ou pela ruptura com o capitalismo. (110)

O ponto central diante dessa concepção é indagar se estes critérios são úteis e, mais ainda, adequados para a análise da acumulação capitalista nos países atrasados. Em outras palavras, até que ponto requisitos como baixa integração setorial na indústria, reduzido mercado interno, controle externo dos fundos financeiros e tecnologia internacionalizada - como sugerido por Bob Sutcliffe - indicariam uma "deformação" do capitalismo, ou antes se remeteriam a peculiaridades no desenvolvimento capitalista de certos países? (111)

De qualquer forma, esta perspectiva vem sendo objeto de diversas críticas nos meios marxistas, pelo menos desde a publicação do ensaio pioneiro de Bill Warren, em 1973. Nesse texto, o autor sugere, em primeiro lugar, que critérios como os mencionados acima seriam arbitrários, pois o que caracterizaria o capitalismo seria menos o fato de ser um sistema não-contraditório e voltado ao atendimento das necessidades da população do que um tipo de organização social que daria lugar a certas condições econômicas, sociais e políticas para a contínua reprodução do capital. (112) Em segundo lugar, Warren afirma que a partir de requisitos como aqueles mencionados acima,

provavelmente a industrialização em diversos países atrasados apontaria para o atendimento das condições de "independência" assinaladas. (113) Apesar dos grandes problemas presentes na análise de Warren, entre eles a sua concepção algo desenvolvimentista e a ausência de qualquer referência às relações de classe, as críticas às visões idealizantes do capitalismo, com suas consequências analíticas e práticas, continuam sendo bastante atuais - inclusive para a avaliação da obra de Caio Prado Jr. (114).

Um outro ponto é que uma das consequências analíticas mais relevantes das visões examinadas anteriormente, foi a reduzida capacidade explicativa demonstrada ante a industrialização em diversos países atrasados no pós-guerra. Isso já foi notado a respeito de Caio Prado Jr., que apesar de ter registrado a ampla industrialização vivida no Brasil, limitou sensivelmente a sua análise com a insistência em mostrar o caráter colonial da economia brasileira. Mesmo assim, em livros como a HEB, Caio Prado acompanhou com precisão o desenvolvimento industrial ao longo do tempo, rejeitando uma opinião comum entre a esquerda nos anos 40 de que a diversificação econômica seria praticamente improvável devido à ação do imperialismo. No caso de autores como Paul Baran e André G. Frank, no entanto, essa insensibilidade diante da industrialização nos países atrasados foi claramente mais acentuada - mesmo porque seus livros mais conhecidos surgiram em meio ao largo processo de diversificação econômica nestas áreas. Para Baran, por exemplo, a industrialização era um processo quase afastado do horizonte daqueles países, visto que o principal efeito das alianças entre classes dominantes e os interesses do imperialismo seria "o de fortalecer o predomínio do capitalismo comercial; o de retardar e, muitas vezes, de impedir sua transformação em capitalismo industrial." (115)

Ainda assim, a proximidade acerca dessas questões não legitima dizer que Caio Prado compartilhava igualmente de outras idéias centrais daqueles autores, especialmente a tese de que o atraso capitalista seria provocado pela extração do excedente econômico da periferia. Como será notado melhor no cap. 4 (itens 1 e 2), a análise das relações entre o imperialismo e a economia brasileira levou Caio Prado a destacar também o processo de transferência de renda para os países centrais. (116) Neste ponto, o diagnóstico de Caio Prado aproxima-se da análise de Baran a respeito do modo de utilização do excedente econômico, como um dos elementos que explicariam o atraso econômico. Contudo, além de ter concentrado suas investigações quase exclusivamente sobre este aspecto, Baran via o imperialismo como um elemento que praticamente impediria (ou pelo menos limitaria fundamentalmente) a diversificação industrial nos países subdesenvolvidos. A este respeito, se a posição de Caio Prado enfatizava, de um lado, as "distorções" provocadas no desenvolvimento daqueles países, por outro lado, ela aproximava-se de uma abordagem marxista clássica ao entender que a expansão das empresas internacionais consistia em um dos fatores cruciais responsáveis pelo progresso material dos países atrasados. (117)

Mas a diferença mais notável das concepções de Caio Prado com a dos autores mencionados, foi o abandono por parte destes últimos - com a exceção parcial de Paul Baran -, da análise histórica das condições sociais e econômicas internas dos países atrasados, prevalecendo alternativamente algum tipo de explicação abstrata e esquemática. Enquanto Caio Prado identificava as origens do padrão de desenvolvimento econômico brasileiro nas relações sociais e condições de produção herdadas da Colônia, autores como André G. Frank e Immanuel Wallerstein privilegiaram as condições gerais definidas pela "economia

capitalista mundial" para a explanação do subdesenvolvimento. (118) Em função disso, o desenvolvimento econômico "anômalo" e "distorcido" teria sido causado pelo condicionamento externo do mercado mundial, e não devido a contradições e determinantes internos. (119) Esse condicionamento, como já foi visto, ocorreria sobretudo mediante a transferência do excedente gerado na periferia do sistema. Enquanto o desenvolvimento do centro seria explicado basicamente pela absorção daqueles fluxos de renda, o subdesenvolvimento seria provocado pela ausência de excedente para inversão produtiva.

Com isso, estes autores se distanciam radicalmente da explanação do atraso capitalista proposta por Caio Prado. Embora a inserção subordinada de países como o Brasil, aos marcos do capitalismo trustificado, seja um dos traços importantes na caracterização de uma "economia colonial" por Caio Prado, essa situação foi antes percebida como um resultado do nível e orientação interna do desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, para Caio Prado Jr. as características sociais e econômicas do desenvolvimento capitalista em países como o Brasil não foram determinadas primariamente pela exposição ao mercado mundial. Portanto, o exame do padrão de desenvolvimento "colonial" ocorrido em países como o Brasil deveria ser realizado a partir das relações sociais e condições de produção específicas do país, as quais responderiam por uma inserção particular na economia capitalista internacional.

Deste modo, dificilmente a obra de Caio Prado poderia ser situada dentro da tradição iniciada por Paul Baran, bem como seria arbitrário associá-la aos estudos da Dependência disseminados a partir de meados dos anos 60. Embora tenham compartilhado opiniões próximas sobre vários temas, a abordagem de Caio Prado se diferencia substancialmente dessas correntes pela sua ênfase na análise

histórica das relações de classe e condições de produção específicas. Mas no que diz respeito ao uso de critérios fundados em um suposto padrão "normal" de desenvolvimento capitalista para a análise dos países atrasados, Caio Prado participou da mesma opinião que viria a ser difundida entre a literatura marxista no pós-guerra. O seu conceito de "economia nacional", com efeito, consistiu na idealização de uma certa estrutura capitalista, a qual seria contraposta à realidade de países como o Brasil. Entre as consequências analíticas dessa perspectiva, o desenvolvimento capitalista brasileiro foi sempre concebido como apresentando características de inorganicidade, ineficiência e ausência de um dinamismo adequado. Por sua vez, a categoria "economia colonial", que reuniu todas essas qualidades negativas da estrutura econômica do país, indicava que as transformações materiais ocorridas ao longo do século XIX e XX, não correspondiam a um "real progresso" daquela sociedade, sobretudo porque o sistema não observava a vaga condição de ter uma estrutura produtiva voltada para as "necessidades próprias da população que nela participa".

Por fim, cabe concluir esta parte indagando a maneira que o uso da categoria "economia nacional" refletia uma certa concepção de sociedade por parte de Caio Prado Jr. A pergunta principal consiste em saber qual a natureza da organização social a que se refere o autor quando estabelecia a "economia nacional" como objetivo a ser alcançado. Inicialmente, é preciso que se note que este tipo de organização econômica tinha como um dos seus principais critérios o "atendimento das amplas necessidades da população". Para Caio Prado, tal meta estaria associada fundamentalmente à inserção de amplos contingentes sociais marginalizados, ou em situação precária, nos mercados correntes de consumo, ao mesmo tempo que também seria necessário que a estrutura produtiva estivesse voltada para o

atendimento dessa demanda ampliada. Segundo o autor, essa mudança significaria uma alteração substancial das prioridades do sistema, voltado tradicionalmente para os mercados externos ou para o atendimento de um consumo seletivo e restrito. (120) Além disso, seria necessário que o desenvolvimento econômico superasse seu perfil instável e precário, por meio de uma integração setorial adequada da indústria e a diversificação produtiva na agricultura, o que permitiria um processo de crescimento auto-sustentado a partir do mercado interno - isto é, do consumo pessoal e produtivo.

De acordo com Caio Prado, esse perfil corresponderia ao estilo de desenvolvimento capitalista "padrão", observado nos principais países do núcleo hegemônico internacional. Ou seja, a organização social sugerida pelo conceito de "economia nacional" poderia ser associada à imagem de uma economia capitalista. Ainda assim, segundo o autor, as características especiais de economias como a brasileira, não permitiriam que a pura acumulação privada lograsse cumprir os requisitos assinalados pela noção de uma "economia nacional". (121) Para tanto, seria necessário que o Estado ampliasse consideravelmente sua participação na vida econômica, orientando e suprimindo espaços nos quais a atividade privada não se mostrasse suficiente. Essa perspectiva está presente pelo menos desde a HEB, e foi aprofundada no livro EFTE e em ARB. Deste modo, a ação estatal deveria ser orientada para superar todas aquelas "distorções" que impediam que o sistema se estruturasse em bases propriamente nacionais.

Caio Prado chegou mesmo a traçar as linhas gerais dessa atuação do Estado, com vistas a superar o estatuto de uma "economia colonial". Em primeiro lugar, o controle sistemático dos recursos disponíveis para o aparelhamento do parque produtivo interno. Assim, as contas externas

deveriam ser rigorosamente administradas, evitando que as divisas geradas pelas exportações fossem despendidas em importações supérfluas, priorizando, em especial, a aquisição de bens de produção.(122) Em segundo lugar, "promover e dirigir as atividades produtivas", e "forçar as inversões e o encaminhamento de recursos relativamente limitados que o país dispõe (...) de acordo com uma escala de prioridades" em que o objetivo principal não seja o lucro, mas sim o "de estruturar a economia em função do atendimento das necessidades mais prementes da massa da população".(123) Em terceiro lugar, promover uma ampla distribuição de renda capaz de "assegurar (...) uma elevação substancial dos padrões da população, e em particular, a integração dos grandes contingentes dessa população hoje marginalizados e vegetando em níveis e padrões incompatíveis muitas vezes com a própria condição humana."(124) Princípios gerais como esses, contribuiriam para que se integrasse internamente a "atividade produtiva" e o "mercado consumidor", proporcionando um "sistema de conjunto capaz de se auto-propulsionar pelo estímulo recíproco de ambos os elementos do ciclo produtivo. Haverá então condições no Brasil para o estabelecimento de um sistema econômico englobando num todo coeso e orgânico o conjunto da sua população, e que se desenvolverá por isso sobre a base e em função dele próprio."(125)

Essa percepção das transformações necessárias para superar o estatuto "colonial", no entanto, não implicaria, segundo Caio Prado, a supressão da atividade econômica privada. A sua opinião a este respeito era que a "socialização dos meios de produção (...) é certamente prematura nos países subdesenvolvidos com seu baixo nível industrial e a larga fragmentação e dispersão das atividades econômicas"(126) Além disso, a "livre iniciativa (...) constitui um poderoso elemento desvendador de novas

atividades e perspectivas de empreendimento." (127) Por outro lado, as atividades privadas deveriam ser coordenadas necessariamente pela ação global do Estado. Em suma, o que Caio Prado preconizava em termos de uma "economia nacional" exigiria uma profunda participação do Estado na orientação e coordenação de desenvolvimento econômico, visando a uma estrutura social e material integrada nos moldes assinalados pelos padrões que, segundo o autor, tinham sido observados nos países capitalistas avançados.

Desta forma, pelo menos nos anos 50, o diagnóstico de Caio Prado acerca da sociedade brasileira levava-o a associar a superação da ordem tradicional a uma organização econômica ainda fundamentalmente burguesa. A idealização de um estilo de desenvolvimento capitalista "normal" refletia-se, assim, numa concepção de mudanças estruturais que levariam a uma economia capitalista organizada a partir de determinados requisitos, os quais indicariam um padrão superior de organização social e econômica. A partir desse marco teórico, Caio Prado se insere no debate econômico dos anos 50 postulando uma série de medidas voltadas para a defesa de áreas estratégicas, de industrialização e de um tipo de desenvolvimento controlado a partir e em função daquilo que chamava de interesses nacionais - como será visto melhor a seguir, em suas intervenções na Revista Brasiliense.

Nesse sentido, o nacionalismo de Caio Prado Jr. correspondia a uma proposta de modernização do perfil econômico e social do país, em função daqueles elementos gerais deduzidos de um padrão ideal de desenvolvimento capitalista. Dentro desta proposta, a industrialização integrada ocupava um papel estratégico, por sua capacidade de proporcionar uma base de crescimento auto-sustentado para a economia. A respeito deste ponto pelo menos, Caio Prado integrava-se às perspectivas modernizantes comuns tanto entre setores desenvolvimentistas (como os economistas

cepalinos) como também entre a esquerda (especialmente o PCB), que viam na industrialização acelerada o meio mais eficiente de superar o atraso econômico, social e político do país.

Ainda assim, essa posição favorável à industrialização ganhou contornos acentuadamente radicais na época, tendo em vista os requisitos complementares estabelecidos como necessários para alcançar um tipo de desenvolvimento "integrado nacionalmente". Talvez seja melhor dizer que o tipo de intervenção estatal preconizado, junto às mudanças políticas, sociais e econômicas que o acompanhariam, tenderia a conduzir, segundo Caio Prado, a uma espécie de estrutura de transição para uma organização socialista da produção e da sociedade, ainda que atribuindo uma participação decisiva às iniciativas privadas. (128) Isso se torna ainda mais verdadeiro, quando (a partir de 1960) Caio Prado passa a excluir sumariamente as classes burguesas dentre as forças que por interesse de classe, poderiam associar-se a uma perspectiva progressista - tese que contestava não só as idéias prevalecentes na esquerda nos anos 50 e início dos 60, mas as suas próprias concepções desenvolvidas até aquele momento. (129)

Em função da postura cada vez mais radical assumida no debate econômico dos anos 50, Caio Prado afastou-se tanto da esquerda oficial quanto das visões desenvolvimentistas da CEPAL. Desse modo, enquanto as idéias cepalinas ajustaram-se perfeitamente às posições modernizantes das elites da América Latina e do Brasil, ao preconizarem um incremento da industrialização sem requererem mudanças sociais significativas, as teses de Caio Prado - e da Revista Brasiliense - mantiveram-se longe de uma influência mais ampla. Embora defendendo um processo de industrialização equilibrado e controlado nacionalmente, as proposições de Caio Prado incorriam numa radicalização das medidas - entre elas o controle rigoroso das contas externas, dos investimentos

diretos estrangeiros e a ampla atuação do Estado na economia - que dificilmente corresponderia às posições das classes dirigentes dos anos 50. Essas questões poderão ser melhor avaliadas ao serem discutidas as posições teóricas de Caio Prado sobre o capital estrangeiro, tema que foi central no debate econômico na segunda metade dos anos 50, como será visto a seguir.

CAPITULO IV - Capital estrangeiro e internacionalização
econômica na obra de Caio Prado

A nova realidade das inversões transnacionais, na segunda metade da década de 50, foi especialmente significativa para países como o Brasil, que, a partir de condições econômicas, sociais e políticas favoráveis, absorveu um conjunto extraordinário de empreendimentos estrangeiros, dentro de um período relativamente concentrado de tempo. Como será tratado adiante, o fluxo de inversões atingiu seu ponto alto em um intervalo não superior a sete anos (1955-61), correspondendo a uma alteração radical no perfil de absorção de capitais externos prevalecente até então. Naturalmente, o impacto econômico, social e político desse fenômeno não poderia deixar de ser profundo.

No que diz respeito aos marcos dentro dos quais era conduzido o debate econômico até aquele momento, conviviam diversas posições acerca da oportunidade do recurso às iniciativas estrangeiras. De uma forma genérica, o pensamento ortodoxo baseava suas intervenções em um postura teórica (e ideológica) por princípio favorável aos investimentos internacionais. Nesta concepção, a livre empresa era associada automaticamente a uma alocação ótima de fatores e à maximização dos benefícios sociais, não restando dúvida que as inversões estrangeiras deveriam não só confirmar este postulado, mas apresentar um padrão ainda maior de eficiência e competitividade em relação às empresas nacionais. (1)

A partir de um ângulo alternativo, com crescente influência no decorrer dos anos 50, um outro grupo destacava-se no debate econômico adotando propostas mais heterodoxas acerca do desenvolvimento econômico. Posteriormente representado em revistas como "Desenvolvimento e Conjuntura" (lançada em 1957), preconizava uma industrialização acelerada como forma de superar o atraso econômico e social do país, rejeitando explicitamente a especialização agrária como alternativa de desenvolvimento. Nessa vertente, os mecanismos puros de mercado não eram vistos como suficientes para garantir o

objetivo de uma estrutura industrial moderna, sugerindo-se, assim, que a política econômica deveria empenhar-se em medidas de fomento à industrialização - proteção tarifária, câmbio subsidiado, etc.

Constituído, em sua maioria, por técnicos governamentais e empresários, esse grupo foi influenciado substancialmente pelas idéias cepalinas, as quais serviram como o aporte teórico que permitiu dar a coerência interna e formalização necessárias à defesa da industrialização. A exemplo do que acontecera na formulação cepalina original, estes autores adotaram, em geral, uma posição que tinha no capital estrangeiro um dos fatores mais relevantes para o impulso à industrialização acelerada. Assim, as inversões internacionais seriam convenientes a um programa de desenvolvimento industrial no país, na medida que potencializariam o ritmo de investimento global, internalizariam técnicas e processos modernos e, por fim, superariam as deficiências domésticas de poupança. A partir dessas idéias, formou-se o núcleo do pensamento desenvolvimentista que sustentou teoricamente a etapa do crescimento acelerado, ocorrida no período do governo Juscelino Kubitschek. (2)

Do outro lado do espectro ideológico, a esquerda reunida em torno do PCB mantinha uma posição geral contrária à estratégia de desenvolvimento internacionalizado, sobretudo na virada da década de 40. No entanto, ao longo dos anos 50, esta postura foi sendo gradativamente substituída por uma proposta que concentrava as críticas no "imperialismo americano", abrindo margem ao estímulo de inversões européias. Estas, segundo a direção do Partido, deveriam contribuir com a ruptura do elo mais forte da cadeia imperialista e possibilitar o desenvolvimento capitalista livre de seus efeitos deformadores. Desta forma, apesar das diferenças ideológicas que separavam o PCB dos anos 50 e o pensamento

desenvolvimentista, houve, na segunda metade da década, uma razoável convergência em suas posições acerca do papel Progressista e positivo que poderiam exercer os investimentos estrangeiros no avanço do desenvolvimento capitalista - mesmo que, formalmente, o PCB excluísse as empresas americanas dessa possibilidade. (3)

Com o início dos pesados investimentos estrangeiros em 1955-6, estas correntes depararam-se com uma situação de certo modo inesperada, visto que o volume das iniciativas estrangeiras no pós-guerra havia se mantido em níveis bastante baixos. A princípio, a vertente que acomodou mais harmonicamente a nova conjuntura foi a desenvolvimentista. Sem dúvida, o impulso à industrialização proporcionado pelos novos capitais estrangeiros correspondia plenamente às proposições deste grupo. Por sua vez, o pensamento ortodoxo também via nesse processo um resultado favorável, na medida que o investimento privado internacional deveria gerar condições ótimas de alocação de recursos e de crescimento. Ainda assim, a ênfase pelo menos ambígua desta corrente quanto à industrialização, deixava-a numa posição incômoda diante do fluxo de capitais direcionado para setores industriais que eram os mais dinâmicos no plano internacional. (4) Por fim, o PCB, por força de sua retórica anti-imperialista, entra em choque direto com as novas tendências da conjuntura. Não obstante, o Partido adotará uma linha extremamente passiva diante do fenômeno da internacionalização, prevalecendo uma opção pragmática favorável ao crescimento e expansão industrial que caracterizaram a segunda metade dos anos 50, como será visto no item 4.3.

De uma forma geral, portanto, ocorreu uma assimilação bastante significativa, por parte das correntes teóricas mencionadas, das novas tendências do investimento transnacional observadas no governo Juscelino. Com isto, algumas das principais vertentes do debate econômico dos anos

50 parecem ter-se ajustado à perspectiva desenvolvimentista que passou a ser hegemônica na época. No que dizia respeito à internacionalização econômica, reduziram sensivelmente suas áreas mútuas de conflito, possibilitando uma imagem de relativo - ainda que temporário - consenso frente a esse processo.

O objetivo deste capítulo é avaliar a posição de Caio Prado Jr. quanto ao papel do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico, em meio à onda de inversões internacionais, de um lado, e às posições favoráveis ou passivas das principais correntes teóricas da época, de outro. O primeiro fato que chama a atenção na postura do autor, é a radicalização assumida diante das novas tendências dos investimentos estrangeiros. Enquanto a maioria dos personagens do debate econômico era envolvida, em maior ou menor medida, pelas idéias desenvolvimentistas, Caio Prado passou a elaborar uma posição cada vez mais crítica a respeito dos rumos da industrialização acelerada no período.

O importante é que mesmo tendo, também, uma proposta industrializante, como foi visto no capítulo 3, Caio Prado não compartilhou a opinião, muito disseminada na época, de que se estava caminhando para a superação do atraso econômico e social do país. Entre outras coisas, esta foi uma das causas do isolamento quase completo do autor diante das principais correntes teóricas da época, inclusive em relação ao PCB. Em boa medida, a atitude quanto ao capital estrangeiro será responsável por esta posição peculiar no debate econômico dos anos 50.

Um segundo fato importante, foi o de Caio Prado ter buscado estabelecer uma concepção alternativa para a análise do investimento estrangeiro, em relação aos princípios desenvolvimentistas. Naturalmente, seu esforço baseou-se em idéias bastante comuns entre a esquerda da época, que mantinha

inúmeras reservas quanto aos benefícios das inversões externas, sendo corrente a tese de que estas últimas seriam um obstáculo ao desenvolvimento capitalista e, por isso, a "revolução democrática-burguesa". Como será visto adiante, essa perspectiva deverá influenciar as opiniões de Caio Prado, mas baseado em trabalhos históricos anteriores, suas análises reconhecerão o potencial de diversificação material dos investimentos estrangeiros. Fundamentalmente, a crítica de Caio Prado baseou-se na noção da "economia nacional", vista no capítulo anterior, ou seja, nas distorções que supostamente provocaria o capital estrangeiro no ritmo e perfil do desenvolvimento econômico "normal" do país.

O esboço de uma concepção alternativa ao desenvolvimentismo, teve dois passos principais. Primeiro, a tentativa de uma crítica interna aos supostos e raciocínios que sustentavam a oportunidade do investimento direto transnacional. Embora superficialmente, o autor passou em exame teses como a ausência de poupança doméstica e debilidade tecnológica, que justificavam o apelo às iniciativas estrangeiras. O segundo passo desta concepção alternativa, consistiu no intento de retirar a análise das inversões externas de uma ótica exclusivamente econômica. Isso significava indicar que as propostas em favor de uma internacionalização profunda, correspondiam a interesses de classe bem definidos. Ao mesmo tempo que implicava manter praticamente intocado todo um perfil de distribuição de renda, de consumo suntuário e de propriedade da terra, a industrialização impulsionada pelos investimentos externos favorecia sobretudo os grandes grupos nacionais.

Nas páginas seguintes, inicialmente será examinada a perspectiva geral do autor acerca do imperialismo, a qual serviu como marco analítico para suas análises da conjuntura dos anos 50. Em segundo lugar, será discutido com mais detalhe

o arcabouço teórico desenvolvido pelo autor, para a crítica da transnacionalização econômica do período. Por fim, alguns pontos do debate com as outras correntes teóricas serão resgatados, especialmente quanto às bases sociais do processo de internacionalização econômica.

4.1. A visão sobre o imperialismo

Nos anos 50, as intervenções de Caio Prado Jr. nos debates sobre o capital estrangeiro, tiveram como base uma posição que já se havia delineado em trabalhos anteriores, sobretudo na HEB.(5) Ao longo deste livro, encontram-se diversas referências sobre a importância assumida pelas iniciativas estrangeiras na história econômica do país, desde mesmo os primeiros momentos enquanto nação independente.

Para o autor, apoiado em trabalhos clássicos como o de Alan Manchester sobre a participação inglesa no Brasil, as aplicações externas diretas e de portfólio serão responsáveis por iniciativas fundamentais para a dotação de uma infra-estrutura moderna e para as necessidades de equilíbrio financeiro no Balanço de Pagamentos do país. Assim, com "o capital inglês (bem como de outras nacionalidades, embora em menores proporções) construir-se-ão estradas de ferro, manter-se-ão indústrias, aperfeiçoar-se-ão portos marítimos. Além disto, o afluxo de capitais estrangeiros permitirá equilibrar normalmente as finanças externas sem sacrifício das importações de tão fundamental importância para o Brasil."(6)

Na opinião de Caio Prado, no entanto, estes impactos positivos sobre a estrutura capitalista atrasada brasileira, não esgotariam os efeitos globais provocados pelas inversões internacionais. Nesse sentido, o autor adotava uma abordagem de certo modo clássica do imperialismo,

pois ao mesmo tempo que indicava os efeitos da difusão das relações capitalistas associados àquelas iniciativas, apontava simultaneamente os resultados em termos de especialização produtiva, desequilíbrio setorial e instabilidade nas contas externas dos países receptores.

Para os propósitos da discussão aqui realizada, este é o ponto que deve ser priorizado; ou seja, a opinião do autor sobre os resultados da inserção do país no conjunto das relações imperialistas. Contudo, na medida que a análise de Caio Prado baseia-se nas formulações marxistas clássicas do imperialismo, serão destacados também os principais pontos desta tradição que foram resgatados pelo autor para o exame histórico do desenvolvimento capitalista brasileiro.

De uma maneira geral, a concepção do imperialismo apresentada por Caio Prado consistiu em entendê-lo como um sistema de dimensões globais, marcado por uma hierarquização de estruturas sociais particulares com níveis desiguais de poder económico, político e (eventualmente) militar. Esse conjunto de relações que daria origem ao imperialismo, por sua vez, corresponderia a uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo no grupo de países capitalista avançados, que a partir de sua projecção internacional sistemática no final do século XIX, envolvera de forma cada vez mais acentuada as diferentes partes do globo. (7)

Como é possível perceber, esta imagem baseava-se sobretudo na interpretação leninista do imperialismo. Inclusive, do mesmo modo que na formulação original de Lenin, a ênfase de Caio Prado recaiu com maior peso sobre a base económica do fenómeno. (8) Se esta perspectiva dava origem a uma abordagem parcial da expansão imperialista, não logrando uma integração que desse conta dos aspectos culturais e políticos nacionais e internacionais envolvidos,

por outro lado, ela ressaltava pontos importantes como o fato das relações de poder internacionais estarem apoiadas no grau de desenvolvimento e competitividade dos grandes blocos de capital localizados nas nações hegemônicas. Assim, segundo Caio Prado, a "economia mundial evolui para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro que, sob todas as modalidades, procurará explorar em seu proveito as diferentes atividades econômicas do universo." (9)

A partir desse quadro, a inserção dos países capitalistas atrasados nas relações imperialistas emergentes no final do século XIX, será interpretada pelo autor como tendo um significado especial para as suas condições de desenvolvimento. Em vez de iniciativas isoladas, como os empréstimos públicos nos anos 20 do século passado para países como o Brasil, na segunda metade do século XIX o padrão de intervenção das inversões estrangeiras deverá ser reformulado pela presença dos grandes grupos oligopolistas atuando em escala internacional. Com isso, de acordo com Caio Prado, os investimentos estrangeiros passaram a ocupar um espaço significativo na economia do país, participando das atividades potencialmente mais lucrativas e incorporando fontes de matérias-primas essenciais para a estratégia competitiva internacional. (10)

As raízes dessa construção encontram-se provavelmente no pensamento clássico marxista do início do século, que se voltou ao estudo das tendências contemporâneas do desenvolvimento capitalista. (11) Em termos de divulgação e influência política, sem dúvida o texto mais importante foi "O imperialismo, fase superior do capitalismo", de Lênin, surgido em 1917. Não obstante, Lênin havia dedicado relativamente poucas páginas ao estudo do significado dos investimentos internacionais para economias particulares, limitando-se a registrar o processo de partilha do mundo entre as grandes potências. De

qualquer maneira, pelo menos ficava bem caracterizado que, a partir da segunda metade do século XIX, as economias atrasadas passariam a contar, embora em graus diferentes, com a participação cada vez mais intensa das iniciativas dos grupos financeiros das nações capitalistas hegemônicas. (12)

Mas, certamente, a formulação pioneira e mais sistemática sobre estas tendências, encontra-se no livro clássico de Rudolf Hilferding - "O Capital Financeiro", de 1910. Embora não tenha utilizado a noção de imperialismo no sentido definitivo dado posteriormente por Lênin, a sua obra foi marcante para o pensamento marxista da época. Entre outras questões, um dos principais aportes de Hilferding para a análise marxista do imperialismo, residiu na perspectiva adotada para o exame das exportações de capital patrocinadas pelas sociedades anônimas.

O fundamental nessa proposta consistia em notar que, a partir da consolidação do capital financeiro na segunda metade do século XIX, teria ocorrido uma alteração radical no padrão vigente de emigração de capitais. Isto porque "a sociedade anônima e a organização desenvolvida do crédito fomentam a exportação de capital e, nisto, modificam o caráter do mesmo, ao possibilitar a emigração de capital independentemente do empresário, permanecendo, portanto, a propriedade por mais tempo ou permanentemente no país exportador - e sendo dificultada a nacionalização do capital". (13)

Com isso, a exportação de capital acompanhava as profundas transformações vividas pelo capitalismo nas três últimas décadas do século XIX, não podendo ser confundida com uma simples transferência de capital, onde a propriedade e a produção do excedente econômico desvinculavam-se de sua origem. (14) Por outro lado, Hilferding indicava ainda o desdobramento da exportação de capital sob duas formas

básicas: capital produtor de lucro e produtor de juro. Em ambos os casos, o essencial era perceber que as inversões internacionais se associavam, normalmente, a grupos financeiros que adotavam uma perspectiva global de valorização de suas massas de capital, perseguindo, para isso, as mais diversas estratégias de conquista de mercados, de consumo e fontes de matérias-primas. (15)

Estas reflexões foram fundamentais para as análises de Caio Prado sobre a integração do Brasil no conjunto capitalista internacional, no século XIX. Com efeito, para o autor, nos fluxos de investimentos que foram direcionados para o país a partir de 1850, estavam embutidas as relações de poder e controle exercidas pelos grupos financeiros internacionais: "o Brasil não será mais que um dos elos da grande corrente que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura, que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional." (16) A partir desse ponto de vista, as iniciativas das grandes empresas internacionais não poderiam ser percebidas como simples inversões de capital, pois elas tendiam a reproduzir-se e exercer pressões sobre o perfil do desenvolvimento econômico do país.

No exame que fez da história econômica do país, Caio Prado associou boa parte das atividades de exportação e as voltadas para o mercado interno, aos empreendimentos estrangeiros que afluíram a partir de 1850. O primeiro setor relevante destacado foi o da produção de café, que nos negócios de financiamento, comércio e exportação, contou com uma ampla participação dos capitais ingleses. (17) A outra área fundamental foi a das indústrias manufatureiras, que ganharam vulto já nas últimas décadas do século XIX e se consolidaram a partir da I Guerra.

Nesta última atividade, Caio Prado identificou uma tendência das filiais estrangeiras passarem a incorporar

fases sucessivas da linha de produção de bens voltados ao mercado doméstico. Enquanto no início de sua operação, a filial ficaria limitada à montagem ou ao simples comércio dos produtos oriundos da matriz, segundo o autor, haveria um conjunto de fatores que estimularia a produção interna por ela própria com o decorrer do tempo: "dificuldade de transportes, o obstáculo das tarifas alfandegárias, os riscos de oscilações cambiais, a mão-de-obra mais barata e as exigências específicas do mercado brasileiro, levam-nas por este caminho." (18)

Entre os ramos mais importantes de inversão industrial, o autor destacou o dos veículos automotores, produtos químicos e farmacêuticos, aparelhos elétricos, metalurgia e alimentação. Nestas áreas, a participação das empresas estrangeiras era significativa, na medida que correspondia às atividades mais dinâmicas no plano internacional do capitalismo. Caio Prado identificou nestas empreendimentos um dos fatores mais importantes para a diversificação produtiva e expansão do mercado interno. Deste modo, a progressiva internacionalização das fases do processo produtivo por parte das filiais estrangeiras, "representa<ria> um grande fator (que é o estímulo de empresas poderosas e bem aparelhadas) no sentido de provocar o aparecimento e desenvolvimento de uma indústria de base no país, capaz de iniciar aqui mesmo a elaboração da matéria-prima e a produção do material acabado, e mesmo a maquinaria destinada às diferentes indústrias que trabalham diretamente para o consumo." (19)

Essa opinião antecipava uma perspectiva particular do autor a respeito dos efeitos produzidos pelas inversões internacionais sobre a economia brasileira. Ao contrário da concepção estagnacionista, que passou a predominar com os trabalhos de Baran e Gunder Frank, e que tem suas raízes na visão oficial da Internacional Comunista nos anos 20 e 30, Caio Prado manteve-se na dupla perspectiva adotada pelos

autores clássicos acerca da natureza da expansão capitalista internacional. (20) Assim, embora enfatizasse a especialização produtiva, a instabilidade financeira e os desequilíbrios setoriais trazidos com as relações imperialistas, por outro lado Caio Prado atribuía a estas um potencial significativo de difusão das relações capitalistas.

O que se chamou aqui de perspectiva clássica quanto ao caráter da expansão capitalista internacional, refere-se às obras dos autores marxistas mais importantes do início do século - Hilferding, Rosa Luxemburgo, Bukharin e Lenin -, as quais foram retomadas com a crítica das idéias de Baran e Gunder Frank a partir da segunda metade dos anos 70. (21) Uma abordagem representativa desse ponto de vista, encontra-se na obra mais importante de Hilferding. Como se viu, de acordo com o autor, o desenvolvimento acelerado das "Joint-Stock Companies", na segunda metade do século XIX, havia operado uma transformação profunda nas condições da expansão internacional do capital. Enquanto anteriormente as inversões externas apresentavam-se de modo irregular e relativamente restritas, ganhariam um impulso inédito com a centralização dos capitais proporcionada pelas novas formas de organização capitalista.

Para Hilferding, esse processo era crucial para entender-se a acirrada luta competitiva entre grupos financeiros, que passou a envolver tanto áreas capitalistas atrasadas quanto as ainda pré-capitalistas. A exportação de capital, especialmente na forma de capital industrial, teria um efeito revolucionário sobre as forças produtivas destas regiões, pois, segundo Hilferding, "a transferência de métodos capitalistas de transporte e de produção ao país estrangeiro causa (...) um rápido desenvolvimento econômico, o surgimento de um maior mercado interno, mediante a extinção das relações de economia natural, a expansão da produção em escala de mercado." (22)

O importante a notar nesta visão é a idéia básica de que a difusão do capital financeiro atuou como um fator revolucionário sobre as economias atrasadas. Hilferding chega a estudar as resistências oferecidas por sociedades que apresentavam elevado grau de coesão interna a partir de relações pré-capitalistas. Nestes casos, o apoio estatal e o recurso à violência sistemática funcionariam como meios de apoio essenciais à difusão das relações capitalistas. (23)

De qualquer maneira, mesmo nos casos onde as resistências fossem menos amplas ou eficazes, o fato é que as exportações de capital trariam consigo a necessidade de reformular e transformar as condições políticas, sociais e econômicas prévias. De um modo geral, portanto, a imagem oferecida por Hilferding da internacionalização capitalista, conferiu ao imperialismo - no sentido dado por Lênin - uma natureza intrinsecamente progressiva e revolucionária, que não obstante as virtuais resistências, deveria impor-se de modo implacável. Com isso, a diversificação produtiva, e principalmente a industrialização, tendia a deslocar-se geograficamente por efeito da internacionalização do capital financeiro.

Em comparação a Hilferding (e outros autores como Rosa de Luxemburgo), Lênin dedicou menos esforço em explicitar o caráter progressivo da expansão imperialista no sentido da difusão do capitalismo pelo mundo. Não obstante, sua visão compartilhava inequivocamente a idéia central contida em "O capital financeiro", que foi explicitada acima. Mesmo quando se referia às tendências de "parásitismo" e "estagnação de desenvolvimento" nos países hegemônicos, Lênin acentuava que a exportação de capital deveria acelerar e transformar profundamente as estruturas econômicas atrasadas. (24)

Entre as pouquíssimas referências às relações entre o imperialismo e os países retardatários, Lênin identificou algumas condições elementares para que estes pudessem tornar-se campo das inversões internacionais. Em primeiro lugar, que já tivessem constituído uma certa infra-estrutura básica como, por exemplo, as ferrovias. Em segundo lugar, que já houvesse um conjunto de condições para o desenvolvimento da indústria - sobre as quais não se manifesta, mas que provavelmente referem-se, e.g., à oferta de trabalho. (25) A ausência quase completa de discussão sobre estes aspectos, no entanto, não permite chegar a uma idéia sobre sua posição quanto aos fatores determinantes da distribuição dos investimentos estrangeiros entre os países receptores.

Ainda assim, mesmo com o reduzido tratamento dispensado aos países capitalistas atrasados, Lênin percebeu a exportação de capital característica do imperialismo como um fator que repercutiria "no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente." (26) Embora não se tenha referido ao significado exato do que chamou de "alargamento e (...) aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo", provocados pelas exportações de capital, provavelmente isto incluía a opinião de Hilferding de que a difusão internacional do capital financeiro conduziria a um processo de industrialização não-exclusivamente centrado nas nações hegemônicas. (27)

No entanto, esta opinião quanto ao carácter progressivo das exportações de capital, convivia normalmente com um ponto de vista que apontava as consequências em termos de subordinação económica e política das áreas coloniais ou atrasadas. Sobretudo na obra de Hilferding, o poderio económico e político exercido pelo capital financeiro foi destacado como um elemento capaz de exercer

pressões e, em casos extremos, submeter profundamente as áreas receptoras das inversões internacionais.

Um dos principais efeitos da exportação de capital, para Hilferding, consistia nas transferências de lucro das áreas de investimento para os países de origem. Assim, mesmo nas fases iniciais das inversões externas, quando se deslocavam "primeiro, para criar o sistema de transporte no país atrasados e, segundo, para desenvolver as indústrias de bens de consumo", estimulando, com isso, "o desenvolvimento capitalista desse país (...), a maior parte do lucro fluía para o exterior, para ser gasto parcialmente como renda, sem portanto, ativar as indústrias do país devedor (...)" . Em vista desse fato, "retardou-se extraordinariamente a acumulação nesse país e, portanto, o desenvolvimento ulterior do capitalismo." (28) Por outro lado, em regiões onde o capitalismo expandiu-se rapidamente, esse resultado negativo foi revertido pela assimilação (relativa ou absoluta) dos capitais estrangeiros pelas classes capitalistas locais. (29)

Uma outra consequência da exportação de capital sobre os países atrasados, seria o controle exercido sobre setores econômicos estratégicos, como o de matérias-primas. Segundo Hilferding, essa tendência consolidou-se especialmente com a mudança da natureza da exportação de capital. A partir deste momento, a possibilidade de assimilação dos capitais estrangeiros por parte das classes capitalistas locais tornou-se cada vez mais difícil, na medida que o controle exercido pelo capital financeiro sobre as áreas de inversão (fontes de matérias-primas, indústria moderna) tendia a ser muito mais eficiente e absoluto. Desta forma, alguns elementos vitais para o lançamento de uma indústria de base (a siderúrgica, principalmente) seriam absorvidos pelos grupos financeiros internacionais, comprometendo, segundo Hilferding, as possibilidades de um desenvolvimento capitalista mais dinâmico nestas áreas. (30)

Vê-se, portanto, que mesmo na ausência de um tratamento mais sistemático dos países atrasados, a literatura marxista clássica do imperialismo adotou uma posição que ressaltava um efeito contraditório provocado pela exportação de capital. (31) O revolucionamento da base material induzido pela expansão imperialista, impunha, ao mesmo tempo, certos condicionantes que poderiam retardar o potencial pleno de desenvolvimento capitalista do país ou definir certas características especiais para o mesmo.

Um outro fato importante, é que esse processo de difusão capitalista pelo mundo foi concebido como tendo uma natureza essencialmente violenta, capaz de destruir (parcial ou totalmente) as relações sociais pretéritas. Nesse sentido, não haveria diferenças substanciais entre este processo e a acumulação primitiva capitalista nas sociedades europeias. Isto é particularmente significativo na medida que, no pós-guerra, passou a ser comum identificar na acentuada exploração econômica e social observada nos países capitalistas atrasados um indicio de distorção no desenvolvimento desses países - posição partilhada, e.g., por Caio Prado, como já foi visto antes.

Mesmo assim, a filiação de Caio Prado à essa perspectiva clássica fica bastante clara ao longo da HEB. Numa abordagem mais esquemática, o autor chega a listar os efeitos mais destacáveis da exportação de capital para o caso específico do Brasil. O primeiro resultado negativo que poderia ser constatado era a transferência de renda proporcionada pelas relações imperialistas.

Assim, segundo o autor, "o imperialismo atua como poderoso fator de exploração da riqueza nacional; não é outro o seu objetivo que acaparar em proveito próprio a mais-valia do trabalho brasileiro a seu alcance. Nisto ele age como qualquer outra forma de capital, e não tem aí nada de

particularmente interessante. Mas o que o distingue é que tal exploração não se faz em benefício de uma classe brasileira, uma burguesia indígena (...), mas de classes e interesses completamente estranhos ao país. Isto é muito importante, porque neste processo não é apenas uma classe trabalhadora que se desfalca, mas o país em conjunto que vai escoar-se para fora de suas fronteiras a melhor parcela de suas riquezas e recursos (...). Entre outros efeitos bem patentes está a deficiência e morosidade da acumulação capitalista brasileira, praticamente inexistente. Falta assim ao país o elemento fundamental de progresso econômico no regime em que vivemos." (32)

Nessa citação, destaca-se primeiramente a idéia, já encontrada em Hilferding, sobre a absorção de lucros realizada pelo capital financeiro - a qual será, posteriormente, absolutizada como fator central das relações imperialistas na obra de Paul Baran, como já foi visto no item 3.3. Mas um outro ponto importante, é que Caio Prado deu a esse processo um significado mais preciso e especial para o caso brasileiro. Assim, o ponto de vista do autor de que as relações imperialistas se estendem a um processo de exploração da nação em seu conjunto, incluindo não só os trabalhadores mas também a "burguesia indígena", indica uma posição que ganhará importância entre a esquerda nos anos 50.

- De uma maneira geral, ela implicou o deslocamento do eixo da exploração capitalista para o âmbito maior das relações entre nações, dando a base para as posições nacionalistas difundidas na época, que destacavam um conflito fundamental entre as burguesias domésticas e os interesses imperialistas. Como será visto no item 3 deste capítulo, embora Caio Prado fosse rejeitar a idéia de uma "burguesia progressista" no início dos anos 60 e, principalmente, no livro ARB de 1966, na segunda metade dos

anos 50 essa perspectiva foi muito influente em suas análises econômicas e políticas.

Voltando ao livro HEB, o segundo efeito destacado por Caio Prado foi a pressão exercida pelas relações imperialistas, no sentido de condicionar a especialização da estrutura produtiva brasileira. Essa ação é exemplificada, primeiro, pelos fortes estímulos às atividades primárias provocados pela demanda e concorrência internacional, no âmbito das nações capitalistas hegemônicas. (33) Segundo, pelo controle exercido sobre áreas estratégicas para o desenvolvimento capitalista, tais como as jazidas de minério de ferro, fundamentais para a indústria siderúrgica. (34)

O último impacto das relações imperialistas sobre o país, destacado por Caio Prado, referiu-se à instabilidade das contas externas. Este é um ponto que deverá ser exaustivamente explorado pelo autor em suas análises dos anos 50. Para Caio Prado, o problema central residiria no fato de que "não há correspondência necessária entre inversões (que exigem, logo depois de realizadas, novos pagamentos exteriores sob a forma de juros e amortizações), e o aumento da capacidade do país para efetuar tais pagamentos." (35) Com isso, a ação do capital estrangeiro deveria submeter a economia brasileira às dificuldades financeiras recorrentes, por conta da desigualdade dos fluxos de capital ao nível do Balanço de Pagamentos.

De um modo geral, portanto, a visão do autor era que as relações imperialistas haviam submetido o país a diversos elementos que condicionavam a estrutura e o desempenho de sua economia. O tom particular de Caio Prado - e que o distinguia da tradição clássica -, era a compreensão destes efeitos enquanto "distorções" em relação a um rumo "normal" de desenvolvimento capitalista. Assim, e.g., ao comentar o segundo resultado visto acima, o autor

afirma que "a intervenção totalitária do imperialismo na economia brasileira desvirtua seu funcionamento, subordinando-a a fatores estranhos e impedindo sua estruturação normal na base das verdadeiras e profundas necessidades da população do país". (36) O significado desse tipo de raciocínio para a visão geral de Caio Prado já foi avaliado no capítulo 3, sendo que o importante a ser notado, neste momento, é que esta peculiaridade não o afastou substancialmente da concepção geral do imperialismo chamada de clássica.

Efetivamente, ao contrário da visão difundida por Paul Baran e Gunder Frank, para Caio Prado o aspecto progressivo da expansão imperialista sobre as áreas atrasadas não seria eliminado pelos resultados citados acima. Segundo o autor, "ao par destes aspectos negativos do imperialismo, encontramos nela um grande estímulo para a vida econômica do país. Entrosando-a num sistema internacional altamente desenvolvido como é o do capitalismo contemporâneo, realiza necessariamente nela muitos dos seus progressos. (...) O ritmo da vida econômica brasileira, que está sem dúvida no nível do mundo moderno, é em grande parte reflexo puro da ação imperialista. E não é apenas sua contribuição material que conta: com ela vem o espírito, de iniciativa, os padrões, o exemplo e a técnica de países altamente desenvolvidos que trazem assim para o Brasil alguns dos fatores essenciais com que contamos para o nosso progresso econômico." (37)

Desta forma, a percepção de Caio Prado sobre o imperialismo mantinha-se, em linhas gerais, dentro dos marcos da análise marxista clássica. O autor atribuiu à expansão imperialista uma natureza geral contraditória, por seus efeitos combinados de difusão das relações capitalistas e consequências em termos de especialização, instabilidade, etc., sobre economias particulares. (38)

Um ponto que ainda precisa ser tratado, diz respeito ao que foi chamado até agora de noção "clássica" do imperialismo. Como foi visto, tanto na obra de Hittinger como na de Lênin, a expansão imperialista aparece como um processo essencialmente progressivo, embora com resultados contraditórios sobre as áreas envolvidas. Uma das principais consequências dessa análise é que as condições sociais e políticas dos países integrados às relações imperialistas, foram relativamente preteridas em favor de uma explicação abstrata sobre o potencial revolucionário das exportações de capital oriundas das nações hegemônicas.

Assim, a base histórica das relações de classe e das condições particulares do desenvolvimento econômico nos países receptores, não receberam um tratamento prioritário para as deduções acerca da difusão do capitalismo e de seus modos de produzir (a indústria, principalmente) no plano internacional. Talvez o principal problema desta concepção absoluta, reside no fato de que os padrões históricos diferenciados de desenvolvimento capitalista, não podem ser explicados adequadamente por meio de simples referência a uma condição iminente progressiva do capitalismo. (39)

Isso pode ser constatado, inicialmente, na obra de Lênin. Ao dizer que a exportação de capitais aceleraria extraordinariamente o desenvolvimento do capitalismo nos países receptores, Lênin estava fazendo uma afirmação geral a respeito dos impactos da expansão imperialista, sem uma referência explícita a arranjos sociais e políticos particulares. Se essa concepção geral, conforme sustenta V. Kierman, apoiava-se em exemplos de países como Japão, Estados Unidos e Canadá, ela deveria, inicialmente, ser relativizada diante dos resultados desiguais no desenvolvimento capitalista considerado em escala mundial. Porém, o mais importante é que os contextos sociais, materiais e políticos específicos deveriam ser priorizados em uma

abordagem que se preocupasse com as experiências históricas diferenciadas, resultantes da inserção de nações particulares à difusão internacional do capitalismo. (40)

A mesma ponderação pode ser feita quanto à obra de Hilferding. Ainda assim, este autor abriu um leque maior de alternativas no tratamento das potencialidades criadas nos países receptores pela exportação de capital. Um exemplo foi a sua breve referência às possibilidades existentes de desenvolvimento, com a assimilação (ou não) dos empreendimentos estrangeiros estratégicos pelas classes capitalistas locais na Europa. (41) De qualquer maneira, a visão geral de Hilferding ficou marcada sobretudo pela idéia da difusão internacional do capitalismo, mediante a projeção do capital financeiro para além dos seus mercados nacionais, sem que as condições históricas dos países receptores fossem consideradas com maior cuidado.

Provavelmente, o fato destes autores terem centrado suas investigações nas mudanças que estavam ocorrendo entre as nações hegemônicas, dedicando pouquíssima atenção aos países atrasados, foi em grande parte responsável por essa concepção absoluta. Na medida que tanto Hilferding como Lênin não chegaram a aprofundar suas reflexões quanto aos países atrasados, o que prevaleceu em suas visões sobre o imperialismo esteve baseado, possivelmente, na observação do papel transformador das relações capitalistas em algumas experiências históricas particulares.

No caso de Lênin, isto é mais evidente, pois o autor havia se empenhado, ao final do século XIX, em uma polémica com os "populistas russos" a respeito, entre outras coisas, do "caráter progressivo" do capitalismo na Rússia. Em seu livro datado de 1899, uma das suas principais teses foi que as condições econômicas e sociais particulares desse país haviam possibilitado a emergência inquestionável do

capitalismo, e que tal fato correspondia a um processo revolucionário para as forças produtivas e as condições de organização do trabalho social. (42)

O que deve ser notado é, que se, no caso da Rússia, Lênin havia examinado as condições sociais e (com menor ênfase) políticas de seu desenvolvimento - inclusive adiantando hipóteses sobre as condições históricas particulares que o faziam lento em relação a outros países europeus -, no que se referia à expansão imperialista sobre os países atrasados quase nada foi dito a respeito. Deste modo, na medida que não se voltava aos contextos sociais particulares, a concepção absoluta de Lênin (e de Hilferding) sobre o imperialismo tem um conteúdo explicativo bastante limitado para a explanação dos resultados desiguais em termos de industrialização, ritmos de crescimento, desenvolvimento tecnológico, entre outros, observados em diferentes países no plano internacional do capitalismo.

Estas observações, servem também como uma qualificação para as tentativas recentes de retomada do ponto de vista clássico dos efeitos do imperialismo sobre os países atrasados. Embora a perspectiva crítica quanto as teses estagnacionistas parece, em linhas gerais, correta, pelo menos alguns destes esforços reproduziram a concepção absoluta dos autores clássicos mencionada acima. Isso é particularmente visível nos textos de Bill Warren, onde as relações de classe e bases históricas particulares do desenvolvimento, não receberam prioridade analítica na explicação do impacto da exportação de capital sobre os países atrasados. (43)

Por sua vez, mesmo tendo se inspirado nas abordagens clássicas do imperialismo, Caio Prado desenvolveu sua posição baseando-se sobretudo em estudos históricos da economia brasileira. Isso preservou, de certo modo, a sua análise de abstrações esquemáticas, permitindo-

lhe uma visão mais ponderada e realista dos efeitos das inversões estrangeiras no estímulo das relações capitalistas no Brasil - o que o fez recusar, por exemplo, as teses estagnacionistas difundidas pelo PCB, nos anos 40.

O volume e o tipo de investimentos direcionados para o Brasil, as áreas mais importantes de atuação, o estímulo das atividades econômicas principais tanto na agricultura como na indústria, são fatos ressaltados por Caio Prado e que conformam sua posição acerca dos impactos das relações imperialistas no país, a partir do final do século passado. Deste modo, mesmo com a ausência de um exame sistemático das relações de classe que condicionaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (como foi notado no capítulo 3), o tratamento dado pelo autor aos impactos do imperialismo foi mediado por um exame histórico suficiente pelo menos para evitar afirmações puramente dogmáticas, algo muito comum entre o pensamento de esquerda da época.

A confirmação da perspectiva geral do autor para a conjuntura dos anos 50, encontra-se formulada nos seus livros "Diretrizes" (1954), EFTE (1957) e nos diversos artigos publicados na Revista Brasiliense (RB). Uma das maiores preocupações presentes nestes textos, consistiu em examinar as perspectivas e efeitos da expansão dos investimentos internacionais na economia brasileira. A opinião de Caio Prado a este respeito, ganhou contornos bastante pessimistas na época, ao ponto de muitas vezes ser sugerido que as inversões externas gerariam condições auto-limitantes do crescimento, sem perspectivas sólidas de sustentação.

Mas em vez de revelar um viés estagnacionista, as idéias desenvolvidas por Caio Prado, nos anos 50, foram, na verdade, a reafirmação do marco analítico estruturado na noção da "economia nacional". Assim, as inversões estrangeiras acentuariam as "distorções" da economia

Brasileira, impedindo a sua plena integração setorial e a absorção dos grandes contingentes sociais marginalizados. (44) Não obstante, esse diagnóstico reconhecia - embora quase a contragosto - o impulso dinâmico promovido por uma estratégia de desenvolvimento apoiada nas inversões estrangeiras, ainda que isso implicasse, segundo Caio Prado, a manutenção dos traços de uma economia de tipo colonial.

De uma forma geral, portanto, pode-se fazer duas afirmações preliminares sobre a posição de Caio Prado diante das inversões internacionais, nos anos 50. Em primeiro lugar, ela se inspira na análise marxista clássica do imperialismo, algo que é percebido com clareza já na década de 40, com o livro HEB. Os principais elos com essa tradição teórica foram, provavelmente, a ênfase dada às mudanças históricas na natureza da exportação de capital e ao controle centralizado exercido pelo capital financeiro sobre os fluxos de recursos e tecnologia, além da visão geral quanto ao caráter contraditório da internacionalização capitalista.

Em segundo lugar, apesar da referência à tradição clássica marxista, Caio Prado desenvolveu uma análise particular sobre os efeitos dos investimentos internacionais que não pode ser associada aos textos do início do século. De fato, embora estes apontassem para os condicionamentos da exportação de capital sobre as economias receptoras, não haviam interpretado tal resultado como um "desvio" acerca de um suposto desenvolvimento capitalista normal.

A idéia de uma "deformação" provocada pelo capital estrangeiro correspondia a uma concepção peculiar que se sustentou a partir do conceito de uma "economia nacional", examinado anteriormente. Como se viu, este argumento já se encontra desenvolvido na HEB, mas, nos anos 50, ele adquire uma importância especial, frente a amplitude da internacionalização desencadeada em meados da década. Nesse contexto, os

prognósticos pessimistas serão privilegiados diante dos aspectos positivos ressaltados anteriormente na HEB, dando forma a uma posição nacionalista que assumiu contornos bastante radicais na época.

O passo seguinte será examinar, com mais cuidado, o conjunto dos argumentos apresentados por Caio Prado sobre a internacionalização econômica na segunda metade dos anos 50. Primeiro, serão expostos alguns dados sobre os fluxos de capital estrangeiro dirigidos para o Brasil, a partir de 1955. Em seguida, será discutida a posição do autor sobre os impactos econômicos e sociais da entrada das empresas transnacionais.

4.2 - A crítica à internacionalização econômica nos anos 50 : os argumentos principais

A nova realidade das inversões estrangeiras atingiu a economia brasileira sobretudo a partir da metade da década de 50, visto que, até esse momento, o influxo de capital externo (investimentos diretos e financiamentos) mantivera-se em proporções bastante modestas. Isto havia ocorrido mesmo com o predomínio de uma política econômica favorável à atração de iniciativas estrangeiras.

De fato, o princípio que parece ter norteado a política externa em boa parte do período 1946-55, foi o de conceber as entradas de capital estrangeiro como um fator essencial tanto para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos, em um contexto de diversificação industrial, como para o estímulo ao desenvolvimento econômico. Com isso, não obstante as situações adversas nas contas externas, manteve-se a remuneração das aplicações estrangeiras como um elemento prioritário da política econômica.

Essa orientação pode ser identificada já na administração econômica do imediato pós-guerra, no governo

Dutra. O mais relevante foram as tentativas de compatibilizar uma política cambial favorável à industrialização - indicada pela rigidez da paridade cambial, fixada em Cr\$ 18-19,00 por dólar - com o objetivo de atrair capital estrangeiro, iniciadas com o Decreto-lei 9.025 de fevereiro de 1946. Este incluía uma clara regulamentação quanto ao movimento de capitais, estabelecendo condições para amortizações de empréstimos (em 20% do total do capital) e remessas de juros, lucros e dividendos (8% do valor registrado). Ainda assim, já em agosto de 1946, estas regras foram suspensas com o fim explícito de melhorar ainda mais as condições de envio de recursos para o exterior e, com isso, estimular novas entradas de capital. (45)

A rápida desestabilização das contas externas, trazida com a política de câmbio liberal, terminou levando a medidas de controle mais rígidas a partir de 1947, que incluíram a volta das regras, previstas originalmente no Decreto 9.025, quanto aos retornos e remessas de capital. Isto não significava, porém, uma guinada na orientação favorável à atração de investimentos externos.

De fato, a Instrução n. 25 da SUMOC (junho de 1947), que deu início ao regime centralizado de concessões de câmbio, considerou as remessas de capital um dos itens prioritários na distribuição de divisas, ao lado das importações de produtos manufaturados essenciais. Essa política foi preservada mesmo com as subseqüentes alterações do regime cambial, que evoluíram no sentido de uma crescente controle das divisas pelo Banco do Brasil. Assim, por exemplo, a instituição de um fundo único de câmbio, pela Instrução n. 28 da SUMOC, em março de 1949, mantinha a primazia no atendimento das remessas externas. (46)

O mesmo tipo de raciocínio pode ser identificado no período 1951-54, compreendido pela gestão de Getúlio Vargas.

Ainda que existam diferenças substanciais com o governo anterior, reafirmou-se na época uma perspectiva semelhante no que diz respeito à orientação favorável ao capital estrangeiro, como meio de enfrentar os desequilíbrios recorrentes no Balanço de Pagamentos e, ao mesmo tempo, de impulsionar a industrialização. A principal medida nesta linha esteve a cargo do conjunto de mudanças realizadas no regime cambial, em 1953. Em janeiro deste ano, a Lei n. 1.807 estabeleceu o fim dos controles quantitativos das importações (instituídos em 1947) e criou um mercado livre de câmbio, ainda que sujeito a categorias especiais que teriam suas operações realizadas de acordo com taxas reduzidas.

Assim, além dos produtos de importação tidos por essenciais e exportações que deveriam ser incentivadas, a nova lei destinava às remessas externas um tratamento cambial privilegiado: no caso, as rendas de capital e amortizações deveriam ser incluídas na faixa das cotações mais reduzidas. Esse mesmo tratamento diferenciado foi mantido na reforma mais abrangente da Instrução n.70, de outubro de 1953, que criou o sistema de "leilões de câmbio". Nesta nova regulamentação, as remessas a título de juros, lucros, dividendos e amortizações continuaram sendo consideradas "essenciais ao interesse nacional", podendo, com isso, ser realizadas mediante o câmbio oficial mais uma taxa definida pela SUMOC.(47)

Todo esse empenho, no entanto, não foi suficiente para obter os resultados pretendidos em termos de captação de recursos externos e, em certas ocasiões, de equilíbrio do Balanço de Pagamentos. A simples observação das contas externas entre 1947-55, mostra isso de forma eloquente. A título de exemplo, enquanto as remessas para o exterior atingiram U\$ 1.344 milhões no intervalo 1947-55, os investimentos diretos somaram apenas U\$ 150 milhões e os financiamentos U\$ 419 milhões.(48) Assim, a despeito das

restrições quantitativas vigentes, tanto o câmbio valorizado como o tratamento preferencial na obtenção de divisas estimularam, ao longo de todo o período, o envio sistemático de recursos para o exterior, sem, em contrapartida, alcançar resultados compensatórios nas entradas autônomas de capital.

É certo que esta política gerou consequências não-desprezíveis sobre o Balanço de Pagamentos e a economia interna, visto que ao serem privilegiadas as remessas de capital para o exterior, naturalmente os ajustes em situações de crise cambial deveriam recair sobre o quantum das importações - na medida que as exportações primárias apresentavam baixa elasticidade-preço - e em novas operações de crédito compensatório. Assim, por exemplo, as restrições às importações via licenciamento ou taxas de câmbio diferenciadas, foram praticadas ao longo de todo o período como forma de enfrentar os desequilíbrios nas contas externas. Em termos gerais, no entanto, essas medidas foram combinadas com tratamentos seletivos para as importações estratégicas, com que os interesses dos grupos sociais ligados à indústria foram garantidos, ao mesmo tempo que se estimulava a produção interna de bens que não recebiam prioridade cambial. (49)

O quadro das inversões internacionais somente iria ser alterado drasticamente a partir de 1955. Concorreria para isso, em primeiro lugar, a complementação do aparato institucional favorável à atração destas iniciativas. Um dos elementos principais, nesse sentido, foi a Instrução n. 113 da SUMOC - criada na gestão de Eugênio Gudin no Ministério da Fazenda, em 1955 -, que tornava possível aos investidores estrangeiros a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Somada a isso, a atuação do BNDE (criado em 1952) no apoio financeiro a projetos de investimentos estratégicos e no aval às operações de financiamento externo, correspondeu a um outro elemento

fundamental. Por fim, o esboço de um programa econômico apontando para uma retomada dos investimentos industriais em larga escala, consubstanciado no Plano de Metas. (50)

Ainda assim, um fato decisivo para o aumento substancial na absorção de recursos externos a partir de 1955, foram, sem dúvida, as transformações operadas no plano internacional do capitalismo, com a gravitação crescente das grandes corporações americanas e européias em escala global. Dispondo de uma base institucional adequada, de um amplo mercado interno ainda praticamente a ser ocupado e boas perspectivas de crescimento, a economia brasileira tornou-se logo um dos campos mais atrativos para as iniciativas diretas e financiamentos internacionais.

A reorientação das iniciativas dos grupos financeiros transnacionais fez-se sentir, no Brasil, já em 1955, mas o grande salto tanto nos investimentos diretos como nos financiamentos ocorreu nos anos seguintes. De fato, os financiamentos externos cresceram cerca de 216% entre 1955 e 1956, enquanto os investimentos diretos aumentaram 78% nestes anos e 94% de 1956 para 1957. Os anos mais notáveis destes últimos foram 1957 (com um índice de 345, tomando 1955=100) e 1960 (índice de 341), tendo os outros anos apresentado volumes também significativos - índice de 178 em 1956, 264 em 1958 e 211 em 1959, sempre tendo 1955 como base 100. Contudo, o fluxo de inversões diretas passaria a declinar já em 1961 (índice 125), com resultados inferiores aos de 1955 a partir de 1962. Os financiamentos externos, por sua vez, apresentaram um padrão bem menos concentrado no tempo. Após uma notável expansão em 1956, manterão um nível relativamente elevado não só no restante dos anos 50, mas também por toda a década de 60. A título de ilustração, enquanto os investimentos diretos chegaram, em 1964, a somente 14% do valor registrado em 1955, os financiamentos mantiveram-se em 141% acima do que fora observado neste ano. (51)

No que diz respeito à origem dos investimentos diretos, uma característica do período 1955-64 foi o predomínio relativo das iniciativas européias. Realmente, nos dez anos considerados neste intervalo, foi só em 1957 e 1958 que os investimentos oriundos dos Estados Unidos superaram os europeus. Nestes dois anos, as inversões americanas atingiram seus valores absolutos mais altos e ocuparam cerca de 56,7% e 67,2%, respectivamente, do total dos investimentos diretos. O pico das inversões européias, por sua vez, foi alcançado em 1960, chegando a 60,2% das iniciativas diretas totais. Individualmente, os países com maiores investimentos foram, em ordem decrescente, Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Suíça, sendo que os outros países - principalmente europeus - tiveram participações relativamente reduzidas. (52)

A origem dos financiamentos externos apresenta um resultado distinto do observado com os investimentos diretos, sobretudo porque o volume de empréstimos oriundos dos Estados Unidos superou, em geral, os valores europeus. Assim, o predomínio dos financiamentos de origem americana é absoluto em 1956 (52,2% do total), 1957 (64,6%), 1958 (68,8%), 1961 (45,7%), 1963 (47,6%) e 1964 (73,1%). Em termos individuais, após os Estados Unidos, os maiores volumes de empréstimos vieram de países europeus, em especial França, Alemanha, Itália e Reino Unido. (53)

O mais relevante acerca dos fluxos de capital externo, no entanto, consiste em examinar os setores para os quais estes recursos e iniciativas foram direcionados. (54) A primeira característica geral que se destaca é a pesada concentração dos investimentos diretos nas chamadas indústrias de base. Para os anos 1955-57, a avaliação precisa desse fato fica prejudicada pela ausência, nos documentos consultados, de dados setoriais compatibilizados com a classificação adotada para o período 1958-64. (55) Mas mesmo se forem tomados somente os valores da inversões

realizadas sob a orientação do Plano de Metas - o que, portanto, não engloba o total dos investimentos -, a importância decisiva do setor Indústrias de Base fica bem evidente. Assim, nos anos de 1955-57, a participação média deste setor foi de aproximadamente 35% do total das inversões diretas realizadas. Se se levar em conta que a participação dos investimentos associados ao Plano de Metas, no total geral, foi de apenas 40,3% em média no período 1956-7, aquele percentual de 35% das Indústrias de Base mostra-se bastante significativo. (56)

Este fato fica mais evidente nos anos seguintes, para os quais se dispõem dos dados globais dos investimentos diretos por setores de produção. Com efeito, as inversões diretas internacionais nas indústrias de base, entre 1958-1964, giraram em torno de 60% (em 1961) a 86% (em 1958) do total, com a exceção do ano de 1962, que atingiu o percentual de 29,2% apenas. Entre os ramos de produção deste setor, a indústria automobilística, as indústrias metal-mecânica e de material elétrico e a produção de celulose e papel, foram aqueles que receberam maior volume de inversões. Um outro setor importante foi o das Indústrias Alimentares, embora com valores bem menos significativos e mais irregulares que o das Indústrias de Base. (57)

Por sua vez, os financiamentos externos apresentaram um perfil mais diversificado em relação às inversões diretas. A Indústria de Base obteve participações significativas em 1956 e 1957 (nestes anos, tomando como referência somente os recursos internalizados via Plano de Metas), bem como em 1958, 1960 e 1961. Mas, em contrapartida, os financiamentos externos para os setores de Energia e Transportes foram bastante elevados ao longo de todo o período 1955-64. A título de exemplo, esses dois setores somados alcançaram uma participação, entre 1955-64, que variou de 90,4% (em 1955) a 40,9% (em 1960).

O impacto destas inversões e financiamentos sobre a estrutura industrial brasileira é bem conhecido. (58) Os setores mais beneficiados foram aqueles considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico - produção de bens de capital e insumos básicos - e de bens de consumo duráveis. Um indicador da diversificação produtiva no período é a redução ocorrida no percentual das importações relativamente à oferta total de bens no mercado doméstico - sendo este último item obtido pela soma da produção interna e das importações. Assim, enquanto em 1949 aquela relação foi de 47,6% para o setor de máquinas e equipamentos elétricos, em 1959 o percentual reduziu-se para 13,3%. Outros setores apresentaram resultados igualmente notáveis: "Produtos químicos", de 39,3% (1949) para 18,2% (1959), "Siderurgia e metalurgia" de 22,5% (1949) para 11,6% (1959), e "Equipamentos de transporte" de 56,1% (1949) para 18,6% (1959). (59)

Esse conjunto de rápidas e profundas mudanças formou o cenário das discussões em torno da internacionalização econômica nos anos 50, envolvendo as mais diversas posições quanto aos efeitos e oportunidade do capital estrangeiro na economia brasileira. Uma das concepções melhor articuladas foi, como apresentado nos capítulos 1 e 2, a derivada da teoria da CEPAL, que viu nas inversões estrangeiras um elemento estratégico e crucial para a promoção do desenvolvimento e da industrialização acelerada.

Nessa perspectiva, a reorientação dos fluxos do capital estrangeiro para o Brasil foi interpretada como um dos principais fatores para a obtenção de uma estrutura dinâmica e moderna. Como disse um autor cepalino, acerca das mudanças operadas na segunda metade da década de 50 no Brasil, "em paralelo à industrialização, assiste o período de supremacia e a conformação da conquista dos centros de decisão política pelo setor urbano. A conjugação destes dois fatores dispõe, pela primeira vez para a economia, a possibilidade de,

com grande autonomia de relações com o resto do mundo, definir qual será sua futura trajetória evolutiva. Estão presentes algumas pré-condições para um processo de desenvolvimento auto-sustentado e independente." (60) Em contraste com essa visão, as opiniões de Caio Prado sobre o mesmo processo foram bem distintas.

Para este autor, as mudanças ocorridas na época serão interpretadas a partir do marco analítico estruturado na idéia da "economia nacional", apresentada anteriormente. Deste ponto de vista, as inversões estrangeiras contribuiriam para acentuar as "distorções" da economia brasileira, impedindo a sua plena integração setorial e a absorção das grandes massas marginalizadas da população. Isto era combinado, no entanto, ao reconhecimento do impulso à diversificação produtiva promovido pelos investimentos estrangeiros, ainda que se mantendo dentro dos padrões de uma economia de tipo colonial. Desta maneira, o importante a destacar é que a despeito da sua postura contrária aos maciços investimentos internacionais como alternativa de desenvolvimento, a sua concepção quanto às tendências e efeitos da exportação de capital manteve-se essencialmente idêntica àquela desenvolvida nos anos 40, na HEB.

A crítica de Caio Prado, na década de 50, a uma estratégia de desenvolvimento centrada basicamente nas inversões estrangeiras, apoiava-se em três pontos fundamentais, a exemplo da análise desenvolvida na HEB: Primeiro, na transferência de renda para os países hegemônicos - lucros, dividendos, juros e amortizações. Segundo, na redução da capacidade de controle sobre as principais decisões econômicas necessárias para alcançar a meta de uma "economia nacional". E, por fim, na crônica instabilidade financeira ao nível do Balanço de Pagamentos, agravada com as relações externas mais complexas da época.

O primeiro ponto, relacionado com a transferência de renda para o exterior, será entendido como um fator que debilitaria a acumulação capitalista doméstica. Neste tipo de raciocínio, destaca-se a importância dada à questão da nacionalidade do capital, fato este que qualificaria decisivamente os resultados do desenvolvimento econômico. Assim, de acordo com Caio Prado, a intensa participação dos empreendimentos estrangeiros faria com que o capitalismo brasileiro não se desenvolvesse dentro de um padrão normal e sustentado, pois a "parte do leão da mais-valia proporcionada pelas atividades produtivas dos países subdesenvolvidos é (...) absorvida pelos empreendimentos internacionais que nela concorrem (...). E, assim, o capitalismo nacional não somente permanece fraco e se subordina cada vez mais ao sistema internacional dos trustes, através de ligações e participação conjunta em negócios em que é obrigado a figurar na posição de sócio menor, como ainda se mostra incapaz de promover com as próprias forças o desenvolvimento nacional, que fica assim, paradoxalmente, na dependência do mesmo fator que o embaraca, a saber, os empreendimentos e a iniciativa dos trustes internacionais." (61)

Essa perspectiva, que já fora adotada na HEB, iria ganhar uma importância especial nos debates dos anos 50. A organização centralizada dos empreendimentos estrangeiros tenderia a absorver o excedente doméstico e, com isso, ampliar continuamente a sua participação nas principais atividades econômicas internas. O efeito em termos de formação de capital por parte destes empreendimentos, portanto, não seria difundido generalizadamente, mas antes canalizado pelas grandes empresas internacionais.

Em 1958, Caio Prado afirmava a este respeito que a "entrada de capitais estrangeiros e sua aplicação nas atividades econômicas brasileiras, estimulará sem dúvida a formação de novos capitais. Isso não comporta dúvidas; e não se

contesta. Mas essa formação não será evidentemente de 'capitais nacionais', (...) e sim de capitais que serão tão estrangeiros como a sua matriz geradora." (62) Isso, por sua vez, deveria ocorrer em detrimento dos capitais nacionais, aliçados das principais áreas de investimento doméstico: "nesse sentido, portanto, as entradas de capitais e as inversões estrangeiras somente podem ser prejudiciais, e nunca favoráveis, à formação e desenvolvimento de capitais nacionais que dependem daquelas boas oportunidades de inversão para progredirem e crescerem." (63)

Essa análise levou o autor a identificar um foco crucial de divergência entre as perspectivas de crescimento das inversões internacionais e os grupos capitalistas domésticos. A partir deste ponto de vista, os efeitos das relações imperialistas emergentes nos anos 50 teriam uma dimensão nacional, por envolverem a exploração não só dos trabalhadores, mas também das classes proprietárias do país. Ao enfatizar a questão da nacionalidade do capital, portanto, Caio Prado reafirmava uma posição já esboçada nos anos 40, que concebia a existência de uma base social burguesa em conflito direto com a expansão das grandes empresas transnacionais para os seus mercados domésticos. Como será visto melhor no item 4.3 a seguir, essa opinião será marcante até o final da década de 50, pelo menos.

A partir de 1960, Caio Prado passará a adotar um ponto de vista acentuadamente crítico quanto ao potencial de divergência entre os interesses das classes proprietárias nacionais e a atuação das grandes empresas estrangeiras. Continuará enfatizando o processo de transferência de renda para o exterior, promovido pelas relações imperialistas, mas deixará de vê-lo como um fenômeno que significasse a expropriação e alijamento dos setores burgueses nacionais. Antes disso, passará a destacar a comunidade de interesses estabelecida entre os grandes negócios de uma burguesia

empenhada no desenvolvimento acelerado e as iniciativas externas. A este respeito, a experiência da internacionalização no governo Juscelino será decisiva para tal mudança de perspectiva, algo que já pode ser constatado claramente em um artigo do autor publicado em 1960, na RB. (64)

O segundo ponto da crítica de Caio Prado foi a idéia de redução das margens de liberdade da política econômica e de coordenação interna do desenvolvimento. Esse ponto pode ser recuperado a partir de sua polémica com as teorias que tomavam o capital estrangeiro como uma aplicação capitalista qualquer. Segundo estas concepções, a expansão capitalista europeia e nos Estados Unidos havia contado com diversas iniciativas estrangeiras que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento acelerado dessas áreas, justificando-se, portanto, uma estratégia de crescimento amplamente apoiada no capital estrangeiro. (65)

Segundo Caio Prado, o principal equívoco desta tese residia na identificação arbitrária de distintas fases da exportação de capital ao longo da história do capitalismo. Assim, e.g., "os capitais europeus aplicados nos Estados Unidos durante o século passado, e que tiveram considerável papel no desenvolvimento daquele país, foram sobretudo de dois tipos que se fazem hoje cada vez mais escassos. Tratava-se, então, ou de capitais individuais levados pelos seus titulares europeus que com eles emigravam para os Estados Unidos; ou, então, de capitais levantados na Europa e aplicados no financiamento de empreendimentos nacionais norte-americanos." (66)

Deixando de lado a imprecisa menção à história econômica dos Estados Unidos, o relevante é que Caio Prado sugeria que, a partir do final do século XIX, este quadro havia se alterado profundamente, na medida que as transferências internacionais de capital passaram a ser controladas

diretamente pelos grupos financeiros que estendiam suas operações de forma mais sistemática em escala mundial.

Como se vê, esse raciocínio acompanhava a visão já esboçada na HEB, e que se inspirava na análise marxista clássica do imperialismo. De fato, Caio Prado sustentará que com as novas formas da organização capitalista, necessariamente os padrões anteriores de exportação de capital deveriam ser alterados em profundidade - e, com isso, as condições de transferência de recursos e tecnologia. Assim, em lugar das condições relativamente flexíveis que prevaleciam no final do século XVIII e início do século XIX, o controle centralizado desses elementos pelas grandes empresas tenderia a ser cada vez mais absoluto. (67)

Até esse estágio da análise, pode-se dizer que a visão de Caio Prado mantém-se basicamente no interior da tradição marxista clássica sobre o imperialismo, pois enfatiza sobretudo as mudanças históricas no caráter da exportação de capital e o controle centralizado dos fluxos de recursos e tecnologia pelos grupos oligopólicos. As diferenças começam a surgir quando, ao examinar os condicionamentos e pressões das relações imperialistas sobre as economias particulares, Caio Prado passa a interpretá-los como "deformações" e "distorções" do curso "normal" do desenvolvimento econômico.

Esse argumento inicia-se com o destaque da capacidade de intervenção das grandes empresas estrangeiras sobre economias individuais. O poderio destas unidades seria de tal modo significativo, que as suas estratégias particulares, voltadas exclusivamente para critérios da concorrência inter-capitalista e valorização de suas massas de capital, tenderiam a condicionar profundamente o perfil e desempenho das economias receptoras - supondo, obviamente, uma política liberal quanto ao capital estrangeiro.

O principal resultado, segundo o autor, seria a deformação das estruturas econômicas que tivessem uma participação substancial das empresas internacionais. Deste modo, "tais empreendimentos, constituindo parcelas por si insignificantes de um todo que se centraliza muito longe de cada país em que se realizam, têm interesses de natureza essencialmente internacional, e resultam unicamente de uma política de vendas orientada por diretrizes comerciais imediatistas. Assim sendo, os empreendimentos dos trustes internacionais não se relacionam, ou só por coincidência se relacionam, com as necessidades reais e próprias dos países subdesenvolvidos em que atuam. E através da ação deles (...), alguns setores da economia dos países subdesenvolvidos - aqueles que interessam à política de vendas dos trustes - tendem a se hipertrofiar em prejuízo e à custa de outros de muito maior significação para aqueles países. Compromete-se, assim, o desenvolvimento ordenado e harmônico das economias subdesenvolvidas, já por si deficientes em estímulos e recursos adequados para um tal desenvolvimento." (68) De uma forma resumida, o apoio irrestrito às inversões estrangeiras como elemento estratégico de desenvolvimento significaria, para Caio Prado, abdicar a uma orientação coordenada de decisões econômicas - volume de investimento, setores priorizados, estilo de financiamento, entre outras - que seriam cruciais para alcançar o objetivo de uma economia integrada nacionalmente.

O terceiro e último ponto importante para a crítica de Caio Prado foi a ênfase quanto aos virtuais, efeitos sobre o Balanço de Pagamentos. Para o autor, o aporte maciço das inversões e financiamentos privados internacionais tenderia a levar a uma situação de instabilidade crônica nas contas externas do país, em virtude da contrapartida financeira destes fluxos em termos de lucros, dividendos, juros e amortizações.

O argumento mais elaborado de Caio Prado a este respeito, começa constatando que o novo tipo de inversão internacional, patrocinado pelos grandes grupos financeiros, não implicaria a transferência da propriedade de ativos. Inversões deste tipo, diz o autor, "determinam logo que adquirem certo vulto, e por efeito dos pagamentos externos a que dão lugar sem um correspondente e compensador aumento dos meios de satisfazer tais pagamentos, situações de crônico e frequentemente agudo desequilíbrio do balanço de contas externas dos países subdesenvolvidos." (69)

Caio Prado desenvolveu um raciocínio peculiar a partir deste quadro. Inicialmente, sustentava que nas primeiras etapas de inserção dos países atrasados no conjunto internacional capitalista, as relações comerciais de venda de produtos primários e compra de bens de consumo de luxo e bens de produção, garantiriam um relativo equilíbrio das contas externas, principalmente pelo fato de que as importações realizavam-se para o aparelhamento da estrutura exportadora desses países. O resultado dessas exportações geralmente cobririam as importações básicas, sendo que os desequilíbrios existentes não atingiriam uma situação necessariamente explosiva.

Dois fatos, porém, alterariam esse quadro de relativo equilíbrio de longo prazo. Primeiro, o desenvolvimento capitalista desse país deveria deslocar progressivamente o núcleo básico das atividades econômicas para o seu mercado interno. Na medida que isto ocorresse, as importações deveriam crescer mais que proporcionalmente do que as exportações, tanto pela diversificação da demanda de produtos importados quanto pelo desvio de recursos para as atividades internas. Em segundo, lugar, os fluxos de capital externo deveriam ser redirecionados para as atividades domésticas: "as grandes empresas industriais dos centros capitalistas, em vez de se limitarem a exportar seus produtos

para os países subdesenvolvidos, instalam-se neles com filiais e empresas subsidiárias mais ou menos autônomas." (70)

Sob essas condições, que representariam tipicamente aquelas presentes na economia brasileira dos anos 50, os principais itens do Balanço de Pagamentos teriam um desempenho não-integrado. As exportações continuariam sofrendo as contingências derivadas do fato de concentrarem-se em produtos primários, sujeitos a uma grande instabilidade nos mercados internacionais. Enquanto isso, a pauta de importações tenderia a crescer a um ritmo acelerado, pressionando cada vez mais as divisas geradas pelas exportações. (71)

O mais grave, no entanto, ficaria por conta dos influxos de capital, posto que as inversões estrangeiras seriam deslocadas progressivamente para o atendimento do mercado doméstico - ao contrário do que acontecia anteriormente -, sem gerar, assim, saldos comerciais significativos. Em contrapartida, as remessas de recursos continuariam crescendo, não sendo compensadas necessariamente pelo aumento das aplicações internacionais. Como resultado deste cenário, o sistema econômico deveria ser submetido a um processo de desequilíbrio crônico. Com efeito, "a exportação, a importação, o serviço financeiro do capital estrangeiro e as novas inversões desse capital - elementos que compõem o essencial das contas externas dos países subdesenvolvidos - não se relacionam entre si de maneira a variarem em função uns dos outros, assegurando um nivelamento, ou pelo menos, uma tendência ao nivelamento dos itens (...). Trata-se de elementos desconectados entre si e estranhos ao balanço das contas." (72)

Obviamente, o tratamento isolado destes três pontos principais da crítica de Caio Prado à estratégia da internacionalização econômica, consiste somente em um recurso de exposição, sendo que uma abordagem mais adequada deve considerar esses elementos de forma integrada. Assim, por

exemplo, a subordinação do ritmo e linhas do desenvolvimento econômico à estratégia das empresas internacionais, segundo Caio Prado, estava ligada ao desequilíbrio constante das contas externas, pois a prioridade atribuída às remessas de recursos para o exterior fazia parte daquela mesma lógica. Isso fica claro nas breves avaliações do autor sobre a política cambial praticada no Brasil, a partir sobretudo de 1953 e no caso da Instrução n. 113 da SUMOC, de 1955.(73) A crítica, neste sentido, era global, pois se remetia a uma estratégia particular de desenvolvimento capitalista que, para o autor, não lograria uma estrutura econômica integrada setorialmente e com um padrão de crescimento auto-sustentado - uma das características principais para a sua noção de economia nacional.

Esse tipo de abordagem, por sua vez, não foi exclusivo de Caio Prado, visto que tanto nos anos 50 como posteriormente, vários autores desenvolveram posições semelhantes acerca dos efeitos dos investimentos internacionais sobre economias particulares. De uma maneira geral, foi bastante comum considerar que as inversões estrangeiras deveriam trazer problemas não-desprezíveis para estas economias, ao ponto de ser sugerido, muitas vezes, que uma estratégia centrada nestes capitais corresponderia a uma alternativa bastante desfavorável para suas perspectivas futuras de desenvolvimento.

Um autor relevante que partilhou dessa opinião foi Michal Kalecki, em vários de seus escritos sobre os problemas do desenvolvimento em economias atrasadas.(74) Em um artigo de 1954, Kalecki sustentou que entre as possibilidades existentes de importação de capital (concessões, empréstimos e investimentos diretos), as inversões diretas seriam o tipo menos adequado a uma política de desenvolvimento que tivesse por objetivo superar o estado de atraso econômico. Isto ocorreria não só por causa das remessas de lucros e dividendos,

mas também pela redução do controle sobre as decisões de investimento e os condicionantes políticos sobre uma sociedade em particular. (75) Em dois outros trabalhos, de 1966 e 1970, Kalecki argumentou praticamente na mesma linha, enfatizando os problemas ao nível do Balanço de Pagamentos, ausência de controle dos investimentos e influência política dos capitais estrangeiros na forma de inversões diretas. A abordagem estava centrada no objetivo de mostrar que esses investimentos não correspondiam a meras transferências do "fator capital", não devendo possuir um impacto necessariamente positivo em termos de alocação de recursos e bem-estar. (76)

Um outro autor importante foi Stephen Hymer, que, em trabalhos dos anos 60, empenhou-se no estudo dos efeitos da gravação das empresas transnacionais sobre a economia canadense. Nesta época, Hymer enfatizava que a atuação destas unidades levava a uma redução acentuada nas margens de liberdade da política econômica doméstica, bem como a uma alteração da estrutura dos preços relativos. Embora ainda dentro de um aparato teórico convencional, o autor privilegiava em sua análise os significados econômicos e políticos do controle centralizado dos ativos por parte das empresas internacionais. Assim, a sua posição nacionalista favorável a uma estrutura equilibrada e com maior autonomia econômica e política dos setores nacionais, implicava a rejeição do investimento direto como base de uma estratégia auto-sustentada de desenvolvimento - algo muito semelhante às idéias de Caio Prado nos anos 50, sobre a economia brasileira. Embora esta postura favorável aos grupos burgueses nacionais fosse abandonada posteriormente, Hymer continuou mantendo a mesma atitude a respeito do capital estrangeiro em seus trabalhos subsequentes. (77)

Ainda que privilegiassem os impactos econômicos da transnacionalização das grandes empresas, também foi comum que esses dois últimos autores adotassem uma perspectiva

crítica quanto aos efeitos políticos e sociais de uma gravitação crescente destas unidades sobre as economias receptoras. (78) Dentro da mesma tendência, Caio Prado ressaltou vários resultados desta natureza em seus trabalhos dos anos 50. Além dos interesses vinculados ao capital estrangeiro na política nacional, o autor indicou, por exemplo, as consequências sobre a distribuição de renda de uma política liberal quanto ao capital estrangeiro. (79)

Inicialmente, tais impactos poderiam ser indiretos, ao contribuírem para manter intactos os perfis desiguais de renda entre classes sociais. Assim, os empréstimos externos poderiam ampliar a oferta doméstica de bens de um país, contornando desequilíbrios nas contas externas e reduzindo com isso a necessidade de restrições ao consumo doméstico não-essencial. Do mesmo modo, os investimentos diretos reduziriam as exigências de mobilização interna de recursos, dando margem para que grande parte do excedente econômico fosse esterilizada de forma improdutiva sem afetar as perspectivas de crescimento econômico. Várias questões desse tipo fizeram parte das objeções de Caio Prado à internacionalização; ainda assim nenhuma delas recebeu um tratamento mais sistemático por parte do autor. O que predominou foi antes a discussão de alternativas de financiamento das inversões, que passariam por uma intervenção pronunciada do Estado no sentido de mobilizar o excedente doméstico.

O mesmo ocorreu com os comentários de Caio Prado acerca dos impactos diretos sobre a repartição da renda provocados por uma política favorável à internacionalização econômica. No contexto da economia brasileira do pós-guerra, a pressão sobre as divisas para o envio de recursos para o exterior, conduziu normalmente a políticas restritivas de importações e às desvalorizações cambiais. Segundo Caio Prado, o efeito sobre a estrutura de custos e de preços internos seria

imediatos, contribuindo para o estímulo do fenômeno inflacionário e para a deterioração dos salários reais - como ocorreu particularmente a partir de 1956. O importante é que este resultado poderia ocorrer - como foi o caso - simultaneamente a um processo de crescimento industrial acelerado. (80)

A possibilidade de ser combinada uma situação de desequilíbrio externo, inflação e queda de salários com um aumento sustentado da taxa de investimento, como ocorrido nos anos 50, pode ser representada de um modo bem simples. Tome-se como ponto de partida um raciocínio elementar, baseado em trabalhos de Kalecki, onde os níveis de renda e emprego são definidos, conjuntamente, pelas inversões capitalistas (I) e a distribuição entre lucros (P) e salários (W). Desde que o ritmo do investimento se mantivesse constante, uma distribuição de renda favorável aos salários provocaria um incremento no nível de renda agregada, mediante a elevação dos lucros no setor de bens de consumo - sendo que o oposto ocorreria com um aumento relativo dos lucros na renda nacional. Uma hipótese mais realista, no entanto, é considerar que os investimentos são normalmente sensíveis, por um lado, às diferenças entre lucros estimados e realizados e, por outro, às projeções que são feitas de seu comportamento futuro.

Com estas últimas possibilidades dadas, os investimentos de certos setores industriais podem ser afetados por estimativas de constante declínio dos lucros, em casos, por exemplo, de um aumento consistente dos salários reais devido ao reforço do poder de barganha dos trabalhadores. Assim, frente ao impacto desfavorável sobre as inversões, um eventual efeito positivo sobre os lucros do setor de bens de consumo seria compensado pela queda dos investimentos de outros setores industriais. Do mesmo modo, o declínio nas participações relativas dos salários não necessariamente levaria a reduções na renda global, na medida que poderia

estimular o incremento da taxa de inversões - seja pela simples melhora nas condições de contrato salarial ou por outros fatores que induzissem favoravelmente as projeções de rentabilidade. Como se vê, o desempenho do investimento (e renda) dependerá de condições específicas - institucionais, econômicas e políticas - observadas em situações concretas, não podendo ser facilmente generalizado. Uma das principais consequências deste raciocínio é que seria perfeitamente plausível que as inversões e a renda nacional crescessem em conjunturas de declínio do salário real por trabalhador, a exemplo do que efetivamente ocorreu na segunda metade dos anos 50, como será visto adiante.

É possível, agora, introduzir as relações comerciais e financeiras no argumento. Primeiro, o saldo da balança comercial ($X - M$) seria decisivo para os resultados sobre o nível de lucros na economia: $P = I + (X - M)$. Por sua vez, este saldo ($X - M$) estaria condicionado, inicialmente, pelas elasticidades-preço das exportações (ep^x) e das importações (ep^m) do país. Por outro lado, dependeria também do grau de participação de importações estratégicas na renda nacional. Sob certas condições, o desempenho da economia a partir deste cenário poderia levar a desequilíbrios crônicos nas contas externas. Basta ver o que aconteceria em um contexto onde os investimentos estivessem crescendo acentuadamente, em uma economia com baixas ep^x e ep^m e alta participação de importações na renda nacional. Neste caso, um aumento mais que proporcional das importações frente às exportações conduziria rapidamente a um desequilíbrio na conta comercial.

Quanto aos fluxos financeiros, o quadro mais comum em economias receptoras de amplos investimentos internacionais, seria o de um movimento de remessas externas tendencialmente superior às entradas voluntárias de capital. Diante desse fato, o recurso às operações financeiras compensatórias, políticas

de estímulo das exportações, restrição às importações e novas aplicações externas voluntárias, apareceriam como possíveis medidas visando o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. De qualquer maneira, o cenário mais provável seria que a conjuntura econômica fosse marcada constantemente por ameaças de crise cambial.(82)

Este foi precisamente o caso da economia brasileira nos anos 50, tematizado por Caio Prado Jr. e diversos autores da época. Acompanhando as altas taxas de crescimento do produto e das inversões na segunda metade da década, as contas externas foram sendo rapidamente deterioradas. Mesmo com as entradas excepcionais de recursos externos voluntários, o saldo líquido dos fluxos financeiros foi, na maioria dos anos, negativo. Esses resultados desfavoráveis foram, inclusive, suficientes para compensar os saldos comerciais positivos alcançados na época.(83)

A forma geral com que se enfrentou a instabilidade externa consistiu, de um lado, em desvalorizações cambiais sucessivas, restrições quase permanentes às importações e proteção tarifária e cambial que, em conjunto, pressionavam os custos de produção. Essas medidas foram vistas, por Caio Prado, como responsáveis (embora não as únicas) por efeitos diretos sobre a estrutura de custos e de preços internos, afetando conseqüentemente os níveis reais de salário por trabalhador. Deste modo, a garantia de remessas externas como peça fundamental da política econômica era um dos fatores que geravam desdobramentos perversos sobre o poder de compra real dos assalariados, além dos grupos sociais em geral que não acompanhavam o ritmo acelerado de remarcação de preços, provocando transferências reais de renda para setores com maior poder de mercado.(84)

O outro meio básico de ajuste ao desequilíbrio externo foi o reforço dos estímulos às entradas de recursos

internacionais, na forma de inversões diretas ou financiamentos. Esta política contribuiu para que a renda global crescesse a taxas elevadas pari passu à queda relativa dos salários frente aos lucros. Com isso, uma possível queda na renda nacional devido ao declínio real dos salários reais - uma das hipóteses consideradas acima -, terminou sendo plenamente revertida pelos impactos favoráveis das inversões externas diretamente sobre a renda e sobre as expectativas de lucro.

Depois de apresentados todos estes pontos da crítica de Caio Prado à internacionalização dos anos 50, é possível dizer que sua perspectiva buscou contemplar tanto aqueles efeitos especificamente econômicos como alguns de seus resultados sociais mais imediatos. Todos esses impactos correspondiam, para o autor, a uma reafirmação das características de uma sociedade de tipo colonial, afastando-se, portanto, dos critérios estabelecidos para uma economia nacionalmente integrada. A ênfase sobre esses resultados negativos foi tão forte nos anos 50, que a análise de Caio Prado chegou mesmo a obscurecer o impacto transformador das inversões internacionais sobre a base produtiva doméstica.

Assim, a diversificação material observada na segunda metade da década, muitas vezes não seria vista como um "real progresso", na medida que as estruturas industrial e agrária mantinham-se acentuadamente desequilibradas e as grandes massas da população permaneciam em condições precárias. Mesmo o crescimento observado na época foi entendido como essencialmente limitado e instável, em razão das condições das contas externas. Em resumo, o capital estrangeiro não corresponderia a um elemento real da transformação da economia brasileira. (85)

Como já foi visto no cap. 3, essa formulação era antes uma decorrência da primazia analítica dada àqueles

requisitos ideais que configurariam uma "economia nacional", do que desconhecimento ou desinteresse pelas mudanças que se estavam processando. O progresso econômico normal e efetivo só poderia ser concebido com a observância de critérios muito especiais, que dariam forma a um desenvolvimento autônomo e equilibrado, tanto do ponto de vista setorial, quanto social. Parece ser bem claro o quanto é problemático e incorreto esse tipo de perspectiva adotada por Caio Prado, em sua análise do capitalismo brasileiro. O mesmo pode ser dito, por sua vez, quando este marco geral é utilizado para o exame do conteúdo e efeitos da internacionalização econômica, que traz problemas sérios, por exemplo, ao não examinar com mais cuidado o que efetivamente significaram, em termos de impacto e transformações estruturais, as inversões estrangeiras na época.

Ainda assim, existem outros aspectos em seus trabalhos que são obviamente relevantes para a análise do capital transnacional. Em termos gerais, isso fica demonstrado com a própria semelhança das questões levantadas por Caio Prado em relação a outros autores que se dedicaram ao assunto na época - como foram os casos citados de Kalecki e Stephen Hymer. O mesmo ocorre com temas fundamentais discutidos pelo autor, que constituiram uma abordagem original no debate econômico brasileiro dos anos 50.

Esse é particularmente o caso da ênfase dada à grande empresa internacional enquanto uma organização hierarquizada, que tinha sua atuação baseada em estratégias globais de valorização de seus ativos. Com isso, Caio Prado contestou, com muita clareza e objetividade, as bases que tomavam a transnacionalização daqueles anos como meros deslocamentos geográficos do fator capital. Um outro exemplo está em suas análises sobre as condições de instabilidade crônica do Balanço de Pagamentos, geradas pelas relações financeiras externas. Em todos esses pontos, é possível dizer que a

contribuição de Caio Prado Jr. ganhou contornos originais nos anos 50.

No próximo item, será examinada com mais cuidado a ótica nacionalista e industrializante de Caio Prado, que serviu como base para suas principais objeções à visão desenvolvimentista da internacionalização econômica. Em seguida, apresenta-se a visão do autor sobre as bases sociais articuladas às diferentes propostas sobre o capital estrangeiro e o desenvolvimento econômico.

4.3 - Capital estrangeiro e industrialização : o debate dos anos 50

A segunda metade dos anos 50 pode ser encarada como o momento de auge no debate sobre os rumos mais adequados que deveria tomar o desenvolvimento econômico brasileiro. Se, de um lado, o pensamento liberal mostrava-se propenso a um ajuste passivo da estrutura produtiva doméstica aos condicionantes da divisão internacional do trabalho, por outra parte existiam concepções que preconizavam um esforço concentrado no sentido de internalizar uma estrutura industrial semelhante ao perfil dos países capitalistas hegemônicos.

Dentro desta última visão, sem dúvida a teoria da CEPAL ofereceu o aporte teórico mais consistente e sintonizado com as aspirações de uma industrialização acelerada, por parte das classes hegemônicas dos principais países da América Latina. (86) Por outro lado, diversos autores reunidos na Revista Brasileira, com especial destaque para Caio Prado Jr., desenvolveram uma ótica alternativa acerca da industrialização brasileira, dando origem a uma posição nacionalista de tom substancialmente radical quanto aos requisitos que deveriam ser observados em sua implementação. Nesse sentido, principalmente os trabalhos de Caio Prado constituíram uma crítica simultânea ao pensamento

liberal e às teses desenvolvimentistas assimiladas no governo Juscelino, entre 1955-61.

Na época, Caio Prado via na industrialização uma proposta de consenso entre muitas das correntes teóricas atuantes no debate econômico, apesar das posições liberais que apresentavam diversas restrições a este processo. Com efeito, dizia em 1959, "o que fundamentalmente se propõe hoje no Brasil, é o problema da industrialização. Sobre isso estamos, pelo menos expressamente, todos de acordo, salvo talvez uns raros e felizmente excepcionais sonhadores que pensam ainda em termos de um logíquo passado, e julgam ser possível, nos dias de hoje, um alto nível de vida para o conjunto do povo brasileiro, sem um largo progresso tecnológico que somente a industrialização intensiva pode proporcionar". (87)

De acordo como o autor, porém, havia concepções sobre este processo com conteúdos e significados diametralmente opostos, na medida que "dentro do programa de industrialização do Brasil, cabem duas alternativas, que vem a ser as seguintes: ou realizamos a industrialização à custa de nossas próprias forças, ou confiamos a tarefa à iniciativa de empreendimentos imperialistas, abrindo-lhes o campo de atividades no Brasil. Não é possível harmonizar essas duas alternativas." (88) Essa incompatibilidade apoiava-se na análise dos efeitos da atuação da grande empresa internacional que, segundo o autor, tenderia a reforçar as características de uma economia colonial.

Na opinião de Caio Prado, somente uma industrialização a partir das iniciativas nacionais (privadas e públicas) deveria superar as condições de atraso econômico do país. A atuação coordenadora do Estado, em conjunto com a iniciativa privada nacional, poderia direcionar o desenvolvimento econômico no sentido de uma integração setorial adequada, de

mudanças na propriedade agrária e da elevação dos padrões de vida da massa marginalizada, configurando uma estrutura social e econômica equilibrada.(89) Este foi o núcleo da posição nacionalista e industrializante elaborada pelo autor nos anos 40 e 50, que se opôs especialmente ao desenvolvimentismo.

O importante a notar, neste momento, é que esta proposta alternativa de uma industrialização nacional foi influenciada diretamente pelas reflexões sobre a oportunidade e significados do capital estrangeiro. De forma resumida, esta influência pode ser indicada por duas questões principais. Em primeiro lugar, o autor rejeitou que a internacionalização correspondesse a um imperativo econômico ou técnico inelutável. Isto fez com que se discutissem as possibilidades existentes de acesso aos recursos e tecnologia para a industrialização nacional que preconizava. Em segundo lugar, e em decorrência do anterior, Caio Prado procurou retirar a análise do capital estrangeiro de uma avaliação exclusivamente econômica, enfatizando as bases sociais que estariam relacionadas à estratégia da internacionalização capitalista. Estas serão as duas questões priorizadas a seguir, para a conclusão deste capítulo.

Segundo uma forte opinião difundida na época, as inversões internacionais seriam imprescindíveis para contornar-se a deficiência de poupança e a debilidade tecnológica do país. Na maior parte das vezes, essa perspectiva via o investimento estrangeiro como uma dotação simples de capital, capaz de elevar a eficiência global do sistema e maximizar o bem-estar dos indivíduos. A crítica de Caio Prado apontava, inicialmente, para o próprio conceito de capital utilizado neste raciocínio. Em vez da mera transferência de um fator de produção, haveria antes a atuação centralizada da grande empresa transnacional, com objetivos exclusivos de valorização dos seus capitais e consolidação de posições frente a concorrentes diretos e potenciais.(90)

Uma outra crítica dirigiu-se à idéia de que a entrada de capital de risco induziria a uma elevação nos níveis de investimento, superior ao que seria possível obter com as disponibilidades internas de financiamento: $I = S + K^m$, onde K^m é o valor correspondente às entradas de capital. (91) A contestação básica a esse argumento foi que a avaliação final do desempenho de I em uma economia aberta não poderia ser realizada somente por meio das inversões externas efetivadas, mas sim pelo saldo líquido destas entradas autônomas de capital (K^m) e as remessas para o exterior a título de amortizações, lucros, juros e dividendos (K^x): $I = S + (K^m - K^x)$. Na medida que a observação dos fluxos financeiros ao nível do Balanço de Pagamentos do país indicava uma tendência persistente das saídas de capital superarem as aplicações autônomas, Caio Prado e outros autores como Aristóteles Moura apontavam o fato paradoxal de que o efeito das inversões diretas era, na verdade, o de reduzir os níveis de poupança doméstica - ou seja, dos recursos internos disponíveis para o financiamento das inversões. A opção mais adequada seria, de acordo com esses autores, a captação de empréstimos que viabilizassem a compra de bens essenciais no exterior. Esta é a modalidade de entrada de recursos que deveria ser privilegiada, por representar efetivamente um aumento na capacidade doméstica de financiamento e ser menos onerosa no plano das contas externas. (92)

Uma derivação da tese anterior, mas com argumentos mais precisos, foi a defesa do capital estrangeiro a partir dos resultados positivos em termos de geração de receitas cambiais. Segundo esta abordagem, a atração de investimentos internacionais seria conveniente tanto pelas divisas adicionais criadas por empresas estrangeiras exportadoras, como pelas reduções nas necessidades de cambiais proporcionadas pelas firmas internacionais que substituíssem importações.

A crítica a este raciocínio, realizada sobretudo por Aristóteles Moura, baseou-se em dois pontos básicos. Primeiro, sustentou-se que os efeitos líquidos de longo-prazo sobre as divisas tendiam a ser negativos principalmente no caso das indústrias substitutivas com grande participação estrangeira. (93) Segundo, argumentou-se que as iniciativas domésticas, baseadas em um arranjo social alternativo através do Estado e capitais privados nacionais, poderiam não só obter os mesmos resultados, mas ampliá-los com a economia de divisas, sem que se alienassem as margens de autonomia da estrutura econômica interna. (94)

Se a criação de poupança adicional não poderia ser associada aos investimentos diretos, por outro lado os autores críticos da época contestaram igualmente a tese de que o acesso à tecnologia moderna estivesse necessariamente vinculado às iniciativas diretas da grande empresa estrangeira. Tanto a aquisição de equipamentos como a assimilação de processos produtivos modernos e de pessoal técnico qualificado, eram vistas como requisitos que poderiam ser alcançados por meio de negociações e contratos comerciais no mercado internacional. A partir desses elementos, Caio Prado e Aristóteles Moura utilizaram exemplos históricos - caso do Japão e URSS - que indicavam as alternativas existentes de absorção de tecnologia e equipamentos modernos em bases comerciais, sustentando que a via da internacionalização econômica correspondia a uma opção relacionada às condições sociais e políticas dos países receptores, e não a um imperativo técnico do desenvolvimento econômico. (95)

Embora não fossem feitas referências explícitas a alguma corrente teórica, provavelmente esta discussão tinha como um dos interlocutores as teses da CEPAL sobre o capital estrangeiro. De fato, como foi avaliado nos capítulos 1 e 2, esta corrente via nos investimentos internacionais um dos

principais móveis do desenvolvimento econômico periférico, limitado que estaria pela debilidade da poupança e reduzida difusão tecnológica.

Caio Prado, inclusive, já se havia remetido diretamente à visão cepalina em seu livro "Diretrizes", de 1954. Ao criticar a concepção do desenvolvimento econômico apresentada pela CEPAL, o autor questionou a análise do capital estrangeiro que passou a ser divulgada pelos economistas vinculados à instituição. Assim, "o capital financeiro internacional" se apresentaria, segundo os cepalinos, "como uma inversão capitalista ordinária e idêntica a outra qualquer", sendo visto "apenas incidentemente como um dos fatores que concorrem para o balanço externo de pagamentos dos países subdesenvolvidos".(96) Deste modo, segundo Caio Prado, a análise a-histórica das inversões internacionais, por parte da CEPAL, impedia que fossem examinadas as relações de poder e as pressões exercidas sobre o desenvolvimento econômico.

Ao não considerar o recurso ao capital estrangeiro um processo inevitável, Caio Prado deu o segundo passo importante na elaboração de sua concepção nacionalista. De uma maneira geral, sustentou que a estratégia de crescimento fundada nas empresas estrangeiras vinculava-se a um arranjo social que preservava o status quo dominante, pois supunha a manutenção de uma estrutura de propriedade e de renda concentrada. De fato, com o grande aporte de investimentos diretos e créditos externos, tornava-se possível que o desenvolvimento acelerado se realizasse sem a taxação e desconcentração do consumo, das rendas e da propriedade das classes ociosas.(97) Isto mostraria que a análise do capital estrangeiro não poderia limitar-se a argumentos estritamente econômicos ou técnicos, mas deveria contemplar os seus significados e bases histórico-sociais.

Em meados dos anos 50, a opinião de Caio Prado sobre os grupos sociais organicamente vinculados à estratégia de consolidação de uma "economia nacional", compartilhava, no essencial, as idéias difundidas entre a esquerda da época. O principal traço dessa perspectiva, consistia em ver boa parcela das classes burguesas internas - sobretudo a burguesia industrial - em conflito direto com as inversões estrangeiras. A partir de 1956, no entanto, diante dos acontecimentos políticos e econômicos no governo Juscelino, Caio Prado começaria a refletir mais criticamente sobre esta concepção, o que o levaria a abandonar a idéia de que as classes burguesas domésticas seriam um dos principais motores das transformações que apontavam para uma "economia nacional".

Essa foi uma das mudanças mais significativas na visão global do autor sobre a internacionalização econômica. De fato, já em inícios da década de 60, a percepção de Caio Prado sobre o capital estrangeiro assumiu contornos acentuadamente radicais, na medida que não se limitava à rejeição dos investimentos externos como um dos meios mais adequados para impulsionar a industrialização, mas passava também a assinalar a convergência de interesses das classes hegemônicas com a internacionalização econômica.

O motivo dessa crescente radicalização na análise de Caio Prado, parece estar associado intimamente à política desenvolvimentista implementada ao longo da segunda metade dos anos 50. Até meados desta década, a perspectiva industrializante do autor mantivera-se praticamente dentro dos mesmos marcos formulados na HEB, nos anos 40. Assim, no livro "Diretrizes" (1954) - obra que parece ter influenciado bastante o movimento nacionalista em ascensão (98) -, Caio Prado apontava as três forças sociais que destruiriam as resistências para a consolidação de uma "economia nacional". Em primeiro lugar, um "proletariado industrial já francamente entrosado em relações capitalistas de produção e em rápido

desenvolvimento (...); em segundo lugar, um campesinato já esboçado e que encontrará na reforma agrária o impulso que necessita para integrar a economia rural brasileira em relações puramente capitalistas de produção; e finalmente uma burguesia industrial e comercial livre de compromissos para com o imperialismo e capital financeiro internacional, bem como de contingências e da pressão desse capital; e por isso mesmo capaz de dirigir sua iniciativa para a estruturação de uma economia nacional".(99) A internacionalização econômica seria não somente um fator de desequilíbrio e instabilidade, mas se oporia diretamente a interesses orgânicos de parte substancial das classes burguesas domésticas.

E a partir desse ponto de vista que o governo de Juscelino Kubitschek passará a ser avaliado, desde sua posse em janeiro de 1956, nos sucessivos artigos da recém-fundada Revista Brasiliense.(100) Já em seu número 4, de novembro-dezembro de 1956, Caio Prado apontava as contradições que, segundo ele, envolviam o projeto econômico do novo governo. Se, de um lado, o novo presidente manifestava uma "posição tão definida e tão clara em face da transformação da economia brasileira e do seu aparelhamento técnico e industrial", em que deveria ser apoiado, por outro lado, sua postura quanto ao capital estrangeiro revelava uma percepção equivocada a respeito dos meios para conduzir aquele objetivo.(101) A idéia de "colaboração" com as empresas internacionais, preconizada pelo novo governo, estaria inspirada, segundo Caio Prado, na falsa opinião de que estes empreendimentos correspondiam a "uma simples inversão de capital", capaz de impulsionar as iniciativas e empresas nacionais - quando na realidade, sustentava o autor, estas seriam açambarcadas pelas empresas estrangeiras.(102)

Apesar dessa crítica ao programa de industrialização do governo Juscelino, Caio Prado mantinha no artigo uma atitude otimista quanto aos resultados práticos dessa proposta: "embora

o presidente pretenda realizar a transformação da economia brasileira com o concurso decisivo dos empreendimentos da finança internacional, logo será advertido da impossibilidade disso, e verificará que não é por essa via que se poderá realizar a industrialização brasileira em termos propriamente nacionais e condizentes com os verdadeiros interesses do País e da grande maioria de sua população." (103) Além disso, haveria uma outra garantia contra o projeto de ampla internacionalização, dada pelo movimento nacionalista que, segundo o autor, estava alcançando uma efetividade política substancial. (104)

No final do ano de 1956, esta projeção otimista já havia, em boa medida, sido desfeita. Diante da afirmação da política de incentivo aos capitais estrangeiros e dos resultados alcançados, Caio Prado criticava diretamente a manutenção da Instrução n. 113, o apoio do BNDE a projetos de investimentos externos e a marginalização da Fábrica Nacional de Motores por parte do governo. O autor dizia, em vista disso, que embora eleito "na base de um amplo programa de industrialização e desenvolvimento econômico", o governo não havia apresentado um "plano concreto de realizações, nem uma explicação clara daquilo em que consiste (...) o desenvolvimento do país, que não será por certo este punhado de mediocres dependências de trustes internacionais que se vem instalando no Brasil, nem tampouco o sucesso comercial desses empreendimentos. O desenvolvimento brasileiro deve ter outro sentido e conteúdo que será, em primeiro lugar, o da elevação do nível de vida desta parcela considerável da população do país que antes vagava do que vive humanamente (...)" (105)

Uma nova investida aberta contra o governo Juscelino, somente aparecerá, na Revista Brasiliense, em 1959. Nesse artigo, Caio Prado não colocou mais em dúvida as enormes possibilidades de diversificação industrial trazidas com as inversões estrangeiras, mas se dedicou a mostrar quais seriam,

segundo ele, as alternativas básicas de desenvolvimento existentes.

Em oposição a "economia nacional", haveria o caminho do crescimento sob as mesmas condições de desequilíbrio e desigualdade em que se havia pautado o desenvolvimento brasileiro até então. Segundo o autor, esta seria a "alternativa que se acha oficialmente reconhecida e adotada no Brasil", desde quando o programa econômico do governo Juscelino passou a ser implementado. Assim, "pelo caminho que vamos seguindo, o processo de industrialização do nosso País, em vez de resultar num decisivo ascenso da economia brasileira, é acentuado ritmo de progresso dos padrões de vida do conjunto da população do País, irá dar simplesmente, como já está sendo o caso, em nova forma, embora mais complexa e menos aparente, de exploração imperialista." (106)

Um fato que unifica estes artigos é que eles apresentam uma abordagem onde é suposta uma oposição central entre, de um lado, a internacionalização econômica incentivada pelo governo e, de outro, os interesses do capital nacional. Pelo menos até 1959, Celso Prado insistiu nesta análise, a qual foi desenvolvida, com maior ou menor nitidez, por praticamente todos os trabalhos do autor durante o período.

Um exemplo bastante representativo disso, encontra-se na crítica a uma base defendida pela Associação Comercial de São Paulo, em 1958, acerca do papel do capital estrangeiro na industrialização brasileira. Segundo esta representação patronal, "sem elevação da renda nacional não (seria) possível aumentar a taxa de formação de capitais nacionais, e (...) sem investimentos estrangeiros não se conseguiria elevar rapidamente o nível de renda nacional, constituindo assim o processo de desenvolvimento, um círculo vicioso que só pode ser rompido pela entrada de capitais estrangeiros no País". (107)

A réplica de Caio Prado a esta tese - diga-se de passagem, notavelmente semelhante ao raciocínio cepalino que justificava o capital estrangeiro - teve dois pontos principais. Primeiro, afirmou que a formação de capitais proporcionada pelos investimentos estrangeiros seria canalizada, basicamente, para as próprias empresas internacionais. (108) Segundo, as empresas internacionais passariam a controlar áreas potenciais ou já ocupadas pelas iniciativas nacionais. O desfecho desse argumento era óbvio: "Nesse sentido, portanto, as entradas de capital e as inversões estrangeiras somente podem ser prejudiciais, e nunca favoráveis, à formação e desenvolvimento de capitais nacionais que dependem daquelas boas oportunidades de inversão para progredirem e crescerem." (109)

Em vista dessas evidências, entre outras, pode-se dizer que, ao longo da segunda metade dos anos 50, as análises de Caio Prado sobre o capital estrangeiro sempre tiveram implícita a hipótese da divergência dos interesses entre as classes burguesas domésticas e o amplo processo de internacionalização vivido no período. Mesmo com as manifestações de apoio à política voltada para a internacionalização por parte de setores patronais, Caio Prado permaneceu insistindo na idéia de que o desenvolvimento apoiado no capital estrangeiro conflitava com as expectativas dos grupos sociais hegemônicos quanto ao que chamava de uma economia autônoma e integrada.

Essa perspectiva começou a ser abandonada, porém, ao final do governo Juscelino, quando provavelmente os acontecimentos econômicos e políticos dos anos anteriores estimularam uma reformulação das teses originais. A primeira indicação dessa mudança na ótica de Caio Prado aparece em um artigo na Revista Brasiliense, de novembro-dezembro de 1960, destinado a uma avaliação das eleições presidenciais que resultaram na escolha de Jânio Quadros. Caio Prado sugere que,

após o final da II Guerra, os interesses do que denominou de grande capital passaram a articular-se com maior nitidez e eficiência, condicionando todo o conjunto da política econômica ao objetivo da industrialização acelerada. (110) Dois indícios da ascendência dos grandes grupos econômicos teriam sido a criação do BNDE, "cujos recursos (...) iriam servir para o financiamento dos grandes negócios privados" e "a instalação nos postos de comando d(=) administração (financeira) de representantes típicos de poderosos grupos econômicos", tais como Horácio Lafer e Ricardo Jafet, respectivamente Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil, no segundo governo de Getúlio Vargas. (111)

Ao centrar sua análise na noção de "grande capital" (ou "grandes negócios"), Caio Prado abandonava, na verdade, a idéia original de polarização dos "interesses nacionais" - reunindo trabalhadores e as classes burguesas em geral - com o imperialismo. Uma das consequências dessa nova abordagem foi que se deixou de associar a imagem do "nacionalismo" ao segundo governo de Vargas, enquanto a gestão de Juscelino teria sido, contrariamente, "internacionalizante" - tese que o autor pelo menos deixara implícita em seus artigos de 1955-59. Alternativamente, Caio Prado passou a identificar uma profunda convergência entre os interesses em ascensão dos grandes grupos econômicos nacionais, no pós-guerra, e o capital estrangeiro.

Essa concepção, com seus desdobramentos, foi explicitamente formulada por Caio Prado no artigo de 1960: "a política de amparo e estímulo à concentração e capitalista e promoção do grande capital, implicava naturalmente o favorecimento do capital imperialista. Dentro do atual sistema internacional do capitalismo em que a economia brasileira se acha enquadrada, uma coisa não vai sem a outra. E vemos por isso se sucederem as medidas de amparo e fomento da penetração imperialista no Brasil. A primeira dessas medidas de grande alcance foi o reestabelecimento da liberdade cambial, promovida

por sinal pelo mesmo Sr. Horácio Lafer acima lembrado, na ocasião Ministro da Fazenda - o que bem mostra a solidariedade existente entre o grande capitalismo nacional e o imperialismo." (112)

A partir desse quadro interpretativo reformulado, Caio Prado irá ver o governo Juscelino menos como uma descontinuidade do que um aprofundamento das tendências anunciadas no momento anterior. De fato, segundo o autor, a "política de estímulo e promoção do desenvolvimento capitalista (o que significa o progresso da concentração e acumulação capitalistas em benefício do grande capital), e do imperialismo, dois aspectos, na realidade, de um só conjunto de interesses que são os do sistema internacional do capitalismo, aquela política alcança seu auge no governo prestes a findar do Sr. Juscelino Kubitschek. Ela é então não só proclamada expressamente como norma oficial da ação administrativa, mas ainda sistematizada num complexo de medidas destinado a lhe dar um máximo de rendimento." (113)

Além de romper com uma análise esquemática, que tomava a política liberal quanto ao capital estrangeiro, durante o governo Juscelino, como uma descontinuidade em relação às políticas econômicas precedentes, a ênfase sobre o "grande capital" foi importante para a superação da tese que estabelecia um conflito entre classes burguesas e o capital estrangeiro. Essa nova abordagem seria confirmada em artigos posteriores na Revista Brasiliense, recabando seu tratamento mais acabado no livro ARB, de 1966, onde Caio Prado desenvolverá uma ampla crítica às concepções predominantes entre a esquerda, inclusive aquelas relacionadas ao capital estrangeiro e à tese da burguesia nacional. (114)

Ao mesmo tempo, esta reformulação analítica levou a uma substancial radicalização de sua perspectiva social, na medida que as mudanças exigidas pelo projeto de um

desenvolvimento nacional excluía a parcela mais significativa das classes burguesas. Por outro lado, o mesmo fato fez com que a noção de uma "economia nacional" se tornasse radicalmente ambígua, pois agravou-se a incongruência da proposta de um desenvolvimento integrado, em linhas gerais capitalista, com uma base social tão restrita que alijava precisamente o núcleo mais significativo da classe que dava forma a este tipo de sociedade. Estes problemas embutidos na noção da "economia nacional" serão cristalizados na ARB, onde o autor assumiu plenamente a postura radical esboçada acima, mantendo a idealização subjacente àquele conceito.

Para finalizar este capítulo, resta tocar em um último ponto importante, que pode contribuir para uma caracterização mais precisa das idéias de Caio Prado sobre o capital estrangeiro. Trata-se da atitude do autor frente as concepções oficiais do PCB sobre o tema - partido a que esteve ligado durante muito tempo. Naturalmente, a longa militância na esquerda marcou a análise de Caio Prado sobre as relações imperialistas, fato que pode ser percebido na posição tradicional mantida, entre 1955-60, acerca das relações entre as classes burguesas e o investimento estrangeiro - como foi visto acima. No entanto, a abordagem do autor sobre a economia brasileira, e particularmente as inversões internacionais, recebeu uma elaboração distinta e, na maior parte das vezes, crítica às teses defendidas pelo PCB.

Foi especialmente na segunda metade dos anos 50, que as divergências do autor com as concepções do Partido tornaram-se mais visíveis. (115) Em seus artigos na Revista Brasiliense, Caio Prado desenvolveu uma perspectiva independente sobre os acontecimentos econômicos e políticos ao longo do governo Juscelino, conflitando com as posições oficiais defendidas pelo PCB. Um dos pontos centrais da investida crítica às teses do Partido, foi exatamente a

concepção tradicional predominante sobre o capital estrangeiro.

As idéias do Partido Comunista sobre este tema enquadravam-se no esquema clássico da revolução democrático-burguesa, disseminado internacionalmente desde os anos 20. (116) De forma resumida, a análise oficial entendia, em primeiro lugar, as relações imperialistas como obstáculos que, juntamente às características feudais da agricultura brasileira, seriam responsáveis pelo atraso econômico do país. Em segundo lugar, foi muito comum assumir que a atuação imperialista entrava em choque direto com os interesses das classes burguesas domésticas, sobretudo aquelas vinculadas a atividades industriais, fato que conduzia à proposição da natureza progressista da burguesia nacional. Por fim, a análise oficial do Partido caracterizava-se por um projeto de modernização capitalista, mediante sobretudo o crescimento industrial. (117)

Este aparato analítico foi mantido no imediato pós-guerra, quando o PCB saiu, temporariamente, de um longo período de ilegalidade. (118) A partir desta época, a visão sobre o capital estrangeiro e suas bases sociais iria passar por diversas reformulações e aperfeiçoamentos, culminando na "Declaração Política de 1958". A primeira mudança, ainda que temporária, ocorreu já no final da década de 40, quando a linha política do PCB passou por uma significativa radicalização. O fundamental consistiu no abandono da tese da burguesia nacional progressista, que estaria comprometida com as transformações preconizadas na "Revolução democrática-burguesa". (119) Logo nos primeiros anos da década de 50, contudo, essa perspectiva começou a ser abandonada, retornando-se às teses clássicas.

A segunda alteração importante veio em 1954, com o IV Congresso do Partido, que não só marcou oficialmente a volta à

abordagem convencional, mas apresentou novos elementos que desenvolveram aquela concepção. Um dos principais foi a clareza com que se explicitava o papel progressista das classes burguesas vinculadas às transformações industriais da época. Assim, dizia o documento final do Congresso, no "que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional." (120) A partir desse quadro, sugeria que as classes hegemônicas seriam divididas em dois grupos distintos, dependendo da sua vinculação com as atividades industriais e, portanto, com o "progresso" e a "modernização", ou com os latifúndios e o imperialismo, associados ao "atraso" econômico. (121)

Um outro ponto relevante apresentado no IV Congresso, foi o tratamento diferenciado atribuído ao capital estrangeiro. A novidade residia na tese de "concentrar o fogo no imperialismo norte-americano", em vista de seu predomínio na economia brasileira. A principal consequência dessa estratégia seria que "existiriam" possibilidades reais de utilizarmos tais contradições (inter-imperialistas), desde que saibamos concentrar o fogo no inimigo mais forte - o imperialismo norte-americano - e abrir para os demais monopolistas imperialistas a perspectiva de entendimentos e acordos." (122) De fato, afirmava o documento do Partido, "golpear a dominação norte-americana (...) é alcançar o necessário e suficiente para esmagar os principais obstáculos ao desenvolvimento da economia nacional (...). Contando com o apoio dos países do campo da paz (...), ficará o regime democrático popular em condições de impedir a extração do lucro máximo do Brasil pelos monopolistas estrangeiros, poderá atuar no sentido de submeter os monopólios estrangeiros às leis do país, de denunciar os tratados lesivos com todos os países capitalistas." (123)

As consequências dessa nova perspectiva são muito amplas, bastando aqui notar que ela atenua sensivelmente a posição anti-imperialista convencional, além de abrir um campo de possibilidades para o apoio a uma estratégia de modernização e desenvolvimento acelerado, com base em capitais não-americanos. Desde que isto significasse uma intensa diversificação industrial, os seus resultados seriam vistos como progressistas. Com isso, o Partido colocava-se, pelo menos no que dizia respeito ao capital estrangeiro, em sintonia com as tendências desenvolvimentistas da época. (124)

A ótica adotada no IV Congresso, por sua vez, será reafirmada plenamente na Resolução Política de 1958. De fato, esta dizia que "na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza sua expansão." (125) Repetia-se, assim, a fórmula que isolava o capital americano como associado ao atraso e estagnação, abrindo margem para um tratamento diferenciado para as empresas de outras nacionalidades.

Apesar do pouco sentido prático desta idéia - sem contar o evidente irrealismo em considerar as empresas americanas associadas ao "atraso" -, parece que este foi o caminho aberto pelo PCB, na época, para integrar-se à voga desenvolvimentista. A partir deste ponto de vista, a linha oficial do Partido adotou plenamente a proposta da industrialização acelerada, entendida como um resultado essencialmente progressista e que correspondia aos interesses fundamentais das classes trabalhadoras. Em suma, "nas condições presentes do nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e do povo." (126)

Provavelmente, esta concepção exerceu algum tipo de influência nas atitudes favoráveis do Partido diante do governo Juscelino. A forma com que se contornou o problema da política liberal quanto ao capital estrangeiro, foi essencialmente pragmática. A partir desse ângulo, o governo Juscelino seria composto por um "setor entreguista", comprometido com os projetos norte-americanos, e um "setor nacionalista-burguês", empenhado no desenvolvimento capitalista progressista. (127) Mas, de qualquer maneira, estava implícito que a sua orientação fortemente industrializante era um elemento altamente positivo, que justificava o seu apoio político.

As diferenças entre a concepção exposta acima e a de Caio Prado podem agora ser destacadas. Em primeiro lugar, desde a HEB, Caio Prado rejeitou a visão, muito comum entre a esquerda da época, de que as relações imperialistas estariam associadas à estagnação econômica. Mesmo nos anos 50, quando seus escritos a respeito assumiram contornos pessimistas, não se atribuiu qualquer natureza estagnacionista para as iniciativas internacionais. Por outro lado, enquanto na segunda metade dos anos 50 a linha oficial do PCB reformulava a sua posição anti-imperialista, através de uma ênfase exclusiva sobre as iniciativas dos Estados Unidos, Caio Prado assumiu uma atitude profundamente crítica quanto ao governo Juscelino, baseado sobretudo na ampla internacionalização estimulada pelo seu programa econômico.

Em segundo lugar, no que se refere às bases sociais da internacionalização econômica, as posições também foram diferenciadas. Como se viu, ao consolidar a tese da burguesia progressista, associada às atividades industriais, o PCB lançou a base para sua integração no projeto desenvolvimentista. De sua parte, embora mantendo-se, até 1960, em uma ótica que apontava um conflito objetivo entre classes burguesas e inversões internacionais, Caio Prado identificou

a industrialização acelerada do período a um conteúdo conservador, a partir de seu conceito de uma "economia nacional". Em 1960, ao sugerir a comunidade de interesses entre classes burguesas domésticas e iniciativas estrangeiras, o autor aperfeiçoou este ponto de vista, adiantando, inclusive, uma crítica aberta à política praticada pelo PCB entre 1955-60. Com efeito, no já citado artigo na Revista Brasiliense, Caio Prado examinou o apoio do PCB ao governo Juscelino e ao "populismo" em geral, vendo nele um conjunto de equívocos teóricos e políticos de grande significado - discussão que seria retomada alguns anos depois com o livro ARB.

Resumidamente, atribuiu a dois fatores básicos a orientação desenvolvimentista do Partido: primeiro, "porque se <tinha> divorciado das massas trabalhadoras e populares, por insuficiente e inadequada organização de base"; segundo, devido às "absurdas concepções deformadoras da sua linha política que vem há longos anos dominando. Esquemáticamente, essas concepções se reduzem ao seguinte: o capitalismo constitui na fase atual do Brasil um sistema 'progressista', cabendo pois aos comunistas ampararem e promoverem este sistema, o que resultará no 'desenvolvimento' do País. E com isso se encaixa a ação política dos comunistas, no 'desenvolvimentismo' do Sr. Kubitshek." (129)

Esta crítica não escondia uma forte dose de ambiguidade na posição do autor, na medida que a idéia da "economia nacional" também supunha, de algum modo, o "capitalismo como um sistema progressista". Mas o conjunto da sua análise sobre o capital estrangeiro levou-o a rejeitar essa imagem para o que acontecera naqueles anos de 1955-60. Restou uma análise radical, que conduziu Caio Prado a uma situação inusitada e quase solitária no debate econômico da época, oposta tanto à visão da esquerda oficial quanto do pensamento cepalino desenvolvimentista.

Considerações finais

Chegando ao final desta dissertação, é o momento de realizar um balanço das ideias desenvolvidas nas páginas anteriores. Podemos começar passando em revista alguns dos procedimentos gerais que orientaram a análise das obras da CEPAL e Caio Prado Jr. Em primeiro lugar, considerou-se as visões sobre o capital estrangeiro de forma integrada aos quadros teóricos mais gerais dos autores. Isto foi importante porque os investimentos internacionais não ocuparam uma posição meramente marginal nas concepções estudadas. Em ambos os casos, aquelas inversões corresponderam a um aspecto estratégico em seus argumentos e recomendações de política.

Em segundo lugar, buscou-se evitar a imagem de que as teorias discutidas teriam se desenvolvido a partir de esforços puramente lógicos, alheios às influências "externas" da realidade social e política da época. Como se viu, estas influências condicionaram em escala apreciável ambas as construções analíticas. Privilegiando os aspectos materiais das estruturas capitalistas em suas explicações do atraso periférico, a CEPAL sugeriu que as transformações econômicas ocorreriam pela manipulação racional de variáveis basicamente técnicas, isto é, ligadas a fatores como tecnologia, produtividade e eficiência. Uma política que equacionasse esses dados corretamente, permitiria a solução dos problemas do atraso não só econômico, mas social e político aos quais estava submetida a periferia. Deste modo, a proposta cepalina somente não seria neutra no sentido de que levaria a uma ruptura com as estruturas "arcaicas" e "dualistas", mas beneficiaria de forma homogênea o conjunto das classes sociais. Ao mesmo tempo, a cautela com que evitou teses que pudessem entrar em conflito direto com os interesses ligados à industrialização, foi um traço marcante em suas recomendações de política econômica. Tudo isso fez com que seus argumentos se tornassem extremamente atrativos em um período de intensas mudanças econômicas,

sociais e políticas como foram os anos 50, em especial para grupos sociais e intelectuais que defendiam tais mudanças sem que se colocasse em jogo a base da organização social existente.

De sua parte, a abordagem teórica de Caio Prado pautou-se por termos diferentes. Não tanto pela perspectiva favorável à industrialização, que compartilhou com as aspirações modernizantes da época apesar dos "requisitos" estabelecidos que a tornariam "efetiva", segundo o autor. Mas porque os aspectos focalizados foram de outra natureza e apontaram para caminhos não-convergentes com os cepalinos. Basicamente, Caio Prado adotou uma visão da economia que privilegiou, além do desenvolvimento da indústria, as relações sociais de produção e estruturas de distribuição de propriedade e de renda. A partir dessa perspectiva, as medidas preconizadas para a superação do atraso foram muitas vezes radicais. A obtenção de condições adequadas ao desenvolvimento econômico exigiria uma reformulação social, política e institucional de grande amplitude. Certamente, este foi um dos fatores responsáveis por sua influência ter se restringido a um círculo bem mais restrito daquele alcançado pela CEPAL, sobretudo a grupos radicais nacionalistas e de esquerda.

O que é importante notar é que a "visão de mundo" adotada por estes autores - isto é, a forma com que o observador interpreta o processo econômico a partir de condicionamentos históricos e sociais particulares -, marcou profundamente as suas construções analíticas. Nesse sentido, por maiores que tenham sido as pretensões de neutralidade e de "rigor científico", o que foi destacado como mais relevante é o que ocupou uma posição secundária nos modelos teóricos, traduziram, em maior ou menor medida, a perspectiva particular com que se interpretava a realidade econômica.

Essa dimensão das obras dos autores estudados não somente foi importante para avaliar os seus marcos teóricos gerais, mas tornou-se mesmo necessária quando o tema passou a ser as interpretações da internacionalização econômica. No contexto social e político dos anos 50, essa questão foi decisiva para o posicionamento do observador frente aos assuntos práticos em vários países da América Latina - sobretudo pelo que representou em termos de estímulo à diversificação capitalista e de alternativa a medidas de tributação e investimentos mais incisivas.

Como foi discutido, a atitude da CEPAL diante das iniciativas transnacionais correspondeu a um ponto estratégico em sua proposta de desenvolvimento. A flexibilidade com que assimilou o boom das inversões destas firmas na segunda metade dos anos 50, não foi certamente uma adaptação pragmática às novas tendências dos investimentos internacionais. Antes disso, a poupança externa assumiu um papel central em sua interpretação dos fatores que estimulariam o desenvolvimento e recomendações de políticas. Entendendo o capital estrangeiro como um "fator de produção" que incrementaria o ritmo de desenvolvimento, a CEPAL tornou possível que alternativas mais radicais de capitalização interna fossem rejeitadas.

Por sua vez, o privilégio analítico dado por Caio Prado à estrutura hierarquizada e centralizada dos fluxos internacionais de capital, levou-o a uma opinião bastante pessimista sobre os efeitos dessas iniciativas - ao ponto de ver um potencial de "distorção" da economia brasileira por parte destas últimas. A contrapartida dessa atitude foi uma proposta de mobilização interna de recursos e tecnologia, onde as funções do Estado deveriam ser sensivelmente ampliadas.

Além da perspectiva social particular, que ofereceu uma dimensão importante na avaliação das teorias, um outro aspecto fundamental discutido nos capítulos anteriores foi o que pode

ser chamado de "capacidade explicativa" apresentada diante das questões a que se estavam referindo - o desenvolvimento econômico e, particularmente, a internacionalização econômica. Este é um ponto difícil, na medida que pode conduzir a uma oposição trivial e equivocada entre conhecimento "verdadeiro" e "falso" (ou "ideológico"). Como foi visto, no entanto, esta divisão parece insustentável, pelo fato de que ambas as concepções investigadas focalizaram aquelas relações e elementos considerados mais importantes a partir de percepções particulares do processo econômico. Nesse sentido, o privilegiado em cada teoria foi aquilo que efetivamente era significativo - e, portanto, real e verdadeiro - de acordo com concepções, idéias e pontos de vista específicos. Nos termos das análises vistas anteriormente, elas apresentaram diversos avanços importantes no conhecimento dos fatores sobre os quais se debruçaram.

Não obstante, mesmo reconhecendo o relativismo histórico e social das opiniões embutidas nas teorias, considerou-se aqui que seria inadequado se isto conduzisse a uma atitude de neutralidade ou levasse a concluir pela impotência na avaliação de suas bases analíticas e resultados. Certamente, uma pretensão de distanciamento total seria tão enganadora quanto as intenções universalizantes identificadas nos capítulos anteriores.

Sendo assim, o melhor que poderia ser feito era explicitar as idéias básicas que norteariam o exame das obras de Caio Prado Jr. e da CEPAL, estabelecendo os critérios que iriam ser levados em conta em uma avaliação sobre a sua "capacidade explicativa". A primeira noção importante adotada aqui foi a de que o processo econômico é um fenômeno histórico e social, dificilmente redutível à influência exclusiva de alguma "variável-chave". Em segundo lugar, considerou-se que o desenvolvimento econômico é atravessado por relações sociais de poder, conflito e indeterminação, fatos que não permitam uma

imagem neutra e mecânica de seu desenrolar ao longo do tempo. Em suma, assumiu-se que estas seriam algumas características básicas que constituem o processo histórico de desenvolvimento económico, tendo servido como os critérios básicos a partir dos quais as contribuições analíticas deveriam ser confrontadas.

Tendo por base estas referências gerais, as comparações feitas entre as perspectivas dos autores sobre a internacionalização económica apresentaram resultados importantes. Se, como ficou indicado com o florescimento dos estudos sobre as empresas transnacionais nos anos 60, as inversões diretas externas não podem ser vistas como simples transferências do "fator capital", a abordagem de Caio Prado apresentou algumas percepções úteis para o exame do capital estrangeiro na década de 50, ao enfatizar a capacidade de exercer pressões e as estruturas centralizadas de transferência de recursos e tecnologia das empresas internacionais. No entanto, isso se deu com contradições e problemas sérios, devido, por exemplo, a sua análise superficial e a tendência de ver as mudanças provocadas pelas empresas transnacionais como "deformações" - para citar dois pontos importantes.

Já o privilégio dado pela CEPAL ao poder de diversificação dos investimentos estrangeiros, se foi útil para sua concepção desenvolvimentista e receptividade entre as elites locais, deixou de lado vários dos elementos que fazem parte de uma abordagem mais realista da internacionalização. Centrada em uma perspectiva que se pretendia técnica (e neutra) deste fenómeno, os textos cepalinos dos anos 50 e início dos 60 desprezaram as formas institucionais e históricas típicas das inversões estrangeiras. Este fato fez com que se reduzisse o poder de explanação do que estava ocorrendo no plano dos investimentos transnacionais tanto ao nível dos países hegemónicos quanto dos países receptores.

Esses resultados se remetem, na verdade, aos marcos teóricos dos autores discutidos. A CEPAL dedicou boa parte de sua atenção às estruturas industriais das nações latino-americanas, tendo chegado a algumas noções fundamentais para a análise do desenvolvimento econômico nos países periféricos. A título de exemplo, a importância atribuída à indústria de bens de capital para o crescimento auto-sustentado, na medida que corresponderia ao locus do progresso técnico, passou a ser um ponto central em qualquer discussão sobre o desempenho e perspectivas futuras dos "países em desenvolvimento". O mesmo pode ser dito a respeito da "tese da deterioração dos termos de troca", do papel do planejamento econômico e da questão da magnitude da poupança interna na periferia.

Ao mesmo tempo, o enfoque centrado quase exclusivamente nas estruturas materiais, deixou de lado certos aspectos importantes que acompanham o desenvolvimento econômico. Com efeito, nos textos da CEPAL, não há relações de poder e conflito, exploração e resistência, arranjos sociais e institucionais desde o processo de trabalho até o Estado, fatos que permeiam o desenvolvimento econômico não somente por serem um resultado de tal processo, mas, em um sentido mais fundamental, por definirem muitas das características e formas desse desenvolvimento. Se tal dimensão não aparece nos documentos da CEPAL, e se ela possuir alguma importância para uma opinião mais realista do processo econômico, a abordagem cepalina efetivamente sofreu uma restrição que se localiza em suas próprias bases enquanto teoria.

Da parte de Caio Prado, é certo que diversas questões omitidas nos documentos cepalinos clássicos foram tematizadas em seus trabalhos. Como foi notado, a proposta de concentrar a análise sobre as relações sociais e condições de produção serviu tanto para a crítica dos "modelos teóricos de desenvolvimento" como para uma abordagem alternativa da

economia brasileira. Mesmo assim, isso não permite uma opinião muito favorável e acritica de sua perspectiva, devido a problemas como a visão elitista e anacrônica das classes populares, a adoção de critérios ideais, a ausência de maior sistematização de suas análises econômicas e a inexistência de um tratamento da dinâmica de classes condicionando as linhas do desenvolvimento a longo prazo. Todas essas questões levaram a relativizar bastante o alcance da análise de Caio Prado da economia brasileira.

Obviamente, estas conclusões resultam da perspectiva aqui adotada para a avaliação das teorias, conforme foi explicitada antes. Em um certo sentido, elas podem ser consideradas arbitrárias porque não se restringem aos próprios termos definidos nos textos de Caio Prado e da CEPAL. Mas esta parece ser uma contingência inerente a qualquer tipo de avaliação. Isso pode ser percebido quando se considera outros critérios para este fim, como, por exemplo, o grau de sintonia com as aspirações modernizantes dos grupos sociais hegemônicos - provavelmente a referência mais consagrada entre as opiniões emitidas sobre o pensamento econômico brasileiro. Um dos grandes problemas dessa perspectiva é a forte tendência de negligenciar as contribuições analíticas que não estavam afinadas com a voga desenvolvimentista dos anos 50. O mais grave, no entanto, é se esta negligência recai sobre concepções que não somente tiveram importância por sua presença no debate econômico da época, mas que apresentaram formulações tão consistentes e significativas como as que são privilegiadas naquele enfoque.

Pelo que foi visto nos capítulos anteriores, uma das vítimas de uma perspectiva desse tipo foi a obra de Caio Prado Jr. É comum, por exemplo, que as avaliações do pensamento econômico dos anos 50 comecem com uma assimilação implícita da ótica desenvolvimentista que marcou a época, isto é, a chamada "luta pela industrialização". Com isso dado, a questão que

Passa a nortear o julgamento sobre a relevância das contribuições teóricas, associa-se aos próprios termos definidos como legítimos pelas correntes desenvolvimentistas. O último passo é considerar (implicitamente ou não) as contribuições alternativas irrelevantes do ponto de vista analítico, por não adotarem métodos, categorias e objetivos próximos aos das correntes dominantes.

Como resultado, a imagem típica que emerge do debate econômico nos anos 50, é a de uma polarização entre as concepções ortodoxas e desenvolvimentistas de diferentes matizes, que teria sido responsável pelas únicas inovações teóricas dignas de registro. De sua parte, o pensamento de esquerda seria levado em conta (quando muito) antes por sua importância histórica do que por suas contribuições analíticas. Se esse juízo faz sentido quando são consideradas exclusivamente as teses oficiais do PCB, ele perde seu poder explicativo quando é incorporado o pensamento crítico não-alinhado com as idéias consagradas da esquerda oficial. Pelo menos no que diz respeito a Caio Prado, a sua obra deu origem a uma visão razoavelmente sofisticada do capitalismo brasileiro e dos grandes temas dos anos 50 e início dos 60 - questão agrária, capital estrangeiro, atuação do Estado, etc. Isto parece suficiente para colocar em dúvida a idéia da irrelevância teórica da tradição crítica do pensamento econômico brasileiro, com o que se pode obter um quadro mais diversificado e rico do debate ocorrido na década de 50.

Por fim, um último ponto que pode ser apreendido da discussão realizada nos capítulos anteriores. Ao contrário de um sentimento monolítico, que teria vigorado nos anos 50, em favor da "modernização" e do "progresso", o período se apresenta profundamente atravessado por conflitos e disputas. Mesmo tendo a análise se detido em trabalhos teóricos, o clima de polêmica transparece em diversas oportunidades, até mesmo

quando se procurou revestir as opções adotadas de uma neutralidade que importava o consenso e a harmonia.

Nesse sentido, se uma observação mais cuidadosa da realidade política e social dos anos 50 mostra que os rumos assumidos pela economia e sociedade brasileiras não estavam definidos previamente, também o confronto de concepções teóricas distintas revela as possibilidades e alternativas existentes na época - idéias e lutas perdidas, utopias que poderiam ter sido realizadas, e caminhos melhores que poderiam ser inventados. Essa é uma constatação estimulante. Não só porque leva a repensar um tempo aparentemente remoto, mas também porque sugere uma outra forma de ver os próprios dias de hoje. Afinal, se o passado não foi feito por "leis" ou "lógicas" que encerravam um destino inevitável, por que, se ambos fazem parte da história, o presente o seria?

NOTAS

INTRODUÇÃO

- (1) Albert HIRSCHMAN. "Ideologies of economic development in Latin America", in: Albert HIRSCHMAN. *A bias for hope*. New Haven, Yale University Press, 1971.
- (2) Ricardo BIELSCHOWSKY. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988 e Guido MANTEGA. *A Economia Política Brasileira*. 4. ed., São Paulo/Rio de Janeiro, Polis/Vozes, 1987.
- (3) Guido MANTEGA. *A Economia...*, p. 11: "A 'controvérsia sobre o desenvolvimento econômico' (...), travava-se entre uma corrente que defendia o liberalismo econômico, preocupada em garantir a 'vocação agrária' do Brasil, e uma corrente desenvolvimentista, que pregava a intervenção do Estado na economia para implementar a industrialização no país. Estavam dadas as duas linhas ideológicas mestras em torno das quais se polarizava a intelectualidade brasileira durante a década de 50". Ver também o comentário sobre a integração da esquerda aos princípios desenvolvimentistas na p. 14.
- (4) Ricardo BIELSCHOWSKY. *O pensamento...*, p. 10: "Quanto à dimensão analítica, o esforço maior residiu em contornar a dificuldade dada pelo fato de o pensamento econômico de então ter sido gerado num contexto em que, como se assinalou, eram remotos os compromissos com a vida acadêmica. O esforço é facilitado pelo fato de que, no nível analítico, os dois grandes enfoques em disputa eram o neoliberalismo, liderado no país por Eugênio Gudin, e a teoria de Prebisch/Cepal sobre o desenvolvimento econômico." Em uma outra passagem, o autor restringe ainda mais a contribuição analítica do pensamento econômico da época, dizendo que "essa produção, além de escassa, foi, no essencial, um simples desdobramento da única produção analítica latino-americana de monta do período, ou seja, a obra da Cepal." (p. 6)
- (5) Guido Mantega dedica à obra de Caio Prado e de outros autores (André Gunder Frank e Rui Mauro Marini) um capítulo exclusivo em seu livro, classificando-os como formuladores de um "modelo de subdesenvolvimento capitalista". Sem contar a duvidosa pertinência em associar o pensamento de Caio Prado àqueles teóricos, Mantega dedica-se somente aos seus textos dos anos 60, deixando implícita a identificação de seus trabalhos anteriores à esquerda oficial - e, por extensão, à corrente desenvolvimentista.
- (6) Maurice DOBB. *Theories of value and distribution since Adam Smith*. London, Routledge & Kegan Paul, 1973 e "On some tendencies in modern economic theory", in: Maurice DOBB. *On economic theory and socialism*. London, Routledge & Kegan Paul, 1965.

CAPITULO I - A CEPAL e a industrialização na América Latina :
a interpretação clássica nos anos 1949-54.

- (1) Sobre as teses industrializantes preconizadas por autores latino-americanos, ver, por exemplo: Joseph LOVE. Theorizing underdevelopment: Latin America and Romania, 1860-1950. Review. XI (4), Fall, 1988.
- (2) As circunstâncias do funcionamento da CEPAL em seus primeiros meses de vida são abordadas em Celso FURTADO. A fantasia organizada. 5. ed., São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- (3) Sobre a influência (pouco pesquisada) das idéias cepalinas nos países da América Latina, ver Kathryn SIKKINK. The influence of Raul Prebisch on economic policy-making in Argentina, 1950-1962. Latin American Research Review. XXIII (2), 1988 e Celso FURTADO. A fantasia....
- (4) Raúl PREBISCH. "El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de Sus Principales Problemas" (1949), in: Adolfo GURRIERI (ed.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, vol. I, p. 99.
- (5) Idem, ibidem, p. 99.
- (6) Celso FURTADO. A economia latino-americana. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978, p. 58-9 e Colin LEWIS "Industry in Latin America before 1930", in: Leslie BETHEL (ed.). The Cambridge history of Latin America. Cambridge University Press, 1986, vol. IV, p. 270-5.
- (7) Ver Eric J. HOBSEBAWN. A Era dos Impérios; 1875/1914. São Paulo, Paz e Terra, 1988, p. 77-80 e David LANDES. The Unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present. Cambridge, Cambridge University Press, 1985, capítulo 5.
- (8) Ver Eric J. HOBSEBAWN. A Era dos Impérios ..., p. 79 e CEPAL. El proceso de industrialización en América Latina. Naciones Unidas, 1965, p. 15-7.
- (9) Conforme Celso FURTADO. A economia ..., p. 60-2.
- (10) Raúl PREBISCH. El desarrollo económico... (1949), p. 107-14.
- (11) Idem, ibidem, p. 108.
- (12) Para os índices do coeficiente de importações do Reino Unido, ver Raúl PREBISCH. "Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico" (1950), in: Adolfo GURRIERI. La obra..., v. I, p. 188. Para o papel dos EUA nas importações da América Latina, ver Idem, ibidem, p. 174 e passim.

(13) Para as evidências deste declínio ver Celso FURTADO. A economia..., p. 61. Entre 1913 e 1953, os gêneros alimentícios caem de 29 para 23% do total do comércio, as matérias-primas agrícolas de 21 para 14%, enquanto as manufaturas sobem de 37 para 43%.

(14) Celso FURTADO. A economia ..., p.64-5.

(15) Raúl Prebisch, Crecimiento...(1950), p. 171, quadro 2.A.

(16) Idem,ibidem, p. 186 (quadro 5.A) e p. 188 (quadro 6.A).

(17) A reação de reduzir o coeficiente de importações, de acordo com Prebisch, verificou-se pelo menos desde a I Guerra e acentuando nos anos 30; realizou-se através de vários expedientes: desvalorização cambial, elevação de tarifas, quotas de importação e controle de câmbio. Ver Raúl PREBISCH. El desarrollo económico...(1949), p. 124-6.

(18) Cf. B.R.MITCHEL. International historical statistics; the Americas and Australasia. London, MacMillan, 1983, p. 603 e 593 (Argentina), p. 595 e 604 (Brasil) e p. 576 e 586 (México). *

(19) Raúl PREBISCH. Crecimiento...(1950), p. 169-91.

(20) Idem,ibidem, p. 157. E com a I Guerra e sobretudo com a crise de 30 que se afirma definitivamente, segundo Prebisch, a necessidade de seguir no caminho da industrialização, "para compensar assim, mediante o desenvolvimento para dentro, a notória insuficiência do impulso que desde fora havia estimulado até então a economia latino-americana."

(21) Cf. CEPAL. Estudio económico de América Latina; 1951-52. México, Naciones Unidas, 1953, p. 29.

(22) Calculado a partir de números índices que correspondem a médias trienais centradas nos anos 1913 e 1950, e tendo por base 1959-61 = 100. Conforme Paul BAIROCH. Le volume des productions et du produit national dans le Tiers Monde (1900-1977), Revue Tiers-Monde. XX (8), oct-dec, 1979, p. 678.

(23) ECLA. Economic development of Latin America in the post-war period. New York, United Nations, 1964, p. 5, tabela 5.

(24) Idem,ibidem, p. 27-8.

(25) Idem,ibidem, p. 28-9.

(26) David LANDES. The Unbound Prometheus..., cap. 6

(27) Ver David LANDES. The Unbound Prometheus..., cap. 6 e H.Van Der WEE. Prosperity and upheaval. The world economy; 1954-1980. Harmondsworth, Penguin Books, 1987, p. 225.

(28) "(...) as inovações associadas à expansão do terceiro Kondratiev (1898 a 1924/25, incluindo recuperação e auge - nota do autor) propagaram-se menos (e mais lentamente) do que as inovações dos dois Kondratievs anteriores (...). Embora o crescimento económico tenha sido rápido por todas as partes do mundo durante a expansão do terceiro Kondratiev, isto deveu-se menos à difusão internacional de algumas das suas mais importantes inovações do que à crescente interdependência advinda da acelerada expansão das exportações de matérias-primas e das importações de manufaturados nos países periféricos (...) ou por causa da difusão de algumas importantes tecnologias dos primeiros ciclos de Kondratiev em certos países de industrialização tardia. Como consequência, no auge do terceiro Kondratiev não houve nenhum 'recém-chegado' ("newcomer") para o seleto grupo de "technological leaders". Christopher FREEMAN et alii. Unemployment and technical innovation. A study of long waves and economic development. London, Francis Pinter, 1982, p. 172.

(29) David LANDES. The Unbound Prometheus..., p. 148.

(30) ver Simon KUZNETZ. O crescimento económico do pós-guerra. São Paulo/Lisboa, Fundo de Cultura, 1966, p. 80-2 e tabela 6, p. 94-6.

(31) Cf. H. Van Der WEE. Prosperity and upheaval..., p. 29. Para dados da evolução do produto ver Simon KUZNETZ. O crescimento..., tabela 6.

(32) Um dos indícios desta "recuperação de terreno" por outros países foi a maior taxa de incremento de produtividade obtida por algumas nações da Europa e Japão nos anos 50. Ver H. Van Der WEE. Prosperity and upheaval..., p. 196.

(33) UNITED NATIONS. Statistical yearbook. New York, United Nations, 1962, p. 257 (apo bruto).

(34) Cf. Walt ROSTOW. The world economy. History and prospect. Austin, University of Texas Press, 1978, p. 70-73.

(35) Ver Joseph LOVE. Raúl Prebisch and the origin of the doctrine of unequal exchange, Latin American Research Review, XV (3), 1980, p. 50-7.

(36) Raúl PREBISCH. El desarrollo económico... (1949), p. 99.

(37) Ver Adolfo GURRIERI. "La economía política de Raúl Prebisch", in: Adolfo GURRIERI (ed.). La obra de Prebisch..., v. 1, p. 15-16.

(38) Que seria a causa última da deterioração dos termos de troca, como será visto adiante.

(39) Raúl PREBISCH. El desarrollo económico... (1949), p. 108-9. Ver também Raúl PREBISCH. Crecimiento... (1950), p. 168-9. Além de outras premissas subjacentes, pode-se destacar a de que a demanda de produtos primários deveria crescer pelo menos proporcionalmente à expansão da renda do centro. Cf. CEPAL. El pensamiento de la CEPAL. Santiago, Editorial Universitaria, 1969, Introdução, p. 16-7.

(40) Raúl PREBISCH. El desarrollo económico... (1949), p. 113.

(41) Idem, ibidem, p. 108-9. Ver também Octávio RODRIGUEZ. Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 56-8.

(42) Raúl PREBISCH. El desarrollo económico... (1949), p. 112.

(43) Idem, ibidem, p. 100.

(44) Raúl PREBISCH. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. El Trimestre Económico, México, 198, abr-jun, 1983, p. 1079-80. No mesmo sentido, "é indubitável que (...) se ponha a necessidade de canalizar o que fora um processo em grande medida não deliberado e determinado por fatores externos, para definir seu curso e obter os resultados máximos. Deste ponto de vista, tratava-se sobretudo de definir alguns critérios diretores que contribuiriam ao uso mais adequado e eficaz dos recursos humanos e materiais." CEPAL. El pensamiento..., p.25, Introdução.

(45) Para os objetivos propostos aqui, os textos considerados fundamentais são, além do de 1949: Raúl PREBISCH. Crecimiento... (1950); Idem. "Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico" (1951), in: Adolfo GURRIERI. La obra de Prebisch...; e Idem. "La cooperación internacional en la política de desarrollo latinoamericano" (1954), in: Adolfo GURRIERI. La obra de Prebisch... Este último documento coloca-se entre os textos básicos por conter a abordagem mais sistemática a respeito dos financiamentos e investimentos externos e seu papel no desenvolvimento da América Latina.

(46) Raúl PREBISCH. Problemas teóricos y prácticos... (1951), p. 273. Ver também as situações expostas em Crecimiento... (1950), p. 158-66, que inclui casos específicos de países.

(47) Ver, e.g., Idem. El desarrollo económico... (1949), p. 114-7.

(48) "Pareceria, portanto, não estar ao alcance da América Latina, considerada em seu conjunto, a possibilidade de aumentar sensivelmente a capacidade para importar, mediante o incremento de suas exportações aos grandes centros, mais além dos limites fixados pela elevação do ingresso real destes e pelas restrições de diversos tipos (...). O propósito de ultrapassar tais limites significava, na realidade, forçar as exportações em detrimento dos termos de troca, sem lograr aumento importante na quantia exportada." Idem. Crecimiento... (1950), p.190-1. Citado parcialmente por Adolfo GURRIERI. La economía..., p. 24.

(49) Ver Joseph LOVE. Raúl Prebisch and the origins..., p.58-9. Ainda assim, Love não chega a afirmar a influência do artigo de Singer nesta mudança da abordagem original cepalina, mas apenas a proximidade do raciocínio. Em uma nota de pé de página no documento de 1951, Prebisch comenta que somente após tê-lo escrito é que tomou conhecimento das "conclusões similares" a que teria chegado Hans Singer. Cf. Problemas teóricos y prácticos... (1951), p. 268, nota 5.

(50) Essa questão é central na interpretação de A. Gurrieri sobre a obra de Prebisch ao criticar as leituras que vêem uma preocupação exclusiva com as relações comerciais em seus textos. Cf. Adolfo GURRIERI. La economía..., p. 20 e passim. Por sua vez, Octavio Rodriguez vai mais além, apontando a diferença desta concepção com as teorias do subdesenvolvimento baseadas na "troca desigual", que atribuem o atraso econômico à transferência de renda da periferia para o centro: "(...) é perfeitamente claro que nenhuma dessas características é vista como 'provocada' pelos grandes centros industriais. Em particular, não se sustenta que a deterioração dos termos de intercâmbio seja a causa do atraso periférico." Antes disso, "a deterioração é concebida como um fenômeno inerente ao funcionamento do sistema e derivado das peculiaridades das estruturas que lhe são próprias." Cf. Octavio RODRIGUEZ. Teoria do subdesenvolvimento..., p. 227-8 e nota 25, p. 230.

(51) Ver Raúl PREBISCH. Problemas teóricos y prácticos... (1951), p. 268-9.

(52) Idem, ibidem, p. 271.

(53) Idem, ibidem, p. 270.

(54) Cf. Idem, ibidem, p. 274.

(55) Ver Idem. Crecimiento... (1950), p. 205-12.

(56) Ver Idem. Cinco etapas de mi pensamiento... (1983), p. 1078.

(57) Ver Octavio RODRIGUEZ. Teoria do subdesenvolvimento..., p. 37-8.

(58) "A propagação universal do progresso técnico desde os países originários ao resto do mundo tem sido relativamente lenta e irregular (...). O movimento se inicia na Grã-Bretanha, segue com distintos graus de intensidade no continente europeu, adquire um impulso extraordinário nos Estados Unidos e abarca finalmente o Japão (...). Dentro <da> periferia o progresso técnico só atinge exíguos setores de sua enorme população, pois geralmente não penetra a não ser onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias-primas a baixo custo, com destino àqueles grandes centros industriais." Raúl PREBISCH. Crecimiento... (1950), p. 156.

(59) Idem, ibidem, p. 157: "(...) o desenvolvimento econômico dos países periféricos é mais uma etapa no fenômeno de propagação universal das novas formas da técnica produtiva ou, se assim se quer, no processo orgânico da economia do mundo."

(60) Octavio RODRIGUEZ. Teoria do subdesenvolvimento..., p. 36.

(61) Raúl PREBISCH. El desarrollo económico... (1949), p. 131-2.

(62) Idem. Crecimiento... (1950), p. 222. Vários autores ressaltaram essa percepção das peculiaridades do desenvolvimento periférico por parte da CEPAL. Ver Octavio RODRIGUEZ. Teoria do subdesenvolvimento..., p. 252-3 e

Adolfo GURRIERI. La economia..., p. 26. Consultar também J.M. Cardoso de MELLO. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 17.

(63) Raúl PREBISCH. Crecimiento...(1950), p. 222-3: "(...) o progresso industrial tem sido enorme e tem se ampliado, em consequência, a distância entre os centros altamente desenvolvidos e os países periféricos (...). Nos países desenvolvidos a técnica produtiva exige um alto grau de capital por homem; mas o desenvolvimento paulatino da produtividade, devido precisamente a dita técnica, tem permitido a esses países possuir uma elevada renda per capita, mediante o qual realizam a poupança necessária para formar o capital requerido."

(64) Ver, e.g., Richard CAVES. Multinational enterprise and economic analysis. Cambridge, Cambridge University Press, 1982, p. 200-6. Para casos concretos de alternativas ao investimento das grandes empresas internacionais ver NACIONES UNIDAS. Las empresas transnacionales en el desarrollo mundial: reexamen. Nueva York, Naciones Unidas, 1978, p. 208-15. Quanto aos resultados das duas alternativas básicas de transferência de tecnologia, há divergências especialmente sobre a via do investimento direto. Sobre as visões acerca do papel das empresas transnacionais ver John H. DUNNING. "Trade, location of economic activity and the multinational enterprise: a search for an eclectic approach", in: John H. DUNNING. International production and multinational enterprise. London, George Allen & Unwin, 1981, p. 36-7. Para uma perspectiva "difusionista" sobre as empresas transnacionais ver, e.g., Edith PENROSE. "The State and multinational enterprises in less-developed countries", in: John H. DUNNING (ed.). The multinational enterprise. London, George Allen & Unwin, 1971, p. 238. Uma visão bem menos otimista quanto às possibilidades de eliminar o "gap" tecnológico entre países, por meio do investimento da empresa internacional, e que ressalta a reprodução das "assimetrias" entre "home countries" e "host countries", encontra-se em Giovanni DOSI. Technical change and industrial transformation. New York, St. Martin Press, 1984, p. 243.

(65) Raúl PREBISCH. Crecimiento...(1950), p. 224 e 233-4.

(66) Idem. Problemas teóricos y prácticos...(1951), p. 282. Ou ainda: "A maior parte dos equipamentos é fabricada nos países de alta densidade de capital por homem, e os países menos desenvolvidos não têm geralmente outra alternativa a não ser empregar as combinações daqueles, salvo dentro dos limites em que seja possível modificar-lhes." Idem, ibidem, p. 286.

(67) Com efeito, na sequência da citação, Prebisch afirma que "(...) as combinações a que se chegou a economia de um país altamente industrializado e de alta relação de capital por pessoa, não podem ser desfeitas arbitrariamente e transformar-se em outras combinações que se adaptem melhor a realidade de um país menos desenvolvido e de muito inferior disponibilidade de capital por pessoa." Idem, ibidem, p. 283.

(68) Quanto a influência da perspectiva neoclássica nos estudos sobre tecnologia nos países atrasados, ver Martin FRANSMAN. Technology and economic development. Westview Press, 1986, p. 63. Uma crítica ao debate

sobre a adaptação de tecnologia de um ângulo convencional pode ser encontrada, entre outros, em Raymond VERNON. *Sovereignty at Bay. The multinationals spread of U.S. enterprises*. New York, Basic Books, 1971, p. 181-4 e Sanjaya LALL, "Transnationals and the Third World: changing perspectives", in: Sanjaya LALL. *Multinationals, technology and exports*. London, MacMillan, 1985, p. 74. Para uma crítica dentro do campo marxista, ver o já clássico Bill WARREN. *Imperialism and capitalist industrialization*, *New Left Review*, 81, sep-oct., 1973, p. 91. Uma síntese dos resultados de pesquisas quanto a adaptação de técnicas encontra-se em Richard CAVES. *Multinational enterprise...*, p. 267-70. Para um resumo da literatura sobre as diferenças entre empresas transnacionais e domésticas nos "host-countries", ver: Rhys JENKINS. *Comparing foreign subsidiaries and local firms in LDC's: theoretical issues and empirical evidence*, *The Journal of Development Studies*, 26 (2), Jan, 1990.

(69) Raúl PREBISCH. *Problemas teóricos y prácticos...* (1951), p. 289. No mesmo sentido, o autor afirma, no *Estudio Económico* de 1949, que na "(...) periferia, o progresso técnico traz consigo desemprego como nos centros, mas a demanda de bens de capital inerente a esse progresso não se manifesta naquela como nestes, pois na primeira faltam as indústrias de capital; por conseguinte a demanda referida em lugar de refletir-se na economia dos países em desenvolvimento passa a provocar efeitos na economia dos centros industriais, onde se produzem esses bens de capital." *Idem*, *CreCIMIENTO...* (1950), p. 226.

(70) Ver *Idem*, *Problemas teóricos y prácticos...* (1951), p. 289.

(71) *Idem*, *CreCIMIENTO...* (1950), p. 231. Assim, "(...) por mais que se restrinja o consumo interno da população obrigando-a a poupar, as divisas provenientes das exportações muito rapidamente seriam insuficientes para atender a demanda desses bens de capital, além de outras importações de caráter indispensável." *Idem*, *ibidem*, p. 231.

(72) *Idem*, *El desarrollo económico...* (1949), p. 133.

(73) O importante a ser notado é que as transformações ocorridas na América Latina, com a industrialização extraordinária do pós-guerra, levou a reformulações no pensamento cepalino sem que se abandonasse o marco centro e periferia. Ver, e.g., as reflexões a este respeito de Anibal Pinto e Jan Knakal em "El sistema centro-periferia 20 años después" (1972), in: A. PINTO. *Inflación: raíces estructurales; ensayos de Anibal Pinto*. México, Fondo de Cultura Económica, 1985 e de Osvaldo Sunkel em *Las relaciones centro-periferia y la transnacionalización*, *Pensamiento Iberoamericano*, 11, enero-junio, 1987.

(74) ECLA. *The economic development...*, p. 27-8.

(75) Para os índices de coeficiente de importações, ver *Idem*, *ibidem*, p. 22. Sobre a interpretação destes resultados consultar as p. 21-23. Contudo, neste documento a ênfase já era maior no sentido de mostrar as dificuldades de prosseguir no processo de substituição devido a rigidez das importações, cf. p. 14-6. Para os coeficientes de importação da América

Latina e seus principais países, ver Idem, ibidem, p. 2 e CEPAL. Estudio económico de América Latina: 1962. Santiago, Naciones Unidas, 1963, p. 57-8.

(76) CEPAL. Estudio económico de América Latina: 1951-52. México, Naciones Unidas, 1953, p. 21.

(77) CEPAL. Estudio económico de América Latina: 1956. Santiago, Naciones Unidas, 1957, p. 7.

(78) Assim, a constatação das transformações ocorridas no Brasil, entre 1956-61, é fundamental para as conclusões de Maria da Conceição Tavares, em um texto clássico de 1963, de que as faixas potenciais que haviam restado para produção interna eram complexas ao ponto de colocarem sérios obstáculos à continuidade do processo substitutivo dinamizado pelo estrangulamento externo. "Neste período (1956-61) teve lugar a instalação de algumas indústrias dinâmicas como a automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital. Expandiram-se também várias indústrias básicas como siderúrgica, petrolífera, metalúrgica dos não-ferrosos, celulose e papel, química pesada, etc. (...). Deste modo se aprofundou consideravelmente o processo de substituição de importações no Brasil, que conduziu a um ritmo de desenvolvimento mais acelerado nesse período do que nos anteriores." Logo a seguir, conclui, no entanto, que "o dinamismo do processo de substituição de importações parece estar chegando ao fim e dificilmente se pode prever um quarto período de desenvolvimento dentro do mesmo modelo. A fase que o País atravessa atualmente parece indicar a necessidade de transição para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social." Conforme Maria da C. TAVARES. "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil" (1963), in: Maria da C. TAVARES. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro; ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 72-3.

(79) Cf. citado por Albert HIRSCHMAN. Ideologies..., p. 303.

(80) Ver Eric J. HÜBSBAWN. A Era do Capital: 1845-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 137-9 e Idem. A Era dos Impérios..., p. 115.

(81) O tratamento a seguir da relação entre "teoria" e "perspectiva social particular" (ou "ideologia"), baseia-se na ideias de Maurice Dobb apresentadas em Theories of value..., introduction: On some tendencies... (1949) e "A tendência da economia da Economia moderna" (1937), in: Maurice DOBB. Economia Política e capitalismo. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

(82) Ver, e.g., Raúl PREBISCH. El desarrollo económico... (1949), p. 132.

(83) Idem, ibidem, p. 135.

(84) Idem. La cooperación internacional... (1954), p. 299.

(85) Ver Idem. El desarrollo económico... (1949), p. 137 e Idem. La cooperación internacional... (1954), p. 300.

(86) Idem. La cooperación internacional... (1954), p. 299.

(87) Idem. Problemas teóricos y prácticos... (1951), p. 259 e Idem. El desarrollo económico... (1949), p. 136.

(88) Ver, por exemplo, as referências de Prebisch aos efeitos políticos e sociais de diferentes alternativas de tributação e aporte de capital estrangeiro em "Los principales problemas de la técnica preliminar de programación" (1955), in: Adolfo GURRIERI (ed.). La obra..., v. 1, p. 428 e p. 440-1, em um item sugestivamente intitulado "A neutralidade da técnica de programação".

(89) J. Gabriel PALMA & Mario MARCEL. Kaldor on the 'discreet charm' of the Chilean bourgeoisie. Cambridge Journal of Economics. 13 (1), march, 1989. Toda a discussão a seguir baseia-se neste texto, que apresenta um exame detalhado do artigo de Kaldor e dos fatos que envolveram a sua temporada no escritório da CEPAL, em Santiago. O texto referido de Kaldor intitula-se "Los problemas económicos de Chile", tendo sido reproduzido em Nicholas KALDOR. Ensayos sobre política económica. Madrid, Editorial Tecnos, 1971. Sobre a presença de Kaldor no Chile (e no Brasil), ver Anthony P. THIRLWALL. Nicholas Kaldor. New York, New York Press, 1987, p. 202.

(90) Ver sobre este ponto Anthony THIRLWALL. Nicholas Kaldor..., cap. 6.

(91) J. Gabriel PALMA & Mario MARCEL. Kaldor..., p. 250.

(92) Cf. citado em Idem, ibidem, p. 250.

(93) Idem, ibidem, p. 250 e 252.

(94) Idem, ibidem, p. 247-48.

(95) Idem, ibidem, p. 245-52.

(96) Cf. citado em Idem, ibidem, p. 245. Ver no texto original de Nicholas KALDOR. El problema..., p. 541.

(97) J. Gabriel PALMA & Mario MARCEL. Kaldor..., p. 248. A citação é de uma correspondência enviada pelo secretário-executivo da CEPAL a Kaldor, em setembro de 1958. O artigo somente foi publicado em 1959, na revista El Trimestre Económico, um órgão não vinculado à CEPAL.

(98) Ver Malcolm C. SAWYER. The economics of Michal Kalecki. London, Macmillan, 1985, p. 7 e George R. FEINEL. Michal Kalecki: contribuciones a la teoría de la política económica. México, Fondo de Cultura Económica, 1981, p. 345-6.

(99) Este artigo foi reeditado, com algumas alterações, na coletânea de Kalecki Economias em desenvolvimento (1976). São Paulo, Vértice, 1987, sob o título "O problema do financiamento do desenvolvimento econômico". Na mesma coletânea, há um outro ensaio que constituiu uma reelaboração das idéias apresentadas em 1954: "Problemas do financiamento do desenvolvimento econômico numa economia mista", publicado originalmente em 1970. Para uma ótima abordagem das teses desenvolvidas nestes textos, ver E.V.K. FITZGERALD. Kalecki on financing development: an approach to the macroeconomics of the semi-industrialized economy, Cambridge Journal of Economics, 14 (2), June, 1990. Consultar também Malcolm SAWYER. The economics..., p. 10 e George FEIWEL. Michal Kalecki..., cap. 16.

(100) Ver Michal KALECKI. O problema...(1954), p. 56-64; E.V.K.FITZGERALD. Kalecki on..., p. 186; Malcolm SAWYER. The economics..., p. 216-20 e George FEIWEL. Michal Kalecki..., p. 438-9. As idéias de Kalecki serão discutidas rapidamente a seguir, no capítulo 4, item 1.

(101) Cf. H. W. ARNDT. The origins of structuralism, World Development, 13 (2), feb, 1985, p. 155.

(102) Ver, e.g., CEPAL. Estudio económico...(1970) e Aníbal PINTO & Jan KNAKAL. El sistema..., p. 319-40.

(103) Osvaldo SUNKEL. Las relaciones..., p. 42.

CAPITULO II - As idéias sobre o capital estrangeiro : 1949-64

(1) Raúl PREBISCH. El desarrollo económico...(1949), p. 102. As dificuldades ao nível das contas externas, decorrentes do colapso de 1929, foram acusadas instantaneamente por países exportadores da América Latina, que desvalorizaram suas moedas buscando enfrentar a retração no mercado internacional. Enquanto isso, somente a partir de 1931, com a depreciação da libra esterlina, é que tal medida foi acompanhada por países do núcleo hegemônico do capitalismo. Ver L.B.YEAGER. International monetary relations: theory, history and policy. 2.ed., New York, Harper & Row, 1976, p. 338-44. Para as suspensões dos pagamentos nos anos 30 na América Latina, ver NACIONES UNIDAS. El financiamiento externo de América Latina. Nueva York, FMI/BID/CEMLA, 1964, p. 29-31.

(2) Raúl PREBISCH. La cooperación internacional...(1954), p. 309.

(3) Idem, ibidem, p. 337.

(4) Ver, e.g., Idem, ibidem, p. 336: "As inversões de capital privado dos Estados Unidos na América Latina, assim como o capital privado de outras procedências, tem se orientado preferencialmente para atividades exportadoras. Esta característica tradicional segue prevalecendo. Salvo

em casos especiais, a inversão nas atividades internas não tem despertado o mesmo grau de interesse (...)".

(5) Cf., por exemplo, Idem. *El desarrollo económico...* (1949), p. 102. Prebisch menciona o caso do Canadá, como exemplo no qual as inversões externas (americanas) fluíram para o mercado interno com efeitos econômicos positivos. Mas, ainda assim, considera-o uma situação especial. Idem. *La cooperación internacional...* (1954), p. 336.

(6) Fred RIPPY. *British investments in Latin America, 1822-1949. A case study in the operations of private enterprise in retarded regions.* Minneapolis, University of Minnesota Press, 1959, p. 25-32.

(7) Ver Eric J. HOBBSBAWN. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo.* 3.ed., Rio de Janeiro, Forense, 1983, p. 124-30.

(8) Cf. Sidney POLLARD. "Capital exports, 1870-1914: harmful or beneficial?", in: *The Economic History Review*, XXXVIII (4), nov, 1985, p.490, tab. 1.

(9) Para os índices dos países no total dos investimentos internacionais, ver W.WOODRUFF. *Impact of western man. A study of Europe's role in the world economy - 1750-1950.* London, MacMillan, 1966, p. 154. Para o tipo de inversões das empresas francesas e alemãs, ver Herbert FEIS. *Europe: The world's bankers, 1870-1914.* 3. ed., Clifton, A.M.Kelly, 1974, p. 57-9 (França) e p. 73-80 (Alemanha). Para as americanas, ver NACIONES UNIDAS. *El financiamiento externo...*, p. 14, tab. 15.

(10) Para os índices de participação da América Latina nos totais das inversões externas dos países, ver W.WOODRUFF. *Impact of western man...*, p. 154. H.Feis apresenta dados distintos para a época: Alemanha (16,2%) e França (13,3%), cf. Herbert FEIS. *Europe...*, p. 74 e 51, respectivamente. Para referência às atividades predominantes na América Latina, ver: Herbert FEIS. *Europe...*, p. 54-5 (França) e 76-7 (Alemanha); NACIONES UNIDAS. *El financiamiento externo...*, p. 9 (França) e 14, tab. 15 (Estados Unidos).

(11) As estimativas usadas para o cálculo comparativo a seguir são deficientes. Ver as limitações assinaladas em NACIONES UNIDAS. *El financiamiento externo...*, p. 15. Ainda assim, estes dados serão utilizados para uma imagem aproximada do perfil setorial dos investimentos externos.

(12) Os dados sistematizados por Woodruff são os seguintes: Reino Unido (41,8%), França (18,1%), Alemanha (10,2%) e Estados Unidos (18,5%), lembrando que são relativos às inversões totais (carteira e diretas).

(13) Os dados foram extraídos das tabelas 17 e 18, p. 16 de NACIONES UNIDAS. *El financiamiento externo...*

(14) Entre outros exemplos possíveis, a referência ao período da hegemonia britânica foi usada, por Prebisch, para indicar as condições desfavoráveis do investimento em infra-estrutura básica: "No século XIX e no começo do

presente até a primeira Guerra Mundial, quando todo o financiamento do desenvolvimento era obra do capital privado; a participação estrangeira constituía uma proporção muito elevada das inversões públicas dos países latino-americanos (...). Aqui encontramos a principal explicação das deficiências de capital social que caracterizam atualmente a maior parte destes países." R. PREBISCH, *La cooperación internacional...* (1954), p. 309. Ver, também, a nota 4 supra.

(15) Comentando sobre a necessidade de um programa de inversões externas, Prebisch afirma em seu trabalho pioneiro que "não parece haver razões para que este programa não abarque também o campo das inversões privadas. Para promovê-las, fala-se insistentemente da necessidade de estabelecer um sistema de garantias ou de chegar a normas que a regulamentem. Tudo isto é digno de maior exame. Mas as novas formas deverão inspirar-se na experiência passada. Fora aquelas dificuldades de fundo dos anos trinta tem havido muitas outras, e também certas situações abusivas, de um e de outro lado, que deveriam reconhecer-se sem reticências, para prevenir a repetição do mal. Com isto, e com uma eficaz ajuda técnica, seria possível desenvolver uma política de inversões, onde todas as partes interessadas contem com um ambiente público favorável, em virtude de suas recíprocas vantagens." Idem. *El desarrollo económico...* (1949), p. 139.

(16) Ver Idem, *ibidem*, p. 137.

(17) Os comentários sobre a posição das empresas estrangeiras na América Latina eram, em geral, genéricos. Isso se mantém até no documento clássico mais abrangente sobre o capital internacional. A título de exemplo: "Quando a Grã-Bretanha e outros países europeus investiram volumosos capitais na América Latina, seu rendimento chegou a constituir - sobretudo nesse país - uma fração não desprezível da renda nacional, de muita importância em seu balanço de pagamentos." Raúl PREBISCH, *La cooperación internacional...* (1954), p. 302. Por outro lado, isto não significa que este não fosse um tema de interesse para a CEPAL, pois pelo menos um trabalho amplo e detalhado sobre o assunto foi realizado nos anos 50. Este documento, no entanto, foi muito mais uma análise empírica dos fluxos de capital orientados para a América Latina do que um esforço de interpretação teórica que se vinculasse aos textos clássicos de 1949-54. Ver CEPAL, *Las inversiones extranjeras en América Latina*. Santiago, Naciones Unidas, 1955.

(18) Cf. Rosemary THORP, "Latin America and the international economy from the First World War to the world depression", in: Leslie BETHEL (ed.), *The Cambridge history...*, vol. IV, p. 63-5 e passim.

(19) Dados sobre a Inglaterra: Fred RIPPY, *British investments...*, p. 85 e sobre os Estados Unidos: NACIONES UNIDAS, *El financiamiento externo...*, p. 34, tab. 29.

(20) Idem, *ibidem*.

(21) Ver NACIONES UNIDAS, *El financiamiento externo...*, p. 33 e CEPAL, *El processo de industrialización...*, nota 22. Para o contexto geral do declínio da participação externa britânica e a ascensão americana, ver

W.ASHWORTH. A short history of the international economy since 1850. 2. ed., London, Longman, 1962, p. 129-30 e 259-60.

(22) NACIONES UNIDAS. El financiamiento externo..., p. 14, tab. 15.

(23) Idem, ibidem, p. 35, tab. 29.

(24) Assim, dizia Prebisch em 1949: "enquanto não se resolve o problema fundamental do comércio exterior, será preciso cuidar que as inversões de capitais em dólares, se não for possível aplicá-las no desenvolvimento das exportações em igual moeda, destinem-se a reduzir, direta ou indiretamente, as importações em dita moeda, afim de facilitar o pagamento dos serviços correspondentes." Raúl PREBISCH. El desarrollo económico... (1949), p. 137.

(25) Desde o texto fundador do pensamento cepalino que a "rápida assimilação da técnica moderna" era tida como dependendo "em alto grau das inversões estrangeiras". Idem, ibidem, p. 102.

(26) Idem. Problemas teóricos y prácticos... (1951), p. 253.

(27) Idem, ibidem, p. 253-4.

(28) Idem. La cooperación internacional... (1954), p. 304-5. Os pontos mencionados são uma síntese dos seis relacionados no texto original.

(29) Comentando sobre as necessidades de proteção e fomento da iniciativa privada na periferia, Prebisch diz que "este é um tipo de intervenção ao qual não tem podido escapar nenhum país latino-americano, como tampouco pôde fazê-lo na história nenhum país em sua primeira etapa de industrialização, salvo aqueles que por serem os primeiros não tiveram concorrentes mais avançados." Idem, ibidem, p. 305.

(30) "Há de combinar-se (no desenvolvimento económico) a iniciativa privada com uma firme política do Estado, com um tipo de intervenção que se proponha promover o desenvolvimento criando condições que orientam e estimulam, em um sentido ou outro, a ação do empresário sem regular suas decisões individuais." Idem, ibidem, p. 301.

(31) Idem, ibidem, p. 302.

(32) A título de exemplo: "Estes empresários encontram-se indubitavelmente em condições económicas e técnicas inferiores as dos estrangeiros, e o esforço que se faz para atenuar essa diferença terá notáveis efeitos sobre o desenvolvimento económico e o funcionamento do sistema de livre iniciativa." Idem, ibidem, p. 330.

(33) "No fundo, estamos na presença de um problema de avaliação de necessidades. Os recursos para satisfazer as enormes necessidades privadas e coletivas da América Latina são relativamente reduzidos, e o aporte possível de capital estrangeiro é também limitado. Há, pois, que avaliar estas necessidades em função da finalidade que se persegue, afim de distribuir esses recursos limitados na forma mais conveniente (...);

inversões realizadas em bens capital, acrescentam imediatamente a produtividade do trabalho e desenvolvem uma margem de poupança que, transformada em novas inversões, dará novos incrementos de produtividade." Idem. *El desarrollo económico...* (1949), p. 133. Ver, também, com especial interesse, p. 136-7.

(34) Para ficar no texto-fundador: Idem, *ibidem*, p. 132 (sobre o consumo corrente) e p. 135-6 (sobre a inflação).

(35) Idem. *Problemas teóricos y prácticos...* (1951), p. 255. Este ponto foi notado, embora com outra ênfase, em CEPAL. *El pensamiento...*, p. 33, onde se diz: "Outro papel destacado é o que se atribui principalmente às inversões privadas, no sentido de servir como agente direto de transferência do progresso tecnológico e de novas modalidades de organização."

(36) Um exemplo está mencionado na nota 24, *supra*. Uma interpretação do papel dado ao capital estrangeiro pela CEPAL seguindo este raciocínio, encontra-se em CEPAL. *El pensamiento...*, p. 31-3.

(37) Raúl PREBISCH. *La cooperación internacional...* (1954), p. 336.

(38) Sobre este último ponto ver a nota 32. Para um exemplo claro da posição central atribuída ao capital estrangeiro na política de desenvolvimento, consultar Raúl PREBISCH. *Los principales problemas...* (1955), p. 427-28.

(39) Sobre o otimismo dos anos 50, ver CEPAL. *El pensamiento...*, p. 39-40.

(40) Para citar dois autores que analisaram minuciosamente a obra da CEPAL e Prebisch, ver: Adolfo GURRIERI. *La economía política...*, p. 46-7 e Octávio RODRIGUEZ. *Teoría do subdesenvolvimento...*, p. 162-4.

(41) A.A. DADONE & L.E. DI MARCO. "The impact of Prebisch's ideas on modern economic analysis", in: L.E. DI MARCO (ed.). *International economics and development - Essay in honor of Raúl Prebisch*. London, Academic Press, 1972, p. 22. Ver, no mesmo sentido, Octávio RODRIGUEZ. *A teoria do subdesenvolvimento...*, p. 26.

(42) Ver, e.g., Octávio RODRIGUEZ. *A teoria do subdesenvolvimento...*, p. 26 e 242; Osvaldo SUNKEL. *Las relaciones...*, p. 42.

(43) João Manuel C. de MELLO. *O capitalismo tardio...*, introdução.

(44) Ver Raúl PREBISCH. *La cooperación internacional...* (1954), p. 307-13. Diz, entre outras coisas, que "trata-se agora de impulsionar as inversões de capital do exterior afim de acelerar o ritmo do desenvolvimento económico latino-americano. É evidente que manter uma proporção tão alta de capital privado significaria aumentar de uma forma sensível a carga de serviços financeiros no balanço de pagamentos. Isto não quer dizer que se tenha de reduzir o montante absoluto de ditas inversões privadas. Porém, mais intenso terá que ser ainda o aumento nos empréstimos de recursos

públicos com taxa de juros relativamente baixa, em virtude das duas razões que foram expostas, a saber, primeiro, a necessidade de reduzir o custo das inversões para a América Latina, e segundo, a de aumentar a participação dos recursos públicos internacionais no financiamento das inversões de capital social, afim de abrir amplo caminho à inversão privada nacional e estrangeira." (p. 310).

(45) Ver Idem, ibidem, p. 313 e 337.

(46) Idem, ibidem, p. 313.

(47) Ver NACIONES UNIDAS. El financiamiento externo..., p. 128-9.

(48) Idem, ibidem.

(49) ECLA. The economic development..., p. 36.

(50) Dados para o ano de 1950, ver NACIONES UNIDAS. El financiamiento externo..., p. 35, e para o ano de 1963 ver CEPAL. El proceso de industrialización...; sobre a composição setorial das inversões nos anos 50, ver NACIONES UNIDAS. El financiamiento externo..., p. 155.

(51) Cf. NACIONES UNIDAS. Las corporaciones multinacionales en el desarrollo mundial. Nueva York, Naciones Unidas, 1973, p. 166. O conjunto dos países mencionados consiste nos seguintes: Estados Unidos, Reino Unido, França, Países Baixos, Canadá, Alemanha, Japão, Itália, Bélgica, Suíça, Suécia, Austrália, Dinamarca, Portugal, Noruega e Austria.

(52) Ver Fred BLOCK. Los orígenes del desorden económico internacional. México, Fondo de Cultura Económica, 1980, p. 123-135. A título de exemplo, a situação de predominio das exportações americanas na Europa, fica clara com o resultado do saldo da Balança Comercial em 1938 e 1947: entre um ano e outro, o deficit comercial europeu subiu 109%. Cf. citado p. 124, nota 19. Ver, também, a alta participação dos Estados Unidos nas exportações totais mundiais, cf. Walt W. ROSTOW. The world economy..., p. 70-3.

(53) ver Stephen HYMER. "La inversión extranjera de Estados Unidos", in: R.B.COHEN et alii (orgs.). Stephen Hymer: La compañía multinacional; um enfoque radical. Madrid, Blume Editores, 1979, p. 317.

(54) Sobre estes pontos, ver: Stephen HYMER. "La internacionalización del capital", in: R.B.COHEN et alii (orgs.). Stephen Hymer..., p. 132; e S.HYMER y B.ROWTHORN. "Las compañías multinacionales y el oligopolio internacional: el desafío no-americano", in: R.B.COHEN et alii (orgs.) Stephen Hymer..., p. 288-99.

(55) Ver Bob ROWTHORN. "Imperialism in the 1970s; unity or rivalry?", in: Hugo RADICE (org.). International firm and modern imperialism. Middlessex, Penguin, 1975, p. 164-7 e E.M.GRAHAM. "Transatlantic investment by multinational firms: a rivalistic phenomenon?", in: Journal of Post Keynesian Economics. I (1), fall, 1978, p. 86-9.

(56) Sobre este comportamento geral das firmas européias, ver S. HYMER y B. ROWTHORN. Las compañías multinacionales..., p. 297. A respeito do caso da indústria automobilística, e sua expansão na América Latina, ver: Rhys JENKINS. Transnational corporations and the Latin American automobile industry. London, Macmillan Press, 1987, p. 22 e 40-2.

(57) Ver Stephen HYMER. La inversión extranjera..., p. 341-2; Bob ROWTHORN. Imperialism in the 1970's..., p. 164-7; e para os efeitos globais sobre o mundo capitalista, G. ADAM. "Multinational corporations and worldwide sourcing", in: Hugo RADICE (org.). International firms..., p. 90-8.

(58) Cf. Michael BARRAT-BROWN. Economía do imperialismo..., p. 223, quadro 19. Os dados são de valores brutos e médias anuais para os períodos considerados.

(59) Idem, ibidem, p. 125, quadro 20.

(60) NACIONES UNIDAS. Las corporaciones multinacionales..., p. 140.

(61) Ver Idem, ibidem, p. 169-72.

(62) Sobre a conformação da estrutura industrial da região em padrões semelhantes aos dos países avançados, ver: Idem. La industrialización trunca de América Latina. México, Nueva Imagem/CET, 1983, p. 158-66 e passim.

(63) Dados de acordo com Celso FURTADO. A economía latino-americana..., p. 157, quadro 2/XIII. Note-se que não é possível generalizar estes resultados para todos os países da América Latina. Além disso, em uma comparação direta das duas décadas, os resultados globais para a região serão mais favoráveis para os anos 60. O que é importante aqui, contudo, é o contraste da primeira metade dos anos 60 com os quinquênios anterior e posterior, com o que é possível chegar às conclusões mencionadas no texto. Mesmo assim, tais conclusões poderão ser relativizadas (ou mesmo inviabilizadas) a depender dos períodos com os quais se tem como referência. Isso pode ser visto nas estatísticas (sobre a década de 60) apresentadas no "Estudio Económico de 1970", que trabalham com os intervalos 1959-64 e 1964-69. Desde que os resultados conjunturais negativos começaram a aparecer a partir de 1960 ou 1961, tais intervalos acabam por envolver dois períodos com características distintas. Ver CEPAL. Estudio económico de América Latina; 1970. Nueva York, Naciones Unidas, 1971, parte II, especialmente quadros 1, 6, 7, 8 e 9.

(64) Quanto às inversões diretas, a reversão ocorreu já em 1960, em geral. Sobre o crescimento dos serviços financeiros e as dificuldades nos Balancos de Pagamentos da América Latina, ver NACIONES UNIDAS. El financiamiento externo..., p. 219-20 e Celso FURTADO. A economía latino-americana..., p. 243-4. Sobre a inflação em alguns países da América Latina, ver Idem, ibidem, p. 144-8 e CEPAL. Estudio económico... (1970), p. 39, quadro 8.

(65) Cf. ECLA. The economic development..., p. 27-8.

(66) Ver *Idem, ibidem*, p. 10, 86 e 113.

(67) Cf. UNITED NATIONS. *Statistical yearbook*. Vários anos. Plásticos e Resinas: 1968 (p.287) e 1973 (p.272). Indústria Automobilística: 1962 (p.264), 1968 (p.317) e 1973 (p.309/10). Aço Bruto: 1962 (p.257), 1968 (p.305) e 1973 (p.297).

(68) Para a distribuição mundial da produção, ver Walt ROSTOW. *The world economy...*, p. 52-3; para a consideração somente dos países capitalistas, ver OECD. *The impact of the newly industrialising countries on production and trade in manufactures*. Paris, 1979, p. 18, tab. 1.

(69) Os textos estagnacionistas clássicos são os de Celso Furtado: um exemplo é *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. Mas como foi dito acima, já na primeira metade dos anos 60, algumas análises passaram a vislumbrar uma perda de dinamismo do crescimento via substituição de importações, apontando para um possível declínio crônico do ritmo de crescimento. Ver, e.g., Maria da C. TAVARES. *Auge e declínio...*, item F (e explicitamente na nota 45 da 10. edição da coletânea); Aníbal PINTO. "Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano" (1965), in: Aníbal PINTO. *Inflación...*, p. 84-90.

(70) Ver, como exemplo, Raúl PREBISCH. "Desarrollo económico, planeación y cooperación internacional" (1961), in: Adolfo GURRIERI (org.). *La obra de Prebisch...*, vol. II, p. 74-75 e passim. Uma boa discussão deste ponto encontra-se em Fernando H. CARDOSO. "A originalidade da cópia: a CEPAL e a idéia do desenvolvimento", in: Fernando H. CARDOSO. *As idéias e seu lugar; ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Vozes/CEBRAP, 1980, p. 44-8. Contudo, a sugestão deste autor de que a análise cepalina teria perdido sua objetividade original, ao dar ênfase aos "aspectos sociais", pode ser questionada. Sobretudo quando é problematizada a própria noção de "objetividade" - "preocupações corretas com o dinamismo do sistema capitalista" (p.45-6) - que teria sido a principal qualidade dos trabalhos clássicos da CEPAL. Ver, a este respeito, o item 3 deste capítulo.

(71) Raúl PREBISCH. "Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano" (1963), in: Adolfo GURRIERI (org.). *La obra de Prebisch...*, v. II, p. 138; na mesma página, diz-se ainda: "a estrutura social prevalecente na América Latina opõe um grave obstáculo ao progresso técnico e, por conseguinte, ao desenvolvimento económico e social."

(72) *Idem, ibidem*, p. 138.

(73) Isso ocorre, por exemplo, quando, ao defender uma "redistribuição da terra", Prebisch diz que um dos seus objetivos maiores é o de "aliviar as tensões sociais com uma melhor distribuição da propriedade e da renda". Cf. *Desarrollo económico...* (1961), p. 97.

(74) *Idem*. *Hacia una dinámica...* (1963), p. 152. Ao longo de todo este texto e especialmente nos itens 7 a 10 (p. 146 a 154), Prebisch faz

diversas referências - embora muitas vezes por meio de um estilo algo obscuro - sobre as opções políticas embutidas nas propostas cepalinas de desenvolvimento. A reprodução das instituições, valores e estruturas das sociedades capitalistas centrais, a exclusão absoluta de outras formas de organização social e uma perspectiva positivista da sociedade capitalista, que propugnava por um "sentido comunitário" e "racional" por parte das classes, na direção do objetivo maior do desenvolvimento econômico, são algumas das características da concepção cepalina que se mostram mais evidentes no texto citado de 1963.

(75) Ver Joseph LOVE. The origins of Dependency analysis, *Journal of Latin American Studies*, 22 (1), feb, 1990, p. 146-7 e passim.

(76) Raúl PREBISCH. *Hacia una dinámica...* (1963), p. 196-7.

(77) Ver uma síntese das "falhas da industrialização" em: Idem. *Desarrollo económico...* (1961), p. 85-6. Ver, também, "Nueva política comercial para el desarrollo" (1964), in: Adolfo GURRIERI (ed.). *La obra de Prebisch...*, vol. II, p. 249-50.2

(78) Sobre a noção de "densidade tecnológica", ver Idem. *Nueva política comercial...* (1964), p. 287-9.

(79) Idem, *ibidem*, p. 287-8. Sobre a ênfase dada nos anos 60 sobre este aspecto, ver Idem. *Cinco etapas de mi pensamiento...* (1983), p. 1034.

(80) Idem. *Hacia una dinámica...* (1963), p. 184.

(81) Ver, e.g., Idem. *Desarrollo económico...* (1961), p. 76: "A cooperação internacional tende agora a orientar-se para um desígnio muito diferente: ajudar aos países em desenvolvimento a acelerar sua própria taxa de crescimento e corrigir as grandes disparidades na distribuição de renda para melhorar o nível de vida das massas populares."

(82) Idem, *ibidem*, p. 79.

(83) Idem, *ibidem*, p. 77.

(84) "A superioridade técnica e econômica da iniciativa privada estrangeira com respeito à nacional está fora de discussão, assim como sua importância na transferência da tecnologia. Mas não basta esta operação de transferência: há também que estimular a formação de empresários no próprio país (...). Não se trata (...) de prescindir da colaboração da iniciativa privada estrangeira, mas sim de combiná-la com medidas que impulsionem a formação e o fortalecimento da empresa do país. Sem tais medidas, a competição desigual poderia gerar raciocínios e antagonismos que tendem a derivar facilmente para o campo da política. Várias são as medidas desta natureza. Antes de tudo, a organização de um sistema de créditos e ajuda técnica às empresas do país, para que possam atenuar aquelas diferenças de capital e tecnologia até seu eventual desaparecimento." Idem, *ibidem*, p. 127.

(85) Idem, ibidem, p. 77.

(86) "Apresenta-se, desta forma, uma pugna cada vez mais acirrada entre serviços e importações (...). E como as importações não podem ser comprimidas com facilidade, não há outra solução que não seja procurar-se novos recursos internacionais para pagar os serviços financeiros, ainda que quando estes aportes não sejam de todo indispensáveis para cobrir as deficiências de capitalização externa." Idem. Hacia una dinámica... (1963), p. 213. Ver, também, Idem. Nueva politica comercial... (1964), p. 235-6.

(87) Idem. Nueva politica comercial... (1964), p. 236.

(88) Idem. Hacia una dinámica... (1963), p. 213-4.

(89) Idem. Nueva politica comercial... (1964), p. 319.

(90) Idem. Hacia una dinámica... (1963), p. 184-5.

(91) Idem. El desarrollo económico... (1949), p. 105.

(92) Idem. Hacia una dinámica... (1963), p. 153-4.

(93) A título de exemplo, ver Idem, ibidem, item 10, p. 151-4.

(94) Um depoimento ilustrativo deste ponto encontra-se em Celso FURTADO. A fantasia organizada....

(95) Idem. A fantasia desfeita. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 108-9.

(96) Este ponto foi formulado com precisão por Maurice DOBB. Studies ... cap. 1, item 3.

CAPITULO III - Caio Prado e a análise do desenvolvimento econômico brasileiro

(1) Sobre o pensamento ortodoxo brasileiro, ver Ricardo BIELSCHOWSKY. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988, cap. 2. Segundo Celso Furtado, "a partir de 1950, abriu-se por iniciativa deste (Eugênio Gudin), uma ofensiva no plano acadêmico contra as ideias da CEPAL. Ou, se se prefere o ângulo oposto, um esforço para reestabelecer a verdade em pontos essenciais da doutrina, particularmente no que respeita à teoria do comércio internacional." Dentro desta reação crítica, foram convidados professores com renome internacional para conferências na FGV. O principal deles foi Jacob Viner, com suas exposições entre junho e agosto de 1950. Cf. Celso FURTADO. A fantasia organizada..., p. 138-41. Para uma boa amostra do

debate econômico entre cepalinos e ortodoxos nesta época, ver João P. de A. MAGALHÃES. Controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico - uma reformulação. Rio de Janeiro, Gráfica Record, s.d., cap. 1.

(2) Caio PRADO JR. Diretrizes para uma política econômica brasileira. São Paulo, Gráfica Urupês, 1954. Tome-se ainda como exemplo: Heitor F. LIMA (resenhador). Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. Revista Brasiliense, 25, set-out, 1959 e Moacyr FAZ. Sobre os problemas do desenvolvimento econômico; crítica aos métodos de análise, Estudos Sociais, 1, maio-jun, 1958. Notar que o texto de Heitor F. Lima aparece sob o pseudônimo de "Alcindo da Cunha Xavier".

(3) Ver Heitor F. LIMA. História do pensamento econômico no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, cap. 12; Ricardo BIELSCHOWSKY. O pensamento..., p. 96-106. Sobre a vida pública de Roberto Simonsen, consultar o item com seu nome em I. BELOCH & A. ABREU. Dicionário histórico-geográfico brasileiro; 1930-1983. Rio de Janeiro, Forense/FGV/FINEP, 1984, p. 3201-3205. Uma abordagem interessante sobre as origens do pensamento favorável à industrialização na América Latina e no Brasil, encontra-se em: Joseph LOVE. Theorizing underdevelopment....

(4) Ver Edgar DEDECCA. 1930 - O silêncio dos vencidos. 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 100-4 e caps. III e IV.

(5) Caio Prado ingressou no PCB em 1933, e embora nunca tenha assumido cargos elevados em sua hierarquia, foi sempre associado como um intelectual vinculado ao Partido. As referências à sua atuação partidária são esparsas, em geral relacionadas ao seu papel dirigente na ALN de São Paulo, nos anos 30, e à sua eleição como deputado da Constituinte Estadual de 1947. Menos frequentes são as referências sobre sua participação na tentativa de reorganização do Partido no início dos anos 40, como membro do chamado "Comitê de Ação", e em críticas levantadas no imediato pós-guerra à tese do "feudalismo". Sobre estes últimos pontos, ver Heitor F. LIMA. Caminhos Percorridos - memórias de militância. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 275; Jacob GORENDER. "Do pecado original ao desastre de 1964", in: Maria A. D'INCAO (ed.), História e Ideal - ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 267-8 e Ronald CHILCOTE. Partido Comunista Brasileiro - conflito e integração (1922-1972). Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 104-5.

(6) Entre a bibliografia que trata do PCB dos anos 50, abordando as mudanças trazidas em sua orientação com o IV Congresso (de 1954) e a "Declaração Política" de 1958, ver: Luis F. de C. COSTA. Nacionalismo e alianças políticas (1954-58). Campinas, Unicamp, Tese de mestrado, 1976; Leônicio M. RODRIGUES. "O PCB: Os dirigentes e a organização", in: Boris FAUSTO (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1986, t. III, v. 3; Beatriz LOHNER. O PCB e a linha do Manifesto de Agosto. Campinas, Unicamp, Tese de Mestrado, 1985; Raimundo SANTOS. A primeira renovação pecebista - reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988. Avisão do PCB sobre o capital estrangeiro nos anos 50, será discutida no item 4.3. Sobre a Revista Brasiliense, ver: Fernando P. LIMONGI. Marxismo, nacionalismo e

cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense, Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, 1989; Heitor F. LIMA. "Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas", in: Reginaldo MORAES et alii (orgs.) Inteligência brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986; Paula BEIGUELMAN. "A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro", in: Maria A. D'INCAO (ed.). História ...; e Elias C. NETO. Minha vida e as lutas de meu tempo. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

(7) Sobre o ISEB, ver: Caio N. TOLEDO. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo, Atica, 1982; Idem. "Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB", in: Reginaldo MORAES et alii (orgs.) Inteligência...; Maria S.C. FRANCO. "O tempo das ilusões", in: Ideologia e mobilização popular. São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978; Nelson W. SODRÉ. História da história nova. Petrópolis, Vozes, 1986, cap. 1; Alzira A. ABREU. Nationalisme et action politique au Brésil; une étude sur l'ISEB. Paris, Université René Descartes, Thèse Doctorat, 1975. A respeito da influência de ideias e economistas da CEPAL no governo Juscelino, vide: Celso FURTADO. A fantasia organizada..., p. 175; Idem. A fantasia desfeita..., partes 3, 4 e 5; Francisco de OLIVEIRA. "Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro", in: Reginaldo MORAES et alii (orgs.) Inteligência..., p. 159 e 162; Guido MANTEGA. A Economia Política brasileira. 4.ed., São Paulo/Rio de Janeiro, Fólis/Vozes, 1987, p. 63-76 e Ricardo BIELSCHOWSKY. O pensamento..., p. 158.

(8) Caio PRADO JR. Formação do Brasil contemporâneo - Colônia. 17.ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.

(9) Sobre esta perspectiva metodológica, ver Idem. Diretrizes... (1954), item I; Idem. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. São Paulo, Brasiliense, 1957, cap. 7; e Idem. História e desenvolvimento - a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro (1968). 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1988, item I.

(10) Idem. História e desenvolvimento... (1968), p. 16.

(11) Essa formulação filia-se obviamente à tradição do materialismo histórico desenvolvida nas obras de Marx e Engels. Dentro do campo da Economia acadêmica, o autor que retomou pioneiramente estas questões para o estudo do desenvolvimento capitalista, numa perspectiva abertamente crítica às visões neoclássicas, foi Maurice Dobb, sobretudo nos Studies... (1946), já citado. Ver a respeito Robert BRENNER. Dobb on the transition from feudalism to capitalism, Cambridge Journal of Economics, 2 (2), June, 1978.

(12) Idem. Esboço dos fundamentos... (1957), p. 189. Na continuação, o autor complementar: "Em suma, a teoria corrente do desenvolvimento considera apenas o aspecto quantitativo desse desenvolvimento (...), sem dar maior atenção às diferenças qualitativas do desenvolvimento, a saber o tipo ou categoria de situação ou de evolução econômica em que se enquadra cada país ou grupo de países." (p. 189). Grifos no original.

(13) Caio PRADO JR. Esboço dos fundamentos...(1957), p. 190.

(14) Ver Walt ROSTOW. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista. 5. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974. As críticas diretas a Rostow estão desenvolvidas em Idem. História e desenvolvimento...(1968). Em relação à CEPAL, como será visto adiante, as críticas aparecem sobretudo em sua tese apresentada à Faculdade de Direito da USP, para a cátedra de Economia Política, em 1954: Diretrizes...(1954). Vale notar que em seu livro de 1957, estas críticas à CEPAL não aparecem explicitamente como ocorreu na tese de 1954. Ao mesmo tempo, em 1957, Caio Prado incorpora algumas ideias desenvolvidas nos trabalhos de Raul Prebisch, sobretudo a da "deterioração dos termos de troca". Ver Idem. Esboço dos fundamentos...(1957), p. 203-4.

(15) Caio Prado já se havia dedicado a um breve estudo das teses keynesianas presentes naquela obra, em Idem. Esboço dos fundamentos...(1957). De uma maneira geral, o livro de Keynes e seu enorme sucesso foram vistos como uma reação de parte dos economistas ortodoxos diante das crises cada vez mais agudas vividas no capitalismo trustificado. Assim, a "Economia Política clássica, que é a teoria burguesa do nascente capitalismo e em ascensão, dará lugar a uma nova Economia Política, que será a teoria do capitalismo moderno" (p. 108). A sua crítica à Teoria Geral está sintetizada principalmente no cap. 5 do livro citado.

(16) Idem. História e desenvolvimento...(1968), p. 25.

(17) Idem, ibidem, p. 30.

(18) Idem, ibidem, p. 28-9.

(19) Idem, ibidem, p. 26.

(20) Idem, ibidem, p. 25-6 e 30-1. Interessante é confrontar a posição de Caio Prado frente ao modelo de Rostow com tentativas críticas de outros autores marxistas na época. Em termos gerais, por exemplo, as suas críticas foram bastante convergentes com a perspectiva adotada por Eric Hobsbawm e Paul Baran em uma resenha de 1961. Ver Paul A. BARAN and Eric J. HOBBSBAWN. "The Stages of Economic Growth: a review" (1961), in: Charles WILBER (ed.). The political economy of development and underdevelopment. New York, Random House, 1973.

(21) Caio PRADO JR. Diretrizes...(1954), p. 21-3. "A responsabilidade da insuficiência de sua perspectiva histórica é aqui sensível. 'Insuficiência' apenas, digo, porque eles (os economistas da CEPAL) não deixam de todo essa perspectiva de lado. Nem poderiam fazê-lo, pois na própria noção de subdesenvolvimento está incluída a de um processo que vem do passado e foi desfavorável a um desenvolvimento reputado 'normal' ". (p. 21-2)

(22) A citação exata de Prebisch, e que é usada por Caio Prado, é: "(...) o desenvolvimento econômico dos países que formam a periferia constitui uma nova fase da propagação universal dos novos métodos da técnica

produtiva, ou melhor, o processo de desenvolvimento orgânico da economia mundial". Idem, ibidem, p. 103.

(23) Idem, ibidem, p. 104.

(24) "Em suma, a Teoria do Desenvolvimento <da CEPAL>... não utiliza senão muito insuficientemente a experiência histórica desses países subdesenvolvidos. E não o faz sobretudo porque, segundo penso, ainda se deixa levar pelos métodos clássicos da Economia Política. Tais métodos consistem essencialmente numa visão estática dos fatos econômicos e fora do conjunto da história a que pertencem. Assim destacados do dinamismo da história, tais fatos se apresentam ou como acontecimentos fortuitos e sem raízes no passado; ou então, o que é mais grave ainda, em particular numa teoria do desenvolvimento, se erigem em reflexos de uma Realidade absoluta que transcende a história e se impõe aos homens e suas relações como um fiat do Destino que vem do começo do mundo e o acompanhará até o final. Tocamos aqui na concepção clássica e mais profunda da Economia Política, pela qual se faz das categorias transitórias do sistema capitalista, um dado absoluto e implícito na natureza das coisas e do ser humano.". Idem, ibidem, p. 55-6.

(25) Da não consideração das particularidades históricas da economia brasileira, segundo Caio Prado, "resulta a ilusão tão frequente na observação e interpretação de nossa economia, que podemos passar como que automática e espontaneamente de uma para outra linha de desenvolvimento; (...) voltamos assim à questão da presumida unicidade do desenvolvimento (...). Essa concepção se afirma particularmente como já se viu, na Teoria do Desenvolvimento esboçada sobretudo pelos economistas da CEPAL para os países da América Latina." Idem, ibidem, p. 169-70.

(26) Ver, por exemplo, Idem, ibidem, p. 54, onde diz que "além dos fatores de ordem político-ideológica" que limitariam a análise cepalina, concorreriam também "circunstâncias de natureza teórica", as quais seriam privilegiadas em sua crítica. Com efeito, o seu exame da CEPAL concentrou-se em tentar mostrar que a adoção pelos cepalinos dos métodos da Economia Política estaria na origem de sua "visão estática dos fatos econômicos e fora do conjunto histórico a que pertencem". (p. 55-6). Ver também p. 17-8.

(27) Cf. será visto adiante (itens 3.2 e 3.3), segundo o autor, a difusão da "técnica moderna" nos moldes do capitalismo trustificado tenderia a reforçar o que ele chamava de "economia colonial". Assim, somente seria possível romper este quadro, "com a subversão completa do sistema colonial e do imperialismo em que tal sistema se engasta. A subversão, portanto, é precisamente, daquele desenvolvimento orgânico da economia mundial que está acentuando cada vez mais o sistema colonial; inclusive quando introduz nos países coloniais a técnica moderna." Idem, ibidem, p. 104.

(28) Idem, ibidem, p. 13. Na sequência, lê-se: "É o próprio método geral e clássico do tratamento das relações econômicas que está aqui em jogo. Ocorra nesse tratamento uma deformação que tem suas raízes profundas,

e diz respeito ao ponto de vista em que se coloca a Economia como ciência: consideram-se as categorias econômicas, e não o sistema de relações humanas em que tais categorias se configuram." (p. 13). Grifos no original. Ver também p. 14-15.

(29) Ver Rodney HILTON. "Introduction", in: I.H. ASTON and C.H.E. PHILPIN (eds.). The Brenner debate - agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p. 5-9. Esta classificação é obviamente simplificada, mas serve aos propósitos limitados da discussão aqui realizada. É preciso dizer, além disso, que ambas as posições estão legitimamente inspiradas nos textos de Marx, embora deem origem a resultados analíticos bastante diferentes. Uma classificação mais adequada, dando conta da ambiguidade dos textos clássicos de Marx, encontra-se em Robert J. HILTON. Marxist theories of social change and the transition from feudalism to capitalism, Theory and Society, 10 (6), nov. 1981, especialmente p. 634-38.

(30) Caio PRADO JR. Evolução política do Brasil - Colônia e Império. (1933), 15.ed., São Paulo, Brasiliense, 1986. Entre as avaliações sobre o caráter pioneiro desta obra, ver Fernando NOVAIS. "Caio Prado Jr. na historiografia brasileira", in: Reginaldo MORAES et alii (orgs.) Inteligência..., p. 13-4; Carlos B. MOTA. Ideologia na cultura brasileira (1933-1974). 15.ed., São Paulo, Atica, 1985, p. 28 e passim; Francisco IGLESIAS. "Introdução", in: Caio Prado Júnior. Org. de Francisco Iglesias. São Paulo, Atica, 1982, p. 21-2 e 30-2; e Emília V. da COSTA. "Sobre as origens da República", in: ----- Da monarquia à República - momentos decisivos. 3.ed., São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 302-3.

(31) Caio PRADO JR. Evolução... (1933), p. 86-9.

(32) Esse momento foi escolhido, segundo o autor, por representar algo como uma síntese do passado colonial, ao mesmo tempo que apontaria os traços básicos que moldariam o desenvolvimento posterior da economia e da sociedade brasileiras. Ver Caio PRADO JR. Formação... (1942), p. 9.

(33) Os artigos da Revista Brasiliense mencionados, que aparecem entre 1960 e 1964, foram organizados posteriormente numa coletânea. Ver Caio Prado Jr. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979. As avaliações gerais existentes sobre Caio Prado não se preocuparam normalmente com este tipo de questão, tendo se concentrado mais no fato de que a sua obra possui uma clara inspiração marxista. Ver, e.g., Francisco IGLESIAS. Introdução... e Fernando NOVAIS. Caio Prado Jr..... Quanto a trabalhos isolados, uma recente crítica da FBC sustentou que esta obra é atravessada por uma perspectiva economicista, além de ter negligenciado "a contradição verificada ao nível das relações sociais de produção" em favor dos conflitos entre "as frações de classe dominante". Jayro B. MELO. O economicismo em Caio Prado Jr., Novos Estudos CEBRAP, 18, set., 1987.

(34) Os livros de Caio Prado mais claramente voltados para a evolução da economia brasileira, foram: História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1945; Diretrizes... (1954); História e

desenvolvimento... (1968) e A revolução brasileira (1966). 7.ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.

(35) Entre os textos de Robert Brenner que tematizam o "desenvolvimento econômico a longo prazo" a partir da dinâmica das relações de classe, ver: Robert BRENNER. "Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe" (1976), in: T.H. ASTON and C.H.E. PHILPIN (eds.), The Brenner debate...; "The agrarian roots of european capitalism" (1982), na mesma coletânea. Como já mencionado na nota 12, o estudo pioneiro que se propôs a recuperar, dentro da tradição do materialismo histórico, o papel ativo das relações de classe no condicionamento do desenvolvimento econômico, foi o de Maurice DOBB. Studies... (1946). A este respeito, ver Robert BRENNER. Dobb on the transition..., que é mais um desdobramento importante de seu artigo de 1976. Por fim, completando a listagem dos textos mais relevantes deste autor, ver: Robert BRENNER. The origins of capitalist development: a critique of Neo-Smithian Marxism, New Left Review, 104, jul/aug, 1977.

(36) Ver Edward P. THOMPSON. A formação da classe operária inglesa (1963). São Paulo, Paz e Terra, 1987, vol. II, p. 29-31.

(37) Exemplo da primeira crítica está na nota 33. Quanto à idéia do "capitalismo sem acumulação", aparece no livro de Guido MANTEGA. A Economia Política..., p. 258- 61. Embora este autor diga que Caio Prado "procura enfatizar as relações de produção entre as principais classes sociais" em sua caracterização da agricultura brasileira (p.238), ele sugere que a visão de Caio Prado é a de um "capitalismo essencialmente agrícola e sem forças para prosperar" (p.258), que teria permanecido "estático ao longo de séculos" (p.258), incapaz de gerar as "classes capitalistas locais como a burguesia industrial, comercial, agrária e financeira, o proletariado urbano e rural (...)". (p.259). No tópico seguinte, será sugerida uma interpretação distinta sobre este ponto.

(38) Caio PRADO JR. Formação... (1942), p. 276-7.

(40) Idem, ibidem, p. 282-4.

(41) Idem, ibidem, p. 344.

(43) Este é um perigo comum na utilização de relatos de viajantes - como o fez sistematicamente Caio Prado - para a análise das classes sociais subalternas. Um testemunho (datado de 1792) de um destes sobre trabalhadores ingleses da indústria têxtil, citado por Thompson, é ilustrativo a este respeito. De acordo com Thompson, a "população trabalhadora industrial" foi "considerada por nosso viajante com uma hostilidade aliterante que denuncia uma reação não totalmente distinta do branco racista em relação à população de cor nos dias de hoje: 'Na verdade, o povo está empregado; mas ele está todo entregue aos vícios da multidão (...). Nos momentos em que não trabalha na fábrica, o povo parte para a pesca ilegal, depravação e pilhagem (...)'. Cf. Edward P. THOMPSON. A

formação da classe..., vol. II, p. 11-2. Do mesmo modo, as tentativas de impor uma disciplina capitalista, nos primórdios da industrialização na Inglaterra, sobre a população que antes dispunha de seu tempo com muito maior autonomia e flexibilidade, levou a resistências generalizadas nestes grupos sociais e gerou reações dos empregadores muito próximas às críticas lançadas aos pequenos proprietários, descendentes de índios e escravos, etc., que não se submetiam às regras ou à moral do trabalho disciplinado. Ver Idem. "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial", in: -----, Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona, Editorial Critica, 1979, especialmente item VII.

(42) Os capítulos "Organização social" e "Vida social e política" da FBC, são aqueles onde essa visão de Caio Prado pode ser melhor percebida. Além das citações já mencionadas, veja-se também, entre outras: p. 269-81, sobre o caráter "deformador" da escravidão; p. 281-5, sobre as "subcategorias sociais intermediárias"; p. 286-91, sobre o "clã patriarcal", entendido como um dos poucos "aspectos organizados" da colônia; p. 341 e 345, sobre a idéia de "nexo moral"; p. 341-2, sobre o efeito de "coesão social" propiciado pela escravidão; p. 346-50, a respeito das noções do "trabalho" e "indigência" na sociedade escravista; p. 350-54, sobre a "indisciplina sexual" e a família colonial; p. 276 e 354-5 (nota 27), sobre a religião sob as condições sociais da Colônia. Para uma exposição exata da importância e significado do "inorgânico" na obra de Caio Prado, embora corroborando a sua visão, ver Maria Odila DIAS, "Impasses do Inorgânico", in: Maria A. D'INCAO. (ed.). História

(43) Essa perspectiva está presente com muito peso em estudos já clássicos sobre a escravidão, desenvolvidos, entre outros, por Florestan Fernandes, Fernando H. Cardoso e Otávio Ianni. Talvez a afirmação mais eloquente da tese da "anomia" e da incapacidade crônica dos grupos sociais "de baixo" esteja no livro de Florestan Fernandes, A integração do negro na sociedade de classes. 3.ed., São Paulo, Ática, 1978, vol. I, cap. 1. Para avaliações recentes - simpáticas e acriticas - desta influência sobre os estudos atuais, ver: Otávio IANNI, "A dialética da história"; Maria I. SZMERECSENYI, "Contribuição ao estudo da urbanização no Brasil" e Maria Odila DIAS, Impasses ..., todos em Maria A. D'INCAO (ed.). História.... A concepção de "anomia social" sugerida por Caio Prado já em seu trabalho pioneiro - Evolução Política do Brasil (ver p. 60-1 e passim, deste livro); que explicaria a ação política "estéril", "inconsequente" e "ineficiente" das classes populares, inflenciou diversos estudos sobre o tema. Para uma defesa explícita dessa visão, ver: Carlos N. COUTINHO, "Uma via 'não-clássica' para o capitalismo" e Marco A. NOGUEIRA, "Escravidão e sistema colonial", ambos em Maria A. D'INCAO (ed.). História.... É natural, portanto, que as afirmações mais características resultantes dessa visão, como a atribuição de "pretos boçais e índios apáticos" (Formação..., p. 277), a "contingência da raça bastarda" dos índios (Ibidem, p. 105) e "os negros e seus derivados mais escuros" como "raça bastarda" (Ibidem p. 114), sejam vistas como "deslizes" e "cochilos" da parte de Caio Prado; cf. Carlos U. NUNES, Ideologia..., p. 32, nota 19; Maria Odila DIAS, Impasses..., p. 405 e Francisco IGLESIAS, Introdução, p. 24.

(44) Uma das raras críticas feitas diretamente às concepções de Caio Prado Jr. sobre a "anomia social" das classes populares, encontra-se em José C. BARREIRO. "A memória do trabalho", in: Maria A. D'INCAO (ed.). História.... Para uma crítica ponderada à visão de Caio Prado sobre "raça", ver: Maria T. CARNEIRO. "A questão racial", in: Idem. ibidem. Estudos recentes mostram, por exemplo, que as opiniões sobre as famílias escravas difundidas pelos trabalhos clássicos que trataram a escravidão, basearam-se sobretudo na assimilação acrítica de depoimentos de viajantes, impregnados de idéias racistas e burguesas sobre as classes populares, estando estas longe de "anômicas" e "desregradas". Ver, entre outros textos do autor, Robert SLENES. "Lares negros, olhares brancos", in: Folha de São Paulo, n. 588, 13 de maio de 1988 e Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX), Estudos Econômicos, 17 (2), maio-ago, 1987. Também a tese da "incapacidade" do ex-escravo para "integrar-se na sociedade de classes", devido ao seu baixo nível cultural, intelectual e moral, é contestada com propriedade em George R. ANDREWS. Black and white workers: São Paulo, Brazil, 1888-1928, Hispanic American Historical Review, 63 (3), Aug, 1988.

(45) Este fato foi notado por Guido MANTEGA. A economia política..., p. 238. O ponto será discutido adiante, no capítulo 4.

(46) Na sequência do texto será privilegiado, portanto, o exame destas categorias, em vez de uma avaliação sobre a investigação histórica propriamente dita de Caio Prado. Para este último ponto, ver: Maria Odila DIAS. Impasses...; Leandro KONDER. "A façanha de uma estréia", in: Maria A. D'INCAO (ed.). História...; Francisco IGLESIAS. Introdução..., entre outros. Sobre a importância das noções de "economia colonial" e "economia nacional" na obra do autor, ver: Fernando NOVAIS. Caio Prado Jr. ..., p. 17; Otávio IANNI. A dialética ..., p. 66-9; Maria Odila DIAS. Impasses... e Sérgio SILVA. "A crítica ao capitalismo real", in: Maria A. D'INCAO. História..., p. 300-5.

(47) Caio PRADO JR. Formação... (1942), p. 31-2.

(48) Idem, ibidem, p. 124.

(49) Idem, ibidem, p. 124-5. Concentração esta que não poderia, segundo Caio Prado, ser superada com a "simples modificação do estatuto jurídico e nominal do trabalhador". Pois, continuava, o "que mantinha a massa da população brasileira naquele grau infimo de existência material e em consequência moral, que era o seu, não era somente a escravidão, mas antes a organização fundamental do país, de que o trabalho escravo não é senão um dos aspectos, que, abolido, se substituiu por outro que continuou, com pouca diferença, mantendo o trabalhador e portanto a massa da população naquele nível infimo de existência." Idem, ibidem, p. 124, nota 4.

(50) O subtítulo da parte do livro HEB dedicada a este período, foi sugestivamente denominado "O império escravocrata e a aurora burguesa". Ver Idem. História econômica... (1945).

(51) Idem, ibidem, p. 203. Como foi mencionado antes, não será feita aqui uma confrontação entre as conclusões de Caio Prado com as de trabalhos mais recentes, acerca de temas específicos de sua análise da economia brasileira. Entre a bibliografia que trata do período referido, e das relações entre a economia cafeeira e a diversificação econômica, ver: Warren DEAN. A industrialização de São Paulo (1880-1945). 3.ed., São Paulo, Difel, s.d.; Wilson CANO. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2.ed., São Paulo, T.A. Queiroz, 1981; Sérgio SILVA. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976 e Wilson SUZIGAN. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1986.

(52) Caio PRADO JR. História Econômica... (1945), p. 219-22.

(53) "A concentração cada vez maior nas atividades de produção de uns poucos gêneros exportáveis, e a estruturação de toda a vida do país sobre base tão precária e dependente de reações longínquas de mercados internacionais fora de seu alcance, tornavam aquele sistema essencialmente frágil e vulnerável. E, paradoxalmente, cada passo no sentido de ampliá-lo, mais o comprometia porque o tornava mais dependente. Os efeitos desta contradição logo serão sentidos: no auge da prosperidade começarão a abater-se sobre o Brasil as primeiras crises e desastres graves que comprometerão irremediavelmente o futuro da sua organização econômica." Idem, ibidem, p. 223-4.

(54) Idem, ibidem, p. 228.

(55) "Tais pagamentos agirão como fatores constantes de desequilíbrio das finanças externas do país, e comprometerão com isto muito seriamente a estabilidade daquele sistema econômico, que sobretudo depois do primeiro decênio deste século evoluirá através de crises graves". Idem, ibidem, p. 228. Ver também, sobre o café, p. 236-48.

(56) Idem, ibidem, p. 228.

(57) Idem, ibidem, p. 228-9.

(58) Sobre os elementos assinalados por Caio Prado que estiveram na base da diversificação econômica no início do século XX, ver Idem, ibidem, p. 219-23. Não seria possível, portanto, associar a explicação de Caio Prado com algum tipo de "teoria dos choques adversos", conhecida principalmente pelos trabalhos dentro da tradição cepalina. Quanto a estas últimas, ver Wilson SUZIGAN. Indústria..., p. 23-8.

(59) Idem, ibidem, p. 298.

(60) Idem, ibidem, cap. 24 especialmente.

(61) Idem, ibidem, p. 298-9.

(62) Idem, ibidem, p. 265 e para a pequena propriedade em geral; as p. 261-7.

(63) "Não é assim difícil compreender a debilidade orgânica em que se debate a indústria brasileira. É sua grande vulnerabilidade. A sua sorte está indissoluvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator estreitamente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e a balança de contas internacionais do país." Idem, ibidem, p. 276.

(64) "(...) a transformação parcial que apesar de tudo se operou, fez-se muitas vezes defeituosa, frequentemente apenas como expediente oportunista frente a embaraços que iam surgindo. Exemplo flagrante disto encontramos no caso da indústria manufatureira. Nunca foi possível uma política deliberada e racionalmente protecionista que ao mesmo tempo fomentasse e orientasse o desenvolvimento industrial do país." Idem, ibidem, p. 307. Como resultado, a tendência era de concentração em linhas de bens de consumo, embora tivesse havido um certo crescimento da indústria de bens intermediários e até de máquinas e equipamentos, segundo Caio Prado: "Esta indústria contudo é muito incipiente e rudimentar; (...) E como indústria de base destinada a alimentar o parque manufatureiro do país com maquinaria e artefatos semi-acabados, seu papel é ainda insignificante. A indústria brasileira ainda conta para isto, praticamente de uma forma exclusiva, com a importação do estrangeiro." (p. 280).

(65) "Mas o que sobretudo dificultava o estabelecimento da indústria moderna no Brasil era a deficiência dos mercados consumidores, cuja amplitude é na produção em larga escala, que caracteriza a maquinofatura, uma condição essencial que nada pode suprir. O nível demográfico e econômico do país, e o padrão de vida da sua população eram ínfimos. Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas uma das outras e desarticuladas pela falta de transportes (...). Era assim constituído o mercado que se oferecia à indústria brasileira; não lhe podia ser mais desfavorável". Idem, ibidem, p. 269.

(66) Idem, ibidem, p. 306.

(67) Idem, ibidem, p. 307. Note-se que a edição da qual se retirou esta citação é a original, de 1945. Já na 11. edição, de 1969, esse trecho, assim como o parágrafo do qual faz parte e o seguinte, foram eliminados do livro, sendo substituídos por outra conclusão. Isso acontece em outras ocasiões. A título de exemplo, ao final do cap. 23 ("Expansão e crise da produção agrícola") da 11. edição é incluído um longo parágrafo antes do conclusivo, assim como se altera este último com novas reflexões em relação à 1. edição de 1945. Tanto essa como a mudança anterior citada, vão no sentido de atenuar o tom manifestamente otimista com que o autor vira as transformações do sistema nos anos 40.

(68) Idem, ibidem, p. 307.

(69) "Ampliou-se consideravelmente a esfera de intervenção pública do Estado na vida econômica do país, e um complexo aparelhamento administrativo controla hoje a maior parte das atividades nacionais. Isto

abre grandes possibilidades para a execução de um amplo programa de reestruturação econômica. Até hoje contudo, tais possibilidades foram aproveitadas num sentido conservador." *Idem, ibidem*, p. 307.

(70) *Idem, ibidem*, p. 307.

(71) *Idem, ibidem*, p. 308.

(72) Entre os que sustentaram que os livros de Caio Prado dos anos 50 e 60, não assimilaram a diversificação industrial verificada, ver: Jacob GORENDER. *Do pecado...*, p. 263-4; Carlos N. COUTINHO. *Uma via...*, p. 126-9. Mas talvez a afirmação mais absoluta desta interpretação esteja em Guido MANTEGA. *A Economia...*, especialmente p. 258-61, item "O capitalismo sem acumulação", onde diz que Caio Prado Jr. propunha uma interpretação da economia brasileira como um "capitalismo sui generis, essencialmente agrícola e sem forças para prosperar. Portanto, um capitalismo sem acumulação" (p. 258). Pelo que foi visto até agora, esta leitura da obra de Caio Prado parece insustentável. Uma visão distinta, que tenta recuperar a forma particular (e ambígua) com que Caio Prado tratou o tema da industrialização, encontra-se em Sérgio SILVA. *A crítica...*, p. 302-4.

(73) Talvez o livro onde Caio Prado mostrou-se mais pessimista acerca da industrialização brasileira, o que poderia apoiar a interpretação dos autores citados na nota acima, tenha sido *Diretrizes...* (1954). Ali o autor reinterpreta uma teoria dos "ciclos de atividades econômicas", alternando regularmente "desenvolvimento" e "deterioração", que certamente é bastante inadequada para o estudo da acumulação capitalista no Brasil. Buscando mostrar a debilidade desses ciclos, por diversas vezes Caio Prado afirma a ineficiência (baixo dinamismo), artificialidade (imposto "de fora") e inorganicidade (ausência de articulação dos setores componentes) do capitalismo brasileiro (p. 66-83, *passim*). Essas qualificações tornaram-se a aparecer em trabalhos subsequentes, mas o conjunto de suas análises posteriores representará uma avaliação mais ponderada entre o desenvolvimento material do capitalismo e estes adjetivos muito comuns em sua obra.

(74) Caio PRADO JR. *A Revolução...* (1966), p. 91.

(75) *Idem, ibidem*, p. 91.

(76) "(...) apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que se vêm acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originais e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não conseguiu integrar-se nacionalmente". *Idem, ibidem*, p. 91.

(77) *Idem, ibidem*, p. 100.

(78) *Idem, ibidem*, p. 88.

(79) Idem, ibidem, p. 92.

(80) Idem. Esboço dos Fundamentos... (1957), p. 192.

(81) Idem, ibidem, p. 192.

(82) Idem, ibidem, p. 193.

(83) Idem, ibidem, p. 194.

(84) Idem, ibidem, p. 194.

(85) Idem, ibidem, p. 205-6 e passim. Uma análise um pouco mais detalhada desse ponto será realizada no item I, do cap. 4, quando estará em foco especificamente as mudanças nos fluxos de capital internacional.

(86) Idem, ibidem, p. 202.

(87) Idem, ibidem, p. 214.

(88) Idem, ibidem, p. 215.

(89) Idem, ibidem, p. 215-6.

(90) Esta formulação está presente desde a FBC, como característica da "economia colonial". Nos anos 50, ela continua importante na tese de Caio Prado de que um dos principais momentos da passagem para uma "economia nacional" seria a integração entre a produção (que estaria voltada para fora) e o consumo (atendido no exterior), através do privilégio ao mercado interno. Ver, e.g., Idem. Diretrizes... (1954), p. 198-223. Também, Idem. Esboço dos fundamentos... (1957), p. 217-8.

(91) Caio Prado, após constatar o grande avanço da industrialização brasileira, diz: "Isso sem dúvida constitui um considerável progresso e grande passo no sentido da integração nacional da economia brasileira. Mas é um progresso que, pela maneira como se realiza (...), se anula em boa parte e se autolimita, encerrando-se em estreitas perspectivas. Isso porque se subordina a circunstâncias que embora aparentemente distintas do antigo sistema colonial, guardam com esse sistema, na sua essência, uma grande semelhança. De um lado, (...) porque a diversidade da produção para o atendimento das necessidades do país e da sua população, e a libertação com isso do exclusivismo de atividades econômicas voltadas para a exportação, se realizam paradoxalmente por um processo em que a função exportadora conserva de fato sua primazia, e retém a economia brasileira dentro do seu velho e aparentemente ultrapassado enquadramento colonial. De outro lado, a liderança naquelas transformações que deveriam significar a libertação da economia brasileira de suas contingências coloniais, se vem concentrando cada vez mais (...) nas mãos de empreendimentos imperialistas e suas iniciativas. Com isso evidentemente a economia brasileira se subordina a interesses e conveniências daqueles empreendimentos." Idem. A revolução... (1966), p. 91-2.

(92) Idem, ibidem, p. 92.

(93) Sobre os partidos de esquerda ver Edgar DEDECCA. 1930...; Edgar CARONE. Movimento operário no Brasil (1877-1944). São Paulo, Difel, 1979 e Idem. Movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo, Difel, 1981. Em documentos selecionados nestes dois últimos livros, encontram-se diversos exemplos de que a industrialização e o desenvolvimento econômico correspondiam a um ponto programático muito importante para os diferentes partidos de esquerda.

(94) Mesmo quando rejeitava a identidade das vias capitalistas historicamente diversas, Caio Prado estabelecia certos requisitos ideais: "Há quem ponha suas expectativas na repetição e reprodução do desenvolvimento capitalista pelo qual passaram a Europa e os Estados Unidos no século passado. É essa uma visão anacrônica que não leva em consideração a diferença profunda que vai do Brasil para os países da Europa (...), onde o desenvolvimento capitalista se processou em função de necessidades próprias e internas de cada país em questão, e se fez na base de um mercado e capacidade de consumo proporcionados por aquelas necessidades que impulsionaram o mesmo desenvolvimento, dele derivaram e com ele cresceram." Caio PRADO JR. A revolução... (1966), p. 162. Exposições resumidas do autor sobre o processo auto-sustentado de desenvolvimento capitalista que teve origem nos países do núcleo hegemônico internacional, podem ser encontradas, entre outros lugares, em: A revolução... (1966), p. 162-3; História econômica... (1945) (11.ed.), p. 321-2 e Esboço dos fundamentos... (1957), cap. 4.

(95) Idem. A revolução... (1966), p. 162.

(96) Uma análise do progresso tecnológico e seu potencial transformador encontra-se em: Idem. Esboço dos Fundamentos... (1957), p. 141-7.

(97) Ver, e.g., Idem. A revolução... (1966), p. 170.

(98) A importância de uma produção agrícola diversificada, voltada para o mercado interno, para a definição de um padrão de desenvolvimento capitalista normal é patente em toda a obra de Caio Prado Jr. No artigo da Revista Brasiliense incluído na HEB, lê-se, por exemplo, que "(...) a cultura de alguns cereais, como em particular o milho, o arroz e o trigo (...)" assim como "(...) uma série de outras atividades rurais de grande especialização e alto nível tecnológico como a fruticultura, a silvicultura, as culturas hortênsias, a avicultura e a produção de leite e derivados (...) contribuem decisivamente para fazer de uma ponderável parte da economia rural brasileira algo bem diferente do passado." Sugere em seguida que isso apontava para uma produção estruturada em termos da satisfação das "necessidades próprias da população". Idem. História Econômica... (1945) (11. edição), p. 327.

(99) A ênfase na desconcentração da propriedade latifundiária deixou de ter grande peso nos escritos de Caio Prado sobre a 'questão agrária' no início dos anos 60, na R.B. Nestes textos, o autor privilegiou a

necessidade de conquistas trabalhistas e elevação dos salários por meio da luta sindical. Ver: Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. Revista Brasiliense. 43, set-out, 1962. Mas, pelo menos até a 1. edição da HEP. Caio Prado localizava na repartição das terras de latifúndios uma das medidas mais progressistas capaz de pôr em cheque a ordem colonial. Vide Idem. História econômica...(1945), p. 261-67, item "pequena propriedade".

(100) Ver, e.g., Idem. A revolução...(1966), p. 156.

(101) Idem. A revolução...(1966), p. 246, posfácio de 1977. Caio Prado diz a seguir que a busca do lucro é efetivamente parte essencial da natureza do capitalismo, mas que "ainda se disfarça e ameniza quando o negócio e as necessidades humanas que ele atende se articulam entre si e confundem até certo ponto dentro de um mesmo corpo social com o entrosamento local e interior do negócio, realizado na produção para a venda, com as necessidades dos participantes em geral da produção: não somente dos dirigentes dela e do negócio que proporciona, mas também daqueles que para ele contribuem com sua força de trabalho. Como é o caso nas sociedades em que o sistema se originou como resultante, por um processo interior, de outros sistemas anteriores." Idem, ibidem, p. 247.

(102) Edward P. THOMPSON. A formação..., vol. II, p. 29.

(103) Paul BARAN. A economia política do desenvolvimento (1957). 3. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 214. Sobre esta obra ver Charles BARONE. Marxist thought on imperialism: survey and critique. London, Macmillan, 1985, p. 85-92.

(104) Idem, ibidem, p. 314-23.

(105) Uma avaliação recente - bastante favorável - do papel da obra de Baran encontra-se em S. CHAKRAVARTY. Marxist economics and contemporary developing economies. Cambridge Journal of Economics, 11 (1), march, 1987.

(106) Ver, especialmente, Andre Gunder FRANK. "The development of underdevelopment", in: -----, Latin America: underdevelopment ou revolution. New York, Monthly Review Press, 1969. Para uma defesa dessa perspectiva, por parte de um autor que havia desenvolvido idéias semelhantes, consultar Samir AMIN. "A vocação terceiro-mundista do marxismo", in: Eric J. HOBBSBAWN (ed.). História do marxismo. São Paulo, Paz e Terra, 1989, vol. 11. Uma boa apreciação das idéias de Frank encontra-se em David BOOTH. "Andre Gunder Frank: an introduction and appreciation", in: Ivar OXAAL et alii (eds.). Beyond the sociology of development. London, Routledge & Kegan Paul, 1975.

(107) Ver Immanuel WALLERSTEIN. The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century. New York, Academic Press, 1974, 2 vols. Sobre a obra deste autor, ver, entre outros: Charles RAGIN and Daniel CHIROT. "The World-System of Immanuel Wallerstein: sociology and politics as

history", in: Teda SKOCPOL (Ed.). Vision and method in historical sociology. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

(108) Sobre a adoção da perspectiva de A.G. Frank, ver Immanuel WALLERSTEIN. "The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analyses", in: ----- The capitalist World-System - Essays of Immanuel Wallerstein. Cambridge, Cambridge University Press, 1979, p. 7. Em um outro artigo, Wallerstein se inclui numa tradição que, segundo ele, foi desenvolvida, entre outros, por Celso Furtado, Samir Amin e Paul Baran. Cf. "The present state of the debate on world inequality", in: Immanuel WALLERSTEIN. The capitalist..., p. 52-5.

(109) É conhecida a participação de André G. Frank nos debates econômicos de início dos anos 60 no Brasil, principalmente acerca do caráter feudal ou não da agricultura do país. Em suas intervenções nesse assunto, Frank utilizou-se amplamente das obras de Caio Prado Jr. Ver André G. FRANK. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo. Revista Brasileira, 51, jan-fev. 1964. Em um dos seus artigos citados na nota 106, inclusive, Frank afirma que Caio Prado, na HEB, compartilharia de sua tese de que o "subdesenvolvimento foi e ainda é gerado pelo mesmo processo histórico que também gerou o desenvolvimento capitalista: o próprio desenvolvimento do capitalismo." Idem. The development..., p. 9 e nota 6, p. 16. Quanto a influência dos escritos de Caio Prado sobre a obra de Gunder Frank, ver Joseph LOVE. The origins..., p. 163.

(110) Esta perspectiva foi igualmente partilhada pelos "estudos sobre a Dependência". O próprio André G. Frank é geralmente classificado como um dos precursores dessa tradição. No entanto, a diversidade de autores e opiniões sobre o significado do conceito - ou abordagem - da Dependência, torna esta corrente extremamente ambigua em seus contornos e objetivos. Sobre as idéias que deram origem às "Teorias da Dependência", ver Joseph LOVE. The origins...; J. Gabriel PALMA. "Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?", in: Paul STREETEN & Richard JOLLY. Recent issues on world development. Oxford, Pergamon Press, 1981 e Philip O'BRIEN. "A critique of Latin American theories of Dependency". in: Ivar UGAAU et alii (eds.). Beyond.... Uma defesa da versão da Dependência desenvolvida por Fernando H. CARDOSO & Enzo FALLETO, no livro Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1984, encontra-se em Philip O'BRIEN. "Dependency revisited", in: Christopher ABEL & Colin LEWIS (eds.). Latin America, economic imperialism and the State: the political economy of the external connection from Independence to the present. London, The Athlone Press, 1985 e nos textos acima do mesmo autor e de Gabriel Palma. Já uma abordagem que privilegia os trabalhos de A.G. Frank, acha-se em Charles BARONE. Marxist thought.... Para um balanço crítico da enorme bibliografia destinada à discussão dos problemas, vantagens e impasses da "Dependência", ver, em especial David BOOTH. Marxism and development sociology: interpreting the impasse. World Development, 13 (7), July, 1985.

(111) Estes pontos foram alinhados por Bob Sutcliffe para sugerir os critérios de classificação de uma "industrialização independente". Ver Bob SUTCLIFFE, "Imperialism and industrialisation in the Third World", in: Roger OWEN and Bob SUTCLIFFE (eds.), *Studies in the theory of imperialism*, 5.ed., Longman, 1978, p. 174-7 principalmente.

(112) Bill WARREN, *Imperialism and capitalist industrialization*, *New Left Review*, 81, sep-oct, 1973, p. 6.

(113) Idem, ibidem, p. 10-35. As teses de Warren expostas em 1973 foram desenvolvidas posteriormente, aparecendo em uma publicação póstuma de 1980. Vide Bill WARREN, *Imperialism: pioneer of capitalism*, London, NCB, 1980. Warren apresenta neste livro uma dura crítica aos pressupostos, análises e conclusões do marco teórico da Dependência, arguindo sobretudo sua ambiguidade, os "critérios morais-subjetivos" de exame do capitalismo e a adoção de padrões ideais (e arbitrários) para a avaliação dos países atrasados, entre outros pontos. Ver Idem, ibidem, cap. 7.

(114) Para um ótima exposição das críticas de Bill Warren às teses de Baran e Frank, bem como uma avaliação das limitações da análise daquele autor, ver: Paul BOWLES, *Peripheral capitalist development revisited*, *Studies in Political Economy*, 28, spring, 1989. Para uma avaliação que rejeita as teses de Warren, e que termina por defender aspectos centrais da visão de André G. Frank sobre os efeitos da extração do excedente periférico, ver: Alain LIPIETZ, *Marx or Rostow?*, *New Left Review*, 132, mar-abr, 1982.

(115) Paul BARAN, *A economia...*, p. 275. Um comentário crítico sobre a reduzida capacidade, por parte da análise de Baran, de assimilação das transformações materiais nos países capitalistas atrasados, encontra-se em Terence J. BYRES, Sukhamoy Chakravarty on marxist economics and contemporary developing economies: some comments", *Cambridge Journal of Economics*, 11 (2), june, 1987.

(116) Caio PRADO JR. *História econômica...* (1945), p. 290-1.

(117) Ver, e.g., Idem, ibidem, p. 293. A concepção do imperialismo de Caio Prado será exposta a seguir, no capítulo 4. Sobre a posição chamada de "clássica" da análise marxista do imperialismo, ver Anthony BREWER, *Marxist theories of imperialism: a critical survey*, London, Routledge & Kegan Paul, 1982, p. 16-7 e Meghnad DESAI, *Comments on Sukhamoy Chakravarty: marxist economics and contemporary developing economies*, *Cambridge Journal of Economics*, 11 (2), june, 1987, p. 180. O autor que mais enfatizou a diferença entre a abordagem "clássica" e a da tradição de Paul Baran, talvez tenha sido Bill Warren, em seu *Imperialism: pioneer of capitalism*, parte 1 - embora provavelmente restem muitas dúvidas sobre suas opiniões absolutas a respeito do caráter progressista do imperialismo.

(118) Essa abordagem deu origem a inúmeras críticas sobre sua orientação teórica e quanto aos elementos primários destacados para a explicação

histórica. Ver, entre outros, Robert DUFLESSIS. The partial transition to world-systems analysis in early modern european history. Radical History Review, 39, sep, 1987, p. 11-22; Robert BRENNER. The origins of capitalist development... e Robert HOLTON. Marxist theories..., p. 838-42.

(119) Ver Bill WARREN. Imperialism..., p. 119. Pelo menos nas versões "vulgares" da Dependência essa perspectiva também foi adotada. Não obstante, mesmo o trabalho mais sofisticado dentro desta tradição, desenvolvido por F.H. Cardoso e E. Faletto, concebe o desenvolvimento "não-normal" (isto é, "dependente") sendo condicionado pela inserção no sistema econômico mundial, embora tenham procurado uma mediação através do estudo das relações de classe nos países atrasados; ver Dependência e desenvolvimento..., p. 25-37. Vide também, F.H. CARDOSO. "Teoria da dependência" ou análises concretas de situações de dependência?, Estudos CEBRAP, 1, 1971, p. 29 e Idem. "Introdução", in:-----, As idéias e seu lugar; ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Vozes, 1980, p. 11. Sobre a unidade dos estudos da Dependência numa perspectiva comum de "determinação externa", mesmo quando matizada, ver: David BOOTH. Marxism..., p. 762; Bill WARREN. Imperialism..., p. 158-62 e Philip D'BRIEN. A critique..., p. 13.

(120) Ver, por exemplo, Caio PRADO JR. A revolução... (1966), p. 169.

(121) Idem, ibidem, p. 162-7.

(122) Idem. Esboço dos fundamentos... (1957), p. 227-8.

(123) Idem. A revolução... (1966), p. 169.

(124) Idem, ibidem, p. 167.

(125) Idem, ibidem, p. 170.

(126) Idem. Esboço dos fundamentos... (1957), p. 230. Ver também Idem. A revolução... (1966), p. 165.

(127) Idem. Esboço dos fundamentos... (1957), p. 230.

(128) Ver Idem, ibidem, p. 222-3. Note-se que no livro ARB, Caio Prado rejeitou insistentemente a definição apriorística do "caráter" da "revolução social", sugerindo que as lutas sociais é que deveriam indicar a profundidade das mudanças estruturais. Ver Idem. A revolução... (1966), p. 166-7 e passim. Ainda assim, a noção de "economia nacional" continuou sendo estratégica neste livro, com toda a sua conotação ambígua e remetida a uma estrutura idealizada de organização econômica e social. Do mesmo modo, continuou-se a enfatizar o papel significativo das iniciativas privadas, conforme é possível notar na p. 165, de ARB.

(129) Sobre as posições da esquerda na época ver: Idem. A revolução... (1966), caps. I e II. Sobre a natureza da burguesia

brasileira, vide *Idem, ibidem*, cap. IV e *passim*. Como será mostrado no capítulo seguinte, ao longo dos anos 50 Caio Prado manteve uma posição bastante crítica quanto aos investimentos das corporações internacionais, mas foi somente no início da década de 60 que passou a considerar a convergência dos interesses das classes burguesas domésticas com a transnacionalização de capitais.

CAPITULO IV - Capital estrangeiro e internacionalização econômica

(1) Essa era a essência das intervenções de autores como Eugênio Gudin em revistas que acolhiam as posições ortodoxas, como a *Digesto Econômico*. Ver, e.g., Eugênio GUDIN. *Capitais estrangeiros no Brasil*. *Digesto Econômico*, 135, maio-jun, 1957 e *Idem*, *O capital estrangeiro e o desenvolvimento*, *Digesto Econômico*, 143, set-out, 1958. Sobre a visão de Gudin, consultar Ricardo BIELSCHOWSKY. *Pensamento...*, p. 76-9.

(2) Encontram-se referências sobre este grupo, por exemplo, em Caio FURTADO. *A fantasia organizada* ..., p. 73, 106 e 172-3. No livro de Ricardo BIELSCHOWSKY. *O pensamento...*, cap. 3, há uma discussão minuciosa da corrente desenvolvimentista, que o autor subdivide em três variantes principais: "corrente desenvolvimentista do setor privado", "desenvolvimentismo não-nacionalista" e "desenvolvimentismo nacionalista". A série da revista "*Desenvolvimento e Conjuntura*" é bastante ilustrativa para as posições desta corrente.

(3) No "*Manifesto de Agosto*", de 1950, a posição oficial do PCB era integralmente anti-imperialista. Contudo, já no IV Congresso do Partido, entre dezembro de 1954 e fevereiro de 1955, a abertura para os capitais europeus é feita explicitamente. Ver PCB. "*Manifesto de agosto de 1950*" e "*Resolução do IV Congresso*", ambos em Edgar CARONE. *O PCB, 1945-1964*. São Paulo, Difel, 1982, v. 2. A visão do PCB será discutida adiante, no item 4.3.

(4) Bielschowsky mostra que a posição de economistas ortodoxos como Gudin, não era, na época, contrária à industrialização, mas apontava uma série de ressalvas às medidas de fomento preconizadas pelos desenvolvimentistas. Ver Ricardo BIELSCHOWSKY. *O pensamento...*, especialmente p. 55-72; uma posição diferente encontra-se em Caio FURTADO. *A fantasia organizada...*, que por todo o livro sustenta que Gudin era um adepto irrestrito da especialização agrária do país.

(5) Em um outro trabalho, escrito no âmbito da Aliança Libertadora Nacional, nos anos 30, Caio Prado desenvolve também algumas reflexões sobre o imperialismo e seus impactos no país; ver: Caio PRADO JR. *Programa da Aliança Nacional Libertadora*. Nova Escrita Ensaio. IV (10), 1982, p. 128-32. Não obstante, nos restringiremos à sua abordagem mais sistemática apresentada na HEB.

(6) Caio PRADO JR. História econômica... (1945), p. 180. O livro citado de Manchester é Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973, publicado originalmente na Inglaterra em 1933. Outro autor utilizado por Caio Prado foi Dudley M. PHELPS. Migration of industry to South America, London, Chapel Hill, 1933. Em edições subsequentes da HEB, introduziram-se outros trabalhos, como o de Fred KIPPY. British investments..., já citado.

(7) As idéias do autor estão sintetizadas no cap. 25 ("O imperialismo") da HEB.

(8) Sobre este ponto na obra de Lênin, ver Victor KIERNAN. Marxism and imperialism. New York, St. Martin Press, 1974, p. 38-9 e Eric HOBBSBAWN. A Era dos Impérios..., p. 93-5.

(9) Caio PRADO JR. História econômica... (1945), p. 282.

(10) Sobre as inversões diretas estrangeiras no Brasil, ver, entre outros Ana C. CASTRO. As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 e Wilson SUZIGAN. Indústria brasileira..., cap. 3.

(11) Sobre o contexto e significado destas formulações para a tradição marxista, ver: Eric HOBBSBAWN. A era dos impérios..., cap. 3; René GALLISSOT. "O imperialismo e a questão nacional dos povos oprimidos", in: Eric HOBBSBAWN. História do Marxismo. São Paulo, Paz e Terra, 1988, vol. 8, p. 109-202.

(12) Vladimir I. LENIN. "O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)" (1917), in: -----, Obras escolhidas. Moscovo/Lisboa, Progresso/Avante, 1984, vol. 2, cap. 6. Para análises gerais desta obra, ver: Anthony BREWER. Marxist theories... e Charles BARONE. Marxist thought.... Entre a enorme literatura crítica à visão original de Lênin, ver, para ficar somente no campo marxista: Victor KIERNAN. Marxism..., p. 38-62 e Bill WARREN. Imperialism..., cap. 3.

(13) Rudolf HILFERDING. O capital financeiro. (1910), São Paulo, Abril Cultural, 1985, p. 296. Quanto à visão do autor sobre o imperialismo, consultar: Anthony BREWER. Marxist theories..., cap. 4 e Charles BARONE. Marxist thought..., p. 20-6.

(14) Rudolf HILFERDING. O capital..., p. 296. Ver, a respeito Anthony BREWER. Marxist theories..., p. 93.

(15) Anthony BREWER. Marxist theories..., p. 92-3.

(16) Caio PRADO JR. História econômica... (1945), p. 288.

(17) Idem, ibidem, p. 283.

(18) Idem, ibidem, p. 278-9.

(19) Idem, ibidem, p. 279.

(20) Sobre a visão comunista oficial, difundida a partir dos anos 20, ver Bill WARREN. Imperialism..., cap. 4.

(21) Como já foi mencionado na nota 117, do cap. 3, um dos autores que se propuseram a retomar as abordagens originais do imperialismo, entendendo-as como "clássicas", foi Bill Warren; ver seu artigo na New Left Review, Imperialism and capitalist..., de 1973, posteriormente complementado por seu livro de 1980, Imperialism: Pioneer of capitalism. A este respeito, ver os já citados Meghnad DESAI. Comments...; Terence J. BYRES. Sukhamoy Chakravarty... e, especialmente, Anthony BREWER. Marxist theories..., Paul BOWLES. Peripheral... e J. Gabriel PALMA. Dependency: a formal theory....

(22) Rudolf HILFERDING. O capital..., p. 298.

(23) Idem, ibidem, p. 299-300.

(24) Vladimir I. LENIN. O imperialismo..., p. 345.

(25) Idem, ibidem, p. 343.

(26) Idem, ibidem, p. 345.

(27) Ver, sobre estas questões, Anthony BREWER. Marxist theories..., p. 102-27.

(28) Rudolf HILFERDING. O capital..., p. 309-10.

(29) Idem, ibidem, p. 310.

(30) "As minas e as jazidas da Península Ibérica caíram em poder do capital estrangeiro, que então já não era exportado como capital de empréstimo, mas investido diretamente nessas minas; o mesmo aconteceu - sob grande resistência - com as jazidas da Escandinávia e especialmente da Suécia. Assim, foi subtraída desses países a matéria-prima em benefício da indústria inglesa, alemã e francesa, numa época em que talvez pudessem ter lançado o fundamento da mais importante das indústrias modernas, uma indústria siderúrgica própria. Dessa forma, seu desenvolvimento capitalista - e com ele também o político e financeiro - foi interrompido nos seus primórdios. Tributários economicamente do capital estrangeiro, tornaram-se também países de segunda ordem, dependentes da proteção dos grandes." Idem, ibidem, p. 310.

(31) Posição também compartilhada por Lenin, mas não desenvolvida em uma análise tão explícita como a de Hilferding.

(32) Caio PRADO JR. História econômica... (1945), p. 291-2.

(33) "O rompimento, por exemplo, nos dois setores imperialistas centralizados em pólos opostos da terra, a Grã-Bretanha e o Japão, vai estimular a cultura algodoeira no Brasil, tão distante de um como de outro. Até a I Grande Guerra, os interesses financeiros internacionais estimulam o

desenvolvimento da lavoura cafeeira no Brasil; uma nova direção dos principais interesses neste setor favorece a concorrência de outras regiões produtoras, antes mais ou menos estagnadas ou mesmo em decadência, como a Colômbia, a América Central, as colônias asiáticas e africanas; elas crescem em importância, e o Brasil perde terreno." Idem, ibidem, p. 289.

(34) Idem, ibidem, p. 289.

(35) Idem, ibidem, p. 292.

(36) Idem, ibidem, p. 291.

(37) Idem, ibidem, p. 293.

(38) "A evolução do imperialismo no Brasil (como no resto do mundo) é assim contraditória. Ao mesmo tempo que estimulou as atividades e energias do país, e lhe forneceu elementos necessários para seu desenvolvimento econômico, foi acumulando um passivo considerável e tornou cada vez mais perturbadora e onerosa a sua ação". Idem, ibidem, p. 293. Na sequência, Caio Prado conclui o parágrafo com uma profecia de pertinência bastante duvidosa, mas certamente influenciada pela época em que o livro foi escrito: "O imperialismo é um suicida que marcha seguramente para sua consumação".

(39) Esta observação a respeito das visões clássicas do imperialismo, baseia-se sobretudo em Victor KIERMAN. *Marxism...*, cap. 1.

(40) Ver Idem, ibidem, p. 38-47. A respeito da visão geral de Lenin sobre o caráter progressivo imanente do capitalismo, Kiernan observa: "Capitalist purposes themselves did not all spring so directly as he was ready to assume from the pure intrinsic nature of capitalism, and they were modified in their turn by many other impulses at work. Economic history can never be a self-contained process moving along a pre-destinate track of its own." (p. 39)

(41) Rudolf HILFERDING. *O Capital...*, p. 309-10. Ver a citação na nota 30 deste capítulo.

(42) Vladimir I. LENIN. *El desarrollo del capitalismo en Rusia: el proceso de la formación del mercado interior para la gran industria (1889)*. Moscú, Progreso, 1979. Ver, entre outras passagens, o item VI ("La misión del capitalismo"), onde Lenin resume suas idéias sobre o caráter progressivo da expansão capitalista na Rússia. Consultar a respeito J. Gabriel PALMA. *Dependency: a formal theory...*, p. 392-5.

(43) Ver Bill WARREN. *Imperialism and capitalist...* e Idem. *Imperialism: Pioneer...*. Uma boa crítica, enfocando o problema mencionado no texto, encontra-se em Paul BOWLES. *Peripheral...*, p. 196-9.

(44) Assim, para o autor, o progresso realizado sob a base de uma política de favorecimento ao capital externo não seria "efetivo": "(...) as inversões estrangeiras do tipo que analisamos constituem muito menos um

fator de progresso real - o progresso aparente que proporcionam não vai além da superfície e exterioridade - que de perturbações destruidoras a prazo mais ou menos breve, dos eventuais e momentâneos benefícios produzidos." Caio PRADO JR. *Esboço...* (1957), p. 200.

(45) Ver Pedro MALAN et alii. *Política econômica externa e industrialização no Brasil* (1939/52). 2.ed., Rio de Janeiro, IPEA, 1980, p. 164-5 e Maria de Fátima DIB. *Importações brasileiras: políticas de controle e determinantes da demanda*. Rio de Janeiro, BNDES, 1985, p. 17-21 e p. 151 (Apêndice).

(46) Ver Maria de Fátima DIB. *Importações...*, p. 21-4 e p. 151-2 (Apêndice) e Carlos V. DOELLINGER et alii. *Política e estrutura das importações brasileiras*. Rio de Janeiro, IPEA/ INPES, 1978, p. 14-22.

(47) Carlos V. DOELLINGER. *Política...*, p. 24-34; Maria de Fátima DIB. *Importações...*, p. 25-30 e p. 152-3 (Apêndice) e Werner BAER. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 6. ed., Rio de Janeiro, 1985, p. 44-6.

(48) Cf. dados extraídos de IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, tabela 11.6, p. 582.

(49) Para o debate sobre os resultados da política cambial do período, ver Pedro MALAN et alii. *Política...*, p. 164-77. Sobre as relações entre os setores burgueses, a política externa e a industrialização, ver Sérgio SILVA. *Brasil, 1945-1964: l'endettement, le déséquilibre externe et le developpementisme*. *International colloquium on foreign loans, debt and economic development in the 19th and 20th centuries*. Campinas, UNICAMP, 1989, mimeo.

(50) Sobre a Instrução n. 113 da SUMOC, consultar Werner BAER. *A industrialização...*, p. 47-8; Maria de Fátima DIB. *Importações...*, p. 30 e 157 (Apêndice) e Carlos LESSA. *Quinze anos de política econômica*. 4. ed., São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 57-69. Sobre o BNDE, ver Carlos LESSA. *Quinze anos...*, p. 104-5. Sobre o Plano de Metas, consultar: Carlos LESSA. *Quinze anos...* e Celso LAFER. *The planning process and political system: a study of Kubitschek's Plan, 1956-1961*. Ithaca, Cornell University, PhD Thesis, 1970 e Maria Victória BENEVIDES. *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, cap. 5.

(51) Estes dados e os seguintes foram extraídos do Relatório da SUMOC de 1957; Boletim da SUMOC de 1962 e Relatório do Banco do Brasil de 1965.

(52) Cf. SUMOC. Relatório do exercício de 1957, quadro 46; Idem. Boletim de 1962, quadro 5.1 e Banco do Brasil. Relatório do exercício de 1965, quadro 5.

(53) SUMOC. Relatório... (1957), quadro 46; Idem. Boletim... (1962), quadro 5.1 e Banco do Brasil. Relatório... (1965), quadro 2.

- (54) A este respeito, ver o trabalho minucioso de Carlos LESSA. Quinze anos....
- (55) Comparar, e.g., a classificação adotada no Relatório da SUMOC para o exercício de 1957 (quadro 47) com o Boletim da SUMOC de 1962 (quadro 5.2), que apresenta os dados para 1958-1961.
- (56) Esses dados encontram-se no livro de Carlos LESSA. Quinze anos... (p. 59-61, quadro 17), os quais estão classificados de acordo com o padrão adotado no Boletim da SUMOC de 1962.
- (57) Além da Indústria de Base e Alimentação, aparecem ainda discriminados nos documentos da SUMOC (1962) e Banco do Brasil os setores Transporte, Energia e Educação, com participações muito reduzidas. Junto a estes, registram-se inversões diretas não discriminadas sob o título "Outros setores", que atingem valores significativos, especialmente em 1962 (41,6% do total).
- (58) Consultar, por exemplo, Carlos LESSA. Quinze anos..., p. 85-91; Werner BAER. A industrialização..., p. 58-65; Luiz ORENSTEIN e Antonio C. SOCHACZEWSKI. "Democracia com desenvolvimento", in: Marcelo F. ABREU (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. Rio de Janeiro, Campus, 1990 e Maria da C. TAVARES. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 2.ed., Campinas, Editora da UNICAMP, 1986, P. 117-38.
- (59) Werner BAER. A industrialização..., p. 64, quadro 3.13.
- (60) Carlos LESSA. Quinze anos..., p. 86. O autor continua, porém, enfatizando que essas mudanças seriam apenas pré-condições para uma economia desenvolvida, na medida que restariam desigualdades ainda ao nível da produção primária, desequilíbrios regionais e sociais. Esse tipo de ponderação já era comum na literatura cepalina no início dos anos 60, mas o tom otimista ainda é marcante no argumento. Ver, sobre este ponto, o cap. 2.
- (61) Caio PRADO JR. Esboço... (1957), p. 208-9.
- (62) Idem. Capitais estrangeiros e capitais nacionais. Revista Brasiliense, 18, jul-ago, 1958, p. 39.
- (63) Idem, ibidem, p. 40.
- (64) Idem. As eleições de 3 de outubro, Revista Brasiliense, 32, nov-dez, 1960. Essa questão fundamental será discutida com um pouco mais de cuidado no item 4.3.
- (65) Idem. Esboço... (1957), p. 196 e passim.
- (66) Idem, ibidem, p. 197-8. Ver a sequência do trecho citado.
- (67) Idem, ibidem, p. 198 e passim.

- (68) Idem, ibidem, p. 206.
- (69) Idem, ibidem, p. 195.
- (70) Idem, ibidem, p. 194.
- (71) Idem, ibidem, p. 202-5. Esse argumento já é claramente influenciado pelos textos da CEPAL, como pode ser conferido nas páginas indicadas. Inclusive, Caio Prado cita um dos trabalhos publicados por Raúl Prebisch, em 1950.
- (72) Idem, ibidem, p. 202.
- (73) Ver, sobre este ponto, os seguintes artigos do autor: Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional, Revista Brasiliense, 23, maio-jun, 1959; As eleições... (1960); A remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil, Revista Brasiliense, 39, jan-fev, 1962 e O projeto de lei de remessa de lucros, Revista Brasiliense, 41, mar-jun, 1962.
- (74) Consultar, por exemplo, os artigos reunidos em Michal KALECKI. Economias em desenvolvimento (1974). São Paulo, Vértice, 1988, e que serão citados a seguir. De particular interesse, é o ensaio introdutório de Joan ROBINSON, no livro citado. Ver também Malcolm SAWYER. The economics..., cap. 10 e George FEINEL. Michal Kalecki..., cap. 16.
- (75) Michal KALECKI. "O problema do financiamento do desenvolvimento econômico" (1954), in: -----, Economias..., p. 58. Sobre a visão de Kalecki quanto ao papel das inversões estrangeira no desenvolvimento econômico, apresentada nesse artigo, ver E.V.K. FITZGERALD. Kalecki on..., p. 186; Malcolm SAWYER. The economics..., p. 219-20 e George FEINEL. Michal Kalecki..., p. 439-40.
- (76) Ver "Formas de ajuda externa" (1966) e "Problemas do financiamento do desenvolvimento econômico em uma economia mista" (1970), in: Michal KALECKI. Economias.... Consultar também os autores citados na nota anterior.
- (77) Ver Stephen HYMER. "La inversión extranjera directa y el interés económico nacional", in: B.COHEN et alii (orgs). Stephen Hymer.... Sobre a posição nacionalista nesta época, ver Bob ROWTHORN. "Introducción", in: B.COHEN et alii.(orgs). Stephen Hymer..., p. 249-50. Sobre os desdobramentos posteriores de sua obra acerca desta questão, ver Donald LECRAW. Hymer and public policy in LDCs. American Economic Review, 75 (2), 1985. Para uma crítica das políticas preconizadas por Hymer, ver: John DUNNING & Alan RUGMAN. The influence of Hymer's dissertation on the theory of foreign direct investment, American Economic Review, 75 (2), 1985, p. 231-2.
- (78) Ver, e.g., Michal KALECKI. Formas de ajuda..., p. 83 e Stephen HYMER. Las compañías multinacionales..., p. 113-4.
- (79) Consultar, por exemplo, Caio PRADO JR. A remessa de lucros.... p. 2.

(80) Idem, ibidem, p. 2. Sobre a inflação e os níveis reais de salário, ver Carlos LESSA. Quinze anos..., p. 72-85 e p. 120-35 e Werner BAER. A industrialização..., p. 95-109.

(81) Os argumentos a seguir estão apoiados basicamente nos seguintes textos: Michal KALECKI. "Luta de classe e distribuição da renda nacional", in:-----, Crescimento e ciclo nas economias capitalistas. Org. de Jorge Miglioli, São Paulo, Hucitec, 1983 e Robert BLECKER. International competition, income distribution and economic growth, Cambridge Journal of Economics, 13 (3), sept, 1989

(82) Ver, e.g., Aristóteles MOURA. Capitais estrangeiros no Brasil. 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1960, cap. 6; Caio PRADO JR. Esboço... (1957), cap. 7.

(83) Caio PRADO JR. Balanço das operações financeiras no Brasil. Revista Brasiliense, 40, mar-abr, 1962, p. 11; Sérgio SILVA. Brasil, 1945-1964..., p. 6-11. Para os dados do Balanço de Pagamentos, consultar: IBGE. Estatísticas históricas..., p. 596-7.

(84) Ver, e.g., Caio PRADO JR. A remessa de lucros... (1962), p. 2; A Instrução 204 e a política econômica brasileira. Revista Brasiliense, 35, maio-jun, 1961, p. 9-10; Panorama da política brasileira. Revista Brasiliense, 38, nov-dez, 1961, p. 5 e passim; Nacionalismo e desenvolvimento. Revista Brasiliense, 24, jul-ago, 1959, p. 13.

(85) Além dos livros do autor já citados anteriormente, ver a este respeito: Caio PRADO JR. O sentido da anistia ampla. Revista Brasiliense, 4, mar-abr, 1956, p. 5; Capitais estrangeiros... (1958), p. 37-40; Os empreendimentos... (1959), p. 5; Nacionalismo... (1959), p. 13-15 e A Instrução 204... (1961), p. 7-10.

(86) Consultar Ricardo BIELSCHOWSKY. O pensamento..., caps. 3 e 3, sobre as posições liberais e as desenvolvimentistas-cepailhas. Obviamente, outras correntes foram importantes no debate econômico do período, como por exemplo o núcleo do ISEB e o PCB. Sobre o ISEB, ver a nota 7, do capítulo 3; quanto ao PCB, a sua visão geral sobre o capital estrangeiro, nos anos 50, será discutida a seguir.

(87) Caio PRADO JR. Os empreendimentos... (1959), p. 3-4.

(88) Idem, ibidem, p. 4. Ver, também, Nacionalismo... (1959), p. 13-5.

(89) A ideia da estratégia nacional enquanto uma ação conjunta do Estado e da iniciativa privada doméstica, está formulada com clareza em Livre iniciativa econômica e iniciativa estatal, Revista Brasiliense, 9, jan-fev, 1957 e Esboço... (1957), cap. 8.

(90) Além do livro Esboço... (1957), ver também: Caio PRADO JR. Os empreendimentos... (1959), p. 4-5 e 7-10; Nacionalismo... (1959), p. 14-15; O projeto de lei... (1962) p. 3-8; Capitais estrangeiros... (1958), p. 37-40.

(91) Essa discussão foi conduzida também por outros autores marxistas da época, dentre os quais se destaca Aristóteles Moura. Na verdade, a abordagem mais sistemática sobre estes pontos foi apresentada por este autor; em um livro que influenciou bastante o pensamento nacionalista da Revista Brasiliense - e provavelmente o de Caio Prado -, sendo, inclusive, editado originalmente pela Editora Brasiliense, em 1959: Aristóteles MOURA. Capitais estrangeiros..., principalmente caps. 9 e 10.

(92) Ver Caio PRADO JR. O projeto de lei... (1962), p. 9-10; Idem. Balanço das operações... (1962) e Aristóteles MOURA. Capitais estrangeiros..., p. 299-302. Esse tipo de efeito é ressaltado, também, em trabalhos recentes; ver por exemplo: David RICHARDSON. Foreign investment: a host country perspective using Australian experience. Journal of Post-Keynesian Economics, IV (2), winter, 1981-2 e A.P. THIRLWALL. Growth and development with special reference to developing economies. 3. ed., London, Macmillan, 1983, cap. 13.

(93) Aristóteles MOURA. Capitais estrangeiros..., p. 309-10.

(94) Idem, ibidem, p. 306-11.

(95) Ver Caio PRADO JR. Diretrizes... (1954), p. 179-82; Nacionalismo brasileiro... (1955), p. 88-90; O projeto de lei... (1962) e Aristóteles MOURA. Capitais estrangeiros..., p. 319-28, que apresenta uma análise precisa sobre estas questões.

(96) Caio PRADO JR. Diretrizes... (1954), p. 55.

(97) Como já foi comentado no item 4.2, esta questão está formulada, embora de forma vaga, por Caio Prado em várias passagens sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico e em suas críticas ao crescimento acelerado no governo Juscelino. Ver, e.g., Caio PRADO JR. As eleições... (1960). Para uma discussão formalizada do vínculo entre o capital externo e manutenção das estruturas concentradas de renda e de consumo nos países atrasados, ver Michal KALECKI. Problemas de financiamento... (1970), especialmente p. 102-7.

(98) Sobre tal influência, ver Elias CHAVES NETO. Minha vida..., p. 139-42.

(99) Caio PRADO JR. Diretrizes... (1954), p. 236-7.

(100) Sobre os fatos políticos do governo Juscelino, ver, entre outros: Maria Victória BENEVIDES. O governo Juscelino...; Edgar CARONE. A República liberal; evolução política (1945-1964). São Paulo, Difel, 1985, v. 2, p. 112-139; Thomas SKIDMORE. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1980, cap. 5; Ricardo MARANHÃO. "O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964)", in: Bóris FAUSTO (ed.). História geral..., tomo III, v. 3, p. 257-94 e Peter FLYNN. Brazil: a political analysis. Essex, Ernest Benn, 1978, cap. 7.

(101) Caio PRADO JR. O sentido... (1956), p. 59.

- (102) Idem, ibidem, p. 1-3.
- (103) Idem, ibidem, p. 5.
- (104) Idem, ibidem, p. 5-6.
- (105) Idem. A política brasileira, Revista Brasiliense, 8, nov-dez, 1956, p. 2-4.
- (106) Idem. Os empreendimentos... (1959), p. 5-6.
- (107) Idem. Capitais estrangeiros... (1958), p. 33.
- (108) Idem, ibidem, p. 39.
- (109) Idem, ibidem, p. 40.
- (110) "O impulso inflacionário dado pela Grande Guerra, o grande acúmulo de créditos brasileiros no exterior (efeito sobretudo das restrições impostas durante o conflito às importações, e que tanto custaram ao povo brasileiro em privações de toda ordem), bem como, diretamente, essas próprias restrições que operavam como barreira protecionista à indústria nacional, tiveram por efeito um forte incremento da acumulação e concentração de capital. Foi o sinal de partida para um intenso e rápido desenvolvimento capitalista, o mais acentuado que o Brasil já conhecera em toda a sua história. E a política econômica e financeira do País se pôs a serviço desse 'desenvolvimento', ou mais precisamente, do reduzido setor de uma grande burguesia em formação, diretamente interessada no mesmo desenvolvimento." Idem. As eleições... (1960), p. 4-5.
- (111) Idem, ibidem, p. 5. Sobre Horácio Lafer e Ricardo Jafet, consultar BELOCH, Israel & ABREU, Alzira A. de. Dicionário..., v. 2.
- (112) Idem. As eleições... (1960), p. 5.
- (113) Idem, ibidem, p. 6-7; ver, também, as páginas seguintes.
- (114) Ver, e.g., Idem. Panorama da política brasileira, Revista Brasiliense, 38, nov-dez, 1961 e A revolução... (1966).
- (115) Tais divergências, na verdade, já estavam postas com clareza nos vários livros do autor, como fica claro a respeito, por exemplo, da tese da presença de relações feudais no campo. Críticas diretas, no entanto, só foram registradas no pós-guerra. Ver Ronald CHILCOTE. Partido..., p. 104-5.
- (116) Ver Bill WARREN. Imperialism..., cap. 4; J. Gabriel PALMA. Dependency: a formal theory..., p. 398 e Caio PRADO JR. A revolução... (1966), cap. 2.
- (117) A melhor análise sobre estas idéias, continua sendo a de Caio PRADO JR. A revolução... (1966), cap. 2. Ver também Guido MANTEGA. A economia política..., cap. 4 e Ricardo BIELSCHOWSKY. Pensamento..., p. 215-29.

(118) Ver, e.g., Luís Carlos PRESTES. "A situação no Brasil e no mundo" (1945), in: Edgar CARONE. O PCB..., p. 22-4. Pelos limites deste trabalho, a discussão ficará restrita à posição oficial do Partido, expressa nos documentos da direção. Isto constitui uma simplificação grosseira, pois exclui as opiniões e perspectivas de membros de base e intermediários da organização, que, no imediato pós-guerra e nos anos seguintes, entraram geralmente em conflito direto com as diretrizes oficiais. Ver, e.g., Heitor Ferreira LIMA. Caminhos percorridos; memórias de militância. São Paulo, Brasiliense, 1982 e Eduardo DIAS. Um imigrante e a revolução. Memórias de um militante operário, 1934-1951. São Paulo, Brasiliense, 1983.

(119) Ver Luís Carlos PRESTES. "Informe político ao Comitê Nacional do PCB" (1949), in: Edgar CARONE. O PCB..., p. 99-103 e PCB. "Manifesto de agosto", in: Edgar CARONE. O PCB.... Sobre as causas e significados destas mudanças, consultar: Beatriz LOHNER. O PCB... e Leônicio M. RODRIGUES. O PCB....

(120) PCB. "IV Congresso do PCB", in: Edgar CARONE. O PCB..., p. 132.

(121) Idem, ibidem, p. 132-3.

(122) Idem, ibidem, p. 130.

(123) Idem, ibidem, p. 129.

(124) Uma análise instigante sobre estes pontos, encontra-se em Luís F.C. COSTA. Nacionalismo.... Ver, também, Leônicio M. RODRIGUES. O PCB..., p. 417-8.

(125) PCB. "Declaração sobre a política do PCB", in: Edgar CARONE. O PCB..., p. 184.

(126) Idem, ibidem, p. 184.

(127) Idem, ibidem, p. 179-81.

(128) Caio PRADO JR. As eleições... (1960), p. 14-5.

Bibliografia Citada

ABREU, Alzira A. Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB. Paris, Université René Descartes, Thèse Doctorat, 1975.

ADAM, G. "Multinational corporations and worldwide sourcing", in: RADICE, Hugo (ed.). International firms and modern imperialism. Middlessex, Penguin, 1975.

ANDREWS, George R. Black and white workers: São Paulo, Brazil, 1888-1928. Hispanic American Historical Review, 68 (3): 491-524, aug, 1988.

AMIN, Samir. "A vocação terceiro-mundista do marxismo", in: HOBBSBAWN, Eric J. História do Marxismo. São Paulo, Paz e Terra, 1989, v. 11.

ARNDT, H.W. The origins of structuralism, World Development, 13 (2): 151-57, feb, 1985.

ASHWORTH, W. A short history of the international economy since 1850. 2.ed., London, Longman, 1962.

BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 6.ed., Rio de Janeiro, FGV, 1985.

BAIROCH, Paul. Le volume des productions et du produit national dans le Tiers Monde (1900-1977), Revue Tiers-Monde, XX (80): 669-91, oct-déc, 1979.

BANCO DO BRASIL. Relatório do exercício de 1965, Banco do Brasil, 1966.

BARAN, Paul. A economia política do desenvolvimento. 3.ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

BARAN, P. & HOBBSBAWN, E.J. "The stages of economic growth: a review", in: WILBER, Charles (ed.). The political economy of development and underdevelopment. New York, Random House, 1973.

BARONE, Charles. Marxist thought on imperialism: survey and critique. London, MacMillan, 1985.

BARRATT-BROWN, Michael. Economia do imperialismo. s.l., Ulisseia, 1976.

BARREIRO, José C. "A memória do trabalho", in: D'INCAO, Maria A. (ed.). História e ideal; ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.

BEIGDELMAN, Paula. "A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro", in: D'INCAO, Maria A.

(ed.). História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.

BELOCH, I. & ABREU, A. Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro, Forense/FGV/FINEP, 1984.

BENEVIDES, Maria V. O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro, IPEA/INPE, 1988.

BLECKER, Robert. International competition, income distribution and economic growth, Cambridge Journal of Economics, 13 (3): 395-412, sept, 1989.

BLOCK, Fred. Los orígenes del desorden económico internacional. México, Fondo de Cultura Económica, 1980.

BOOTH, David. "Andre Gunder Frank: an introduction and appreciation", in: ØXAAL, Ivar et alii (eds.). Beyond the sociology of development. London, Routledge & Kegan Paul, 1975.

BOOTH, David. Marxism and development sociology: interpreting the impasse, World Development, 13 (7): 761-87, July, 1985.

BOWLES, Paul. Peripheral capitalist development revisited, Studies in Political Economy, 28: 183-203, spring, 1989.

BRENNER, Robert. "Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe", in: ASTON, T.H. & PHILPIN, C.H.E. (eds.). The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critique of Neo-Smithian Marxism, New Left Review, 104: 25-92, jul-aug, 1977.

BRENNER, Robert. Dobb on the transitions from feudalism to capitalism, Cambridge Journal of Economics, 2 (2): 121-40, June, 1978.

BRENNER, Robert. "The agrarian roots of european capitalism", in: ASTON, T.H. & PHILPIN, C.H.E. (eds.). The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

- BREWER, Anthony. Marxist theories of imperialism: a critical survey. London, Routledge & Kegan Paul, 1980.
- BYRES, Terence J. Sukhamoy Chakravarty on marxist economics and contemporary developing economies: some comments, Cambridge Journal of Economics, 11 (2), June, 1987.
- CAND, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2.ed., São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.
- CARDOSO, F.H. & FALLETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 7.ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- CARDOSO, Fernando H. "A originalidade da cópia: a CEPAL e a idéia do desenvolvimento", in: CARDOSO, Fernando H. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Vozes/CEBRAP, 1980.
- CARDOSO, Fernando H. "Teoria da dependência" ou análises concretas de situações de dependência?, Estudos CEBRAP, 1: 25-45, 1971.
- CARNEIRO, Maria T. "A questão racial", in: D'INCAO, Maria A. (ed.). História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.
- CARONE, Edgar. Movimento operário no Brasil (1877-1944). São Paulo, Difel, 1979.
- CARONE, Edgar. Movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo, Difel, 1981.
- CARONE, Edgar. A República liberal: evolução política (1945-1964). São Paulo, Difel, 1985.
- CASTRO, Ana C. As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- CAVES, Richard. Multinational enterprise and economic analysis. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- CHAKRAVARTY, Sukhamoy. Marxist economics and contemporary developing economies, Cambridge Journal of Economics, 11 (10): 3-22, March, 1987.
- CHAVES NETO, Elias. Minha vida e as lutas de meu tempo. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- CEPAL. Estudio económico de América Latina: 1951-52. México, Naciones Unidas, 1953.

CEPAL. Las inversiones extranjeras en América Latina. Santiago, Naciones Unidas, 1954.

CEPAL: Estudio económico de América Latina; 1956. Santiago, Naciones Unidas, 1957.

CEPAL. Estudio económico de América Latina; 1962. Santiago, Naciones Unidas, 1963.

CEPAL. Estudio económico de América Latina; 1970. Santiago, Naciones Unidas, 1971.

CEPAL. El proceso de industrialización en América Latina. Santiago, Naciones Unidas, 1965.

CEPAL. El pensamiento de la CEPAL. Santiago, Editorial Universitária, 1969.

CHILCOTE, Ronald. Partido Comunista Brasileiro; conflito e integração (1922-1972). Rio de Janeiro, Graal, 1982.

COSTA, Emilia V. da. "Sobre as origens da República", in: COSTA, Emilia V. da. Da Monarquia à República; momentos decisivos. 3.ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.

COSTA, Luis F. de C. Nacionalismo e alianças políticas (1954-1958). Campinas, UNICAMP, tese de mestrado, 1976.

COUDINHO, Carlos N. "Uma via 'não-clássica' para o capitalismo", in: D'INCAO, Maria A. (ed.). História e ideal; ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.

DADONE, A.A. & DI MARCO, L.E. "Impact of Prebisch's ideas on modern economic analysis", in: DI MARCO, L.E. (ed.). International economics and development; essay in honor of Raúl Prebisch. London, Academic Press, 1972.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). 3.ed, São Paulo, Difel, s.d.

DeDECCA, Edgar. 1930 - O silêncio dos vencidos. 3.ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.

DESAI, Maghnad. Comments on Sukhamoy Chakravarty: marxist economics and contemporary developing countries, Cambridge Journal of Economics, 11 (2), June, 1987.

DIAS, Eduardo. Um imigrante e a revolução. Memórias de um militante operário, 1934-1951. São Paulo, Brasiliense, 1982.

DIAS, Maria Odila. "Impasses do inorgânico", in: D'INCAU, Maria A. (ed.), História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.

DIEB, Maria de Fátima. Importações brasileiras: políticas de controle e determinantes da demanda. Rio de Janeiro, BNDES, 1985.

DOBB, Maurice. Studies in the development of capitalism. London, Routledge & Kegan Paul, 1981.

DOBB, Maurice. "A tendência da Economia moderna", in: DOBB, Maurice. Economia Política e capitalismo. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

DOBB, Maurice. "On some tendencies in modern economic theory", in: DOBB, Maurice. On economic theory and socialism. London, Routledge & Kegan Paul, 1965.

DOBB, Maurice. Theories of value and distribution since Adam Smith. London, Routledge & Kegan Paul, 1973.

DOELLINGER, Carlos Von et alii. Política e estrutura das importações brasileiras. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.

DOSI, Giovanni. Technical change and industrial transformation. New York, St. Martin Press, 1984.

DUNNING, J.H. & RUGMAN, A. The influence of Hymer's dissertation on the theory of foreign direct investment, American Economic Review, 75 (2): 228-32, 1985.

DUNNING, John H. "Trade, location of economic activity and the multinational enterprise: a search for an eclectic approach", in: DUNNING, John H. International production and multinational enterprise. London, George Allen & Unwin, 1981.

DUPLESSIS, Robert. The partial transition to world-systems analysis in early modern european history, Radical History Review, 39: 11-37, sep, 1987.

ECLA. Economic development of Latin America in the post-war period. New York, United Nations, 1964.

FAJNZYLBER, Fernando. La industrialización trunca de América Latina. México, Nueva Imagem/CEI, 1983.

FEIS, Herbert. Europe: the world's bankers, 1870-1914. 3.ed., Clifton, A.M.Kelly, 1974.

FEIWEL, George R. Michal Kalecki: contribuciones a la teoria de la politica económica. México, Fondo de Cultura Económica, 1981.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3.ed., São Paulo, Ática, 1978, 2 v.

FITZGERALD, E.V.K. Kalecki on financing development: an approach to the macroeconomics of the semi-industrialized economy, Cambridge Journal of Economics, 14 (2): 183-203, June, 1990.

FLYN, Peter. Brazil: a political analysis. Essex, Ernest Benn, 1978.

FRANK, Andre G. "The development of underdevelopment", in: FRANK, Andre G. Latin America: underdevelopment or revolution?. New York, Monthly Review Press, 1969.

FRANK, Andre G. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo, Revista Brasiliense, 51: 45-70, jan-fev, 1964.

FRANSMAN, Martin. Technology and economic development. Westview Press, 1986.

FRANCO, Maria Silvia C. "O tempo das ilusões", in: Ideologia e mobilização popular. São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

FREEMAN, Christopher et alii. Unemployment and technical innovation. A study of long waves and economic development. London, Francis Pinter, 1982.

FURTADO, Celso. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. A economia latino-americana. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978.

FURTADO, Celso. A fantasia organizada. 5.ed., São Paulo, Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GALISSOT, René. "O imperialismo e a questão nacional dos povos oprimidos", in: HOBBSBAWN, Eric J. História do Marxismo. São Paulo, Paz e Terra, 1988. v. 8.

GORENDER, Jacob. "Do pecado original ao desastre de 1964", in: D'INCAU, Maria A. (ed.). História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.

GRAHAM, E.M. Transatlantic investment by multinational firms: a rivalistic phenomenon?, *Journal of Post Keynesian Economics*, I (1), fall, 1978.

GUDIN, Eugénio. Capitais estrangeiros no Brasil, *Digesto Económico*, 135: 46-9, maio-jun, 1957.

GUDIN, Eugénio. O capital estrangeiro e o desenvolvimento, *Digesto Económico*, 143: 9-17, set-out, 1958.

GURRIERI, Adolfo. "La economía política de Raúl Prebisch", in: GURRIERI, Adolfo (ed.). *La obra de Prebisch en la CEPAL*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 1.

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

HILTON, Rodney. "Introduction", in: ASTON, T.H. & PHILPIN, C.H.E. (eds.). *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

HIRSCHMAN, Albert. "Ideologies of economic development in Latin America", in: HIRSCHMAN, Albert. *A bias for hope*. New Haven, Yale University Press, 1971.

HOBSBAWN, Eric J. Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo. 3.ed., Rio de Janeiro, Forense, 1983.

HOBSBAWN, Eric J. A Era do Capital: 1845-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HOBSBAWN, Eric J. A Era dos Impérios: 1875-1914. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

HOLDON, Robert J. Marxist theories of social change and the transition from feudalism to capitalism, *Theory and Society*, 10 (6): 833-67, nov, 1981.

HYMER, Stephen. "La inversión extranjera directa y el interés económico nacional", in: COHEN, R.B. et alii (eds.). *Stephen Hymer: la compañía multinacional; un enfoque radical*. Madrid, Blume Editores, 1979.

HYMER, Stephen. "La inversión extranjera de Estados Unidos", in: COHEN, R.B. et alii (eds.). *Stephen Hymer: la compañía multinacional; un enfoque radical*. Madrid, Blume Editores, 1979.

HYMER, Stephen. "La internacionalización del capital", in: COHEN, R.B. et alii (eds.). *Stephen Hymer: la compañía*

- multinacional; un enfoque radical. Madrid, Blume Editores, 1979.
- HYMER, S. & ROWTHORN, B. "Las compañías multinacionales y el oligopolio internacional: el desafío norteamericano", in: COHEN, R.B. et alii, (eds.). Stephen Hymer: la compañía multinacional; un enfoque radical. Madrid, Blume Editores, 1979.
- IANNI, Otávio. "A dialética da história", in: D'INCAU, Maria A. (ed.). História e ideal; ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.
- IBGE. Estatísticas históricas do Brasil. Rio de Janeiro, 1986, 1987.
- IGLESIAS, Francisco. "Introdução", in: Caio Prado Júnior. Org. de Francisco Iglesias. São Paulo, Atica, 1982.
- JENKINS, Rhys. Transnational corporations and the Latin American automobile industry. London, MacMillan Press, 1987.
- JENKINS, Rhys. Comparing foreign subsidiaries and local firms in LDCs: theoretical issues and empirical evidence, The Journal of Development Studies, 26 (2):205-28, jan, 1990.
- KALDOR, Nicholas. "Los problemas económicos de Chile", in: KALDOR, Nicholas. Ensayos sobre política económica. Madrid, Editorial Tecnos, 1971.
- KALECKI, Michal. "O problema do financiamento do desenvolvimento económico", in: KALECKI, Michal. Economias em desenvolvimento. São Paulo, Vértice, 1988.
- KALECKI, Michal. "Formas de ajuda externa", in: KALECKI, Michal. Economias em desenvolvimento. São Paulo, Vértice, 1988.
- KALECKI, Michal. "Problemas do financiamento do desenvolvimento económico em uma economia mista", in: KALECKI, Michal. Economias em desenvolvimento. São Paulo, Vértice, 1988.
- KALECKI, Michal. "Luta de classe e distribuição de renda nacional", in: KALECKI, Michal. Crescimento e ciclo nas economias capitalistas. Org. de Jorge Miglioli, São Paulo, Hucitec, 1983.
- KIERNAN, Victor. Marxism and imperialism. New York, St. Martin Press, 1974.
- KUNDER, Leandro. "A facanha de uma estreia", in: D'INCAU, Maria A. (ed.). História e ideal; ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.

KUZNETZ, Simon. O crescimento econômico do pós-guerra. São Paulo/Lisboa, Fundo de Cultura, 1966.

LAFER, Celso. The planning process and political system: a study of Kubitschek's Plan, 1956-1961. Ithaca, Cornell University, PhD Thesis, 1970.

LALL, Sanjaya. "Transnationals and the Third World: changing perspectives", in: LALL, Sanjaya. Multinationals, technology and exports. London, MacMillan Press, 1985.

LANDES, David. The Unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

LECRAW, Donald. Hymer and public policy in LDCs, American Economic Review, 75 (2): 239-44, 1985.

LENIN, Vladimir I. El desarrollo del capitalismo en Rusia: el proceso de la formación del mercado interior para la gran industria. Moscú, Progres, 1979.

LENIN, Vladimir I. "O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)", in: LENIN, Vladimir I. Obras escolhidas. Moscovo/Lisboa, Progresso/Avante, 1984, v. 2.

LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. 4.ed., São Paulo, Brasiliense, 1983.

LEWIS, Colin. "Industry in Latin America before 1930", in: BETHEL, Leslie (ed.). The Cambridge history of Latin America. Cambridge, Cambridge University Press, 1986, v. 4.

LIMA, Heitor F. (resenhador). Celso Furtado. Formação econômica do Brasil, Revista Brasiliense, 25:186-94., set-out, 1959.

LIMA, Heitor F. História do pensamento econômico no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.

LIMA, Heitor F. Caminhos percorridos: memórias de militância. São Paulo, Brasiliense, 1982.

LIMA, Heitor F. "Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas", in: MORAES, R. et alii (eds.). Inteligência brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LIMONGI, Fernando P. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense, Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, 1988.

LIPIETZ, Alain. Marx or Rostow?, New Left Review, 132: 48-53, mar-apr, 1982.

- LOHNER, Beatriz. O PCB e a linha do Manifesto de Agosto. Campinas, UNICAMP, tese de mestrado, 1985.
- LOVE, Joseph. Raúl Prebisch and the origins of the doctrine of unequal exchange. Latin American Research Review, XV (3): 45-72, 1980.
- LOVE, Joseph. Theorizing underdevelopment: Latin America and Romania; 1860-1950. Review, XI (4): 453-96, Fall, 1988.
- LOVE, Joseph. The origins of dependency analysis, Journal of Latin American Studies, 22 (1): 143-68, feb, 1990.
- MAGALHAES, João Paulo de A. Controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico; uma reformulação. Rio de Janeiro, Gráfica Record, s.d.
- MALAN, P. et alii. Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-52). 2.ed., Rio de Janeiro, IPEA, 1980.
- MANCHESTER, Alan. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 4.ed., São Paulo/Rio de Janeiro, Pólis/Vozes, 1987.
- MARANHAO, Ricardo. "O Estado e a política 'populista' no Brasil (1954-1964)", in: FAUSTO, Boris (ed.). História geral da civilização brasileira. Brasil Republicano, t. III, v. 3.
- MELO, Jayro G. O economicismo em Caio Prado Jr., Novos Estudos CEBRAP, 18: 42-8, Set, 1987.
- MELLO, J.M. Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MITCHELL, B.R. International historical statistics; the Americas and Australasia. London, MacMillan, 1983.
- MOITA, Carlos G. Ideologia na cultura brasileira (1933-1974). 15.ed., São Paulo, Atica, 1985.
- MOURA, Aristóteles. Capitais estrangeiros no Brasil. 2.ed., São Paulo, Brasiliense, 1960.
- NACIONES UNIDAS. Las corporaciones multinacionales en el desarrollo mundial. Nueva York, Naciones Unidas, 1973.
- NACIONES UNIDAS. Las empresas transnacionales en el desarrollo mundial - Reexamen. Nueva York, Naciones Unidas, 1978.

NACIONES UNIDAS. El financiamiento externo de América Latina. Nueva York, FMI/BID/CEMLA, 1964.

NORUEIRA, Marco A. "Escravidão e sistema colonial", in: D'INCAO, Maria A. (ed.). História e ideal; ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.

NOVAIS, Fernando. "Caio Prado Jr. na historiografia brasileira", in: MORAES, R. et alii (eds.). Inteligência brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986.

OECD. The impact of the newly industrialising countries on production and trade in manufactures. Paris, OECD, 1979.

O'BRIEN, Philip J. "A critique of Latin American theories of Dependency", in: OXAAL, Ivar et alii (eds.). Beyond the sociology of development. London, Routledge & Kegan Paul, 1975.

O'BRIEN, Philip J. "Dependency revisited", in: ABEL, C. & LEWIS, C. (eds.). Latin America, economic imperialism and the State: the political economy of the external connection from Independence to the present. London, The Athlone Press, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. "Caio Furtado e o pensamento econômico brasileiro", in: MORAES, R. et alii (eds.). Inteligência brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ORENSTEIN, L. & SOCHACZEWSKI, A.C. "Democracia com desenvolvimento", in: ABREU, Marcelo P. (ed.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

PALMA, J. Gabriel. "Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?", in: STREETEN, P. & JOLLY, R. (eds.). Recent issues on world development. Oxford, Pergamon Press, 1981.

PALMA, J.G. & MARCEL, M. Kaldor on the 'discreet charm' of the Chilean bourgeoisie, Cambridge Journal of Economics, 13 (1): 245-72, march, 1989.

PAZ, Moacyr. Sobre os problemas do desenvolvimento econômico: crítica aos métodos de análise, Estudos Sociais, 1:5-16, maio-jun, 1958.

PCB. "Manifesto de agosto", in: CARONE, Edgar. O PCB: 1945-1964. São Paulo, Difel, 1982.

PCB. "IV Congresso do PCB", in: CARONE, Edgar. O PCB: 1945-1964. São Paulo, Difel, 1981.

PCB. "Declaração sobre a política do PCB", in: CARONE, Edgar. O PCB: 1945-1964. São Paulo, Difel, 1981.

PENROSE, Edith. "The State and multinational enterprises in less-developed countries", in: DUNNING, John H. (ed.). The multinational enterprise. London, George Allen & Unwin, 1971.

PHELPS, Dudley M. Migration of industry to South America. London, Chapel Hill, 1933.

PINTO, Anibal. "Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano", in: PINTO, Anibal. Inflación: raíces estructurales; ensayos de Anibal Pinto. México, Fondo de Cultura Económica, 1985.

PINTO, A. & KNAKAL, J. "El sistema centro-periferia 20 años después", in: PINTO, Anibal. Inflación: raíces estructurales; ensayos de Anibal Pinto. México, Fondo de Cultura Económica, 1985.

POLLARD, Sidney. Capital exports, 1870-1914: harmful or beneficial?, The Economic History Review. XXXVIII (4): 489-514, nov, 1985.

PRADO JR., Caio. Programa da Aliança Nacional Libertadora. Nova Escrita Ensaio. IV (10): 121-36, 1982.

PRADO JR., Caio. Evolução política do Brasil: Colônia e Império. 15.ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 17.ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.

PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1945.

PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 11. ed., São Paulo, Brasiliense, 1989.

PRADO JR., Caio. Diretrizes para uma política econômica brasileira. São Paulo, Gráfica Urupês, 1954.

PRADO JR., Caio. Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros. Revista Brasiliense, 2: 81-93, nov-dez, 1955.

PRADO JR., Caio. O sentido da anistia ampla, Revista Brasiliense, 4: 1-11, mar-abr, 1956.

PRADO JR., Caio. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. São Paulo, Brasiliense, 1957.

PRADO JR., Caio. Livre iniciativa e iniciativa estatal, Revista Brasiliense, 9: 1-19, jan-fev, 1957.

PRADO JR., Caio. Capitais estrangeiros e capitais nacionais, Revista Brasiliense, 18: 33-42, jul-ago, 1958.

PRADO JR., Caio. Nacionalismo e desenvolvimento, Revista Brasiliense, 24: 9-15, jul-ago, 1959.

PRADO JR., Caio. Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional, Revista Brasiliense, 23: 1-10, maio-jun, 1959.

PRADO JR., Caio. As eleições de 3 de outubro, Revista Brasiliense, 32: 1-18, nov-dez, 1960.

PRADO JR., Caio. A instrução 204 e a política econômica brasileira, Revista Brasiliense, 35: 1-12, maio-jun, 1961.

PRADO JR., Caio. Panorama da política brasileira, Revista Brasiliense, 38: 1-15, nov-dez, 1961.

PRADO JR., Caio. Balanço das operações financeiras no Brasil, Revista Brasiliense, 40: 11, mar-abr, 1962.

PRADO JR., Caio. O projeto de lei de remessa de lucros, Revista Brasiliense, 41: 1-11, mar-jun, 1962.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. 7.ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.

PRADO JR., Caio. História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 3.ed., São Paulo, Brasiliense, 1988.

PREBISCH, Raúl. "El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas" (1949), in: GURRIERI, Adolfo (org.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 1.

PREBISCH, Raúl. "Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico" (1950), in: GURRIERI, Adolfo (ed.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 1.

PREBISCH, Raúl. "Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico" (1951), in: GURRIERI, Adolfo (ed.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 1.

PREBISCH, Raúl. "La cooperación internacional en la política de desarrollo latinoamericana" (1954), in: GURRIERI, Adolfo (ed.).

La obra de Prebisch en la CEPAL. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 1.

PREBISCH, Raúl. "Los principales problemas de la técnica preliminar de programación" (1957), in: GURRIERI, Adolfo (ed.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 1.

PREBISCH, Raúl. "Desarrollo económico, planeación y cooperación internacional" (1961), in: GURRIERI, Adolfo (ed.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 2.

PREBISCH, Raúl. "Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano" (1963), in: GURRIERI, Adolfo (ed.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 2.

PREBISCH, Raúl. "Nueva política comercial para el desarrollo" (1964), in: GURRIERI, Adolfo (ed.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 2.

PREBISCH, Raúl. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo, El Trimestre Económico, 198: 1077-1096, abr-jun, 1983.

PRESTES, Luis Carlos. "A situação no Brasil e no mundo", in: CARONE, Edgar. O PCB: 1945-1964. São Paulo, Difel, 1981.

PRESTES, Luis Carlos. "Informe político ao Comitê Central do PCB", in: CARONE, Edgar. O PCB: 1945: 1964. São Paulo, Difel, 1981.

RAGIN, C. & CHIRDT, Daniel. "The World-System of Immanuel Wallerstein: sociology and politics as history", in: SKOCPUL, Teda (ed.). Vision and method in historical sociology. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

RICHARDSON, David. Foreign investment: a host country perspective using Australian experience, Journal of Post-Keynesian Economics, IV (2): 240-52, Winter, 1981-2.

RIPPY, Fred. British investments in Latin America, 1922-1949. A case study in the operations of private enterprise in retarded regions. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1959.

ROBINSON, Joan. "Introdução", in: KALECKI, Michal. Economias em desenvolvimento. São Paulo, Vértice, 1988.

RODRIGUES, Octávio. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro, Forense, 1981.

RODRIGUES, Leôncio M. "O PCB: os dirigentes e a organização", in: FAUSTO, Bóris (ed.). História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1986, t. III, v. 3.

ROSTOW, Walt W. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista. 5. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

ROSTOW, Walt W. The world economy. History and prospect. Austin, University of Texas Press, 1978.

ROWTHORN, Bob. "Imperialism in the 1970s: unity or rivalry?", in: RADICE, Hugo (ed.). International firm and modern imperialism. Middlessex, Penguin, 1975.

ROWTHORN, Bob. "Introducción", in: COHEN, R.B. et alii (eds.). Stephen Hymer: la compañía multinacional; un enfoque radical. Madrid, Blume Editores, 1979.

SANTOS, Raimundo. A primeira renovação pecebista; reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.

SAWYER, Malcolm C. The economics of Michal Kalecki. London, MacMillan, 1985.

SIKKINK, Kathryn. The influence of Raúl Prébisch on economic policy-making in Argentina, 1950-1962. Latin American Research Review. XXIII (2): 91-114, 1988.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-ômega, 1976.

SILVA, Sérgio. "A crítica ao capitalismo real", in: D'INCAO, Maria A. (ed.). História e ideologia; ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.

SILVA, Sérgio. Brésil, 1945-1964: l'endettement, le déséquilibre externe et le développementisme. International Colloquium on Foreign Loans, Debt and Economic Development in the 19th and 20th Centuries, Campinas, UNICAMP, 1989, mimeo.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1980.

SLENES, Robert. Laras negros, olhares brancos. Folha de São Paulo, 588, 13 de maio de 1988.

SLENES, Robert. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX), Estudos Econômicos, 17 (2), maio-ago, 1987.

- SODRÉ, Nelson W. História da história nova. Petrópolis, Vozes, 1966.
- SUMOC. Relatório do exercício de 1957. Rio de Janeiro, SUMOC, 1958.
- SUMOC. Boletim do exercício de 1963. Rio de Janeiro, SUMOC, 1963.
- SUNKEL, Osvaldo. Las relaciones centro-periferia y la transnacionalización. Pensamiento Iberoamericano, 11: 31-52, enero-junio, 1987.
- SUTCLIFFE, Bob. "Imperialism and industrialization in the third world", in: OWEN, R. & SUTCLIFFE, B. (eds.), Studies in the theory of imperialism. 3.ed., London, Longman, 1978.
- SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SZMERECZSANYI, Maria T. "Contribuição ao estudo da urbanização no Brasil", in: D'INDA, Maria A. (ed.). História e Ideais: ensaios sobre Cato Prado Jr., São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1989.
- TAVARES, Maria da C. "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil", in: TAVARES, Maria da C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- TAVARES, Maria da C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 2.ed., Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.
- THIRLWALL, Anthony P. Growth and development with especial reference to developing countries. 3.ed., London, Macmillan, 1983.
- THIRLWALL, Anthony P. Nicholas Kaldor. New York, New York University Press, 1987.
- THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward P. "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial", in: THOMPSON, Edward P. Tradición, revuelta y conciencia de clase. Barcelona, Editorial Crítica, 1979.
- THORP, Rosemary. "Latin America and the international economy from the first world war to the world depression", in: BELL, Leslie (ed.). The Cambridge history of Latin America. Cambridge, Cambridge University Press, 1986, v. 4.

TOLEDO, CAIO N. "Teoria e Ideologia na perspectiva do ISEB", in: MORAES, R. et alii (eds). Intelligencia Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986.

UNITED NATIONS. Statistical Yearbook. New York, UN. (Various anos)

VERNON, Raymond. Sovereignty at Bay. The multinationals spread of U.S. enterprises. New York, Basic Books, 1971.

WALLERSTEIN, Immanuel. The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. New York, Academic Press, 1974. 2 volumes.

WALLERSTEIN, Immanuel. "The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis", in: WALLERSTEIN, Immanuel. The capitalist world-system; essays of Immanuel Wallerstein. Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. "The present state of the debate on world inequality", in: WALLERSTEIN, Immanuel. The capitalist world-system; essays of Immanuel Wallerstein. Cambridge University Press, 1979.

WARREN, Bill. Imperialism and capitalist industrialization. New Left Review, 81, sep-oct, 1973.

WARREN, Bill. Imperialism: Pioneer of capitalism. London, NDR, 1980.

WEE, H. Van der. Prosperity and upheaval. The World Economy: 1954-1980. Harmondsworth, Penguin Books, 1987.

WOODRUFF, W. Impact of western man. A study of Europe's role in the world economy: 1750-1960. London, Macmillan, 1966.

YEAGER, L.B. International monetary relations: theory, history and policy. 2.ed. New York, Harper & Row, 1976.